

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Sulena Cerbaro

**A *(re)*construção de um evento: a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano no  
Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar.**

Porto Alegre, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Sulena Cerbaro

**A *(re)*construção de um evento: a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Caroline Silveira Bauer.

Porto Alegre, 2019

Sulena Cerbaro

A (re)construção de um evento: a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Caroline Silveira Bauer.

APROVADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2019

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Daniel Faria (UNB) – Conceito A

Dr. Pâmela de Almeida Resende (USP) – Conceito A

Dr. Mariluci Vargas (UFRGS) – Conceito A

### CIP - Catalogação na Publicação

Cerbaro, Sulena

A (re)construção de um evento: a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar. / Sulena Cerbaro. -- 2019.

185 f.

Orientador: Caroline Silveira Bauer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Luta Armada . 3. Sequestro. 4. Rio Grande do Sul . I. Silveira Bauer, Caroline, orient. II. Título.

*A todos aqueles que ousaram lutar por um país melhor!*

## **Agradecimentos**

Ao término deste ciclo de pesquisa, inegavelmente exaustivo, cabe mostrar meu reconhecimento a todos aqueles que contribuíram de diferentes maneiras nesta jornada.

Agradeço especialmente à minha família, à qual dedico esta conquista. Aos meus pais Leonel e Anazir por todo amor e exemplo, por todo suporte e apoio financeiro, por nunca pouparem esforços para minha formação. A minha irmã Suelen, pelo incentivo e contribuição nas mais diferentes formas. Obrigada por compreenderem a minha distância e a minha ausência. A vocês, minha gratidão.

Agradeço a minha orientadora, Caroline Bauer, por sua acolhida em Porto Alegre, por sua confiança no trabalho, pela paciência e por suas contribuições. Muito obrigada por orientar meus passos nessa caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou essa pesquisa ao conceder uma bolsa de estudo, proporcionando uma maior dedicação para a pesquisa.

À professora Carla Rodeghero e ao professor Daniel Faria, que durante a banca de qualificação contribuíram significativamente para a evolução deste trabalho que hoje apresento. Também agradeço à banca de defesa à Pamela Resende e à Mariluci Cardoso de Vargas por aceitarem participar da banca e pelas essenciais contribuições.

Um agradecimento especial à Equipe no Núcleo de Pesquisa em História (NPH): a Nina e ao Chico pelo espaço compartilhado e de muito aprendizado para a minha formação, além da amizade nutrida que ainda se mantém.

Agradeço também à equipe do Repositório de História Oral (REPHO), iniciado em 2017, onde construímos um espaço democrático para a produção e divulgação de entrevistas de História Oral.

Quero registrar meu agradecimento às amigas construídas e fortalecidas ao longo desses anos de mestrado e a todos os amigos que estiverem comigo ao longo desta jornada. Em especial à Eduarda, Alanna e Tairane. Agradeço ainda ao meu amigo Marcos, por anos de amizade que ultrapassam as distâncias físicas e temporais e por ser esse elo com a cidade em que crescemos.

E como não agradecer aquele que tornou meus dias mais leves e mais engraçados? Agradeço aquela bolinha de pelo, que quando chegou à minha porta não sabia nem latir, mas transformou minha rotina. Ao Tito, que hoje conquistou meu coração.

## RESUMO

Em abril de 1970, os revolucionários da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) tentaram sequestrar o cônsul norte-americano, Curtis Carly Cutter, em Porto Alegre. O objetivo central da presente dissertação é investigar, a partir desse acontecimento, as várias narrativas construídas em torno do episódio. O trabalho analisa como foi elaborada a narrativa de sequestro por meio dos seguintes sujeitos: a percepção das organizações clandestinas e de como essa ação se somava a outras atividades levadas a cabo pela guerrilha urbana; os artigos da imprensa e de que forma o sequestro foi veiculado nos meios de comunicação; por fim, os fragmentos de memória que comportam desde livros memorialísticos, depoimentos e entrevistas. Essas diferentes narrativas apresentam um conjunto de representações específicas, mas enredadas ao mesmo acontecimento e que permite verificar novas configurações que vão se formando e percepções diversas de (re)construir a tentativa de sequestro.

**Palavras chaves:** Ditadura civil-militar; luta armada; sequestro; Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

In April 1970, Revolutionary Popular Vanguard (VPR) revolutionaries attempted to kidnap US Consul Curtis Carly Cutter in Porto Alegre. The main objective of this dissertation is to investigate, from this event, the various narratives built around it. The paper analyzes how the abduction narrative was elaborated through the following subjects: the perception of clandestine organizations and how this action was added to other activities carried out by the urban guerrilla; press articles and how the abduction appeared and was carried in the media; Finally, the memory fragments that include since memorial books, reports and interviews. These different narratives present a set of specific representations, but related to the same event and that allow us to notice new configurations that are forming and different perceptions of (re)building the attempted kidnapping.

**Keywords:** Civil-military dictatorship; armed struggle; kidnapping; Rio Grande do Sul.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>1 CAPÍTULO: “O sequestro de residentes norte-americanos constituiem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país” .....</b>	<b>28</b>
<b>“Ao povo: o cônsul norte-americano, Mister Curtis Cutter, foi sequestrado”: O Manifesto .....</b>	<b>40</b>
<b>2 CAPÍTULO: O SEQUESTRO NOS JORNAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>“Fogo cerrado não assustou cônsul americano” .....</b>	<b>58</b>
<b>“A caça ao terror” .....</b>	<b>74</b>
<b>“A derrota do terror” .....</b>	<b>86</b>
<b>3 CAPÍTULO: RESSURGÊNCIAS DO EVENTO .....</b>	<b>97</b>
<b>“Um erro de cartografia”: memórias sobre a tentativa de sequestro .....</b>	<b>105</b>
<b>“O cerco e a queda”: as representações construídas sobre o sequestro .....</b>	<b>117</b>
<b>“Ex-guerrilheiro rompe silêncio”: as memórias de Félix Silveira Rosa Neto .....</b>	<b>124</b>
<b>“A memória do outro participante”: o cônsul.....</b>	<b>130</b>
<b>“Eram guerrilheiros. Não eram pessoas normais”: a memória através da ótica da repressão.....</b>	<b>139</b>
<b>A (im)possibilidade de narrar o trauma.....</b>	<b>147</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	160
REFERÊNCIAS .....	165
APÊNDICE .....	174

## ÍNDICE DE TABELAS:

<b>Tabela 1: SEQUESTROS DIPLOMÁTICOS NOS ANOS DE 1968 ATÉ 1971 .....</b>	<b>36</b>
<b>Tabela 2: RELAÇÃO DOS ARTIGOS DE JORNAIS .....</b>	<b>175</b>

## INTRODUÇÃO

Sábado, quatro de abril de 1970. O cenário passava na cidade de Porto Alegre, quando pouco depois da meia noite guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) planejaram e executaram - até certa medida - uma ação: o sequestro do cônsul norte-americano Curtis Carly Cutter. Nesse enredo, a narrativa não segue uma ordem cronológica com início, meio e fim dos acontecimentos. Por meio da descontinuidade temporal do evento, o leitor depara-se com palavras embutidas em retóricas e carregadas de significado. Na tentativa de (re)produzir o episódio, com uma narrativa não linear, muitas vezes com uma linguagem ambígua e com diversas transposições, a própria palavra torna-se suspeita, com dificuldades que são insuperáveis para traduzir o acontecimento.

Os revolucionários que fizeram oposição e partiram para a luta armada contra à ditadura civil-militar, inspiraram-se fortemente na Revolução Cubana e utilizavam da violência como uma prática política. Nesse ambiente, o sequestro de diplomatas estrangeiros tinha virado rotina nos países do Cone Sul, apesar dos sequestros com finalidades políticas não ser um fenômeno totalmente novo, foi nos anos 1960 e 1970 que essa prática tornou-se sistemática.<sup>1</sup>

Os sequestros de importantes figuras públicas ocorreram no Brasil no período de 1969 e 1970, intensificando a luta armada no país e a repressão sobre as organizações clandestinas. O ato era uma estratégia utilizada para fazer propaganda política e tinha como principal objetivo libertar companheiros presos que estavam sendo torturados. Além disso, ações também tinham um caráter de denúncia que conferiam visibilidade e publicidade à existência de presos políticos tanto na mídia nacional quanto internacional.<sup>2</sup>

A partir de setembro de 1969, iniciou-se o repertório de sequestros de diplomatas no Brasil que eram trocados por companheiros presos, totalizando quatro ações, sendo três na cidade do Rio de Janeiro e uma em São Paulo<sup>3</sup>. Os sequestros, além de obter resultados positivos, foram um meio encontrado para negociar com o governo e visavam um efeito de abalar, por meio da humilhação e desmoralização, os militares que estavam no poder.

---

<sup>1</sup> RESENDE, Pamela de Almeida. “*Ser um embaixador não é um mar de rosas*”: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969. Tese em História. Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2018, p. 19.

<sup>2</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Almeida Neves (Org.). *O Tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano – Vol. 4).

<sup>3</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 128.

O Rio Grande do Sul, principalmente Porto Alegre, também estava sendo palco de ações de caráter político. As atividades dos grupos baseavam-se em: expropriações para manter os “aparelhos” e conseguir comprar armas, pichações e distribuição de material denunciando a tortura praticada pelo Terrorismo de Estado. Essas atividades visavam conseguir recursos para autofinanciamento para os projetos de guerrilha rural. É nesse contexto que se pretende analisar as narrativas construídas em torno da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano Curtis Carlay Cutter e seus desdobramentos.

Início de abril de 1970. Moradores de Porto Alegre acompanhavam nos jornais impressos as notícias do mundo. No dia quatro, o *Correio do Povo*, na edição 154<sup>4</sup>, estampava na capa as tensões vividas pelo embaixador Karl Von Spreti, da República Federal da Alemanha, que havia sido sequestrado há alguns dias na Guatemala. O jornal trazia as principais notícias envolvendo o sequestro e também informava os leitores sobre a apresentação da peça “Sinhá Moça” no Teatro São Pedro<sup>5</sup>. A edição trazia as notícias do futebol, questionando se o Internacional iria aceitar as reivindicações feitas pelos jogadores da seleção uruguaia exigindo que sua diária de dez tivesse um acréscimo de cinco dólares, exigência feita para que o time do país vizinho viesse jogar na capital<sup>6</sup>. Para os acionistas de plantão, neste dia as ações da Petrobrás tiveram média de 2,8 pontos e manteve-se como uma das mais altas, pelo segundo dia consecutivo<sup>7</sup>.

Contudo, neste quatro de abril, indivíduos que pertenciam há um mesmo tempo e espaço poderiam num mesmo dia viverem em mundos totalmente diferentes<sup>8</sup>. Frente aos milhões de cidadãos gaúchos, apenas um diminuto grupo de um pouco mais de 10 pessoas sabiam que naquele dia se realizaria uma importante ação de resistências no Rio Grande do Sul: o sequestro do cônsul norte-americano.

Os sequestros de diplomatas no Brasil, realizados pelas organizações de luta armada, já eram praticados no eixo Rio-São Paulo. O primeiro ocorreu no dia 4 de setembro de 1969 do embaixador norte-americano Charles Elbrick, e o segundo, do cônsul-geral do Japão Nobuo Okuchi no dia 12 de março de 1970. Assim, até meados abril de 1970, dois sequestros de figuras públicas tinham obtido êxito, tornando-se viável a ideia de realizar uma ação de tal envergadura no Rio Grande do Sul.

---

<sup>4</sup> *CORREIO DO POVO*, 4 de abril de 1970, capa.

<sup>5</sup> *CORREIO DO POVO*, 4 de abril de 1970, p. 10.

<sup>6</sup> *CORREIO DO POVO*, 4 de abril de 1970, p. 11.

<sup>7</sup> *JORNAL DO BRASIL*, 4 de abril de 1970, p. 16.

<sup>8</sup> Frase inspirada no trabalho de: FARIA, Daniel. Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n 17, p. 27. 2015.

Na investigação, identificou-se à existência de uma produção bibliográfica de livros de memória que mencionam a tentativa de sequestro. Essas obras, produzidas no contexto de abertura política, exerceram um papel fundamental na construção e consolidação de uma determinada narrativa do episódio. Essas leituras seriam o ponto de partida que permite discutir sobre o evento e que serão abordadas detalhadamente no terceiro capítulo<sup>9</sup>.

Entretanto, o desenvolvimento de uma pesquisa requer um diálogo constante com a produção acadêmica que tange a temática. O presente trabalho parte daquilo que já foi investigado por outros pesquisadores, leituras e pontos de partidas que permitem relacionar com o sequestro. Vale enfatizar que a tentativa de sequestro foi abordada de formas tangenciais em alguns estudos referentes à ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Busca-se, nesse momento, apresentar como ocorreu a elaboração desse episódio pela historiografia, colocando-a também como pertencente a uma construção de uma determinada narrativa.

Em 2006, Caroline Silveira Bauer defendeu a dissertação “*Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de Polícia Política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*”. A tentativa de sequestro está relacionada com a chegada dos militares Cabral e Malhães:

Cabral – cujo nome completo era Clodoaldo Paes Cabral -, em 1969, era 2º sargento do Exército, servindo no PIC DO 1º Batalhão da Polícia do Exército no Rio de Janeiro. Malhães – na verdade, Paulo Magalhães -, era capitão do Exército, trabalhava no Centro de Informações do Exército (CIE) na Polícia do Exército no Rio de Janeiro. Malhães, em 1959, de 8 de setembro a 09 de dezembro, cursou a Escola das Américas, no Panamá, concluindo o curso “Military Police Officer” e entre 1970 e 1972, trabalhou no CIE-RS atuando na repressão de diversos estados. Ambos os militares foram designados para atuar em Porto Alegre após a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano<sup>10</sup>.

As informações sobre os agentes foram coletadas no Projeto DHnet “*Rede Brasil de Direitos Humanos*”<sup>11</sup> e no programa “*Derechos Hhumanos em America Latina*”<sup>12</sup>. Sobre os guerrilheiros que foram presos, a investigação realizou-se por meio dos interrogatórios

---

<sup>9</sup> VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982. BONA GARCIA, João Carlos & POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura. 1989. GUTIÉRREZ, Cláudio. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

<sup>10</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS. 2006, p. 129.

<sup>11</sup> DHnet. Rede de Direitos Humanos & Cultura. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/index.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

<sup>12</sup> *Derechos Humanos en America Latina*. Disponível em: <<http://derechos.org/>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

realizados pelo DOPS, documentos estes disponibilizados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*<sup>13</sup>.

A respeito da tentativa de sequestro é apresentado:

O Comando Carlos Marighella, executor da tentativa de sequestro, era composto de sete militantes, divididos em dois carros: no carro da ação, o comandante da operação, Félix Silveira Rosa Neto, o motorista, Irgeu João Menegon, Fernando Damatta Pimentel e Gregório Mendonça, do MR-26; no carro da cobertura, o motorista, Reinholdo Amadeu Klement, Antonio Carlos Araújo Chagas e Luiz Carlos Dametto.

Às 20 horas do dia 4 de abril de 1970, o cônsul Cutter, juntamente com sua esposa, saiu de sua residência para visitar alguns amigos e estacionou o veículo na Avenida Independência, quase esquina com a Rua Pinheiro Machado. Por volta das 22 horas e 30 minutos, o casal saiu da residência acompanhado de um amigo e foi seguido até a Rua Vasco da Gama, quando logo após a Rua Ramiro Barcellos, foi ultrapassado e fechado pelo automóvel dirigido por Irgeu, gerando uma pequena batida. Os três militantes do carro, Félix, Fernando e Gregório, desceram e cercaram a caminhonete do cônsul. Este, por sua vez, arrancou com o carro, atropelando Fernando. Felix, então, atirou em direção ao veículo do cônsul, acertando este no ombro<sup>14</sup>.

A historiadora, Caroline Bauer, reconstrói o episódio por meio de uma fonte localizada no “*Grupo Terrorismo Nunca Mais*” no qual há uma narrativa com o título “O fracassado sequestro do cônsul dos EUA”<sup>15</sup>. Nas páginas seguintes é enfatizado que após o referido acontecimento, a repressão no estado teria intensificado.

Fábio André Gonçalves das Chagas, em 2002, defendeu a tese “*A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960 e 70*”. O autor aponta que havia uma discussão presente entre os integrantes da VPR sobre a possível onda de repressão que poderia desencadear após o sequestro. É mencionado que os revolucionários percebiam que não havia uma preparação adequada dos seus “quadros”, mas mesmo assim, havia um “consenso entre os militantes da VPR do Rio Grande do Sul de que o sequestro deveria ser realizado”<sup>16</sup>. O historiador descreve:

Dez dias antes da operação Fernando Pimentel, Irgeu Menegon e Gregório Mendonça expropriaram um carro Volkswagen para realizar a ação. O dia previsto para o sequestro era o dia quatro de abril quando levaram o carro

<sup>13</sup> O *Projeto Brasil Nunca Mais* reúne documentos selecionados por Dom Paulo Evaristo Arns e pelo Reverendo Jaime Wright que integram vários processos do Superior Tribunal Militar compilados clandestinamente ainda no período da ditadura. Em 1985, ocorreu a publicação do livro *Brasil Nunca Mais*, que constam as graves violações de direitos humanos realizados durante a ditadura militar. Entre os levantamentos de dados foram identificados quantas pessoas passaram pelos tribunais militares, quantos foram presos, quantas pessoas foram vítimas da prática de desaparecimento pelo Estado, quais eram as práticas de tortura e quais eram os centros de detenção. Toda a documentação está disponível no site: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.

<sup>14</sup> BAUER, Caroline Silveira, op. cit., p. 131.

<sup>15</sup> *Grupo Terrorismo Nunca Mais*. “o fracassado sequestro do cônsul dos EUA”. Disponível em: <<https://ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-34-31/434-o-fracassado-sequestro-do-consul-dos-eua>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

<sup>16</sup> CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960-1970*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Rio de Janeiro: UFF. 2007, p. 81.

para um aparelho onde inclusive seria abrigado o cônsul americano. Passaram o dia todo seguindo os passos do americano e por volta das 21 horas passaram a rondar a casa do diplomata em dois carros. Os revolucionários enfim conseguiram encontrar o veterano da Guerra da Coreia e passaram a segui-lo pelas ruas de Porto Alegre. Já nos primeiros minutos do dia cinco de abril numa rua do centro da cidade um dos carros cortou a frente da camioneta do americano e Félix, Gregório Mendonça e Fernando Pimentel desceram do carro com pistolas e uma metralhadora a fim de capturar o cônsul. “Frank” colocou-se ao lado da janela traseira da camioneta juntamente com Gregório Mendonça que portava uma metralhadora, ao passo que Pimentel, portando uma pistola 45 postou-se defronte ao veículo do cônsul. O americano não se atemorizou e de súbito arrancou com sua camioneta Plymouth para cima do carro que o interceptara conseguindo empreender fuga. Vendo o cônsul escapar. Félix disparou com sua pistola 45 acertando o ombro do fugitivo. Frustrada a ação, os revolucionários adentraram no carro e fugiram do local da ação mal sucedida<sup>17</sup>.

Na recuperação da narrativa de sequestro, identificaram-se algumas ausências na tese desenvolvida por Fábio Chagas ao não fazer menção de quais são as fontes que se baseou ao descrever o episódio. Há um conjunto de entrevistas de História Oral realizadas pelo historiador e alguns livros de memória que estão presentes na sua pesquisa, no entanto, não há informações com quem ele está dialogando, quem são os enunciadores da narrativa e quais as fontes estão sendo utilizadas para a elaboração do episódio.

Na sequência, Chagas comenta que as prisões não tardaram a acontecer, e as relaciona com as “quedas” de alguns guerrilheiros iniciadas em “abril pós-sequestro”. Deste modo, a tentativa de sequestro teria uma relação recíproca de causa e efeito com a repressão em que “vários militantes de outras organizações foram presos com o fluxo de quedas de abril”<sup>18</sup>.

Em 2011, Davi Arenhart Ruschel defendeu a dissertação “*Entre risos e pratos: as memórias acerca da luta armada contra a Ditadura no Rio Grande do Sul*”. No primeiro momento o autor faz um levantamento de como ocorreu à luta armada no estado, para em seguida analisar como as memórias a respeito da mesma foram sendo construídas. Sobre o sequestro, afirma:

Mas o acontecimento que realmente alertou a repressão para o que vinha ocorrendo no RS e gerou uma corrida desenfreada em busca da captura dos militantes da luta armada nesse estado foi a tentativa frustrada de sequestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre. Curtis Carly Cutter,

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 82

<sup>18</sup> Ibidem, p. 83

realizada pela VPR em 04 de abril de 1970. Esse evento aparece em todos os livros de memórias, ocupou páginas dos jornais por diversos dias <sup>19</sup>.

As fontes utilizadas pelo historiador para recapitular o episódio são os livros de memória, as entrevistas com os ex-guerrilheiros, alguns jornais da época e a tese de Chagas. Nesse caso específico da reconstituição do sequestro, o autor também menciona o “*Orvil*”<sup>20</sup>, livro que afirma que ainda no mês de março “Carlos Alberto Serrasol já teria alugado uma casa na Rua Alegrete, para guardar o cônsul” <sup>21</sup>.

Davi Ruschel constatou que é “unânime nas memórias dos que lutavam contra a Ditadura o registro do impacto desse evento”, assim “as consequências dessa tentativa de sequestro se abateriam sobre todos, pois a ação frustrada serviu para alertar os órgãos de repressão para o que estava ocorrendo em Porto Alegre” <sup>22</sup>.

“A partir dessa maior profissionalização da repressão, com as prisões e torturas sistemáticas, as quedas foram aumentando cada vez mais, e foram sendo desmontados sistematicamente as poucas organizações de luta armada que atuavam no RS, caindo nas mãos da ditadura a maior parte dos que haviam optado pelas armas” <sup>23</sup>.

Novamente aparece que a tentativa de sequestro foi uma causa direta para explicar a repressão desenfreada que abateu sobre os revolucionários, não somente os da VPR, mas de um grande número de indivíduos que atuavam clandestinamente no estado.

Em 2017, entreguei o trabalho de conclusão de curso em história intitulado “*A tentativa frustrada de sequestro do cônsul norte-americano e seus desdobramentos no Rio Grande do Sul no período da ditadura civil-militar*”. O trabalho contribuiu significativamente para o desenvolvimento de leituras sobre as organizações clandestinas no Brasil e as atividades da luta armada realizadas em Porto Alegre. Com algumas contribuições iniciais na utilização de fontes de jornais e nos livros de memória, esses seriam os primeiros passos dados em direção a essa nova proposta agora apresentada, com um leque maior de fontes, com o aperfeiçoamento das análises e com a ideia de acontecimento.

Na historiografia apresentada evidencia-se que, apesar de algumas diferenças nas fontes de informações utilizadas na produção acadêmica, todas de maneira ou de outra falam

---

<sup>19</sup> RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 55.

<sup>20</sup> *Orvil*, o livro ao contrario, é uma obra construída pelo Centro de Informações do Exército (CIEEx) com base em documentos oficiais produzidos pelo próprio centro de informações, o intuito consistiu em relata a versão dos militares sobre a luta armada no Brasil, numa clara resposta e em contraponto à obra “*Brasil Nunca Mais*”.

<sup>21</sup> RUSCHEL, Davi Arenhart, op. cit., p. 55.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 58.

quase que exclusivamente do viés da memória, como se fosse um círculo vicioso de retroalimentação, em que as memórias alimentam a produção historiográfica. A avaliação histórica construída em torno do sequestro é a concepção de que a ação teria servido para alertar os órgãos de repressão e seria uma das principais causas do desmantelamento da guerrilha urbana no Rio Grande do Sul.

A partir da revisão dos estudos mais recentes é possível perceber que existe uma lacuna historiográfica sobre a investida de sequestro<sup>24</sup>, as especificidades do episódio e de que maneira essa ação aparece nos livros de memória são assuntos normalmente mencionados de forma secundária. É nesse ponto que o presente trabalho pretende contribuir para pensar outras formas de enxergar a tentativa de sequestro, suas múltiplas problemáticas e as diferentes narrativas suscitadas pelo episódio.

Portanto, a preocupação principal da dissertação é analisar como foi construída e reconstruída a narrativa de sequestro através dos diferentes sujeitos. Dado isso, ser possível levantar as seguintes indagações: como essa ação de sequestro se insere dentro das percepções das organizações armadas no contexto da ditadura civil-militar? Como os sequestros estavam articulados e se somavam a outras atividades da guerrilha urbana? Como a imprensa veiculou e repercutiu a tentativa de sequestro? Quais foram as primeiras leituras feitas pelos jornais? E como os jornais de certa maneira, contribuíram para a construção de uma determinada versão do acontecimento? Por fim, como esse episódio é reconstruído pelos integrantes da luta armada no Rio Grande do Sul? Quais as ressonâncias desse evento no tempo presente? E quais são as sobrevivências desse passado?

Essas perguntas constituem a problemática central da pesquisa, analisando as diferentes narrativas e um conjunto de representações embutidas no mesmo acontecimento que permite notar recepções diversas da tentativa do sequestro e que contribuem para uma compreensão mais ampla sobre o mesmo. Busca-se entender como os diferentes sujeitos construíram uma determinada versão do acontecimento. Entre eles estão a percepção das organizações clandestinas, os artigos da imprensa e os relatos de memória. Todos esses documentos falam cada qual, através de seus pontos de referências, com suas aproximações, distanciamentos e contradições sobre os acontecimentos do dia 4 de abril de 1970.

---

<sup>24</sup> Outros trabalhos que também comentam sobre o sequestro: WASSERMAN, Cláudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil, p. 65. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964 v. I); LIMA, Matheus da Fonseca Capssa. KONRAD, Diorge Alceno. *As Resistências Armadas no Rio Grande do Sul e as Dinâmicas da Clandestinidade (1964-1972)*. *Espaço Plural*. Ano XIII, Nº 27. 2012.

A tentativa de sequestro começou a repercutir logo em seguida do conhecimento dos fatos através dos meios de comunicação, que buscavam interferir no imaginário do povo sobre o episódio. Mas em torno dele, acumulou-se um número significativo de testemunhas. Testemunhas que não necessariamente teriam vivido o acontecimento, mas que de alguma forma esse evento acabou sendo absorvido em suas memórias. É justamente porque o evento tem reverberação que ele se torna objeto principal de análise:

“é justamente porque tem grande ressonância, porque foi ‘aumentado pelas impressões das testemunhas, pelas ilusões dos historiadores’, porque há muito se fala dele, porque sua irrupção suscita uma torrente de discursos que o acontecimento sensacional assume um inestimável valor”<sup>25</sup>.

As fontes para a elaboração da pesquisa, no primeiro momento, remetem a um conjunto documental produzido pelas organizações de luta armada. Alguns textos de autoria de Carlos Mrighella, entre eles o livro “*Manual do Guerrilheiro Urbano*”. O comunicado da ALN e do MR-8, divulgado na mídia em decorrência do sequestro do embaixador Charles Burke Elrick e, por fim, o manifesto produzido pela VPR que seria divulgado caso o sequestro de Cutter se concretizasse.

O segundo aglomerado de fontes são os artigos e as reportagens da imprensa, para compreender como a tentativa de sequestro foi retratada nos jornais e como construíram uma determinada narrativa. Os jornais pesquisados foram os que tinham, no período estudado, maior circulação na cidade de Porto Alegre, como: *Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde*. Pesquisou-se todos os dias entre os meses de abril e maio de 1970, período que marca a tentativa de sequestro. Para uma visão de como ocorreu a na esfera nacional pesquisou-se na: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e a *Revista Veja*. A seleção iniciou-se a partir do dia cinco de abril e foram pontuadas as matérias que abordavam a temática estudada.

O último conjunto de fonte que compõe o trabalho, e que possibilita perceber outro discurso sobre o evento, são os diversos fragmentos memorialísticos. No primeiro momento serão trabalhados os livros de memória escritos por militantes do período que, de alguma forma, abordam a tentativa de sequestro. As obras remetem ao contexto político do país do fim dos anos 1970, conhecido como “surto memorialístico”.

Os livros não falam somente sobre o sequestro, mas constroem uma narrativa através das trajetórias pessoais dos seus autores que são, “*Verás que um filho teu não foge a luta*” de João Carlos Bona Garcia, “*Guerra é Guerra, dizia o torturador*” de Índio Vargas, “*O riso dos*

---

<sup>25</sup> DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Tradução Maria Cristina Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993, p. 10.

*torturados*” de Jorge Fischer Nunes e a “*A Guerrilha Brancaleone*” de Cláudio Gutiérrez. Outros importantes relatos para a contribuição da pesquisa são dos militantes Antônio Losada, Carlos Alberto Tejera de Ré e Flávio Koutzii. Seus depoimentos estão disponíveis no volume II e III do livro: “*A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*”<sup>26</sup>.

Por fim, diversos documentos compilam a pesquisa, como recortes de jornais de diferentes datas, tanto mais remotas como mais atuais, em que alguns militantes ocuparam a cena pública com entrevistas para jornais de grande circulação<sup>27</sup>. Além dos ex-guerrilheiros, aborda-se a memória do outro participante do acontecimento, o diplomata Curtis Carly Cutter. E, para encerrar, as memórias do Coronel do Exército Paulo Magalhães, que teria sido designado para a capital gaúcha após o episódio do sequestro, por meio do seu depoimento concedido para a Comissão Nacional da Verdade.

Através de uma nova perspectiva sobre a ideia de evento, apresentam-se algumas leituras que foram cruciais para a apropriação do acontecimento, na tentativa de compreender o impacto desse episódio nas diferentes camadas sociais, e como essa definição contribuiu - ou não - para entender a tentativa sequestro do cônsul norte-americano em 1970.

Um dos primeiros trabalhos utilizando esse novo viés foi o historiador Georges Duby em seu livro “*O domingo de Bouvines*”, que analisa a batalha do rei Felipe Augusto da França contra o imperador Oto de Flandres. O autor busca entender como esse evento (re)faz, como ele foi fabricado, o que não é dito sobre ele e o que ele esclarece sobre o período estudado. “Eu tentava ver como um acontecimento se faz e de desfaz, já que, afinal, ele só existe pelo que dele se diz, pois é fabricado por aqueles que difundem a sua notoriedade”<sup>28</sup>. O historiador esboça as lembranças de Bouvines que são “de sua deformação progressiva, pelo jogo, raramente inocente, da memória e do esquecimento”<sup>29</sup>.

Os acontecimentos, no entendimento de Duby, são como espuma da história:

“[...] bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar provocam ondas que se propagam a maior ou menos distância. Este deixou

<sup>26</sup> PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010.

<sup>27</sup> Dois casos merecem ser mencionados. Félix da Rosa Neto em 2011 da uma entrevista para o Jornal *Zero Hora* intitulada: “Ex-guerrilheiro rompe silêncio e revela como tentou sequestrar cônsul dos EUA”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2011/06/ex-guerrilheiro-rompe-silencio-e-revela-como-tentou-sequestrar-consul-dos-eua-em-porto-alegre-3337601.html>. Acesso em: 10 de abril de 18. E a entrevista do João Carlos Bona Garcia para o *Sul 21*, que era militante da VPR, mas no dia do sequestro não pode comparecer por motivos de saúde, o artigo, “Bona Garcia: ‘Sinto orgulho de ter feito algo, de não ter sido omissos, alienados’”. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2014/03/bona-garcia-sinto-orgulho-de-ter-feito-algo-de-nao-ter-sido-omissos-alienados/>. Acesso em: 10 de abril de 18.

<sup>28</sup> DUBY, Georges, op. cit., p.11.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.11-12.

marcas bastante douradoras: até hoje, não foram totalmente apagadas. Somente essas marcas lhe conferem existência. Fora delas o acontecimento não é nada”<sup>30</sup>.

Duby entende que a construção da batalha ocorre a partir da versão dos vencidos e que integra uma representação que está inserida num passado coletivo<sup>31</sup>, portanto o “evento que se produziu no domingo de 27 de julho de 1214 foi incontestavelmente significativo”<sup>32</sup>, sua repercussão propagaram-se no tempo como ondas sucessivas e sua “imagem original, já pouco fiel à realidade, afasta-se mais ainda, prestando-se à acolhida do fabuloso”<sup>33</sup>.

Na obra o “*Renascimento do Acontecimento*”, François Dosse delineia um minucioso trabalho que percorre diferentes historiadores e filósofos, sobre os mais diversos entendimentos de acontecimento. O autor considera que o acontecimento que está “retornando” hoje em dia, é analisado através de uma “ótica científica” o que “lhe atribui toda sua eficiência”<sup>34</sup>. As fontes sobre um evento transformam-se em “indício ou vestígio significante”<sup>35</sup> e, portanto, “o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere sua etnologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis”<sup>36</sup>. Dosse, jogando com metáforas, afirma que o acontecimento é igual à Fênix que nunca desaparece por completo:

“Esfinge, o acontecimento é igual Fênix que na realidade nunca desaparece. Deixando múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral, para brincar com acontecimentos subsequentes, provocando configurações sempre inéditas. Nesse sentido, poucos são os acontecimentos sobre os quais podemos afirmar que terminaram porque ainda suscetíveis de novas atuações”<sup>37</sup>.

Michel Foucault foi um dos principais autores que ajudou a pensar o evento enquanto construção de diferentes narrativas. Em sua obra, “*Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão,*” busca entender a relação entre psiquiatria e justiça penal através de um caso de parricídio do século XIX. O autor, a partir do caso Pierre Rivière, entende que o acontecimento é liberdade, que “ele corta como uma lâmina, agita, frustra ou ataca toda espécie de instituição”<sup>38</sup>.

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 209.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 209.

<sup>34</sup> DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp. 2013, p. 6.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>38</sup> FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão ... um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 197.

As fontes que compilam o trabalho de Foucault são de diversas origens: documentos jurídicos, relatórios médicos, declarações de testemunhas, artigos da imprensa e um memorial redigido pelo próprio Pierre Rivière. Todos esses documentos ajudam a entender como cada sujeito ou instituição criou uma determinada versão sobre os acontecimentos que perpassaram os assassinatos.

Em “*A Escrita da História*”, Michel de Certeau ressalta que a sociedade tem a necessidade de organizar os acontecimentos como uma forma de se definir para construir uma identidade<sup>39</sup> e que o acontecimento é o meio “pelo qual se passa da desordem à ordem. Ele não explica, permite uma inteligibilidade. É o postulado e o ponto de partida – mas também o ponto cego – da compreensão”<sup>40</sup>.

De forma complementar entende-se que o sequestro foi algo inusitado e incompreensível e um “ponto cego de compreensão”, mas que se busca reagrupar em uma narrativa com seus elementos significantes para assim conseguirmos defini-lo e para que tenha inteligibilidade. Compreende-se também que o acontecimento serviu como uma forma dos militantes e do DOPS se reorganizarem e se definirem. O primeiro com a explicação para prisões e as “quedas” dos seus “aparelhos”, o segundo como uma forma de justificar e atenuar a repressão.

Pressupõem-se que a tentativa de sequestro do cônsul Curtis Cutter em Porto Alegre foi, antes de tudo, um não-acontecimento, um episódio que não foi concretizado como o esperado, que fracassou no decorrer de sua ação “assim o acontecimento é o que poderia ter sido feito de outra maneira”<sup>41</sup> e a reação do cônsul “não pode ser prevista” e “não pode também ser inteiramente explicada”<sup>42</sup>.

Mas, obviamente, houve um evento, pois o fracasso mostra isso, em que havia expectativas prévias que não foram cumpridas, mas que produziram efeitos e consequências. Ou seja, houve futuros projetados que não se concretizaram, como a captura do diplomata e a libertação dos presos políticos, dando espaço para outros futuros que talvez não tivessem sido pensados, como a repressão que foi desencadeada naquele momento e com as diversas prisões de militantes. Entende-se assim que o acontecimento ocasionou um “deslocamento [que] se produziu, de onde não vão mais cessar de surgir e de explodir efeitos de verdade”<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>41</sup> DOSSE, François op. cit., p. 188.

<sup>42</sup> BARRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004, p. 157.

<sup>43</sup> FOUCAULT, Michel, 1977, op. cit., p. 197.

Portanto o que cabe para a presente pesquisa é, menos o acontecimento em si, mas como ele se constitui e se (re)faz socialmente através das diferentes narrativas. Neste sentido, segundo Michel de Certeau o “acontecimento é o que ele se torna”<sup>44</sup>. O evento de sequestro torna-se a partir das diferentes instancias de delimitação do discurso e que compõem uma narrativa do acontecimento. Esses diferentes sujeitos são aqui entendidos como a ótica das organizações, por meio dos documentos produzidos pelas mesmas, a imprensa através dos jornais, e a memória através dos livros e dos depoimentos. Como Michel Foucault comenta, em seu livro “*Eu, Pierrri Riviere...*”, “todos falam ou parecem falar da mesma coisa: pelo menos é ao acontecimento do dia 3 de junho que se referem todos esses discursos”<sup>45</sup>.

Os discursos que fazem parte do sequestro têm uma relação recíproca, no sentido que um vai legitimando o outro, um cria a possibilidade do outro existir e de se transformar. O discurso público - entendido aqui como a imprensa -, contamina as memórias sobre o episódio, mas ao mesmo tempo, se deixa contaminar por ele a todo instante.

Não vamos aderir a uma explicação do evento meramente dentro de um esquema causal. Mas a viabilidade de um sequestro no Rio Grande do Sul estava dentro do campo de possibilidade dos grupos clandestinos que atuavam no estado, pois já haviam ocorrido até o momento dois sequestros de diplomatas<sup>46</sup>. No entanto, também não pode-se falar que foi a única e exclusiva tentativa que deu errado. Também em 1970 no mês de julho os membros do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) tentaram sequestrar o cônsul norte-americano Dono Lyon em Recife, mas a ação foi interceptada e desmantelada pelos agentes da repressão<sup>47</sup>.

O evento não se constitui somente no que aconteceu naqueles minutos. Mas também no que ele tornou-se, no que foi vinculado a ele, no que ele esclarece sobre o período estudado. O sequestro torna-se mais nítido quando o situa em seu contexto, o que possibilita o entendimento de formas de pensar e de agir de uma determinada época, e de uma ação de resistência que não ocorria somente no Brasil, mas em vários países da América Latina. Uma ação de resistência que estava inserida em um mundo no qual as revoluções e utopias estavam dentro da ordem do dia, como enfatiza Eric Hobsbawm no livro “*Viva la Revolución*” em que

---

<sup>44</sup> CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982, p. 17-18.

<sup>45</sup> FOUCAULT, Michel, 1977, op. cit., p. XII.

<sup>46</sup> O primeiro sequestro foi do embaixador norte-americano Charles Elbrick no dia 04 de setembro de 1969 no Rio de Janeiro. E o segundo ocorreu no dia 11 de março de 1970 em São Paulo do embaixador japonês Nabuo Okuchi.

<sup>47</sup> RAMOS LUIZ, Juliana. Do diplomapping: definição, prática e consequências dos sequestros de diplomatas ocorridos na década 1970 frente a atuação da chancelaria brasileira. III *Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas"* (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2011.

depois de 1945: “tanto para os opositores da revolução como para os revolucionários, a principal forma de luta revolucionária no Terceiro Mundo parecia ser a guerrilha”<sup>48</sup>.

O evento estudado também se constituiu sobre o que não é dito sobre ele, sobre os seus silenciamentos. Silenciamentos, a partir dos militantes que participaram da ação e que, evitavam e se recusavam a falar sobre o sequestro, diferentemente de outros guerrilheiros que participaram da luta armada e que posteriormente tiveram uma expressiva aparição e aceitação pública, entende-se portanto que “alguns silêncios permanecem hoje como vestígios desse passado recente”<sup>49</sup>.

O evento também é construído a partir, aqui utilizando um termo de Georges Duby, dos seus “efeitos de ressonância”. A ideia de trabalhar com o acontecimento parte do entendimento dos vestígios que permaneceram ao longo do tempo, deixando marcas que não desaparecerem completamente. Compreende-se os vestígios em dois âmbitos na pesquisa: os que equivalem ao “discurso oficial” que compilam o evento e que deixaram “marcas bastante douradoras”<sup>50</sup>, mas principalmente através da memória que “até hoje, não foram totalmente apagadas”<sup>51</sup>.

O acontecimento de sequestro faz parte de uma história da dimensão da esfera política, pois era uma ação que buscava um objetivo e um resultado político, em sequestrar um cônsul da maior potência ocidental e do que isso representava para as esquerdas, mas também libertar companheiros e divulgar nas mídias seu manifesto contra o regime. E consequentemente, a ação também faz parte de uma dimensão da esfera pública, em que o acontecimento foi amplamente divulgado na imprensa e atingindo diferentes camadas da sociedade.

Compreende-se que o sequestro atingiu de distintas formas três diferentes camadas do corpo social. A mais imediata foi a população que se viu alvejada pelo “terrorismo” através dos meios de comunicação. Em consequência do sequestro, a repressão teve sua estrutura modificada. E, por fim, o sequestro afetou a camada de indivíduos que participavam da luta armada no estado que foram atingidos diretamente pela repressão desenfreada.

O acontecimento que se constituiu tanto na esfera política como pública, também envolve a construção de uma memória coletiva e individual que se apropriam do episódio,

---

<sup>48</sup> HOBBSAWM, Eric. *Viva la revolución: a era das utopias na América* São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 297.

<sup>49</sup> CERTEAU, Michel de, op. cit., p.43.

<sup>50</sup> DUBY Georges, op. cit., p. 14.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 14.

criando cada sujeito, aqui entendidos como as organizações clandestinas, a imprensa e a memória dos revolucionários, seu próprio ponto de vista, como comenta Dosse:

[...] a realidade de um acontecimento deve ser compreendida a partir das únicas relações “internas”. Um acontecimento não é o que ele é em razão dos outros acontecimentos, mas em razão da apropriação que ele faz desses outros acontecimentos, da maneira como ele os “apreende”, dos aspectos que ele leva em consideração ao se autoproduzir. Portanto, um acontecimento nunca tem, como tal, o poder de definir ele próprio o que será sua ação, ou seu efeito, ou sua influência sobre outra coisa<sup>52</sup>.

Os diversos significados atribuídos ao episódio possibilitou uma “fabricação do evento”. Duby enfatiza que o acontecimento “deixou traços muito menos superficiais em alguns pontos; escreveram-se relatos nos quais as lembranças eram amplificadas e também deformadas”<sup>53</sup>. Referindo-se ao sequestro, o primeiro momento, a fabricação mais imediata ocorreu pelos meios de comunicação que exaltavam a reação do cônsul e ao mesmo tempo os jornais estampavam em seus editoriais fotos dos militantes que estavam sendo procurados caracterizando-os como “subversivos” ou “terroristas”. As mídias, neste sentido, foram as primeiras a fazer da tentativa de sequestro um acontecimento.

No segundo momento, os próprios agentes da repressão utilizaram-se da tentativa de sequestro como justificativa para intensificar a repressão no estado gaúcho. Deve-se levar em consideração que foi nos anos de chumbo que ocorreu a maior parte da repressão pelo Estado, entendendo assim que os próprios militantes relativizaram o real potencial das forças repressivas neste período, pois buscam justificar a repressão que teria ocorrido somente como consequência do sequestro. Segundo Vitor Amorim de Angelo, já no “final do primeiro semestre de 1970, todas as organizações que um dia tiveram mais de cem militantes estavam desestruturadas”<sup>54</sup>. Os desmantelamentos das organizações não ocorreram somente no Rio Grande do Sul, mas em todo o país, que praticamente já no final dos anos 70 não havia mais resistência armada no perímetro urbano.

Por fim, a fabricação do acontecimento ocorreu *a posteriori* pelos guerrilheiros que atuavam no estado, que muitas vezes dividem as ações e principalmente a repressão no Rio Grande do Sul em “antes” e “depois” do sequestro. A proposta não é de julgar a responsabilidade nas “quedas” dos “aparelhos” das organizações, mas entender como foi construída a retórica sobre o sequestro.

<sup>52</sup> DOSSE, François op. cit., p. 175.

<sup>53</sup> DUBY, Georges, op. cit., p. 202.

<sup>54</sup> ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2011.

Os documentos que fazem parte da análise são de origens heterogêneas, no entanto todas essas diferentes narrativas estão relacionadas umas as outras através de um mesmo evento, o sequestro. Com base no livro “*Arqueologia do Saber*” de Michel Foucault, é possível identificar algumas continuidades e descontinuidades, reações e funções que são estabelecidas dentro dos discursos presentes nesses documentos.

Alguns discursos constituem regras específicas em sua construção, como é o caso dos documentos das organizações clandestinas e dos jornais. Outros discursos mantêm uma relação de interferência com textos diversos, como é o caso das notícias baseadas frequentemente nas versões oficiais dadas pela polícia política. Os discursos também fazem parte e são caracterizados por uma determinada época, que permite conhecer o contexto em que esses documentos surgiram e de que maneira foram produzidos. Novamente aqui é o caso dos documentos gerados pelas organizações e os jornais cujos textos foram produzidos em meados dos anos 70.

Nas palavras de Michel Foucault alguns discursos “têm uma origem longínqua e um alcance cronológico muito grande”<sup>55</sup> essa observação pode ser aplicada para as memórias que têm uma cronologia própria e muito mais longa do que os outros documentos além de ter um alcance que permanece no tempo presente. Foucault ao lançar uma leitura crítica aos discursos enfatiza que eles “escaparia a qualquer inserção cronológica”<sup>56</sup>, transposto ao objeto de pesquisa dessa dissertação, que são as narrativas em torno do sequestro, não seria possível determinar o início ou o fim do evento de sequestro, e com isso não seria necessário “apelar para os temas da origem indefinidamente recuada e do horizonte inesgotável”<sup>57</sup>.

Como sugerido por Foucault tratar-se-á de “demarcar, em uma prática discursiva determinada, o ponto em que elas se constituem, definem a forma que assumem, as relações que estabelecem entre si e o domínio que comandam”<sup>58</sup>. O manifesto produzido tinha um objetivo específico que era a ação pela propaganda. As mídias buscavam entender a ação dos revolucionários e a reação do cônsul. E as memórias, dos ex-guerrilheiros, cada qual, utilizam-se de outros meios para ressignificar a ação, e de “todas as influências cuja ação remodelava o corpo maleável das lembranças”<sup>59</sup>.

As formas de oposição discursiva não desempenharam o mesmo papel socialmente, cada narrativa desempenhou uma determinada função que teve diferentes efeitos que foram

---

<sup>55</sup> FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987, p. 69.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 179.

<sup>59</sup> DUBY, Georges, *op. cit.*, p. 217.

produzidos socialmente. A mídia, em seus discursos buscava desqualificar essas ações de resistências e ao mesmo tempo apelava para uma resposta imediata da polícia política, assim seu discurso desencadeava uma ação de natureza não-discursiva. E as memórias dos ex-militantes buscavam dar outros significados a ação através da posição ocupada no presente e suas reutilizações permanentes.

A origem dos discursos, mesmo quando produzidos por um mesmo sujeito - sujeitos entendidos aqui como as organizações, os jornais e as memórias - não podem ser vistos como uma narrativa homogênea e coesa. No decorrer do trabalho aprontaram-se os declives suaves, as dispersões, as discontinuidades produzidas dentro de um mesmo *corpus* documental, mas também as continuidades, as permanências o entrecruzamento de informações o jogo de influências. Os historiadores, como Michel Foucault chama atenção, devem “reencontrar, a partir desses pontos isolados, dessas rupturas sucessivas, a linha contínua de uma evolução”<sup>60</sup>. O objetivo não é mostrar os discursos como totalizantes ou unificadores sobre o sequestro, mas mostrar uma trama discursiva que opera as várias versões de um mesmo acontecimento, as multiplicidades de sentido e de função que cada discurso opera.

A partir dessas narrativas apontam-se como elas se apoiam uma nas outras, em suas relações de dependências, como se inserem ou se excluem em seus jogos de significações e as transformações que vão sofrendo na construção de um mesmo acontecimento num “jogo de seus aparecimentos e de suas dispersões”<sup>61</sup>. Contudo “logo nos daríamos conta de que cada um desses discursos, por sua vez, constituiu seu objeto e o elaborou até transformá-lo inteiramente”<sup>62</sup>.

Essas variadas narrativas formadas por esses diferentes sujeitos funcionam mutuamente como espelho, em que o jogo dos reflexos transmite uns aos outros discursos e determinadas significações em que cada um se aproxima ou se afasta em determinados contextos. E o evento só tem sentido quando se utiliza dessas unidades discursivas – documentos, jornal e memória – que multiplicam os seu significado.

\*

“A (re)construção de um evento...”, compõe-se em três blocos narrativos: viés das organizações, a imprensa e as memórias. A lógica do texto é construída de forma que cada

---

<sup>60</sup> FOUCAULT, Michel, 1987, op. cit., p 161.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 37.

capítulo é uma unidade discursiva, uma unidade de análise que vão desencadeando e complexificando-se contribuindo para responder um pouco do problema de pesquisa. É visível que os blocos narrativos não são os mesmos, com efeito, eles referem-se ao mesmo acontecimento, cada um se encerra nele mesmo, é como se cada capítulo pudesse ser lido separadamente sem perder o sentido do trabalho. Porém cada um complementa o discurso do outro, amplia e ilumina as versões do sequestro. Os três blocos juntos mostram uma visão do todo, construindo uma amálgama narrativa.

No primeiro capítulo, são apresentadas as práticas de sequestros de diplomatas no Brasil no contexto da ditadura civil-militar colocando em perspectiva histórica com o cenário latino americano em que outros sequestros de caráter político eram praticados no continente, nesse sentido o acontecimento torna-se mais nítido quando o situa em seu contexto, dentro das novas configurações que as guerras tinham no século XX. A proposta é pensar o sequestro como uma estratégia que estava inserida na lógica da guerra de guerrilhas, dentro dessa nova modalidade em que se utilizavam da violência como ação política. No segundo momento, abordam-se elementos que permitem pensar e compreender a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano, utiliza-se o conceito de ação dialogando principalmente com os trabalhos desenvolvidos por Hannah Arendt.

O segundo capítulo abordará a narrativa construída através da ótica dos jornais. A imprensa aparece como a primeira a fazer do sequestro naquele dia um acontecimento. Analisar-se-á como o ocorrido repercute nos jornais, em que reúnem um conjunto de artigos produzidos em um determinado contexto que permitem conhecer mais sobre o cotidiano daquela sociedade dos anos 1970. Dessa perspectiva pode-se observar que a construção do sequestro se da em um ponto de vista particular. O ângulo de visão se desloca em que a imagem do cônsul é construída como um “herói” em contraponto aos “terroristas”, que são apresentados como os mais violentos e mais perigosos do que nunca. Busca-se entender como os veículos de comunicação construíram uma determinada retórica do evento, ao mesmo tempo em que, o discurso buscava uma resposta prática dos órgãos de repressão.

O terceiro capítulo, através das fontes memorialísticas, analisar-se-á os discursos dos ex-guerrilheiros. Como construíram uma narrativa sobre os acontecimentos que perpassam o sequestro, como essa memória foi – ou não foi – tendo um espaço público de fala e o que permanece ao longo os anos sobre o sequestro quando nele se cristalizaram alguns discursos. Dessa forma a investigação busca compreender como ocorreram as permanências e as (re)atualizações com seus múltiplos significados sobre as versões do episódio de sequestro por meio das memórias. O sequestro por ter deixado suas marcas sociais e individuais e por

ser (re)elaborado produziu as “prisões de longa duração” que através da memória instaurou as mentalidades e as permanências duráveis. As repercussões do acontecimento propagaram-se em ondas sucessivas no tempo e no espaço e agora busca-se analisar essas ressonâncias através dos vestígios que ainda permanecem presentes, assim o “acontecimento, entretendo, deixou traços muito menos superficiais em alguns pontos; escreveram-se relatos nos quais as lembranças eram amplificadas e também deformadas”<sup>63</sup>. Quando os relatos de memória foram coletados, num primeiro olhar as narrativas não pareciam se diferenciar muito. No entanto, na medida em que cada testemunho foi senso explorado notaram-se singularidades específicas e as mais diferentes formas que os guerrilheiros narravam o episódio.

Algumas questões que se pretende analisar ao longo do trabalho é compreender, menos os fatos do sequestro, mas como esses diferentes sujeitos construíram, cada qual, uma determinada retórica do acontecimento e como seus fragmentos permanecem no tempo. E apesar de mapearmos uma grande gama de fontes históricas que tratam sobre o sequestro, o evento não pode ser apreendido visto a impossibilidade de (re)viver o acontecimento.

Por fim, vale enfatizar que o acontecimento, revela conflitos latentes, surge em instâncias bem específicas, que são imprevisíveis e incontornáveis. Esse acontecimento não teve transformações nas estruturas sociais, mas possivelmente teve um impacto significativo tanto para os revolucionários que participaram da ação, quanto para o próprio cônsul e foi o suficiente para modificar toda uma estrutura do DOPS. Portanto a ideia de trabalhar com o evento parte do princípio que ele, diz menos sobre os fatos ocorridos, do que as representações que foram construídas sobre ele a *posteriori*, e seus vestígios, “naquilo que ele se torna, de maneira não linear no interior nos múltiplos ecos de seu só-depois”<sup>64</sup>. Logo, “escrever é o que resta, numa marcha “interminável” onde se repete o acontecimento que não tem (teve) lugar”<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> DUBY, Georges, op. cit., p. 203.

<sup>64</sup> DOSSE, François, op. cit., p. 339.

<sup>65</sup> CERTEAU, Michel, op. cit., p. 317.

## **1 CAPÍTULO: “O sequestro de residentes norte-americanos constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país”**

Carlos Drummond de Andrade recitava que o historiador “veio para ressuscitar o tempo” até certo ponto é isso que se busca fazer ao reescrever o passado, ao analisar os vários sentidos construídos sobre ele e as suas permanências no tempo presente. Sendo assim, neste capítulo têm como objetivo compreender as práticas de sequestro através das percepções das organizações armadas, por meios dos documentos produzidos no seio da mesma.

Em meados dos anos 1960 lutas revolucionárias foram desencadeadas em diversas regiões do globo, entre elas: a Revolução Cultural Chinesa, a Revolução Argelina, o “socialismo” árabe e a guerra do Vietnã. Na América Latina, além da Revolução Cubana, outras regiões estavam tendo embates como na Guatemala, Nicarágua e Peru. No Brasil, a principal fonte de inspiração da esquerda, de acordo com Jacob Gorender decorreu por meio da Revolução Cubana através da “teoria do foco”:

Calcados principalmente na própria experiência, que pretendiam tivesse validade universal, os escritos cubanos salientavam a impossibilidade do êxito da luta revolucionária quando se trava nas cidades, onde o inimigo concentra seu poder. O locus privilegiado da revolução só pode ser no campo, onde o inimigo se vê obrigado a dispersar as forças, enquanto os revolucionários recebem apoio dos camponeses para a guerra de guerrilhas. Deste estreito embasamento conceitual se desdobrou a *teoria do foco guerrilheiro* ou *foquismo* [...] <sup>66</sup>.

Com o golpe instaurado em 1964, que cerceou as liberdades democráticas, muitos militantes desacreditados em uma oposição por via pacífica, como o Partido Comunista Brasileiro propunha, saíram do “partidão” e “pegaram em armas” e fizeram oposição ao então regime vigente. Esses grupos não apenas queriam “derrubar” a ditadura, mas vislumbravam a construção de um projeto revolucionário para a sociedade brasileira. Gorender afirma que no primeiro momento as organizações faziam o que denominaram de “expropriações”, para manter os “aparelhos” e conseguir levar a luta ao campo:

À medida que se empenhavam a fundo na luta armada e deviam defender-se de uma repressão mais coordenada, equipada e informada, as organizações de esquerda tiveram multiplicados seus problemas. As ações confiscatórias traziam dinheiro, porém este sumia depressa no sustento de número crescente de militantes profissionalizados como revolucionários, porque já não podiam ou não queriam prosseguir nas condições normais de vida legal. Era preciso alugar mais casas para montagem de aparelhos que servissem de resistência, lugar de reuniões, depósitos de armas e outras finalidades. As prisões *queimavam* os aparelhos e mais dinheiro se gastava na sua

<sup>66</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 76.

substituição. Não havia dinheiro que chegasse. Em contrapartida, as quantias arrecadadas dos assaltos decrescia, uma vez que as agências bancárias tomavam a precaução de deixar o mínimo dentro dos cofres. Já acontecia até que as ações rendessem menos do que o custo de sua preparação e execução<sup>67</sup>.

No final de 1968 sucedeu-se a imersão dos grupos comunistas revolucionários na luta armada. Com o fechamento da ditadura civil-militar e a implementação do Ato Institucional nº 5, as esquerdas não vislumbravam outra alternativa:

Ao iniciar-se o ano de 1969, a ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou acertado diante do fechamento completo da ditadura militar. O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade, não havia resposta possível que não a do combate pelas armas<sup>68</sup>.

Como Jacob Gorender menciona na percepção de tais organizações a imersão na luta armada seria a única via possível de atuação nesse momento contra o governo. Para Daniel Aarão a ditadura, tornou-se a responsável pela imersão na luta armada “no estado de exceção construído pelo AI-5, com as margens de liberdade e de críticas reduzidas a quase zero, era como se estivessem realizando as condições da utopia do impasse”<sup>69</sup>. Já para Carlos Fico, há uma relação recíproca entre o Ato Institucional nº 5 e a luta armada.

Ademais, é certo que uma inter-relação estabeleceu-se entre repressão e luta armada: o AI-5 já mencionava a “guerra revolucionária”, e, por seu turno, diante do estabelecimento definitivo da ditadura que o ato significou, os setores da esquerda revolucionária que defendiam a luta armada viram “confirmada” a tese de que não havia saída no campo da luta política legal. Contudo, trata-se de uma interação – uma ação recíproca que não se explica pela noção de anterioridade – configurada a partir da grande complexidade e relativa autonomia dos fatores intervenientes<sup>70</sup>.

A imersão geral na luta armada em 1968 não pode ser vista como uma consequência direta do AI-5, o anseio para a transformação social e a ideia de edificar o socialismo já estavam presentes entre alguns setores da sociedade muito antes do golpe de 1964. No entanto, é inegável que o AI-5 foi um elemento estimulante para a esquerda revolucionária naquele momento.

No Brasil, uma das principais ações de resistência da luta armada foram os sequestros de diplomatas. Os representantes estrangeiros tinham se tornado alvo político das estratégias revolucionárias. Essas ações repercutiam na mídia nacional e internacional,

---

<sup>67</sup> Ibid., p. 158.

<sup>68</sup> Ibid., p. 153.

<sup>69</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 26.

<sup>70</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 63-64.

principalmente pela ocorrência de presos políticos, registro de torturas e existência de grupos de oposição ao então governo vigente:

Os sequestros foram um recurso para libertar presos políticos e tinham um grande impacto, na medida em que tornava pública, no país e no exterior, a existência da luta armada e de presos políticos, que o governo negava reiteradamente. A ousadia destas ações invertia – ou aparentemente invertia – a correlação de forças entre repressão e guerrilha, criando a ilusão de que alguns guerrilheiros podiam “vencer” os que estavam no poder e as potências capitalistas, simbolizadas por seus diplomatas<sup>71</sup>.

Conforme Rollemberg os sequestros “davam à esquerda armada uma ilusão acerca das suas reais condições do enfrentamento”, Daniel Aarão, também contribui com esta ideia de que a ação “injetaram um dose de entusiasmo nos participantes”:

As capturas de diplomatas, de caráter espetacular, impressionaram, e injetaram uma dose de entusiasmo nos participantes das ações, cuja autoconfiança, já alta, foi reforçada. De fato, eles alcançaram seus objetivos imediatos, mas o sucesso foi apenas momentâneo. No plano estratégico, pela magnitude da repressão que suscitaram, acabaram sendo nocivos para as esquerdas revolucionárias – apenar de seu otimismo, elas estavam política e socialmente isoladas<sup>72</sup>.

Além da visibilidade, a ação consistia em uma forma dos grupos armados fazerem propaganda para ganhar apoio da sociedade e um meio de negociar com os militares e expor as suas exigências. No momento em que os sequestros obtiveram êxitos ampliavam a percepção dos grupos guerrilheiros, que além de ter uma forma de negociar, mostravam sua habilidade e sua potencialidade, com resultados positivos para as organizações. Em contraponto, a ação também tinha um efeito de humilhação e de desmoralização para o Estado de Exceção.

A ilusão criada por essas ações “espetaculares” supõem-se que eram parte de uma estratégia da luta armada que tinha o intuito de criar confiança e entusiasmo para os guerrilheiros. Essas ações são analisadas como amplificadoras dentro do “espírito da guerrilha” que forneciam eficácias, proporcionavam unidades e tinham efeito mobilizador entre os guerrilheiros. As ilusões foram proveitosas e, até certa medida, necessárias para motivar as ações revolucionárias e para que os militantes encontrassem força para continuem persistindo e lutando. Essas ilusões poderiam ter levado até mesmo alguns equívocos, mas não podem ser vistas como uma mera aventura ou delírio desses indivíduos.

---

<sup>71</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Almeida Neves (Org.). *O Tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano – Vol. 4), p. 68.

<sup>72</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. 50 anos depois. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 76.

No ano de 1969 iniciou o repertório de sequestros de diplomatas no Brasil orquestrados pelas organizações clandestinas que eram trocados por presos políticos. O primeiro ocorreu em setembro do embaixador Charles Elbrick, segundo Gorender, “o sequestro do embaixador dos Estados Unidos foi a primeira operação do gênero no mundo, na história da guerrilha urbana”<sup>73</sup>.

De acordo com Frei Betto, “o embaixador era refém do anseio brasileiro de viver numa nação soberana, livre e independente”<sup>74</sup>. Era forte o simbolismo de sequestrar um diplomata norte-americano que representava, para as esquerdas, o imperialismo da maior potência ocidental. A ação resultou na libertação e no banimento de quinze presos políticos e a divulgação pelos meios de comunicação de um manifesto. Como resposta da Junta Militar, veio à promulgação dos Atos Institucionais nº 13, que estabelecia a pena de banimento para presos políticos trocados por diplomatas e, o AI nº14 que tornava “pena de morte, prisão perpétua e banimento aplicáveis” em caso de guerra extrema<sup>75</sup>.

O que estava por trás dos grupos de luta armada em sequestrar figuras públicas, principalmente norte-americanas, não só no caso brasileiro também em outros países da América Latina, era o simbolismo que eles representavam. De acordo com Rollemberg, no caso do sequestro de Charles Elbrick dava-se na “[...] ousadia em se tratando do diplomata da maior potência ocidental em plena guerra fria, símbolo para as esquerdas do imperialismo e da exploração”<sup>76</sup>.

A ação de sequestro do embaixador estadunidense foi organizada pela Dissidência Universitária da Guanabara e pela Ação Libertadora Nacional no Rio de Janeiro. A exigência era a libertação de quinze presos políticos e a difusão de um manifesto nos meios de comunicação. Caso contrário, haveria o justicamento do diplomata.

Do ponto de vista estritamente militar o sequestro foi um sucesso. Os 15 presos políticos exigidos em troca da vida do embaixador foram libertados e enviados para fora do país. O embaixador foi solto na saída de um jogo no Maracanã. O episódio do sequestro do embaixador americano moldou o imaginário da luta armada no Brasil<sup>77</sup>.

O segundo sequestro ocorreu em São Paulo do cônsul-geral do Japão Nobuo Okuchi no dia 12 de março de 1970. Diferente da primeira ação essa teve como principal propósito

<sup>73</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., 168.

<sup>74</sup> BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 67.

<sup>75</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes. 2005. p. 189-190.

<sup>76</sup> ROLLEMBERG, Denise, op. cit., p. 68.

<sup>77</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. “Memórias comparadas das esquerdas no Brasil e na Argentina: o debate da luta armada”. *Comunicação*, p. 4.

libertar Shizuo Osawa, conhecido como Mario Japa, um militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) na tentativa de evitar que a repressão conseguisse informações onde estava localizada a área de treinamento da VPR, “era preciso salvar Mário Japa com urgência. Jamil (Ladislau Dowbor) entrou em contato com Devanir e Bacuri e se estabeleceu a articulação da VPR com o MRT e a REDE para o sequestro de Nobuo Okuchi”<sup>78</sup>.

Este sequestro teve um objetivo totalmente diferente do anterior. A preocupação maior era que os órgãos de repressão não descobrissem todo o aparato montado no Vale do Ribeira e as informações sobre o Carlos Lamarca, pois se não, todo o “aparelho” seria desmantelado. O intuito era libertar o quanto antes Mário Japa, assim a lista dos banidos só constou com cinco nomes que foram levados até o México.

Voltando ao cenário do Rio de Janeiro a VPR e a ALN, em junho de 1970, organizaram o sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental Ehrefried von Holleben. Na ação, o segurança do diplomata acabou perdendo a vida. Os revolucionários exigiram, além da publicação dos manifestos que fossem enviados “quarenta presos políticos para Argélia, em troca da libertação do diplomata”<sup>79</sup>.

Em dezembro de 1970 teve a última ação de sequestro. Sob o comando da VPR o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foi capturado. Inicialmente a VPR exigiu a libertação de setenta presos políticos. No entanto, o governo Médici recusou vários nomes que compunham a lista, além disso, “permitiu que também – ao contrário de anteriormente – que os presos listados decidissem se queriam ser banidos do país. Certo número deles preferiu permanecer no Brasil e desistiu da inclusão na lista de resgate”<sup>80</sup>.

A atitude do governo incomodou alguns dos guerrilheiros da VPR que exigiram o justicamento do diplomata “seja para dar uma demonstração de força, seja para preservar a prática de futuros sequestros”<sup>81</sup>. Contudo, Lamarca se opôs a esta alternativa, primeiro porque o governo aceitara o resgate, com algumas restrições. E segundo, por que causaria um efeito negativo para a organização.

Novas negociações e inclusões de presos políticos eram citados e alguns o governo recusava. Isso fez com que, levassem quarenta longos dias até setenta presos políticos serem conduzidos ao Chile e o embaixador ser libertado. Essa foi uma estratégia que o próprio Estado encontrou para combater as práticas de sequestro não estando mais disposto a fazer concessões para os revolucionários. A mudança do governo ao não aceitar vários militantes,

---

<sup>78</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 187.

<sup>79</sup> Ibid., p. 3.

<sup>80</sup> Ibid., p. 196.

<sup>81</sup> Ibid., p. 196.

protelando as decisões, faziam com que os órgãos de repressão tivessem mais tempo para intensificar as buscas na cidade. Portanto, a própria ditadura fez com que os sequestros se desgastassem: “estava esgotada sua eficácia como forma de luta. Demais disso, já se achava em curso o processo de liquidação terminal da esquerda armada”<sup>82</sup>.

O Brasil não foi o único país a registrar sequestros de caráter político, os quais ocorreram em várias regiões na América Latina. No desenvolver da pesquisa deparou-se com um sequestro de bastante repercussão na mídia ocorrido na Guatemala do embaixador Karl Von Spreti, da República Federal da Alemanha no mês de abril de 1970. As negociações não foram bem sucedidas e o diplomata acabou sendo executado. Essas práticas não eram apenas de oposição à ditadura, segundo Alberto Berquó:

Sequestros de natureza políticas fizeram parte de muitas lutas, em todos os continentes. Sem hipocrisia, declarações pomposas, tergiversações, digamos claramente: foi uma arma usada ao longo da história, tanto por governos quanto por seus opositores. Com, pelo menos, uma diferença: o poder nega, a oposição afirma. Aliás, quando um governo pratica um sequestro, além de negá-lo, ele costuma atribuí-lo a outrem; ou se cala, ou despeja um volume grandioso de desinformação através dos meios de comunicação que controla. Já a oposição o reivindica, expõe suas exigências – quer chamar a atenção para os problemas que estiveram na origem do sequestro: a miséria do povo, a falta de liberdade, as prisões arbitrárias, a repressão sanguinária, as torturas, seja o que for<sup>83</sup>.

No Cone Sul os sequestros realizados por organizações revolucionárias aconteceram também no Uruguai e na Argentina. No Uruguai, uma das ações realizadas pelos Tupamaros foi o sequestro, em agosto de 1968, de Ulisses Pereira Reverbel presidente da empresa estatal de energia elétrica e de telefones: “os sequestradores exigiram do governo ‘garantias de integridade física de nossos companheiros e de todos os perseguidos’”<sup>84</sup>. Em junho de 1970 a organização sequestrou o cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide repercutido na mídia internacional. Os Tupamaros exigiram que o cônsul fosse trocado por 150 presos políticos, mas o governo de Jorge Pacheco Areco recusou-se a negociar com os sequestradores. A própria organização acabou mudando de estratégia e pediu o resgate de US\$250 mil dólares, conseguidos através dos esforços feitos pela esposa de Aloysio Gomide, a Maria Aparecida Gomide<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> Ibid., p. 196.

<sup>83</sup> BERQUÓ, Alberto. *O Sequestro dia a dia*. A verdadeira história do sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 89.

<sup>84</sup> Ibid., p. 94.

<sup>85</sup> VILLALOBOS, Marco Antônio. *Tiranos, Temei!* Ditadura e Resistência popular no Uruguai (168-1985). Porto Alegre, EdiPUCRS, 2006.

Os Tupamaros também sequestraram Dan Mitrione <sup>86</sup> agente especialista em interrogatórios, nas palavras de Padrós, Mitrione era “paradigma de torturador e difusor da modernização e sofisticação dos recursos disponíveis para a tortura” <sup>87</sup>. Em 1971 a referida organização capturou o embaixador da Grã-Bretanha Geoffrey Jackson. Em ambos os casos a postura do então presidente Jorge Pacheco Areco foi de não negociar com os sequestradores, uma estratégia utilizada para que essas ações fossem estancadas. Isso acarretou no justicamento de Dan Mitrione em agosto de 1970, tanto para que a organização mostrasse seu potencial de força, quanto para que essa ação de resistência e essa forma de luta não fossem estranguladas. Mas o justicamento de Mitrione não acarretou em uma mudança no posicionamento do governo o que teria levado a organização libertar o embaixador da Grã-Bretanha oito meses após sua captura <sup>88</sup>.

Na Argentina, a organização Ejército Revolucionario del Pueblo realizava sequestros de altos executivos. O jornal clandestino do ERP, *Estrella Roja*, divulgava o tipo específico de sequestro em que a organização realizava:

O sequestro de executivos de grandes companhias estrangeiras que, em troca de seu funcionário, deviam distribuir alimentos, remédios, roupas e até ambulâncias em bairros pobres. Um dos casos que maior repercussão teve foi o sequestro de um executivo da ESSO. Depois de alguma negociação a companhia pagou boa parte do que o ERP exigia <sup>89</sup>.

Diferente do que aconteceu no Brasil, que eram trocados por presos políticos, os militantes da ERP solicitavam “alguns bens de utilidade pública (como ambulâncias e equipamentos odontológicos para vilarejos pobres) e também uma quantia em dinheiro” <sup>90</sup>. O dinheiro ajudava a manter a estrutura da organização, além de financiar propagandas.

No ano de 1971 o ERP só libertou Antonio Vallocchia funcionário da empresa Swift, após a mesma ter readmitido 41 trabalhadores que haviam sido dispensados pela mesma. Já no ano de 1974 o Diretor do Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS), Alfred Laun foi sequestrado com o intuito de submetê-lo a um interrogatório sobre suas atividades no Vietnã e na “queda” do presidente chileno Salvador Allende. No entanto, Alfred Luan teve ferimentos a balas quando tentou reagir ao sequestro. Percebe-se que em nenhum momento a

<sup>86</sup> Dan Mitrione foi um agente norte-americano da CIA encarregado de ensinar técnicas de tortura para policiais tanto no Uruguai como no Brasil; neste país, trabalhou em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

<sup>87</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 294.

<sup>88</sup> VILLALOBOS, Marco Antônio, op. cit., p. 71.

<sup>89</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento, op. cit., p. 6.

<sup>90</sup> SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “*Por ti, América*”: luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói, 2016, p. 165.

organização tinha o intuito de executar o militar norte-americano, libertando-o quatorze horas depois para que tivesse os cuidados necessários devido ao seu estado de saúde instável <sup>91</sup>.

Ainda na Argentina os Montoneros também realizaram ações de caráter político, a primeira foi o general Pedro Eugênio Aramburu.

Os montoneros fizeram sua primeira aparição pública em maio de 1970, por ocasião da captura e do justicamento do general e ex-presidente da República Pedro Eugenio Aramburu, que fora uma figura de destaque na orquestração do golpe que derrubou Perón em 1955 e também responsável pelo sequestro dos restos mortais de Eva Perón <sup>92</sup>.

Apesar do plano desta ação ser totalmente diferente do que estamos propondo neste trabalho o justicamento de um ex-general, que ocupou o cargo de presidência na Argentina, acabou repercutindo no mundo inteiro. Em 1974 os Montoneros sequestraram os empresários e irmãos Juan e Jorge Born, herdeiros do maior conglomerado da América Latina na época, a empresa multinacional Bunge & Born. O resgate foi de US\$ 60 milhões e que levou a fama de ser o sequestro mais caro do mundo <sup>93</sup>.

A dissertação limitou-se em abordar apenas alguns sequestros que ficaram mais conhecidos, contudo uma investigação realizada por Pamela Resende em sua tese “*Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969*” constrói um quadro a partir do livro “*The Diplomatic Kidnappings: A Revolutionary Tactic Of Urban Terrorism*” de Carol Elder Baumann. A relação ajuda a compreender como os sequestros de diplomatas tinham virado uma prática sistemática, contribuindo com a proposta defendida pela historiadora de que essas ações não poderiam ser tratadas apenas como problemas domésticos.

A tabela, que corresponde aos anos de 1968 até 1971, no que tange o sequestro de diplomata têm as seguintes legendas, I: tentativa de sequestro que falharam; II: Demandas de resgate atendidas; III: Sem resgate, mas com liberação do diplomata; e IV: Sem resgate e diplomata morto. A seguir apresenta-se a relação na íntegra:

---

<sup>91</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de abril de 1974.

<sup>92</sup> SILVA, Izabel Priscila Pimentel da, op. cit., p. 110.

<sup>93</sup> ZERO HORA. “O sequestro mais caro do mundo realizado na Argentina em 1974”. Porto Alegre, 10 de setembro de 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2016/09/o-sequestro-mais-carro-do-mundo-realizado-na-argentina-em-1974-7408655.html>. Acessado em: 16 de novembro de 2018.

**Tabela 1: Sequestros Diplomáticos nos anos de 1968 até 1971<sup>94</sup>.**

<b>Data</b>	<b>Nome</b>	<b>Cidadania</b>	<b>Cargo</b>	<b>País de sequestro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Resgate</b>
28/08/1968	John Gordon Mein	Estados Unidos	Embaixador	Guatemala	I	Nenhum
04/09/1969	Charles Burke Elbrick	Estados Unidos	Embaixador	Brasil	II	15 prisioneiros
05/10/1969	Hermann Buff	Suíça	Primeiro-Secretário	Colômbia	II	Dinheiro
06/03/1970	Sean M. Holly	Estados Unidos	Secretário político	Guatemala	II	3 prisioneiros
11/03/1970	Nobuo Okuchi	Japão	Cônsul	Brasil	II	5 prisioneiros
24/03/1970	Donald J. Crowley	Estados Unidos	Air attaché	República Dominicana	II	20 prisioneiros
24/03/1970	Waldemar Sanchez	Paraguai	Cônsul	Argentina	III	Nenhum
29/03/1970	Yuri Pivovarov	União Soviética	Assistente comercial attaché	Argentina	I	Nenhum
31/03/1970	Karl Von Spreti	Alemanha	Embaixador	Guatemala	IV	Nenhum
05/04/1970	Curtis C. Cutter	Estados Unidos	Cônsul	Brasil	I	Nenhum
07/06/1970	Morris Draper	Estados Unidos	Secretário político	Jordânia	II ou III	Incerto
11/06/1970	Ehrenfried von Holleben	Alemanha	Embaixador	Brasil	II	40 prisioneiros
31/03/1970	Dan Mitrione	Estados Unidos	Conselheiro da A.I.D.	Uruguai	IV	Nenhum
31/03/1970	Aloysio Dias Gomide	Brasil	Cônsul	Uruguai	II	Dinheiro
07/08/1970	Claude L. Fly	Estados Unidos	Conselheiro	Uruguai	III	Nenhum (ataque do coração)

<sup>94</sup> Tabela retirada do trabalho de: RESENDE, Pâmela de Almeida. *Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969*. Tese. 2019, p. 79.

05/10/1970	James R. Cross	Inglaterra	Cônsul	Canadá	III	Nenhum
01/12/1970	Eugen Beihl	Alemanha	Cônsul honorário	Espanha	II ou III	Incerto

Importante enfatizar que a pesquisa realizada por Pamela corresponde especificamente aos sequestros de representantes estrangeiros, no entanto mostrou-se anteriormente é que apesar do corpo diplomático ser o principal alvo das guerrilhas urbanas, ocorriam também sequestros de empresários, agentes da CIA e generais.

É importante compreender que os sequestros faziam parte de uma lógica das organizações clandestinas, que para além de uma forma de resistência contra o Estado, essas ações eram utilizadas para subsidiar a manutenção dos “aparelhos”. Para finalizar, precisa-se reconhecer as particularidades de cada sequestro, mesmo quando desenvolvido dentro de um mesmo país e por uma mesma organização, os cenários e os objetivos que buscavam atingir poderiam ser diferentes: libertação de presos políticos, arrecadação em dinheiro, reparação para os trabalhadores... Portanto os objetivos a serem alcançados não eram os mesmos e seus resultados, positivos ou negativos, dependiam de fatos externos como a negociação entre o governo e as empresas que aceitassem – ou não – pagar o preço do resgate.

Nessa conjuntura, em que as organizações clandestinas foram fortemente influenciadas pela Revolução Cubana com o anseio da construção de um projeto revolucionário para a sociedade, os sequestros foram uma tática utilizada pelos guerrilheiros. No primeiro semestre do ano de 1970, dois sequestros de figuras públicas tinham obtido êxito no Brasil, tornando-se viável a ideia de realizar uma ação de tal envergadura no Rio Grande do Sul.

No dia 4 de abril de 1970, o militante Félix Silveira Rosa Neto, coordenador do comando regional da VPR<sup>95</sup> e também o articulador da operação, estava acompanhado dos outros integrantes que pertenciam a unidade de combate da organização<sup>96</sup>: Gregório Mendonça, Fernando Damatta Pimentel e Irgeu Menegon. Em um fusca, dirigido por Menegon, perseguiram o cônsul e a sua esposa pelas ruas da cidade. Em um carro acompanhado por Reinholdo Amadeu Klement, Antônio Carlos Araújo Chagas e Luiz Carlos Dametto faziam a cobertura da operação.

<sup>95</sup>ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informação. *Situação atual da subversão na área do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 31 de julho de 1978, p. 77.

<sup>96</sup> Ibid., p. 79.

No período da tarde, os revolucionários seguiram o representante diplomático, mas “devido ao intenso tráfego de veículos, o carro dos sequestradores não conseguiu emparelhar com o carro do cônsul”<sup>97</sup>. Por volta das 22 horas o cônsul Cutter juntamente com sua esposa e um amigo saíram da rua “Vasco da Gama quando logo após a Rua Ramiro Barcellos, foi ultrapassado e fechado pelo automóvel dirigido por Irgeu, gerando uma pequena batida”<sup>98</sup>. Félix Rosa Neto, Gregório Mendonça e Fernando Pimentel desceram do carro com suas armas a fim de capturá-lo, “Félix colocou-se ao lado da janela traseira, ao passo que Pimentel, portando uma pistola 45 postou-se defronte ao veículo do cônsul”<sup>99</sup>.

Curtis Carly Cutter, possivelmente entendendo que se tratava de um sequestro, teve uma reação inusitada acelerando sua caminhonete Chevrolet americana em direção aos militantes e ocasionando o atropelamento de Fernando. Vendo-o escapar, Félix disparou acertando o ombro do diplomata, que mesmo ferido acabou fugindo.

A malsucedida operação de sequestro e a inesperada reação do cônsul foram inéditas, portanto, parte-se do entendimento que o acontecimento, é antes de tudo, algo novo e imprevisível. Pressupõem-se também que a tentativa de sequestro do cônsul Curtis Cutter em Porto Alegre foi, antes de tudo, um não-acontecimento, um episódio que não foi concretizado como o esperado, que fracassou no decorrer de sua ação “assim o acontecimento é o que poderia ter sido feito de outra maneira”<sup>100</sup> e a reação do cônsul “não pode ser prevista” e “não pode também ser inteiramente explicada”<sup>101</sup>.

Mas, obviamente, houve um evento, pois o fracasso mostra que havia expectativas prévias que não foram cumpridas e que produziram efeitos e consequências. Ou seja, houve futuros projetados que não se concretizaram, como a captura do diplomata e a libertação dos presos políticos, dando espaço para outros futuros que talvez não tivessem sido pensados, como a repressão que foi desencadeada naquele momento e com as diversas prisões de militantes. Provavelmente os guerrilheiros tinham noção do que estavam fazendo e das consequências, mas talvez não da dimensão de como desencadeou a repressão. Entende-se

---

<sup>97</sup> WASSERMAN, Cláudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil, p. 65. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010, p. 65. (Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964 v. I).

<sup>98</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 131.

<sup>99</sup> CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960-1970*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: UFF, 2007. p. 82.

<sup>100</sup> DOSSE, François op. cit., p. 188.

<sup>101</sup> BARRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004, p. 157.

assim que o acontecimento ocasionou um “deslocamento [que] se produziu, de onde não vão mais cessar de surgir e de explodir efeitos de verdade”<sup>102</sup>.

Para interpretação do episódio a dissertação utiliza-se do conceito de ação, contribuindo para a problematização do objeto de pesquisa que é tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre. Em “*A condição humana*” a ação é descrita como uma das condições humanas junto com o labor e o trabalho, nas palavras de Hannah Arendt a “ação é a atividade política por excelência”<sup>103</sup>.

O entendimento de que os guerrilheiros da VPR, que iniciaram a ação de sequestro no dia 4 de abril de 1970, tinham como objetivo inicial capturar o cônsul Curtis Cutter, no entanto, o episódio não saiu como o esperado para os militantes, e a captura no diplomata não foi concretizada:

Embora os homens sempre tenha sido capazes de destruir tudo o que fosse produzido por mãos humanas e, hoje, sejam capazes até de destruir aquilo que o homem não criou – a Terra e a natureza da Terra – nunca foram e jamais serão capazes de desfazer ou sequer controlar com segurança os processos que desencadeiam através da ação<sup>104</sup>.

Hannah Arendt ajuda a entender que apesar dos revolucionários da VPR terem iniciado a ação, eles são incapazes de garantir com segurança o resultado esperado ou controlar os processos desencadeados e, até mesmo, desfazer o que foi feito. Assim a autora continua “E esta incapacidade de desfazer o que foi feito é igualada pela outra incapacidade, quase tão completa, de prever as consequências de um ato e até de conhecer com segurança os seus motivos”<sup>105</sup>.

Considera-se que nem os militantes nem o cônsul tiveram controle sobre os desdobramentos da ação. Tanto sobre o atropelamento do militante Fernando Pimentel feito pelo Curtis Cutter, quanto o tiro que Félix Silveira disparou e acabou por acertando no ombro cônsul ou sobre a reação do diplomata que acabou escapando.

O motivo pelo qual jamais podemos prever com segurança o resultado e o fim de qualquer ação é simplesmente que a ação não tem fim. O processo de um único ato pode prolongar-se, literalmente, até o fim dos tempos, até que a própria humanidade tenha chegado ao fim<sup>106</sup>.

De acordo com Arendt, o homem o iniciador de uma ação não tem o controle sobre o processo e suas reações e consequências. E quanto mais se multiplicam as consequências do

---

<sup>102</sup> FOUCAULT, Michel, 1977, op. cit., p. 197.

<sup>103</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 17.

<sup>104</sup> Ibid, p. 244-245.

<sup>105</sup> Ibid, p. 244-245.

<sup>106</sup> Ibid, p. 245.

sequestro, mais a ação não tem fim. Jean Starobinks corrobora com esta ideia afirmando que “toda a reação será apenas um acontecimento parcial numa interação muito mais vasta, que ninguém pode controlar”<sup>107</sup>.

A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas. Juntos, iniciam novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com quem ele entra em contato. É em virtude desta teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, que a ação quase sempre deixa de atingir seu objetivo; mas é também graças a esse meio, onde somente a ação é real, que ela “produz” histórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis<sup>108</sup>.

Logo, a partir da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, iniciou um novo começo e que imprimiu consequências e foram respingadas na sociedade. Um novo começo para os guerrilheiros que participaram da ação e estavam sendo procurados pelos órgãos de repressão. Um novo começo para o cônsul que teve sua rotina e sua trajetória de vida alterada devido ao episódio. E, como uma teia, a ação foi atingindo os “quadros” das organizações no Rio Grande do Sul, que foram sendo procurados, presos ou exilados. Uma teia que também acabou por atingir os órgãos de repressão que teve sua estrutura modificada.

Os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe exatamente o que está fazendo que sempre vem a ser “culpado” de consequências que jamais desejou ou previu; que, por mais desastrosas e imprevistas que sejam as consequências do seu ato, jamais poderá desfazê-lo; que o processo por ele iniciado jamais termina inequivocamente num único ato ou evento, e que seu verdadeiro significado jamais se revela ao ator, mas somente à visão retrospectiva do historiador, que não participa da ação<sup>109</sup>.

Compreende-se que mesmo que os guerrilheiros tenham sido apontados como “irresponsáveis” por uma ação de tal envergadura e como “culpados” pela repressão que intensificou nos anos 70 em Porto Alegre, eles, muito provavelmente, não desejavam e não previram as consequências da repressão. Apesar dos revolucionários serem os iniciadores da ação eles são incapazes de controlar os desdobramentos causados por esse começo.

### **“Ao povo: o cônsul norte-americano, Mister Curtis Cutter, foi sequestrado”: O Manifesto**

<sup>107</sup> STAROBINSKI, Jean. *Ação e reação: vida e aventuras de um casal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 15.

<sup>108</sup> Ibid, p. 196-197.

<sup>109</sup> Ibid., p. 245.

Lenin exprime uma parte do seu pensamento por meio das seguintes palavras “é mais agradável e mais útil fazer a ‘experiência duma revolução’ que escrever sobre ela”<sup>110</sup>. Essa “experiência revolucionária”, vivida na antiga União Soviética, irrompeu no mundo todo e seus destroços alcançaram o continente latino americano, na qual tiveram forte influência dentro de alguns setores da sociedade.

Esse fenômeno revolucionário estava presente no âmbito da nova esquerda que buscavam outras formas de atuação na política, nesse sentido, o acontecimento do sequestro torna-se mais nítido quando o situa-se em seu contexto dentro dos entendimentos sobre política e sobre as novas configurações que as guerras tinham no século XX. É no cenário dessas experiências que se propõem analisar o papel da violência dentro da esquerda e pensar a prática de sequestro como uma estratégia que estava inserida na lógica da guerra de guerrilhas, dentro dessa nova modalidade em que se utilizavam da violência como ação política.

Dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) alguns membros culpavam-no pela inação diante do golpe de 64, descontentes com a sua postura de uma via “pacífica” e somada às críticas da burocratização de um partido único, os militantes optaram por saírem do “partidão” formando diversas dissidências denominadas de “vanguardas”. Ao que tudo indica essas ideias de “pegarem em armas” e “fazer a revolução” não eram novidades, estando presente dentro de alguns setores da esquerda em um discurso que vinha sendo elaborado gradativamente, mas sem dúvida, essas ideias acabaram ganharam impulso com o golpe civil-militar.

É necessário lembrar que antes de 1964 o “partidão” não era o único movimento de esquerda que existia no Brasil. A Política Operária - Partido Operário Comunista (POLOP) considerada a primeira organização de esquerda revolucionária surgida no Brasil ainda em 1961. A POLOP seria a raiz responsável que, direta ou indiretamente, desencadeou nas seguintes organizações nos anos subsequentes: Colina, VPR, POC e VAR-Palmares. Em 1962 quando os dirigentes João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar romperam com o PCB, por criticarem a “linha pacífica” adotada pela direção do partido, fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ainda em 1967 dada à expulsão de Carlos Marighella formou-se o Agrupamento Comunista de São Paulo, consolidada nos anos posteriores e denominada ALN (Ação ou Aliança Libertadora Nacional).

---

<sup>110</sup> LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. Boitempo Editorial, 2017, p. 139.

As vanguardas revolucionárias entendiam que deveriam compreender a teoria científica que leva ao processo revolucionário e elas seriam as “iluminadoras dos caminhos da revolução”<sup>111</sup>. Na concepção das dissidências elas deveriam ser organizações militarizadas e o emprego da violência era uma das suas estratégias, como mostra Daniel Aarão Reis Filho “a luta armada e o emprego da violência eram, aqui também, mostrados como o caminho inevitável na busca de transformações radicais”<sup>112</sup>. A ideia tanto do emprego da violência quanto de ação estavam presentes nos novos valores políticos das esquerdas, com a “confiança na ação e na intervenção da vanguarda”<sup>113</sup>.

Dentro dessa nova modalidade utilizava-se da violência como ação política e a luta armada era vista dentro das organizações como uma opção política legítima de atuação, nesse cenário há uma relação intrínseca entre política, ação e violência. Para Carlos Marighella, um dos principais revolucionários e teóricos sobre guerrilha no Brasil, enfatiza que “nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda”<sup>114</sup>.

O entendimento que as esquerdas tinham neste contexto sobre as ações que deveriam ser desenvolvidas eram: expropriações, ataques surpresas, sequestros, justicamento... Para contextualizar a Ação Libertadora Nacional (ALN) em 1967 exproprio o trem pagador em São Paulo e o carro pagador do IPEG, no Rio de Janeiro. Tomou a Rádio Nacional em São Paulo em 1968. Junto com o MR-8 realizaram o primeiro sequestro do embaixador norte-americano em 1969. E no ano de 1970 ocorreu o justicamento do empresário Boilessen da Supergasbrás, um dos financiadores da OBAN<sup>115</sup>.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) participou das greves de Osasco em 1968, foi responsável pelo ataque de bomba ao serviço de informação e propaganda dos Estados Unidos em São Paulo (USIS) e ao Quartel-General do II Exército. Na mesma cidade realizou expropriações de armas ao Hospital de Cambuci e no quartel do exército em São Caetano do Sul. Em 1969 o capitão Lamarca abandonou o exército e expropriou armas no quartel do 4º Regimento de Infantaria de São Paulo. Ocorreu também a expropriação da casa do ex-governador Ademar de Barros no valor de cerca de US\$ 2,5 milhões. Em 1970 a VPR

---

<sup>111</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993, p. 43.

<sup>112</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA de SÁ, Jair. *Imagens da Revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985, p. 18.

<sup>113</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>114</sup> MARIHELLA, Carlos. Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo de 1968. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979, p. 137.

<sup>115</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA de SÁ, Jair, op. cit., p. 207.

realizou os sequestros do cônsul japonês em São Paulo, e do suíço no Rio de Janeiro no final do mesmo ano <sup>116</sup>.

Algumas ações foram realizadas juntas entre a ALN e a VPR. Entre elas está o justicamento do major norte-americano Charles Chandler em 1968 e o sequestro do embaixador alemão em 1970 <sup>117</sup>. Essas foram as principais ações desenvolvidas pela ALN e pela VPR, assim pode-se ter uma compreensão do que as organizações clandestinas entendiam por ação. Ações estas que eram desenvolvidas dentro de uma estratégia de guerra revolucionária.

É no pano de fundo do século XX com novas indecências de guerra e de revolução que há uma “nova e inegável glorificação da violência” <sup>118</sup> afirmação realizada por Hannah Arendt e de acordo com a filósofa é nesse contexto em que a violência se racionalizada e se converte em ação <sup>119</sup>, isso acaba sendo presenciada nas práticas da guerrilha urbana no Brasil em que ocorre uma racionalização da violência para atingir objetivos políticos.

As organizações que optaram por um caminho armado utilizava-se de um comando político-militar unificado e por meio dele levavam a efeito e executavam seus planos. É por meio dessas ações que se percebe a presença do fator surpresa. O ataque surpresa depende de dois elementos para seu resultado: o sigilo e a rapidez. Essa tática também implica em uma dificuldade de mobilizar um número significativo de guerrilheiros, devido à dificuldade de deslocamentos por atuarem na clandestinidade. Por outro lado, o efeito surpresa só acaba por atingir o nível político quando se utiliza de métodos violentos para chamar a atenção <sup>120</sup>. Enfatiza-se que tanto a mobilidade e quanto a irregularidade são a essência das táticas da guerrilha <sup>121</sup>.

(VER) O entendimento que prevalece na atualidade entre os ex-integrantes da luta armada, é a ideia de que sequestro surgiu dadas as circunstâncias do momento em que as prisões políticas eram realizadas sem mandatos judiciais. Essas prisões utilizadas pelos órgãos de repressão foram legitimadas através do Ato Institucional nº5 que suspendia o *habeas corpus* por crimes de motivação política contra a Segurança Nacional.

A compreensão por esse prisma releva apenas uma parte da realidade. Evidentemente a libertação dos presos políticos era o objetivo central da ação, contudo percebem-se outros

---

<sup>116</sup> Ibid., p. 222-223.

<sup>117</sup> Ibid., p. 207 e 223.

<sup>118</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 35.

<sup>119</sup> Ibid., p. 12.

<sup>120</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 138.

<sup>121</sup> Ibid., p. 183.

elementos relacionados às práticas de sequestros. Carlos Marighella em seu livro “*Manual do Guerrilheiro Urbano*” afirma:

Sequestrar é capturar e assegurar em um lugar secreto um agente policial, um espião norte-americano, uma personalidade política ou um notório e perigoso inimigo do movimento revolucionário.

O sequestro é usado para trocar ou libertar camaradas revolucionários aprisionados, ou para forçar a suspensão da tortura nas cadeias de uma ditadura militar.

O sequestro de personalidades que são artistas conhecidos, figuras do esporte ou que são grandiosos em algum campo, mas que não tem evidência de um interesse político, podem ser uma forma de propaganda para os princípios patrióticos e revolucionários da guerrilha urbana sendo que ocorra baixo circunstâncias especiais, e o sequestro seja manipulado de uma maneira que o público simpatize com ele e o aceite.

Os sequestros de residentes norte-americanos ou visitantes no Brasil constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país<sup>122</sup>.

O sequestro tinha como finalidade a troca para libertar presos políticos, também era visto como uma maneira de capturar um “inimigo do movimento revolucionário” uma forma de “protesto” contra o imperialismo norte-americano e tudo o que esse país representava para esses grupos. Do mesmo modo, uma maneira encontrada para fazer propaganda da guerrilha urbana como uma forma de conscientização com o intuito de ganhar simpatia e apoio da população por meio de uma ação de impacto.

As ações desencadeadas no perímetro urbano também eram uma forma de propaganda da luta armada para a sociedade e poderiam surtir mais efeitos do que as ações desenvolvidas no perímetro rural. Carlos Marighella afirma que “a coordenação das ações de guerrilha urbana, incluindo cada ação armada, é a principal forma de fazer propaganda armada”<sup>123</sup> e continua: “aviões com todas de voo trocados pela ação revolucionária, barcos e trens em movimento assaltados e capturados por guerrilheiros, podem ser usados somente para efeitos de propaganda”<sup>124</sup>.

A própria propaganda tinha torando-se uma arma, havendo um entendimento que qualquer ação armada fazia parte de uma estratégia de agitação e propaganda. As expropriações além de manter a estrutura do “aparelho” tinham também como objetivo ganhar visibilidade e simpatia da sociedade. Essas ações por si só deveriam ser violentas para conseguir chamar a atenção do corpo social. Portanto o conceito de ação é essencial para o

<sup>122</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Manual do Guerrilheiro Urbano*. São Paulo: Editora Sabotagem, 1969, p. 43.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 47.

entendimento de um conjunto de práticas, na qual o sequestro faz parte. Sequestro este que também se inclui em uma estratégia de propaganda.

As massas são facilmente influenciáveis pela propaganda, tanto positiva quanto negativa, sua moral é muito sensível às circunstâncias da luta. Daí a importância de reforçar seu caráter a conscientização da clareza dos objetivos e das dificuldades emergentes de um confronto prolongado, pois a vitória não será o fruto de um dia, mas de uma longa jornada de luta. Pequenas vitórias iniciais, quando inteligentemente difundidas, dão coesão e força moral ao povo. Por outro lado, a ausência de êxitos ou, o que é pior, uma sequência de vitórias do inimigo desmoraliza e desmobiliza as massas insurretas, que podem passar rapidamente a uma debandada desorganizada e a um incalculável recuo histórico<sup>125</sup>.

Apesar de não concordar que as “massas são facilmente influenciáveis” no trecho acima de Héctor Luis Saint-Pierre em “*A política amada*” destaca o papel desempenhado da propaganda dentro da conscientização política da sociedade. Ao difundir os pequenos triunfos pelos guerrilheiros, a publicidade ofereceria coesão e força moral para a população.

Para Hannah Arendt o conceito de ação não pode ser entendido sem a compreensão do discurso:

“Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer”<sup>126</sup>

A ação oferece um sentido para a prática política é uma forma de pensar a política e a ação só faz sentido quando vinculada ao discurso do agente do ato, se não ela perde o caráter específico e tornaria um ato qualquer. É por meio do discurso que se diferencia um sequestro comum que tem um caráter somente de extorsão de um sequestro de caráter político, que busca além de libertar presos políticos, um meio de divulgação e difusão de seus manifestos.

No meio dessa definição as organizações clandestinas reivindicavam a autoria das ações buscando difundir uma mensagem nela expressada. Em seguida, apresenta-se o primeiro manifesto divulgado pela ALN e pelo MR-8 após o sequestro do embaixador norte americano. Na sequência expõem-se o manifesto produzido pela VPR na ocasião da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre.

Manifesto da ALN e do MR-8:

Grupos revolucionários **detiveram** hoje o Sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando o para algum lugar do país, onde o

<sup>125</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis, op. cit., p. 142.

<sup>126</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p. 191.

mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores.

Na verdade, o **rapto** do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural.

Com o **rapto** do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados.

O sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantêm o regime de opressão e exploração.

Os interesses desses consórcios, de se enriquecerem cada vez mais, criaram e mantêm o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta e a repressão institucionalizada. Portanto, o **rapto** do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta. Saibam todos que esta é uma luta sem tréguas, uma luta longa e dura, que não termina com a troca de um ou outro general no poder, mas que só acaba com o fim do regime dos grandes exploradores e com a constituição de um governo que liberte os trabalhadores de todo o país da situação em que se encontram.

Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso ela não quer comemorar coisa nenhuma; quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne?

Na Semana da Independência, há duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que **raptam** o embaixador, símbolo da exploração.

A vida e a morte do sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ele atender a duas exigências, o sr. Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

a) A libertação de 15 prisioneiros políticos. São 15 revolucionários entre milhares que sofrem torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses 15 homens, líderes da luta contra a ditadura. Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração.

b) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país.

Os 15 prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado - Argélia, Chile ou México -, onde lhes seja concedido asilo político. Contra eles não devem ser tentadas quaisquer represálias, sob pena de retaliação.

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por seu transporte para um país seguro. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o sr. Burke Elbrick será justicado. Os 15 companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados: esta é uma "situação excepcional". Nas "situações excepcionais", os juristas da ditadura sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu recentemente, na subida da Junta Militar.

As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá às exigências.

O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisto por nossa parte. Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas.

Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

## Manifesto da VPR:

“Comunicado Nº 1”

“Ao Povo: o cônsul norte-americano em PA, Mister Curtis Cutter, foi **sequestrado** às...horas do dia....de março pelo “Comando Carlos Marighella da Vanguarda Popular Revolucionária”

Este indivíduo, ao ser interrogado, confessou suas ligações com a CIA (Agência Central de Inteligência, órgão da espionagem internacional dos Estados Unidos) e revelou vários dados sobre a atuação da CIA no território nacional e sobre as relações destas agencias com os órgãos de repressão da ditadura militar.

Ficamos sabendo, entre outras coisas, que a CIA trabalha em estreita ligação com o CENIMAR, fornecendo inclusive “orientação” a este último órgão sobre os métodos de tortura mais eficazes a serem aplicados nos prisioneiros. A CIA e o CENIMAR sofrem a “concorrência” do SNI, sendo que esta rivalidade é tão acentuada que em....um agente da CIA foi assinado na GB por elemento do SNI.

Este informe foi cuidadosamente abafado pela ditadura, mas o depoimento do agente Curtis Cutter, nosso atual prisioneiro, permite que o trouxe a público. Outras informações estão em nosso poder e serão divulgadas oportunamente.

Após prestar seu depoimento o agente Curtis Cutter foi julgado por um Tribunal de Justiça Revolucionária e condenado à morte, por suas atividades como membro de um dos mais nefastos órgãos do imperialismo norte-americano do mundo inteiro.

No entanto, considerando que a vida e a liberdade dos companheiros revolucionários que encontram presos são muito mais importantes para o povo e para a Revolução do que a vida de qualquer um dos agentes da

famigerada CIA, este mesmo, Tribunal de Justiça Revolucionária decidiu que poderia haver comutação da sentença e conseqüentemente libertação do réu, em troca das seguintes condições:

1 – Divulgação “integral” de todos os comunicados, inclusive este que foram distribuídos pela VPR. Só negociamos com a ditadura quando estas negociações são amplamente abertas ao povo. Nós nada temos a esconder. Se a ditadura tem, logo saberemos.

2 – Libertação de... companheiros presos atualmente pela ditadura. Estes companheiros deverão ser enviados em avião civil à Argélia (todo o nome). A lista dos nomes será entregue logo que sejam aceitas estas negociações.

3 – Ampla e integral divulgação de um manifesto político que será entregue juntamente com a lista de presos.

Além da lista e do manifesto será entregue uma carta do nosso prisioneiro, Mr. Cutter, atestando sua perfeita sanidade física e mental.

4 – imediata remoção do agente Cutter para outro país.

5 – Imediata suspensão de todas as investigações, ostensivas ou sigilosas em torno deste **sequestro**. A localização do aparelho onde se encontra o agente Cutter ou a prisão de qualquer militante do Comando Marighella durante o cumprimento de tarefas ligadas ao **sequestro** (telefonemas, entrega de cartas etc.) será considerada como quebra das condições aqui relacionadas. E a não aceitação ou a quebra das condições significa a imediata execução da sentença de morte conta o agente Curtter.

A aceitação destas condições deverá ser divulgada às .... horas do dia ..... pelas Rádios ..., ... e.... . Este prazo em nenhuma hipótese será prorrogado.

A vida do cônsul-espião está nas mãos da ditadura. Aguardamos sua decisão.

ATÉ A VITÓRIA, SEMPRE. OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER  
COMANDO CARLOS MARIGHELLA DA VPR!<sup>127</sup>

Colocando em perspectiva os dois manifestos eles auxiliam para o desenvolvimento da análise que busca acentuar as continuidades, as diferenças e os deslocamentos nos discursos. Através das declarações notam-se algumas continuidades entre os manifestos, em que havia um entendimento que o sequestro fazia parte de um conjunto de ações revolucionárias para atingir a guerrilha no campo. Percebe-se igualmente que havia uma estratégia de ação pela propaganda, ação que no momento em que era pensada já fazia parte de uma estratégia de ser algo espetacular e midiático para que os atos criassem situações de agitação e ganhassem apoio da população.

No primeiro manifesto produzido pela ALN e o MR-8 em 1969, envolvendo o embaixador Charles Burke Elbrick, o discurso apresenta os termos “rapto” e “detiveram” para apresentar a ação, em nenhum momento usa-se “sequestro”. Isso poderia ser explicado dentro da concepção que se tinha dentro da organização em que essa ação foi empregada. No documentário “*Hércules 56*”<sup>128</sup> Daniel Aarão e José Dirceu, ex-guerrilheiros e que participaram desse evento, comentam que se utilizavam da palavra “rapto” ou “captura” como

<sup>127</sup> *Correio do Povo*, 19 de abril de 1970.

<sup>128</sup> Documentário *Hércules 56*. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Eo4DmmQKjRk>>. Acessado em 10 de maio de 2019.

uma maneira de ganhar simpatia da população já que a conotação da palavra tinha um sentido positivo. Diferentemente da palavra sequestro que transmitia algo depreciativo e que, ao mesmo tempo, utilizar esse termo significaria assumir um crime.

Evidenciam-se deslocamentos produzidos dentro do discurso elaborado pela VPR e que seria divulgado caso desse o sucesso da ação envolvendo o cônsul Curtis Cutter, nota-se a opção em utilizarem o termo “sequestro”. O primeiro manifesto foi elaborado em setembro de 1969 o outro em abril de 1970 em um curto espaço de tempo em que mudou a forma de qualificar a ação. Assim também é uma maneira de justificar a utilização do substantivo sequestro na presente dissertação, mas sempre compreendendo que esse sequestro se dava no âmbito de um caráter político.

A partir deste momento percorrem-se as especificidades do manifesto da VPR em seria divulgado caso ocorresse o sucesso da ação de sequestro do cônsul Curtis Cutter. Primeiro é possível perceber a pré-fabricação da declaração, que foi redigida enquanto era planejada a operação, deixando em branco as informações que deveriam ser completadas como a hora, a data, o número de companheiros que deveriam ser trocados e as exigências para a divulgação do manifesto. Evidencia-se que essa era uma estratégia de ação pela propaganda, ação que no momento em que era pensada já fazia parte de uma estratégia de ser algo espetacular e midiático para que os atos criassem situações de agitação e ganhassem apoio da população.

Em segundo, evidencia-se uma suposta declaração que o cônsul havia confessado que era da Agência Central de Inteligência. Cutter teria sido julgado por um Tribunal de Justiça Revolucionária e condenado à morte, no entanto sua sentença teria sido comutada para a libertação dos presos políticos. Algumas considerações importantes devem ser feitas sobre esse comentário realizado pela VPR. Primeiro, que nenhum dos casos que ocorreram de sequestro de representantes estrangeiros no Brasil havia a ideia de execução dos indivíduos. Não deve-se adentrar ao questionamento se acaso o governo não aceitasse as exigências impostas pelos revolucionários e se eles iriam ou não fazer o justicamento do cônsul, o que está sendo abordado nesse momento é ainda a preparação e a concepção da ação de sequestro. Segundo, que ao serem planejadas essas ações já tinha como principal objetivo libertar companheiros presos e ganhar publicidade à ação. E por último, e mais evidente, é que o sequestro falhou e Curtis Cutter nunca foi interrogado.

Uma possibilidade, de como a ideia surgiu entre os participantes da VPR, que o cônsul Cutter era um agente da CIA, pode ter ligação com o caso do Charles Rodney Chandler. Chandler era um oficial do Exército dos Estados Unidos, um veterano da Guerra do

Vietnã e um funcionário da agência de inteligência norte-americana. O Cônsul Cutter antes de iniciar sua carreira na diplomacia também teve ligações com o exército americano servindo na Guerra da Coréia.

No entanto Elio Gaspari, em seu livro “*A Ditadura Envergonhada*”, afirma que para a esquerda armada havia a ideia de que “consideravam-no agente da CIA apoiando-se num raciocínio segundo o qual qualquer americano era, em princípio, um perigoso espião”<sup>129</sup>. É possível perceber que havia uma distorção em que se confundia que funcionários do governo norte-americano seriam possíveis agentes da CIA infiltrados na sociedade brasileira.

Em 1995 uma reportagem especial na *Zero Hora* sobre os “arrepentidos” da ditadura, é contada a trajetória do militante Irgeu João Menegon que renegou a luta armada, integrante da VPR ele participou da tentativa de sequestro. Nessa reportagem do renomado jornalista investigativo Nilson Mariano<sup>130</sup>, que em sua trajetória carrega trabalhos referentes à temática das ditaduras militares no Cone Sul e sobre a Operação Condor, quando abordada a tentativa de sequestro Nilson Mariano afirma que o cônsul Curtis Cutter era ligado à CIA<sup>131</sup>.

Infelizmente não foi possível averiguar ou confirmar essa informação de que a diplomacia em Porto Alegre tinha ligações com a CIA. Primeiro pelo tempo reduzido para a realização da pesquisa. Segundo pelo fato de não ser o foco do atual trabalho. Mas é inevitável apontar essas lacunas que ficaram abertas para que outros pesquisadores possam se debruçar sobre essas informações.

No que tange a afirmação no manifesto sobre a CIA estar orientando os órgãos de repressão na utilização de “métodos de tortura mais eficazes a serem aplicados nos prisioneiros”, atualmente sabe-se que é verdadeira. De acordo com o relatório “*Tortura no Brasil*”, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, os países do Cone Sul tiveram expressivo apoio da Agência de Inteligência norte-americana:

No final dos anos 60 e início dos anos 70, as ditaduras militares do Brasil e de outros países da região criaram a chamada Operação Condor, para perseguir, torturar e eliminar opositores. Receberam o suporte de especialistas militares norte-americanos, ligados à CIA, que ensinaram novas técnicas de tortura para obtenção de informações. A Escola das Américas, instalada nos EUA, foi identificada por historiadores e testemunhas como

---

<sup>129</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 328.

<sup>130</sup> Nilson Mariano formou-se em Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 1998 publicou o livro “Operação Condor – Terrorismo de Estado em El Cono Sur” que posteriormente foi lançado em português. Em sua trajetória recebeu diversos prêmios renomados que constam em seu currículo, entre eles: Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), Direitos Humanos (MJDH), Embratel, Movimento de Justiça, Sociedade Inter-americana de Imprensa (SIP), Vladimir Herzog de Direitos Humanos e World Association of Newspaper (WAN). Além disso, escreveu diversos artigos sobre a temática das ditaduras.

<sup>131</sup> *ZERO HORA*, dia 25 de abril de 1995, p. 5.

um dos centros de difusão de técnicas associadas à prática da tortura e maus-tratos<sup>132</sup>.

Um caso emblemático desse apoio foi do agente da CIA Dan Mitrioni, que atuou no Brasil em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Posteriormente o agente foi designado para trabalhar também no Uruguai, ensinando técnicas mais modernas e eficazes de tortura. Dan Mitrioni foi sequestrado e executado pelos Tupamaros em agosto de 1970.

Retornando à ocasião do sequestro do embaixador Charles Elbrick, os membros da Junta Militar haviam assumido o poder por causa do afastamento de Costa e Silva por problemas de saúde. Inicialmente a Junta Militar atendeu as exigências dos guerrilheiros em troca da liberdade do diplomata, mas logo em seguida criou a pena do banimento, a prisão perpétua e a pena de morte:

“O Ato Institucional nº 13 estabelecia que todos os presos políticos trocados por dignitários sequestrados seriam banidos do território brasileiro; na realidade, ele dava ao executivo o poder de banir do país ‘o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional’. O Ato Institucional nº 14 era uma emenda à Constituição de 1967, tornando a pena de morte, prisão perpétua e banimento aplicáveis em casos de ‘guerra psicológica, guerra adversa revolucionária ou subversiva’, assim como em casos de guerra extrema”<sup>133</sup>.

Essas medidas baseadas na Doutrina de Segurança Interna tinham justamente a intenção de elaborar uma definição ampla sobre o que era considerado “subversivo”, como enfatiza Maria Helena Moreira Alves, pois assim, o Estado poderia exercer “total arbítrio no estabelecimento do que consistia crime contra a Segurança Nacional”<sup>134</sup>. Outra medida tomada, depois do sequestro do embaixador norte-americano, foi à emenda da Constituição de 1967 que ampliava o poder do Executivo, assim podendo tomar medidas que eram consideradas de Segurança Nacional:

A segunda medida importante tomada após o sequestro do embaixador norte-americano foi a Emenda Nº 1 à Constituição de 1967, que ficou conhecida como a Constituição de 1969. A emenda eliminava os elementos liberais da estrutura eminentemente autoritária do documento de 1967. O poder Executivo recebia poderes extraordinários para a execução da política de Segurança Nacional, a partes do AI-5 eram incorporadas ao texto da Constituição. Ainda assim, aquele que seria talvez o acréscimo mais significativo (e certamente o mais extraordinário) a estas medidas veio no dia 11 de novembro de 1971 quando o governo baixou decreto-lei

---

<sup>132</sup> COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). *A Tortura no Brasil - Um estudo sobre a prática da tortura por agentes públicos, a ação da Justiça, alguns casos emblemáticos acompanhados pela CDH e propostas de ações superadoras*. Brasília, agosto de 2000.

<sup>133</sup> ALVES, Maria Helena op. cit., p. 189-190.

<sup>134</sup> Ibid., p. 191.

autorizando o Executivo a promulgar *decretos-leis secretos*, cujos textos não seriam divulgados em qualquer publicação oficial. Isso permitia a prisão de uma pessoa por infração à lei cuja existência era totalmente desconhecida<sup>135</sup>.

Essas medidas serviram para legitimar as ações de repressão no país. Os presos políticos que optaram pela pena de banimento - alguns militantes se recusaram ao exílio e decidiram permanecer presos e aguardar o julgamento -, tornavam-se sem cidadania ou apátridas. A pena de banimento foi um meio utilizado pelos órgãos de repressão para enquadrar militantes que seriam nocivos a Segurança Nacional. Só em 1978 “o governo revogava o banimento de 120 exilados, mas manteve Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola fora da lista”<sup>136</sup>. De acordo com Caroline Bauer, 140 brasileiros foram banidos do país:

Sendo 10 eram crianças, 4 foram mortos pela repressão brasileira, 8 encontraram-se desaparecidos, 1 foi morto pela repressão chilena, 1 morreu em acidente automobilístico no exterior, 1 suicidou-se, 63 denunciaram torturas durante o período em estiveram presos (62 em depoimentos nas Auditorias Militares e 1 em um livro de memória) e 31 eram fichados no DOPS/RS<sup>137</sup>.

Outros termos implícitos é que os guerrilheiros que foram banidos não poderiam mais retornar ao Brasil, pois seriam executados: “isso pôde ser confirmado pelo fato de que todos os banidos que retornaram ao país antes de decretada a anistia política foram mortos ou encontraram-se desaparecidos”<sup>138</sup>. Assim, criou-se uma perspectiva dentro dos órgãos de repressão, que o banido que tentasse retornar ao país não seria poupado.

Um exemplo dessa prática de eliminação de banidos exilados que tentassem voltar ao Brasil ocorreu na organização Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), que reunia cerca de trinta militantes. O grupo originou-se de uma dissidência dentro da ALN e era composto na maioria por militantes que estavam exilados no exterior e decidiram retornar ao país em princípios de 1971. De acordo com Gorender, devido ao prolongado tempo de ausência no país os militantes não tinham ideia do aumento significativo da repressão, discordando da visão do autor, muito provavelmente eles sabiam dos riscos que estavam em jogo, mas isso não impediu que eles retornassem ao país para rearticular a resistência: “para um grupo pequeno, o total de dezessete mortos, com cinco deles na lista dos ‘desaparecidos’, adquire a dimensão de carnificina. Em 1973, o MOLIPO já estava destruído”<sup>139</sup>.

<sup>135</sup> Ibid., p. 159.

<sup>136</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto. 2014, p. 296.

<sup>137</sup> BAUER, Caroline Silveira, op. cit., p. 202.

<sup>138</sup> Ibid., p. 203.

<sup>139</sup> GORENDER, Jacob op. cit., p. 202-203.

Este capítulo teve como objetivo apresentar as práticas de sequestros como uma estratégia utilizada pelas organizações de luta armada, colocando em perspectiva histórica com o cenário latino americano em que outros sequestros de caráter político eram praticados no continente, dentro dessas novas configurações em que se utilizava da prática da violência. Abordaram-se elementos que permitem pensar e compreender a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano a partir do conceito de ação, de campo de possibilidade e de discurso. Por fim, debateu-se que, por mais que os integrantes da VPR foram os iniciadores da ação eles não possuem o controle sobre todo o processo sobre as suas reações e consequências. Antes de encerrar o capítulo mostraram-se as descontinuidades embutidas dentro da produção dos documentos das organizações clandestinas.

Os sequestros foram um meio utilizado pela esquerda armada para além de libertar militantes políticos, divulgar nos meios de comunicação seus manifestos, fazer propaganda política sobre suas atividades no intuito de ganhar simpatia e informar a população sobre os acontecimentos em torno da repressão, por fim, também uma forma de denunciar as prisões políticas que estavam acontecendo no país. No entanto, as ações da Junta Militar buscou legitimar a repressão por meio dos Atos Institucionais, além dos meios legais, a repressão sempre atuou de forma arbitrária em que os revolucionários foram barbaramente torturados e desaparecidos. Assim, após alguns meses dessa repressão desenfreada, as organizações tinham seus principais militantes presos e seus grupos desmantelados. Em 1970 “foi o ano em que o sequestro teve a maior utilização e chegou ao esgotamento como forma de luta”<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> GORENDER, Jacob op. cit., p. 192.

## 2 CAPÍTULO: O SEQUESTRO NOS JORNAIS

Aqueles quatro homens deveriam ter recebido informações seguras de que o cônsul americano Curtis Carly Cutter não se encontrava em sua residência, pois, há algum tempo eles o esperavam no interior de um “Fuca” azul-forte, estacionado na rua Dona Laura. Passavam alguns minutos das 23h30m quando a perua Plymouth-Wagon, do Corpo Consular, surgiu na rua Dona Laura, em direção à rua Almirante Abreu. Recém Curtis e sua esposa Christiane e mais o banqueiro americano Roney C. Clarck haviam deixado o apartamento número 92 do edifício Monaréam situado na rua Pinheiro Machado, 282, nono andar, residência do médico Marcelo Tostes, onde participaram de uma festa.

Os desconhecidos, todos de cor branca que estavam mascarados e usavam chapéus bico de pato com distintivo do Grêmio FootBall Porto Alegrense, desceram do “Fuca”, armados de metralhadoras, e tentaram interceptar a perua. O cônsul, ao avistá-los, imprimiu maior velocidade na camioneta, atropelando um dos sequestradores que foi arrastado por quase 20 metros. Foi então que o “Fuca” acelerou e colidiu com a lateral esquerda da perua. Depois, houve muita confusão. Um tiro ecoou na rua Dona Laura, a 30 metros da Florêncio Ygartua. O projétil, de calibre 45, ultrapassou o vidro traseiro do carro do consulado e foi alojar-se no ombro direito do diplomata que, mesmo ferido, continuou na direção até chegar em sua residência, estacionando apressadamente sobre a calçada, enquanto sua esposa Christiane gritava por socorro<sup>141</sup>.

O trecho acima foi extraído da reportagem do jornal *Zero Hora*, que divulgou as informações sobre a tentativa do sequestro do cônsul norte-americano, ocorrida no dia 04 de abril de 1970, em Porto Alegre. As notícias veiculadas sobre esse episódio serão investigadas neste capítulo, cujo objetivo será analisar como foi construída a primeira versão dos fatos registrados no dia quatro. A mídia aparece como a mais imediata em dar as primeiras versões e ao mesmo tempo é a criadora de uma determinada imagem do acontecimento.

Nesse sentido, busca-se entender como a imprensa retratou o cônsul, os guerrilheiros e as “quedas” dos “quadros” das organizações após o episódio. Para a realização do presente trabalho, utilizam-se como fontes os principais jornais de circulação da cidade de Porto Alegre: *Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde* e de abrangência nacional: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, além da Revista *Veja*<sup>142</sup>.

Antes de iniciar a análise documental, é necessário abordar que, nesse período, os meios de comunicação estavam sob censura e ao longo de toda a ditadura civil-militar o governo buscou manter-se firme por meio dos mecanismos de repressão e da “construção de

<sup>141</sup> *Zero Hora*, 06 de abril de 1970, p. 23.

<sup>142</sup> O critério de seleção no presente trabalho dos jornais *Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde* é que esses que estavam disponíveis para consulta física no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa em Porto Alegre. Já à *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e a Revista *Veja* estão disponíveis para consulta online.

uma hegemonia ideológica na sociedade brasileira”<sup>143</sup>. Para legitimarem-se, os militares passaram a difundir uma imagem positiva do governo, utilizando como suporte os meios de comunicação. Conforme o historiador Érico Lima, o regime militar “buscou nas mídias, tanto com sua propaganda oficial quanto com a imprensa, uma forma de assegurar o controle do sistema político e a administração dos focos de contestação, seja na oposição armada seja na oposição permitida pelos mecanismos institucionais do regime”<sup>144</sup>.

Nesse contexto, os meios de comunicação sofreram com a censura instaurada pelos governos militares. De acordo com Carlos Fico, em seu livro “*Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*”, os jornais foram uma das principais vítimas da “censura não permanente (...), sistemática, porém velada fiscalização no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições”<sup>145</sup>. Fico afirma que a censura à imprensa virou praxe e que “foi tão sistemática que rotinizou-se e, em muitos casos, acabou sendo absorvida, pelos jornalistas, como etapa regular dos trabalhos diários da imprensa”<sup>146</sup>.

No entanto, alguns jornais não eram apenas vítimas do regime militar, e sim, colaboracionistas apoiando projetos do governo e fazendo eles próprios autocensura. A introjeção da censura nos jornais caminhou em direção à autocensura nas redações. As proibições advindas dos censores permitia que os órgãos de divulgação pudessem acatá-las ou não, transferindo a responsabilidade do Estado para a diretoria do jornal. Assim, a autocensura se refere à aceitação por parte dos meios de comunicação sobre os assuntos que deveriam ser restritos à sociedade.

De acordo com Maria Aparecida de Aquino, na sua tese sobre “*Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*”, a ditadura civil-militar buscou legitimar-se e manter uma imagem positiva do governo, ocultando a própria existência da censura:

“Este aspecto encontra-se integrado ao objetivo maior do Estado autoritário brasileiro pós-64 no sentido da manutenção de uma imagem democrática que escondesse sua face repressiva. Isso como uma tentativa de manter o apoio da sociedade civil a seu projeto, garantindo um mínimo de consenso em torno de sua legitimidade”<sup>147</sup>.

<sup>143</sup> LIMA, Érico Oliveira de Araújo. Ideologia e ditadura militar: a imagem do regime construída na imprensa brasileira durante o regime militar no país (1964-1985). *7º Encontro Nacional de História e Mídia*. Fortaleza, agosto de 2009, p. 01.

<sup>144</sup> Ibid., p. 02.

<sup>145</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 168.

<sup>146</sup> Ibid., p. 168.

<sup>147</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 98.

O Estado mostrava uma preocupação com a veiculação de notícias. A utilização da censura, que virou hábito e foi incorporada pelos jornalistas, tinha como objetivo passar uma imagem positiva do país, revelando que o governo buscava ocultar os antagonismos existentes. Portanto, a censura deve ser vista como um instrumento repressivo, em que a ditadura civil-militar conseguiu manter um vasto controle de informações do que era divulgado na imprensa. A proibição constante de notícias sobre violência social, crise econômica ou que criticassem o governo, tinham o intuito, segundo Maria Aparecida de Aquino, de mostrar a “sociedade livre de tensões e conflitos, condiz com a ideia de que o regime militar preocupou-se em passar a imagem de um tecido social harmonioso em que a rota da normalidade não pode ser interrompida”<sup>148</sup>. Esse controle contribuiu para a construção de uma realidade que se conforma a partir da ocultação de determinados fatos ou de sua narrativa a partir de um viés oficial.

Embora seja necessário situar o contexto em que a censura era praticada, é importante relativizar o seu papel dentro dos meios de comunicação. O governo ditatorial utilizou a imprensa como uma forma de difundir seu discurso, sua narrativa sobre os acontecimentos e sua leitura do mundo. Contudo, a imprensa não pode ser compreendida de forma passiva nesse processo. Ainda que vítima da censura, a imprensa não pode ser resumida a isso. Não era apenas veículo de transmissão de uma narrativa, sendo que muitas vezes compartilhava com essa visão de mundo. Havia uma coincidência de objetivos entre a imprensa e o governo com a disseminação desse discurso.

Apesar da censura estar presente nos bastidores das redações, há vários indícios de que ela não foi tão necessária na divulgação do sequestro. Nem tudo se resumiu a censura, pelo contrário, os jornais se engajavam na luta contra a ameaça iminente dos “terroristas”. Isso ajuda a entender o apoio da imprensa na legitimação em torno do projeto político e repressivo dos militares.

Os mecanismos utilizados pela ditadura civil-militar no desenvolvimento da comunidade de segurança baseavam-se, sobretudo, na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, de acordo com Maria Helena Moreira Alves:

“Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O *slogan* governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-

---

<sup>148</sup> Ibid., p. 75.

dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos, no seio da população, um clima de suspeitas, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso de uma ideologia de dominação de classe que tem servindo para justificar as mais violentas formas de opressão classista”<sup>149</sup>.

Por meio do slogan “segurança com desenvolvimento” aliado ao combate aos “inimigos internos”, a Doutrina de Segurança Nacional foi um instrumento utilizado na perpetuação das estruturas do Estado e na construção de um sistema de controle e dominação. Com o intuito de buscar um controle mais rígido da sociedade, o Estado utilizou-se de mecanismos e de uma estrutura burocrática para dar conta do aparato informativo-repressivo, que constantemente precisava ser modificado<sup>150</sup>. Mecanismos esses que também passavam pelos meios de comunicação.

Os jornais, após 1970, ao mencionarem as ações efetivadas pelas organizações de esquerda, passaram a noticiá-las nas páginas policiais numa clara tentativa de “eliminar o caráter político das ações armadas, enfatizando-se o seu sentido de ‘crime’”<sup>151</sup>. No entanto, quando fazia referência ao caráter político das organizações, os seus líderes eram desqualificados e “questionava-se a viabilidade do projeto revolucionário. As ações e estratégias dos grupos eram caracterizadas como violentas e perigosas”<sup>152</sup>.

O trabalho ideológico desenvolvido pelos órgãos de repressão e disseminado de forma geral por meio da mídia assegurou ao governo o controle sobre o que era transmitido para a sociedade e, ao mesmo tempo, buscava deslegitimar a oposição que partira para a luta armada. A ditadura utilizou termos específicos de estigma para representar os guerrilheiros, além de imputar uma série de imperfeições de caráter moral ou de desvio de conduta desses sujeitos, no qual serão apresentados no decorrer deste capítulo.

Os mecanismos de controle dos meios de comunicação utilizados pelo Estado autoritário contribuíram para criar uma imagem negativa dos militantes, buscando desqualificá-los perante o público leitor. Tal imagem foi, muitas vezes, apoiada pela imprensa. Assim, é importante lembrar, segundo Caroline Bauer, “o terrorismo de Estado não

---

<sup>149</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 31.

<sup>150</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>151</sup> GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 133.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 151.

foi exercido somente através da violência física, mas também através da violência simbólica”

153

**“Fogo cerrado não assustou cônsul americano”**

No dia 04 de abril, os militantes<sup>154</sup> da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26) perseguiram o cônsul Curtis Carly Cutter numa tentativa de realizar uma ação de sequestro, que acabou não sendo bem sucedida. A seguir, problematiza-se o acontecimento, ao mesmo tempo em que se busca descrevê-lo. O interesse do presente trabalho é entender como foi construída, por meio da imprensa, a primeira versão desse evento.

Para compreender o papel desempenhado pela imprensa no sequestro do cônsul, foram selecionados os jornais diários da cidade de Porto Alegre. A análise corresponde ao período de abril, maio, junho e julho de 1970 dos jornais *Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*. Já na pesquisa dos jornais de circulação nacional, o enfoque limitou-se nos periódicos *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *Revista Veja*.

Entende-se que há possíveis diferenças editoriais entre os jornais e revistas e que isso poderia acarretar em visões diferentes sobre o acontecimento. Encontra-se adesões mais ou menos explícitas ao discurso da ditadura e posturas mais ou menos de enfrentamento em relação à censura. Não é possível entender todos esses veículos como um só agrupamento homogêneo.

De acordo com Eduardo Zayat Chammas, em “*A Ditadura Militar e a grande imprensa*”<sup>155</sup>, o *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891 e, nesses longos anos de duração, o jornal passou por reformas modernizantes e por diferentes proprietários. Os editoriais do jornal no governo Goulart, constantemente faziam críticas as suas propostas de reforma de base. O autor analisa que após o golpe civil-militar os editoriais do *Jornal do Brasil* pediam o retorno da normalidade e da democracia, sendo um exemplo a publicação do dia 4 de abril de 1964:

<sup>153</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares Argentina e Brasileira e a elaboração de Políticas de Memória em ambos os países*. Tese defendida no Programa de Pós Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2011, p. 64-65.

<sup>154</sup> Foram identificados os seguintes militantes que participaram da ação: Félix Silveira Rosa Neto, Irgeu Menegon, Fernando Damatta Pimentel, Gregório Mendonça, Reinholdo Amadeu Klement, Antônio Carlos Araújo Chagas e Luiz Carlos Dametto.

<sup>155</sup> CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

“Nada agora pode ser mais urgente do que a substituição do poder transitório pelo poder constitucional permanente, em plenitude e normalidade”<sup>156</sup>.

Chammas constatou que o *Jornal do Brasil*, com um perfil mais conservador, procurava dialogar com setores do governo militar que eram considerados mais “democráticos”: “defendia, assim a maior parte das ações da ditadura, mas procurava colocá-las sempre nos marcos da redemocratização ou do retorno à normalidade democrática”<sup>157</sup>. E apesar do jornal criticar os possíveis excessos do regime, considerava que essa era uma resposta às ações extrema dos subversivos “que queria transformar o Brasil em uma ditadura comunista”<sup>158</sup>.

Já o Grupo Folha foi fundado por uma equipe de jornalistas que saíram do jornal *O Estado de São Paulo*, entre eles, Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo e, que no ano de 1921 lançaram a *Folha da Noite*. Quatro anos depois surgia a *Folha da Manhã* e em 1949 a *Folha da Tarde*<sup>159</sup>.

Luiz Antonio Dias buscou demonstrar que o jornal *Folha de S. Paulo* atuava no sentido de formar uma opinião pública que era favorável à deposição de João Goulart, que supostamente este mantinha “ligação com os comunistas, suas ideias revolucionárias ou suas, supostas, tendências continuístas”<sup>160</sup>. De acordo com o autor, o apoio aos militares “rendeu um grande crescimento econômico à *Folha* no período pós-golpe”<sup>161</sup>.

Também sobre a atuação do Grupo Folha, Eliane Muniz Pires em seu trabalho “*Imprensa, Ditadura e Democracia*”, adverte que, seus posicionamentos expressos nos editoriais sobre a ditadura civil-militar apareciam de formas diferentes:

Os questionamentos sobre a *Folha da Tarde* se devem ao fato de que, durante a ditadura militar, enquanto a *Folha de S. Paulo* não explicitava a defesa pelo regime militar em seu conteúdo, a *Folha da Tarde* fazia sua defesa deliberada. A maneira como reproduzia as informações advindas dos órgãos de repressão e o fato de possuir jornalistas policiais levaram a *Folha da Tarde* a ficar conhecida como o “jornal de maior tiragem do país”, em alusão aos “tiras” que trabalhavam na redação, e “diário oficial da OBAN”. Há ainda outras acusações que a empresa enfrenta sobre o período, como a ligação dos proprietários com militares e governantes, o uso de carros por centros de tortura, a linha editorial adotada, a prática da autocensura e os financiamentos concedidos pelo governo<sup>162</sup>.

<sup>156</sup> Ibid., p. 34.

<sup>157</sup> Ibid., p. 105.

<sup>158</sup> Ibid., p. 105.

<sup>159</sup> PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, ditadura e democracia: a construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 305-313, dez. 2007, p. 305-306.

<sup>160</sup> DIAS, Luiz Antonio, op. cit., p. 04.

<sup>161</sup> Ibidem., p. 11.

<sup>162</sup> PIRES, Elaine Muniz, op. cit., p. 308.

Tanto a *Folha de S. Paulo* como o *Jornal do Brasil* – entre outros meios de comunicação – tinham estreita ligação com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) <sup>163</sup>. Isso fez com que antes mesmo do golpe de 64 atuassem de forma crítica ao então presidente buscando “formar uma opinião pública favorável à deposição de João Goulart, [...] sua ligação com os comunistas, suas ideias revolucionárias ou suas, supostas, tendências continuístas” <sup>164</sup>.

Os jornais demonstram não serem neutros e acabam assumindo uma postura política, sendo assim:

É necessário dizer que a grande imprensa atual desempenha um papel de produção e reprodução de consenso. Ela é o primeiro contato com a história recém-vivida, criando versões que passaram em breve a constituir fontes e referências historiográficas. Isso implica dizer que a imprensa tem papel fundamental na produção de memória social. [...] Esse papel tem sido o de apagamento dos conflitos reais, de humanização dos ditadores e torturadores e de reverberação de teses de uma ditadura “branda”, “amena”, quase consensual <sup>165</sup>.

Os jornais de Porto Alegre aqui analisados, também carregam na sua trajetória a bagagem de terem apoiado tanto a deposição de Jango, quanto o golpe civil-militar em 1964. O jornal *Correio do Povo*, um dos mais tradicionais da capital gaúcha, de maior circulação entre a população e pertencente ao grupo Caldas Júnior, foi fundado em 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior. Francisco Rüdiger mostra que nos anos 1950 o conglomerado dos jornais do empresário Caldas Júnior era a sétima maior empresa do ramo de jornalismo em todo o país. Além do *Correio do Povo*, havia a *Folha da Tarde* que abarcava assuntos relacionados aos esportes e no ano de 1969 surgia a *Folha da Manhã* <sup>166</sup>.

Em relação ao *Correio do Povo*, sabe-se que este apoiou o golpe de 64. Diorge Alceno Konrad afirma que o jornal fazia críticas ao governo de Jango e que “de Porto Alegre, o *Correio do Povo*, principal periódico golpista, passou a acusar líderes da esquerda e

---

<sup>163</sup> Segundo Jorge Ferreira o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, foi fundado em 1962 e era caracterizado por grupos mais conservadores e anticomunistas. O instituto conseguia auxílio financeiro das grandes empresas estrangeiras para derrubar o governo. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática, além de financiar candidaturas conservadoras em vários estados, fez diversas campanhas anticomunistas, criticando a reforma agrária e defendendo uma política externa independente. (FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. FERREIRA, Jorge. *O tempo de experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404).

<sup>164</sup> DIAS, Luiz Antonio. op. cit., p. 4.

<sup>165</sup> SILVA, Carla Luciana. Imprensa e Ditadura no Brasil: Veja e Consenso. PAADRÓS, Enrique Serra (Org.) *Cone Sul em tempos de Ditadura: reflexões e debate sobre História Recente*. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013. p. 149.

<sup>166</sup> RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 103.

Goulart”, acusando o governo que o Brasil se tornaria uma “república sindicalista” e que estava caminhando para a “bolchevização” do País”<sup>167</sup>.

Em 1964, Maurício Sirotsky Sobrinho, empresário no ramo de telecomunicações, tornou-se sócio-diretor do jornal *Zero Hora*, dando origem ao “segundo grande conglomerado de comunicação, formado por jornal, rádio e televisão no Rio Grande do Sul”<sup>168</sup>. No dia 04 de maio de 1964, surgiu o *Zero Hora* depois que o jornal *Última Hora* foi fechado uns dias após o golpe militar. O *Zero Hora*, de acordo com Cláudio Elmir, “desde o primeiro número, fez a defesa do novo regime instaurado com a deposição de Jango”<sup>169</sup>. Isso se manteve ao longo de todo o período ditatorial, às vezes com elogios aos militares, em outras, com críticas à luta armada.

A tentativa de sequestro em abril de 1970 ocupou as principais páginas dos jornais de Porto Alegre. Primeiro, pode-se explicar pelo fato de que essas ações de caráter político eram inéditas e pelo fato do sequestro ser naturalmente sensacionalista. Assim, ao noticiar um fato, um jornal transforma-o em “mercadoria” para ser mais vendida. Dessa forma, noticiar o sequestro significaria, em certa medida, colocar à disposição da população um produto que teria receptividade. As pessoas poderiam se interessar por essa dinâmica do consumo do “drama” policial, das fotos e dos “terroristas” procurados. Segundo, por se tratar de um cônsul que representava a maior potência da América Latina – os Estados Unidos – e por ter sido atingido por um tiro. E por fim, por essa ação ser presenciada fora do eixo Rio-São Paulo e ter ocorrida no sul do país. É, portanto, nessas circunstâncias que a luta armada no Rio Grande do Sul ganha mais destaque nos veículos de comunicação.

Os jornais pesquisados divulgaram a tentativa de sequestro, sendo explorados os desdobramentos que sucederam. Mas nem todos abordavam o ocorrido com as mesmas características. Características essas que estão vinculadas ao histórico do jornal, sua linha editorial e seu posicionamento político. É possível, assim, evidenciar parâmetros nos quais os jornais se diferenciavam na cobertura jornalística.

Quando divulga a primeira reportagem sobre o atentado contra Cutter, o *Correio do Povo* não faz menção na capa, dando ênfase ao assassinato do embaixador Karl Von Spreti na Guatemala. A ação ocorrida em Porto Alegre aparece na seção “Notícias” e com destaque na contracapa do jornal. Na mesma edição, são veiculados outros artigos como “Comunismo é

---

<sup>167</sup> KONRAD, Diorge Alceno. LAMEIRA, Rafael Fantinel. LIMA, Mateus da Fonseca. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. *SciELO*, 2013.

<sup>168</sup> RÚDIGER, Francisco Ricardo, op.cit., p. 105.

<sup>169</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o *Última Hora*: O jornal e a pesquisa histórica. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012, p. 70.

hoje uma ameaça comum a todos os países sul-Americanos”<sup>170</sup>, para relacionar a ação com os acontecimentos dos países vizinhos.

É possível perceber que esse posicionamento do *Correio do Povo* se manteve ao longo dos meses pesquisados. Nenhuma notícia referente à tentativa de sequestro foi divulgada na primeira página do jornal, não alterando a sua estrutura. A cobertura realizada pelo jornal aparece na última página, na seção “Notícia” e sobre os militantes na editoria “crônica policial”, mas sempre veiculados com outras informações e sobre outros crimes de caráter comum.

Em contraponto, a posição mais estremada entre os jornais pesquisados, foi do *Zero Hora*. Com um total de quatro<sup>171</sup> capas destinadas somente ao assunto e mais três<sup>172</sup> ocupando expressivo espaço na página inicial do jornal. Além das capas, foi possível notar as várias manchetes que ocupavam as folhas centrais do periódico juntamente com as imagens que acompanhavam o texto.

No meio termo dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, está a *Folha da Manhã* e a *Folha da Tarde*. Nesses dois periódicos, nota-se que as primeiras notícias divulgadas sobre o atentado contra o cônsul ocuparam significativo espaço interno dos jornais. Em algumas ocasiões houve a divulgação na capa, mas, quase sempre, disputavam o campo com outras notícias do dia. Portanto, é possível inferir que a maioria dos jornais era contrária à luta armada e criticava abertamente suas ações. Percebe-se não só um posicionamento particular dos jornais, mas também a intenção de agradar as elites ou as classes que tinham acesso ao periódico.

Alzira Abreu ajuda a compreender que os jornalistas são os primeiros a apresentar o acontecimento: “neste século, em que as tecnologias da comunicação alteraram profundamente os modos de percepção do real, o acontecimento mudou de dimensão. Ele é sem dúvida um ponto de referência central para os indivíduos, os grupos sociais e as nações”<sup>173</sup>. Assim cabe a este trabalho reescrever e reelaborar o acontecimento.

O sequestro inicia na noite de sábado, dia 4, e segue pela madrugada do dia 5 de abril. Como o fato ocorreu após a meia noite, não deu tempo das informações chegarem ao leitor na edição de domingo. Assim, o assunto só é divulgado nas páginas dos periódicos a partir da segunda-feira, dia 6 de abril, com exceção do *Correio do Povo* que não tinha

---

<sup>170</sup> *Correio do Povo*, 07 de abril de 1970.

<sup>171</sup> *Zero Hora* dias 06, 08, 09 e 10 de abril de 1970.

<sup>172</sup> *Zero Hora* dias 07, 11 e 16 de abril de 1970.

<sup>173</sup> ABREU, Alzira; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. GOMES, Ângela (Org). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 25.

circulação de seu jornal nesse dia da semana. Muito provavelmente, os jornalistas tomaram conhecimento do episódio através das fontes oficiais, que eram transmitidas pela polícia política já que nas primeiras reportagens aparecem as declarações feitas pelas autoridades locais.

Como a tentativa de sequestro foi divulgada pelos jornais um dia após o ocorrido, havia um acúmulo de informações, que provavelmente não seria possível caso o episódio fosse divulgado já no dia 5. Mostrando que há um tempo da notícia no veículo impresso, em que as informações divulgadas são do dia anterior, revelando uma desatualização das notícias. Isso pode indicar que a população já tivesse conhecimento do fato por meio de outros veículos de comunicação, como rádio e televisão. Isso mostra a diferença na forma dos indivíduos receberem as notícias se comparada à atualidade. Hoje a disseminação de informações é caracterizada pelo imediatismo proporcionado pela internet.

Percebe-se que, no dia 6 de abril de 1970, os jornais dão as primeiras informações sobre o atentado contra o cônsul Curtis Cutter de diferentes maneiras. No *Zero Hora*, a manchete anunciava que o “Cônsul enfrentou terroristas na Rua Dona Laura”<sup>174</sup>, enquanto a *Folha da Tarde* apresentava que o “Raciocínio rápido impediu o sequestro”<sup>175</sup>. A capa da *Folha da Manhã* descrevia “Atentado à bala contra o cônsul americano”<sup>176</sup>, sendo que no seu interior informava que o “Fogo cerrado não assustou o cônsul americano”<sup>177</sup>.

A cobertura jornalística sobre o episódio foi dividida em algumas etapas, apesar de cada periódico ter sua maneira particular, mais radical ou não, de abordar o acontecimento. As etapas ajudam a compreender como ocorreu a condução do evento pela imprensa e qual foi o papel desempenhado por ela naquele momento.

Na **primeira etapa** os artigos de jornais procuram mostrar o episódio que envolveu o cônsul norte-americano, buscando uma compreensão do sequestro e ao mesmo tempo a construção de seu significado. A seguir é apresentado como o episódio foi enquadrado pelos veículos de comunicação.

No dia 06 de abril surgiam as seguintes palavras estampadas nas páginas do jornal *Folha da Tarde*: “A tentativa de sequestro e atentado contra o cônsul”<sup>178</sup>. “Curtis Cutter, a esposa e o banqueiro norte-americano Hovey Clark, de São Francisco, ex-diplomata, saíram

---

<sup>174</sup> *Zero Hora*, 06 de abril de 1970, p. 23.

<sup>175</sup> *Folha da Tarde*, 06 de abril de 1970, p. 42.

<sup>176</sup> *Folha da Manhã*, 06 de abril de 1970, capa.

<sup>177</sup> *Folha da Manhã*, 06 de abril de 1970, p. 37.

<sup>178</sup> *Folha da Tarde*, 06 de abril de 1970, capa.

de um jantar na casa de amigos, quando foram atacados”<sup>179</sup> e “Curtis C. Cutter, foi atacado por um grupo de terroristas, que tentou sequestrar o diplomata”<sup>180</sup>.

No decorrer da semana, o *Correio do Povo* destacou: “Atacado por terroristas quando retornava de uma festa”<sup>181</sup> e “Alguns dos elementos envolvidos no atentado ao cônsul dos Estados Unidos”<sup>182</sup>. O jornal *Zero Hora* publicou: “Curtis Carly Cutter, que foi vítima de um atentado no último sábado”<sup>183</sup>. Em outro momento menciona: “Peracchi e General Borges Fortes discutem atentado terrorista”<sup>184</sup> e, ainda afirmava, “um dos suspeitos do atentado é terrorista muito conhecido”<sup>185</sup>. Fica latente que a tentativa de sequestro é classificada como: “atentado contra o cônsul” ou que o “diplomata foi atacado”, enquadrando esse episódio como uma ação terrorista praticada contra a vida do cônsul norte-americano.

Com um enredo entrelaçado em um drama político, a *Folha da Manhã* descreve: “viveram momentos dramáticos ao escaparem de quatro terroristas armados com metralhadoras e pistolas calibre 45”<sup>186</sup>. A marca de referência da narrativa com “momentos dramáticos” atribuiu uma imagem trágica que Cutter sua esposa e seu amigo passaram naqueles instantes. O *Zero Hora* recria uma cena de tensão e caos que passaram naquele episódio:

O projétil, de calibre 45, ultrapassou o vidro traseiro do carro do consulado e foi alojar-se no ombro direito do diplomata que, mesmo ferido, continuou na direção até chegar em sua residência, estacionando apressadamente sobre a calçada, enquanto sua esposa Christiane gritava por socorro<sup>187</sup>.

O melodrama criado pela reportagem pode ser visto nas palavras que “mesmo ferido, continuou na direção até chegar em sua residência”, o que se esperaria de um destemido personagem principal, como se fosse um filme, em que a reportagem buscava romantizar a atitude do cônsul, que mesmo ferido consegue escapar da armadilha. Em seguida, as frases contribuem para a imaginação do leitor em recriar a cena dramática em que sua esposa “Christiane gritava por socorro”.

O cenário que perpassa esse drama político é (re)construído da seguinte forma: “Porto Alegre é a mais recente Capital atingida pelo terrorismo que sacode a América

<sup>179</sup> *Folha da Tarde*, 06 de abril de 1970, p. 43.

<sup>180</sup> *Folha da Tarde*, 06 de abril de 1970, capa.

<sup>181</sup> *Correio do Povo*, 07 de abril de 1970, p. 17.

<sup>182</sup> *Correio do Povo*, 08 de abril de 1970, p. 24.

<sup>183</sup> *Zero Hora* 07 de abril de 1970, p. 27.

<sup>184</sup> *Zero Hora* 08 de abril de 1970, p. 8.

<sup>185</sup> *Zero Hora* 07 de abril de 1970, p. 26.

<sup>186</sup> *Folha da Manhã* 06 de abril de 1970, capa.

<sup>187</sup> *Zero Hora* 06 de abril de 1970, p. 23.

Latina”<sup>188</sup> realçava a manchete do *Correio do Povo*. Em outro momento, o mesmo jornal destaca: “Quase impossível evitar a onda de sequestros”<sup>189</sup>. E o *Correio da Manhã* informa que: “Só na América Latina, 8 sequestros este ano”<sup>190</sup>.

“O bárbaro assassinato de um diplomata alemão inocente, sexagenário e cardíaco, portador até de uma bela folha de serviço contra o nazismo, causou um impacto que ainda não esmoreceu, e repercutiu com ressonâncias de horror no mundo inteiro. A morte do infeliz conde Karl von Spreiti pelos terroristas da Guatemala mostra que a nova arma, cujo valor e cuja eficiência foram redescobertos há menos de um ano, com o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick pelos terroristas de esquerda, está provocando uma verdadeira escalada do terror. É uma arma com extrema crueldade e frieza. Mas não é nada de novo na história das minorias que ambicionam o poder”<sup>191</sup>.

A coluna “Os Anais do Terror” do *Correio do Povo* de 12 de abril apresentava a reportagem com o título “A Sangrenta Escalada dos Sequestros”. Identifica-se que esses momentos vividos pelo cônsul Cutis Cutter foram criados dentro de um panorama descrito como: “terrorismo”, “onda de sequestro”, “sangrento” e “escala de terror”. De acordo com os periódicos, o “terror” ameaçava não só o Brasil, mas estava inserido dentro da lógica das esquerdas armadas que pairavam e assolavam a América Latina.

Os jornais buscaram atribuir uma imagem ao Cutis Cutter, que pode ser percebida nos seguintes trechos: “Cônsul enfrentou os terroristas na rua dona Laura”<sup>192</sup>, “O cônsul, agindo com coragem e sangue frio”<sup>193</sup> e “raciocínio rápido impediu o sequestro”<sup>194</sup>. A imprensa buscava, assim, enaltecer as qualidades do diplomata no episódio que “agiu com coragem” e teve “raciocínio rápido” para “enfrentar os terroristas”.

Em outras ocasiões, as notícias entrelaçam relatos de outros indivíduos que contribuíram para cristalizar uma imagem do cônsul. A esposa que o acompanhava alega que: “Tudo se passou muito rápido, acrescentou Christiane Cutter, ele foi muito rápido, foi formidável. Não teve medo de continuar dirigindo, mesmo sabendo da possibilidade de que os raptos poderiam continuar nos seguindo”<sup>195</sup>. Na ocasião, o diplomata norte-americano Charles Burke Elbrick veio visitá-lo em Porto Alegre, e afirmou que Cutter teve uma “atuação muito boa no caso da tentativa de sequestro” e ao mesmo tempo “teve muita sorte”<sup>196</sup>. Em

<sup>188</sup> *Correio do Povo*, 07 de abril de 1970, p. 39.

<sup>189</sup> *Correio do Povo*, 08 de abril de 1970, p. 7.

<sup>190</sup> *Folha da Manhã*, 08 de abril de 1970, p. 3.

<sup>191</sup> *Correio do Povo*, 12 de abril de 1970, p. 23.

<sup>192</sup> *Zero Hora* 06 de abril de 1970, p. 22.

<sup>193</sup> *Folha da Tarde*, 06 de abril de 1970, capa.

<sup>194</sup> *Folha da Tarde*, 06 de abril de 1970, p. 42.

<sup>195</sup> *Zero Hora*, 07 de abril de 1970, p. 27.

<sup>196</sup> *Folha da Tarde*, 06 de abril de 1970, capa.

outro momento, o coronel Jayme Miranda Mariath, Secretário da Segurança Pública no Rio Grande do Sul, declara que: “A coragem, iniciativa e sangue frio ao senhor Cônsul foi o que não permitiu que mais um fato de lamentável consequência, qual seja o seu sequestro, viesse a ocorrer”<sup>197</sup>.

Todas essas passagens contribuíram para construir um retrato do cônsul como um indivíduo que teve uma “atuação muito boa” e foi “formidável”, pois “teve coragem”, foi racional e não se deixou abalar conseguindo agir a “sangue frio” mesmo naquela circunstância. Portanto, todas essas marcas na narrativa reforçam a ideia de que a imprensa buscava valorizar a atitude de Curtis Cutter e mostrar todo o seu suposto heroísmo.

Os jornais valorizavam a vida do cônsul, apresentando sua família e mostrando que era pai de seis filhos. Sua carreira militar, na qual serviu na Guerra da Coreia, e sua trajetória acadêmica e diplomática. Como se percebe na breve biografia feita pela *Folha da Manhã*, acompanhada do seguinte título: “Veterano da Coreia”,

Curtis C. Cutter tem 41 anos e é pai de seis filhos, cujas idades variam entre um e 14 anos. Ele e sua família chegaram a Porto Alegre em novembro do ano passado. Funcionário do Serviço Estrangeiro desde 1967, ocupou vários postos no Departamento de Estado norte-americano, inclusive cargos no Camboja e no Peru. É natural da Califórnia, onde se formou em Bekerle. Depois de servir na Marinha dos EUA de 1951 a 1953 como capitão, cursou o Instituto de Assuntos Internacional em Genebra, ali diplomando-se em 1955<sup>198</sup>.

Em outros momentos, os jornais buscavam traçar um perfil do cônsul que, além de ter uma próspera carreira no consulado, relacionava-se e mantinha bons laços de amizade no país estrangeiro: “Embora esteja em Porto Alegre há apenas quatro meses, já conquistou um grande número de amigos, notadamente nos círculos intelectuais”<sup>199</sup>. Em outras circunstâncias, Cutter agradece as “visitas e mensagens de toda a espécie em uma comprovação impressionante dos tradicionais sentimentos de amizade, generosidade, hospitalidade e carinho do bravo povo gaúcho”<sup>200</sup>. Na declaração, são apreciados os tradicionais costumes do cidadão rio-grandense, numa clara tentativa de contrapor os revolucionários que não faziam parte dessa tradição de amizade e hospitalidade.

Os artigos criavam um clima de comoção envolvendo o leitor, ao relatar que mesmo baleado dirige até a sua casa, deixando entender que fez isso para a segurança da sua esposa e só depois teria sido levado ao hospital. As reportagens exploram o drama familiar

<sup>197</sup> *Folha da Tarde*, 09 de abril de 1970, p. 34.

<sup>198</sup> *Folha da Manhã*, 06 de abril de 1970.

<sup>199</sup> *Zero Hora*, 06 de abril de 1970, p. 22.

<sup>200</sup> *Correio do Povo*, 18 de abril de 1970, p. 22.

vivido no episódio. As fotografias da família, um dos principais pilares da defesa da ditadura civil-militar, são mostradas com o intuito de reforçar a ideia de que a família de Cutter estava em risco. Afinal de contas, o que poderia acontecer a essas crianças e a essa mulher caso ficassem órfãos e a esposa viúva? Em relação à imagem, podemos notar o fato de que o *Zero Hora* pretende fazer uma “fotonovela” com os diversos personagens que participaram da ação. Mostrando a vida privada do cônsul Curtis Cutter, seu lugar de lazer e sua vida íntima no seio familiar.



**Figura 1:** Artigo do jornal da *Zero Hora* do dia 7 de abril de 1970

Importante destacar que as fotografias, junto com o título “Depois da batalha”, faz parte da construção de uma narrativa repleta de simbolismo e significado. Esse discurso com conotação de guerra e utilizado pelo *Zero Hora* pode ser explicado, em partes, na lógica envolvida no clima da Guerra Fria em que o jornal se espelhava. Isso ainda pode ser percebido nas palavras do cônsul, que mereceu o título da manchete da Revista *Veja* no dia 15 de abril com: “Estamos numa Guerra”<sup>201</sup>. Essas mensagens militarizadas e de enfrentamentos, revelam que a guerra não era mais a convencional em um campo de batalha, mas era uma guerra travada nos meandros da sociedade. Uma guerra de guerrilha que o inimigo poderia atacar a qualquer momento. A própria tentativa de sequestro seria assim representada como uma ofensiva dessa guerra não convencional.

<sup>201</sup> Revista *Veja* 15 de abril de 1970, p. 34.

As notícias vão ganhando novos contornos e dão a entender que os próprios jornais “vão à guerra”. Os periódicos parecem aceitar, e mais que isso, difundir a ideia que estavam vivendo em uma guerra, incutindo medo e insegurança na sociedade. Tal comportamento da imprensa é visto ainda hoje, uma vez que, tais entendimentos baseados no sensacionalismo refletem em maior audiência e maior consumo por parte das massas, o que está diretamente ligado ao retorno financeiro para a empresa jornalística.

“Para Cutter os sequestros mostram que não estamos num mundo civilizado”<sup>202</sup>. A frase de destaque no *Correio do Povo* classificando os sequestros como uma atitude não civilizada pretende enquadrar essas ações como selvagem. A sociedade viveria em um mundo civilizado, mas os “outros”, os guerrilheiros, seriam os selvagens. Para a imprensa, os atos praticados pelos militantes eram vistos como uma barbárie, o que mergulhava o país em uma constante ameaça interna.

As notícias sobre a tentativa de sequestro em Porto Alegre ultrapassaram as fronteiras do estado, sendo divulgadas pelos meios de comunicação em outras regiões do país. O *Jornal do Brasil* noticiou na capa do dia 7 de abril de 1970 a seguinte legenda: “O cônsul Curtis Cutter reagiu aos sequestradores e foi feliz, voltando com a mulher ao convívio dos seis filhos”. O texto é acompanhado de uma foto do Cutter com a esposa e filhos em sua residência:

Primeiro enviaram os fotógrafos e cinegrafistas que tiveram três minutos com o cônsul, sua mulher e seus dois filhos gêmeos – Sasha e Knut, de um ano. Depois que saíram, chegou a vez dos repórteres. O cônsul os recebeu sentado numa poltrona com camisa branca que deixava aparecer, pelo colarinho aberto, parte da bandagem em seu ombro direito, calça creme e sapato esporte brancos.

[...] A primeira pergunta: “Sua participação na guerra da Coréia ajudou-o a escapar desta tentativa do sequestro?”

Não disse que sim nem que não: “Estive na Coréia, em uma época infiltrada por guerrilheiros; havia algum tiroteio de vez em quando, mas nos oito meses que lá passei não levei nenhum tiro”.

O cônsul não sabe a que atribuir sua reação – “entre voltar para casa e cair nas mãos deles preferi a primeira alternativa”. O Sr. Curtis Cutter não estava armado e não recomenda que diplomatas andem armados “porque a história diplomática não é de gente armada; supõe-se que vivemos num mundo civilizado, onde deve existir respeito pelos representantes de países estrangeiros”.

[...] A ameaça não se confirmou, “mas eu, como todo diplomata na América Latina, nunca andei realmente despreocupado”<sup>203</sup>.

<sup>202</sup> *Correio do Povo*, 07 de abril de 1970, p. 39.

<sup>203</sup> *Jornal do Brasil*, 07 de abril de 1970, p. 3.

Quando fala sobre a participação na guerra da Coreia, Cutter comenta que apesar de ter servido em um ambiente hostil, nunca havia levado um tiro, demonstrando a infelicidade de ter sido baleado e a vulnerabilidade do Brasil que estava sendo atingido pelas ações violentas da esquerda armada. No subtítulo aparece “A reação ao terror”. As marcas de referência apresentam que a atitude do cônsul seria uma resposta contra o “terror”. Ao não ter nenhuma explicação para a palavra “terror”, supõe-se que esse termo já estivesse presente na narrativa do jornal e familiarizado com o leitor. Subentende-se que o “terror” era praticado por organizações de luta armada e, por consequência, seus integrantes eram os “terroristas”. No discurso, percebe-se que o cônsul insere essa ação de sequestro dentro de um método que estava sendo praticado na América Latina, o que levava os diplomatas a nunca andarem totalmente despreocupados.

A tentativa de sequestro foi capa do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 06 de abril, com o título “Diplomata escapa de sequestro no Sul”:

Percebendo a intenção dos sequestradores, que usavam chapéus e óculos, o sr. Cutter deu nova partida em seu carro e arrancou, desviando-se do Volks parado à sua frente. Neste instante, a perua Chevrolet do diplomata norte-americano atropelou um dos sequestradores, que foi atirado sobre o capô e arrastado uns vinte metros, presumindo as autoridades gaúchas que tenha recebido graves ferimentos.

Os demais terroristas abriram fogo contra a perua em fuga. Uma bala espatifou o vidro traseiro do veículo e atingiu as costas do cônsul que, mesmo ferido, dirigiu o carro até a sua residência, a uns dois quilômetros de distancia<sup>204</sup>.

As matérias mostram o diplomata voltando para casa com a esposa e filhos, criando uma identificação e uma simpatia com o público. João Batista de Abreu caracteriza esse tipo de descrição como princípio da verossimilhança, em que a credibilidade se dá de “acordo com a visão de mundo predominante naquela comunidade”<sup>205</sup>. As notícias buscam mostrar o heroísmo do diplomata por ter “enfrentado os terroristas” e ter resguardado a segurança da família. Também reforçam o conceito de família predominante na ditadura civil-militar e compartilhada por boa parte da sociedade, a qual se via ameaçada pelas ideias socialistas e comunistas. Além disso, a narrativa da “vida privada” pode ser vista como uma forma de inculcar medo na população, uma vez que qualquer família também pode ser uma vítima.

A cobertura jornalística da tentativa de sequestro elaborou um enredo construído coletivamente pela imprensa. Num arranjo de entrecruzamentos de informações, construiu uma narrativa que englobava as motivações da ação, as dimensões morais dos seus

<sup>204</sup> *Folha de S. Paulo*, 6 de abril de 1970, capa.

<sup>205</sup> ABREU, João Batista de. *As Manobras da Informação*. Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Manuad. 2000, p. 166.

protagonistas, tanto do cônsul quanto dos guerrilheiros. Os jornais tinham o intuito de causar uma elevação emocional na sociedade em favor do cônsul e tentar consolidar uma imagem pública dos militantes com operações de estigmas e estratégias constantemente utilizadas em seus artigos. Desde o início em que o sequestro começou a repercutir na imprensa, os discursos apontavam para uma conclusão moral.

O desenrolar dos artigos repudiava o atentado, mostrando indignação coletiva e apoio ao cônsul de diversas autoridades do estado, constatado nas manchetes como: “Cônsul ama o Rio Grande e prefere ficar”<sup>206</sup>, ou o “Cônsul confia nas autoridades”<sup>207</sup> e “Cutter agradece preocupação do gaúcho festejando a Apolo”<sup>208</sup>. Os jornais buscavam desencadear uma comoção popular em favor do diplomata, afirmando que ele “amava o Rio Grande” e que confiava no trabalho desenvolvido pela polícia.

Mesmo antes de qualquer investigação que pudesse apurar os fatos e indicar os responsáveis pelo sequestro, os jornais apresentavam como os principais responsáveis pelo atentado os revolucionários que aderiram à luta armada. A acusação já recaía sobre os terroristas. Isso pode ser evidenciado por meio dos posicionamentos e pressupostos presentes em suas narrativas.

As manchetes dos jornais dão a sua versão sobre o episódio do sequestro, contribuindo para a criação e reprodução de uma visão de mundo que corroboram com a concepção da sociedade conservadora brasileira, tendo um papel fundamental, como enfatiza Carla Luciana Silva na produção de memória social. Portanto, o papel político desenvolvido pela imprensa neste momento foi determinante e seus discursos marcaram a vida dos sujeitos envolvidos no episódio.

---

<sup>206</sup> *Folha da Tarde*, 07 de abril de 1970.

<sup>207</sup> *Zero Hora*, 07 de abril de 1970.

<sup>208</sup> *Folha da Manhã* 18 de abril de 1970.



Figura 2: Manchete do jornal *Zero Hora* do dia 06 de abril de 1970



Figura 4: *Folha da Tarde*, 6 de abril de 1970



Figura 3: Capa do jornal *Zero Hora* dia 6 de abril de 1970.

fôgo cerrado  
não assustou cônsul americano

Figura 5: *Folha da Manhã*, 6 de abril de 1970

DIPLOMATA AGIU COM SANGUE  
FRIO: É VETERANO DA CORÉIA

Figura 6: *Correio do Povo*, 07 de abril de 1970

Para Cutter os Seqüestros Mostram Que  
Não Estamos Num Mundo Muito Civilizado

Figura 7: *Correio do Povo*, 7 de abril de 1970



Figura 10: Capa do jornal *Folha da Manhã* do dia 06 de abril de 1970

## Diplomata escapa de sequestro no Sul

Figura 8: *Folha de S. Paulo*, 06 de abril de 1970

## *O consul conta como escapou do sequestro*

Figura 9: *Folha de S. Paulo*, 07 de abril de 1970



Figura 11: Curtis Cutter e Charles Burke Elbrick na capa da *Folha da Tarde* do dia 07 de abril de 1970



Figura 12: *Folha da Tarde*, 07 de abril de 1970

### **“A caça ao terror”**

A **segunda etapa** se desenrola com a investigação da polícia política, acusação e divulgação dos militantes procurados pelos órgãos de repressão. As etapas não podem ser vistas separadamente, pois elas ajudam a compreender de forma mais esquemática como os jornais foram construindo uma versão sobre o acontecimento do sequestro.

O trabalho ideológico desenvolvido pelos órgãos de repressão e disseminado de forma geral pela mídia buscava deslegitimar a oposição que partira para a luta armada, podendo ser compreendido como uma estratégia repressiva. A ditadura utilizou-se de termos específicos de estigma instituídos para a representação dos militantes, além de imputar uma série de imperfeições de caráter moral ou de desvio de conduta desses sujeitos.

No seu trabalho “*Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*”, Erving Goffman afirma que “construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças”<sup>209</sup>. Para o autor, a função evidente da criação do estigma é o controle social:

“O processo de identificação pessoal pode ser observado claramente em ação se se toma como ponto de referência não um pequeno grupo, mas uma grande organização impessoal, como o governo de um Estado. É atualmente uma prática organizacional patronizada que se registrem de maneira oficial todos os elementos que servem para identificação positiva do indivíduo, ou seja, utiliza-se um conjunto de marcas para diferenciar a pessoa assim marcada de todos os outros indivíduos”<sup>210</sup>.

As reflexões de Goffman de que o estigma é criado para o controle social permitem relacionar a prática utilizada pelo Estado e pela imprensa, durante a ditadura civil-militar, com a criação e utilização constante de adjetivos como “terrorista” e “subversivo” para designar os guerrilheiros, transmitindo uma imagem negativa desses sujeitos e criando animosidade deles perante a sociedade.

Após o episódio, os jornais estampavam o desenrolar das investigações: “Terroristas ainda estão soltos”<sup>211</sup>, “[...] indica que as autoridades gaúchas ainda não conseguiram deter os terroristas que tentaram sequestrar o diplomata”<sup>212</sup>, “autoridades na

---

<sup>209</sup> GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 15.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>211</sup> *Zero Hora*, 07 de abril de 1970, capa.

<sup>212</sup> *Zero Hora*, 07 de abril de 1970, p. 26.

pista dos terroristas que tentaram sequestrar o cônsul americano”<sup>213</sup>, “sobe para seis o número de pessoas identificadas e diretamente ligadas ao esquema terrorista”<sup>214</sup> e “caça ao terror na lombada do pinheiro”<sup>215</sup>.

Fica evidente o uso indiscriminado do termo “terrorista” utilizado para nomear os revolucionários que estavam sendo procurados. Nas narrativas, é comum aparecer “esquema terrorista” como na notícia do *Zero Hora*. Para descrever esses indivíduos que estavam inseridos na luta armada, comumente aparecem “organizações terroristas”, “movimento terrorista” e “militante do terrorismo”. O termo “terrorista” é utilizado justamente para ocasionar temor nos leitores, como explica João Batista de Abreu no livro *As Manobras da Informação*:

A identidade “terrorista” está impregnada da ideia de transgressão e de ameaça não apenas ao Estado, mas à própria sociedade. Por isso nomear os assaltos a bancos e sequestros de diplomatas como atos de terror representa uma conivência com o regime, na medida em que a matéria induz o leitor a acreditar que tais ações significavam uma ameaça à população<sup>216</sup>.

As conotações depreciativas destacam-se ainda com o enquadramento dos guerrilheiros como “subversivos” e “elementos”. “[...] dois perigosos elementos subversivos, estão sendo caçados pela polícia de todo o Brasil”<sup>217</sup>, “Os cônsules de Porto Alegre ainda correm perigo de serem sequestrados, pois os subversivos não descansarão enquanto, de uma maneira ou de outra, não libertarem seus companheiros presos”<sup>218</sup> e “Alguns dos elementos envolvidos no atentado ao cônsul dos Estados Unidos”<sup>219</sup>.

É importante ressaltar o emprego do verbo “caçar” que aparece na capa do *Jornal do Brasil* no dia sete de abril: “Polícia gaúcha caça suspeito do atentado”. Nas páginas seguintes, menciona “‘Gauchão’ é 1º suspeito no atentado ao cônsul do EUA”<sup>220</sup>. Já na *Folha da Tarde* aparece “centenas de policiais e militares na caça aos terroristas”<sup>221</sup>. Fica evidente o uso excessivo do termo “caça”.

O título com o verbo “caçar” demonstra a ação da polícia política, fazendo alusão aos guerrilheiros que precisavam ser “caçados” em seus esconderijos. Esse discurso se insere na

<sup>213</sup> *Correio do Povo*, 07 de abril de 1970, p. 39.

<sup>214</sup> *Zero Hora*, 09 de abril de 1970, p. 27.

<sup>215</sup> *Zero Hora*, 10 de abril de 1970, capa.

<sup>216</sup> ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Manuad, 2000. p. 161.

<sup>217</sup> *Zero Hora*, 08 de abril de 1970, p. 28.

<sup>218</sup> *Zero Hora*, 08 de abril de 1970, p. 28.

<sup>219</sup> *Correio do Povo*, 08 de abril de 1970, p. 24.

<sup>220</sup> *Jornal do Brasil*, 08 de abril de 1970, p. 7.

<sup>221</sup> *Folha da Tarde*, 06 de abril 1970.

lógica da repressão, a qual buscava a coisificação dos militantes. Portanto, é fundamental compreender o papel ideológico desempenhado por esses jornais na desumanização desses indivíduos.

Nesse sentido, pode-se dialogar com Goffman quando afirma “uma vez que um apoio de identidade tenha sido preparado, materializado, e se torne disponível, podemos nos agarrar a ele”<sup>222</sup>. Isso permite relacionar com os guerrilheiros, uma vez que suas identidades foram materializadas na imprensa e foram vistos não mais como seres humanos, mas como seres animalescos, ocasionando um “processo que pode alterar sutilmente o significado das características sociais que lhe imputamos”<sup>223</sup>.

A estigmatização dos guerrilheiros criada pelos órgãos de repressão e apoiada e disseminada pelos jornais, apresentava esses sujeitos como “diferentes”, como os “não-normais”, como os “outros” na clara intenção de controle social e para dar conta do perigo que eles apresentam para a sociedade. Toda essa construção faz parte da criação da ideia de inimigo interno, no inimigo “terrorista”.

No dia 07 de abril, o *Zero Hora* publicava na íntegra a declaração do então governador Walter Peracchi Barcellos: “[...] Alerto e adverte o povo para que colabore com as autoridades no combate à subversão, ao terrorismo e aos criminosos atentados contra a vida e contra as instituições”. Em seguida, afirma:

“Ao passo que deploro, em nome de todo o povo do meu Estado o condenável atentado praticado contra o cônsul Curtis Cutter, volto a apelar para que cada brasileiro, cada chefe de família, cada cidadão que ame a sua Pátria e quer vê-la forte, próspera e desenvolvida, colabore com o máximo do seu esforço, com o Governo e as autoridades responsáveis, para que possamos assim eliminar, definitivamente, de nosso País a prática de tais processos contrários à índole do nosso povo”<sup>224</sup>.

O governador apelou para que todos os cidadãos que “amem a sua pátria” colaborassem com as autoridades para que os responsáveis pelo “condenável atentado” fossem identificados e presos, pois, esses não seriam uma ameaça somente para o regime vigente, mas também para a “índole do povo”, os costumes, as instituições e contra o desenvolvimento do país.

O discurso em destaque no jornal potencializou a sensação de insegurança na população, disseminando a “pedagogia do medo”. A afirmação de que os guerrilheiros não seriam uma ameaça somente para o governo, mas também para as famílias brasileiras, gerou

---

<sup>222</sup> GOFFMAN, Erving, op. cit., p. 68.

<sup>223</sup> Ibidem., p. 76.

<sup>224</sup> *Zero Hora*, 07 de abril de 1970, p. 27.

“medo e temor e, pelo exemplo, “educa” na atitude passiva, submissa, indiferente e, se for possível, coopta para o colaboracionismo”<sup>225</sup>. A estratégia de desinformação amplamente utilizada pelos aparelhos repressivos informativos encontrou respaldo na imprensa, que buscava causar a insegurança na população e, somada à “pedagogia do medo”, promoveu “certa cumplicidade, sobretudo quando se sinaliza ao cidadão comum que sua segurança pessoal depende dele assumir postura de apoio incondicional e de colaboração com o regime”<sup>226</sup>.

Na construção do inimigo, identificam-se formas mais singelas de desqualificar os militantes. Na coluna “Os rebeldes”, apresentada pelo jornal *Folha da Tarde*, destacam-se:

O jovem, graças a Deus, é rebelde. Quando essa rebeldia toma caminhos ideológicos, ele está escolhendo o caminho de mais futuro. No entanto, por cegueira, a maioria prefere o jovem de cabeça vazia, justamente o mais perigoso, porque não possui o menor princípio ético ou político e, portanto, é capaz de tudo.

[...]

No entanto ele é um rebelde e isso causa problemas. Mas, o que diabo quer esse rapaz? Bem, ele quer um mundo novo. Mas isso não é problema, porque muitos além dele desejam a mesma coisa. Ele quer pressa na transformação. Tampouco aí está sozinho. Portanto não são bem suas ideias que representam um problema, mas o modo como ele pretende pô-las em prática. O universitário não é um ativista. Por formação, não deveria ser um terrorista. No entanto, em determinadas situações, ele faz a escala toda do revolucionário. Num abrir e fechar de olhos, passa de teorizador a praticante e de praticante a destruidor<sup>227</sup>.

A coluna escrita por Sérgio Jackymann, com uma linguagem cristã, afirmava que ainda bem que os jovens eram rebeldes, pois queriam um mundo novo, transformações que muitas pessoas também almejavam. Porém o problema era a forma e os meios utilizados por esses jovens para alcançar as transformações. O texto deixa subentendido que os jovens rebeldes seriam os militantes de luta armada, além de deixar claro que eram rebeldes de cabeça vazia e estariam cobertos por uma cegueira. Num instante, passam “de teorizador a praticante e de praticante a destruidor”. Destruidor da sociedade, da família e da política. Os guerrilheiros são descritos como sujeitos que não têm princípios e, por isso, são capazes de tudo.

O “Objetivo” (efeito final pretendido) é um só: mudar a estrutura democrática da sociedade brasileira em uma estrutura totalitária, fundamentada esta, no marxismo-leninismo.

<sup>225</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 106.

<sup>226</sup> Idem., p. 98.

<sup>227</sup> *Folha da Tarde*, 17 de abril de 1970, p. 2.

A debilidade econômica é fator mais do que evidente de favorecimento da subversão, não só pelo número de causas que enseja, mas principalmente porque oferece campo fértil para todas as brotações da “luta de classes”. Estes aspectos da realidade brasileira, em evolução para melhor é verdade, indicaram ao comunismo internacional como caminho mais favorável para conquista do Brasil, a sua “Autodestruição”, isto é, a destruição da estrutura democrática para obtenção de “Efeitos Internos”<sup>228</sup>.

O trecho acima, apresentado pelo *Correio do Povo* no mês de abril, é acompanhado do título: “Aspectos essenciais da subversão”. O texto transmite a ideia de que as organizações armadas tinham como objetivo destruir a estrutura democrática da sociedade. É inegável que o texto valoriza as instituições democráticas da sociedade brasileira, que era tudo, menos democrática nesse momento.

Outro ponto de destaque é que a debilidade econômica do país favorecia o surgimento da subversão, por isso seria importante fortalecer a economia para que não pudesse florescer esses questionamentos dentro da sociedade. Questionamentos esses impulsionados pelo comunismo internacional, que buscava a autodestruição da democracia.

Nestes últimos tempos, a intervalos muito curtos, os brasileiros vêm sendo despertados por atos de violência, com desprezo total dos valores humanos e morais, que podem ser, por quantos tenham cabeça fria, denominados crime. Curioso, porém, é que seus autores falam em democracia e em liberdade do povo para se justificarem. Mas silenciam a respeito do que entendem por democracia ou liberdade.

A democracia é indiscutivelmente a forma de organização política mais adequada aos povos modernos. E o sistema mais compatível com os imperativos e necessidades humanas. E certamente o sistema capaz de proporcionar o melhor desenvolvimento social e econômico às nações desejosas de ocupar um lugar digno na história. Mas todos esses atos de violência entre nós estão ligados a uma corrente política que certamente não levará o Brasil a uma verdadeira democracia.

[...] Estes seguidores da violência põem o partido acima dos direitos humanos e da democracia. E embora sejam uma pequena minoria, apoiada, é verdade, por potências estrangeiras e contando com a boa fé e inércia de muitos, se conseguirem se apossar do governo, amanhã colocarão o Estado acima de tudo.

Perdoe-me o leitor, mas o que vejo de grave no momento não são os assaltos a bancos, a morte de cidadãos honrados e humildes no cumprimento do dever, deixando crianças na orfandade. Nem mesmo a chantagem do sequestro de personalidades estrangeiras, ainda mesmo quando suas vidas são ameaçadas ou destruídas por metralhadoras subversivas. Tudo isto de tal sorte é condenável, inominável, execrável, que é por si mesmo suficiente para despertar a repulsa de quantos desejam uma sociedade democrática, humana e em desenvolvimento.

[...] Realmente grave é a cegueira dessa coerência em relação aos funestos princípios em que se apoia<sup>229</sup>.

<sup>228</sup> *Correio do Povo*, 14 de abril de 1970, p. 23.

<sup>229</sup> *Correio do Povo*, 19 de junho de 1970, p. 7.

O artigo de junho de 1970 do *Correio do Povo*, intitulado “Violência e Coerência”, relatava que nos últimos tempos a sociedade era atravessada por atos de violência revolucionária. Novamente aqui é apresentado que os revolucionários estariam ameaçando a estrutura democrática do país, as liberdades individuais, o desenvolvimento econômico e os direitos humanos. Continuamente aparece que essas ações e esses militantes estariam a serviço de países estrangeiros que se infiltravam na sociedade. Cobertos pela “cegueira”, os guerrilheiros são apresentados como incoerentes, pois lutam pela liberdade do povo e pela democracia, mas tudo o que eles querem é implantar um regime não democrático.

Na cobertura jornalística sobre a tentativa de sequestro do cônsul, nota-se que a foto e o nome de Edmur Péricles Camargo <sup>230</sup> constantemente apareciam na imprensa da época vinculadas às ações armadas e, apesar de não ter participado da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano, foi apontado como um dos principais responsáveis da ação, como mostra as seguintes manchetes: “Um dos suspeitos do atentado é terrorista muito conhecido”

---

<sup>230</sup> Edmur Péricles de Camargo, negro, alto, filho de Thomas de Moura Camargo e Maria Villaça Camargo. Seu primeiro contato com a luta à oposição à Ditadura Civil-Militar foi no Partido Comunista Brasileiro, onde teve contato com vários integrantes militantes do partido que lutavam pela volta da democracia. Inclusive alguns tinham atuado nos sindicatos e outros tentavam fazer mobilizações tanto no meio urbano como no meio rural. Com algumas divergências dentro do Partido Comunista Brasileiro ocorreu uma dissidência liderada por Carlos Marighella que denominou-se “Ala Marighella” e tinha como objetivo a luta armada no qual Edmur também fazia parte. Algumas discordâncias sobre as estratégias de guerrilha que deveriam ser usadas, e Edmur acabou se afastando da ALN e partindo para o Rio Grande do Sul em 1969. O militante negro formou um grupo tático intendente para realizar expropriações chamado M2G - Marx, Mao-Tse-Tung e Guevara - com os militantes Miguel Marques, Jorge Fischer Nunes e Índio Vargas. Com a morte de Marighella em 1969, Edmur mudou o nome da organização M3G em homenagem à Marighella, Marx, Mao-Tse-Tung e Guevara. A organização clandestina realizou expropriações no Caixa Econômico na Agência da Cidade Baixa no dia 13/06/1969 e no Banco Petrópolis em Porto Alegre no dia 23/07/1969 também na cidade de Cachoeirinha no dia 02/12/1969 e no Banco do Rio Grande do Sul na agência de Tristeza Porto Alegre.

Após a tentativa de sequestro do cônsul Edmur Péricles Camargo foi preso no início de abril de 1970 em Porto Alegre. Nos jornais pesquisados aparecem a pressão que a Justiça Militar faziam para o DOPS da capital gaúcha para a transferência de Edmur para São Paulo (“Auditoria de São Paulo quer Edmur que tem preventiva lá, *Folha da Manhã*, 11 de abril de 1970.). De acordo com as informações divulgadas no jornal Zero Hora, Edmur só foi transferido para São Paulo no dia 30 de maio de 1970.

Em 1971 o nome de Edmur Péricles Camargo foi incluído na lista com outros 70 dos presos políticos trocados pelo embaixador Suíço que foram levados até o Chile. Sabe-se que Edmur em 1971 viajou para Montevidéu em busca de tratamento médico devido à uma doença ocular.

No dia 17/06/1971, em um voo da empresa LAN-CHILE, de propriedade do Governo viajou para a capital uruguaia. Segundo o relatório da CIEX, Edmur deveria retornar no dia 10/07/1971, pela mesma companhia. No entanto até esse dia Edmur não havia retornado e nem comunicado os companheiros no Chile. Assim segundo as fontes, o voo da empresa LAN-CHILE fez uma escala em Ezeiza na Argentina. Algumas hipóteses é que Edmur teria sido preso pelas autoridades argentinas em Buenos Aires. Outra suposição é de que foi informada pelas autoridades argentinas – a Força Armada Revolucionária – que quando o avião pousou em Ezeiza e Edmur foi obrigado a descer, havia já outro avião militar brasileiro esperando-o.

Criou-se uma perspectiva dentro dos órgãos de repressão que qualquer banido que tentasse retornar ao Brasil deveria ser executado. Hoje o nome de Edmur Péricles Camargo consta na lista de desaparecidos políticos pelo terrorismo de estado. De acordo com Fabio André Gonçalves das Chagas, Ignez Maria Serpa de Oliveira havia relatado para o historiador, que o Major Átila Ihe afirmou que “Edmur tinha virado comida de peixe” (CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960-1970*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Rio de Janeiro: UFF. 2007, p. 79.)

<sup>231</sup>, “‘Gauchão’ é 1º suspeito no atentado ao cônsul dos EUA” <sup>232</sup> e “Edmur Péricles Camargo na mira das autoridades” <sup>233</sup>. Fica evidente que era de conhecimento da imprensa a participação do guerrilheiro Edmur nas organizações clandestinas que atuavam no Rio Grande do Sul, mesmo antes da tentativa de sequestro.

A historiadora Taira Souto Alves conseguiu mapear em sua pesquisa que foi a partir de agosto de 1969 que o rosto de Edmur passou a estampar as edições dos jornais em Porto Alegre e ser apontado como um dos responsáveis pelos assaltos a bancos. A historiadora investigou que ainda no final de 1969, o militante “Gauchão” havia sido identificado pelo DOPS como “líder” das expropriações que ocorreram em Porto Alegre e Cachoeirinha<sup>234</sup>. Portanto, constata-se que a atuação de Edmur em Porto Alegre já era de conhecimento tanto da imprensa quanto dos órgãos de repressão.

Uma das hipóteses aferidas é de que o papel político desenvolvido pela imprensa, com as manchetes mostrando o rosto dos terroristas procurados, buscava, além de impactar a população, pressionar os órgãos de segurança nas respostas e nas buscas para realizar as prisões desses guerrilheiros, acarretando num desenrolar mais acelerado e antecipando os acontecimentos posteriores.

---

<sup>231</sup> *Zero Hora*, 07 de abril de 1970.

<sup>232</sup> *Jornal do Brasil*, 07 de abril de 1970.

<sup>233</sup> *Correio do Povo*, 08 de abril de 1970.

<sup>234</sup> ALVES, Taira Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2009 p. 134-135.



Figura 14: Zero Hora, 07 de abril de 1970.

## Polícia gaúcha caça suspeito do atentado

Figura 15: Jornal do Brasil, 07 de abril de 1970.



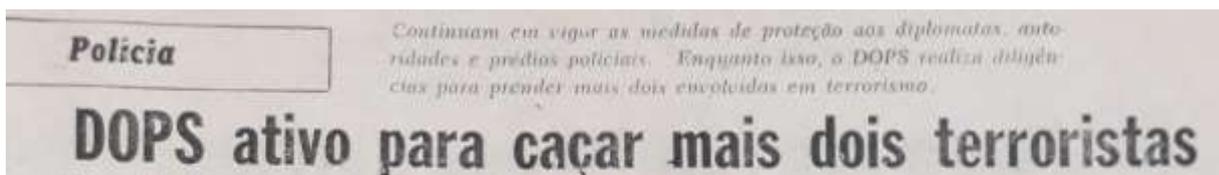
Figura 13: Zero Hora, 06 de abril de 1970.



**Figura 16:** *Jornal do Brasil*, 07 de abril de 1970.



**Figura 17:** *Correio do Povo*, 07 de abril de 1970.



**Figura 18:** *Folha da Tarde*, 14 de abril de 1970.

REVISTA DE ECONOMIA SOCIAL  
"PÚBLICA SOB O GOV. GOMES"

# Zero Hora

ANO VII - Nº 2470 - Nº 1012  
**Porto Alegre**  
 40 CENTAVOS

## ATENTADO AO CÔNSUL

**êstes são  
suspeitos**





Edmur Camargo e Afrânio Costa são procurados pela tentativa de seqüestro.

## O PREÇO DO RESGATE








Dario Viana dos Reis, Inês Maria Serpa de Oliveira, Paulo Roberto Telles Frank e Gustavo Buarque Schüller, presos pelo assalto de Viamão, e mais 12 presos paulistas, seriam o preço do resgate do cônsul Cutter, caso o seqüestro fosse bem sucedido. Nesta edição, cobertura completa.

## MARIATH ALERTA: AMEAÇA DE NOVOS SEQÜESTROS

Figura 19: Zero Hora, 08 de abril de 1970.

**Zero Hora** AND. V. EST. Nº. 8475-27. 1970  
 Porto Alegre  
 40 CENTAVOS

# MAIS 16 PRISÕES

*apanhado  
 edmur,  
 o líder*




Aos poucos, a eficiente ação da Polícia vai desmontando a rede terrorista no Sul. Edmur Péricles Camargo um dos líderes do terror, está preso. Com ele, outros 15 implicados no frustrado sequestro do cônsul Cutler. Um deles seria o advogado Carlos Araújo. O ex-vereador Índio Vargas figura entre os detidos. Edmur foi preso no Hotel Gaúcho, à rua Voluntários da Pátria. Completa cobertura nesta edição.

## ex-vereador entre os detidos de ontem

PÁGINA 27

Figura 20: Zero Hora, 09 de abril de 1970.



Figura 21: Zero Hora, 10 de abril de 1970.

### *“A derrota do terror”*

A partir do desenrolar dos acontecimentos, inicia-se a **terceira etapa** da cobertura jornalística sobre a tentativa de sequestro. Neste momento, serão analisadas as fontes de imprensa para compreender como ocorreram as “quedas” das organizações de luta armada no Rio Grande do Sul.

A comunidade de segurança, principalmente o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no estado, atuou de tal forma que já nas primeiras notícias veiculadas sobre a tentativa de sequestro do cônsul, estampava os militantes que haviam sido presos e outros que estavam sendo procurados. Muito provavelmente os órgãos de informações sabiam sobre as organizações e seus membros, mas é nesse momento, que impulsionam sua divulgação.

O final, que parecia ser inevitável para os jornais, chega com a prisão do Edmur Péricles Camargo. No dia 08 de abril são divulgados os nomes dos militantes presos Dario Viana dos Reis, Inês Maria Serpa de Oliveira e Avelmar Moreira de Barros. No dia seguinte, o *Correio do Povo* descreve a prisão de “Gauchão”:

Houve, durante todo o dia de ontem, grande movimentação policial que alcançou muitos pontos da cidade e do interior do Estado. Todavia, os resultados foram mantidos sob o mais rígido sigilo, sendo apenas informado à reportagem, na Secretaria da Segurança Pública, que a veiculação de notícias poderia prejudicar o curso das investigações.

Podemos informar, entretanto, baseados em elementos que colhemos em intensos esforços de reportagem, que as autoridades policiais do Estado lavraram um verdadeiro tento, ontem. Entre as várias prisões efetuadas, não só nesta capital como em outros pontos do Estado, destaca-se a de Edmur Péricles Camargo, o “homem-chave” do esquema subversivo que, nos últimos tempos, vem agitando o Rio Grande do Sul, através de atentados dos mais diversos, assaltos, a bancos, sabotagem, etc.

Edmur foi preso pela manhã no quarto nº 31 do Hotel Gaúcho, à rua Voluntários da Pátria, 679, nesta capital. Registrara-se no livro de hóspedes do referido hotel com o nome de Henrique Villaça.

Não podemos afirmar com segurança, mas estaria em sua companhia o ex-vereador do MDB e antigo militante do PTB, Índio Vargas. A prisão de Índio Vargas é confirmada, também, pelo fato de sua esposa ter estado, à tarde, na Assembleia Legislativa, pedindo a interferência de alguns parlamentares, ex-companheiros do vereador cassado, para sua libertação.

Edmur Péricles Camargo é paulista e, como ainda informamos ontem, trata-se de elemento dos mais ativos e perigosos do terrorismo brasileiro, exercendo a liderança de um grupo importante no esquema da subversão, grupo esse que, parece, divergir do que é chefiado por Lamarca. Trata-se de um homem fisicamente vigoroso, com cerca de 1,80m de altura, demonstrando boa cultura geral, amplo conhecimento de política internacional e possui treinamento técnico de guerra revolucionária, especialmente nos planos urbanos. Com 56 anos de idade, aparenta, todavia um pouco mais de 40.

A prisão de Edmur, assim como de outros elementos, deverá levar as autoridades do Estado à descoberta completa de todo o planejamento

subversivo que se armou no Rio Grande do Sul e, quem sabe, até mesmo no país<sup>235</sup>.

A reportagem enaltece os esforços feitos pela polícia política na prisão do militante. Em seguida, o guerrilheiro Edmur é apresentado como um dos “homens-chave” não só na subversão no Rio Grande do Sul, mas para o país. Edmur aparece assim como uma peça importante na atuação no estado, sendo descrito como um “elemento dos mais ativos e perigosos do terrorismo brasileiro”. Sua prisão foi vista como uma grande conquista feita pela repressão na capital.

No dia 09 de abril, o *Jornal do Brasil* também aborda prisão do militante:

Às 7 horas de ontem o DOPS conseguiu prender, em um hotel da zona do meretrício Edmur Péricles de Camargo, o Gauchão, apontado como um dos líderes da tentativa de sequestro do cônsul Curtis Cutter.

Com ele foi preso outro subversivo, cuja identidade não foi revelada. Versões não confirmadas indicam que seria o advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo ou Afrânio da Costa, o Costinha, ambos considerados peças importantes no esquema da ação terrorista no Sul.

A própria polícia – que oficialmente não admitiu ter prendido Gauchão – está surpresa porque o terrorista buscou refugio no Hotel Gaúcho, numa zona que está sob constante vigilância policial por servir de local de *trattoir* para as prostitutas.

Outro fato comentado é que Edmur Péricles de Camargo – muito supersticioso a ponto de na sua mala ter-se encontrado farta literatura sobre astrologia – foi preso num dia em que seu horóscopo (escorpião) lhe recomendava: “Procure repousar um pouco: deixe de lado a agitação e você se sentirá renovado”<sup>236</sup>.

A matéria descreve o local onde o militante estava e afirma que Edmur não buscou medidas necessárias para a sua segurança ao escolher o Hotel Gaúcho, cujo lugar é constantemente vigiado pela polícia por ser um espaço conhecido por prostituição.

Alguns militantes, no momento em que eram presos, tinham seus nomes divulgados nos jornais, no entanto, com a atuação dos órgãos de repressão, as prisões não eram mais publicadas nos noticiários. Isso ficou evidente no decorrer da presente pesquisa:

“Já existem dois suspeitos presos numa cela do Departamento de Ordem Política e Social. Segundo informações eles participaram na tentativa de sequestro do cônsul Curtis Carly Cutter, na noite de sábado. Essas pessoas, das quais uma é sargento de uma corporação militar, continuam sendo interrogados, mas suas identidades permanecem guardadas em sigilo”<sup>237</sup>.

No dia 06 de abril, o *Zero Hora* veiculou o sigilo em torno das prisões realizadas pelo DOPS. Isso pode ser percebido ainda em outras matérias: “As autoridades continuam

<sup>235</sup> *Correio do Povo*, 09 de abril de 1970.

<sup>236</sup> *Jornal do Brasil*, 09 de abril de 1970, p. 7.

<sup>237</sup> *Zero Hora*, 06 de abril de 1970, p. 22.

cercando suas ações no maior sigilo, não confirmando nem desmentido as prisões, mas longe ainda de revelar a identidade dos detidos, nem mesmo suas implicações com a sequência de fatos”<sup>238</sup>. No jornal *Folha da Manhã* também se especulava a provável prisão de Edmur: “Silêncio da polícia sobre a prisão de um homem chave”<sup>239</sup>. “Sigilo das autoridades sobre novas prisões de subversivos”<sup>240</sup>. “Embora as autoridades policiais não tenham se manifestado a respeito das últimas prisões, sabe-se que diversas pessoas foram levadas, inclusive no dia de ontem, para o Departamento de Ordem Política e Social”<sup>241</sup>.

As prisões acabavam sendo, de alguma forma, divulgadas na imprensa, como apresentado na notícia anterior da *Folha da Tarde*: “sabe-se que diversas pessoas foram levadas”. O sigilo dos nomes dos suspeitos presos aparece como uma justificativa para não atrapalhar as investigações. No entanto, isso faz parte de uma prática, na qual a polícia política não registrava e não divulgava a prisões dos militantes, que “facilitava posterior ‘desaparecimento’ da pessoa e permitia que o Estado não tivesse responsabilidade judicial perante a vítima, por executar clandestinamente a ação”<sup>242</sup>.

A comunidade de segurança, principalmente o DOPS no estado, atuou de tal forma que constantemente apareciam nas capas dos jornais os militantes detidos e outros que estavam sendo procurados. A onda de repressão foi denominada pela *Folha de S. Paulo* como “Operação Minuano”, em que a atuação dos órgãos de repressão no Rio Grande do Sul, foram comparados com a Operação Bandeirantes<sup>243</sup>.

A “Operação Minuano” em tudo igual a denominada “Operação Bandeirantes”, executada em São Paulo, vem sendo aplicada, com bons resultados pelo DOPS gaúcho que, diariamente, estoura “aparelhos”, prende terroristas e aprende material subversivo em todo o Estado.

Ainda ontem, de Caxias do Sul – onde foi preso o ex-tenente Dario Viana dos Reis, chefe do assalto à agência do Banco do Brasil de Viamão – vieram várias peruas com farto material subversivo; panfletos, volantes, livros cartazes etc. As “blitz” nas vilas continuam sendo feitas, principalmente em Sarandí, Villas Ingá, Itu Lomba do Pinheiro e Passo da Lami<sup>244</sup>.

<sup>238</sup> *Correio do Povo*, 07 de abril de 1970, p. 39.

<sup>239</sup> *Folha da Manhã*, 09 de abril de 1970, p. 31.

<sup>240</sup> *Folha da Manhã*, 25 de abril de 1970, p. 31.

<sup>241</sup> *Folha da Tarde*, 09 de abril de 1970, p. 34.

<sup>242</sup> RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 65.

<sup>243</sup> Para esclarecer, a OBAN tinha outro caráter. Foi a primeira tentativa, extraoficial de articulação do aparato repressivo. Foi criada em São Paulo pelo comandante do II Exército em conjunto com a Secretaria de Segurança do estado, com a arrecadação de fundos de empresários. Ainda no período da ditadura as organizações denunciavam a OBAN por suas práticas de torturas nos interrogatórios.

<sup>244</sup> *Folha de S. Paulo*, 11 de abril de 1970, p. 2.

Já se tinha noção que se acaso ocorresse o sucesso da tentativa de sequestro, o cônsul só seria libertado em troca de presos políticos. Como já mencionado, os sequestros de diplomatas era uma estratégia utilizada com o objetivo de libertação de guerrilheiros que sofriam tortura dentro dos porões da ditadura. Nos artigos pesquisados há uma divergência sobre o número exato de militantes que seriam trocados pelo cônsul norte-americano.

No jornal *Zero Hora* a manchete sob o título “Cônsul seria trocado por doze presos políticos de São Paulo”, do dia 08 de abril de 1970, divulga:

O sequestro foi precipitado, devido à prisão de Gustavo Buarque Schuller, o “Flávio” ou “Bicho”, como era conhecido entre o grupo que pertencia. Ele trazia uma lista contendo o nome de doze importantes terroristas presos em São Paulo, que deveriam ser trocados pela libertação do cônsul norte-americano. Pediram ainda a liberdade de Paulo Roberto Telles Franck e seu irmão Carlos Roberto, que se acham presos <sup>245</sup>.

“Terror queria pedir 14 em troca do cônsul” estampava a capa do periódico *Folha da Manhã* também do dia 08 de abril. Mas só foi possível encontrar os nomes dos doze presos políticos que constavam na lista de Gustavo Buarque no jornal *Folha de S. Paulo* do dia 10 de abril, na qual estavam: Maria Auxiliadora Barcelos, Dina Kressef Linhares (“Vanda”), Antonio Roberto Espinosa, Olacilio Ferreira da Silva, Pedro Chaves, Nelson Chaves, Roque (“Cassaco”), Angelo Pozzuto (“Gabriel”), Jorge Batista, o ex-cabo José Mariani Ferreira Alves (companheiro do ex-capitão Lamarca) e Carlos Alberto Telles Franck <sup>246</sup>.

Mais adiante, entre os dias 16 e 19 de abril, o *Zero Hora* e o *Jornal do Brasil* informaram que o diplomata seria trocado não por 12, mas por 50 presos políticos de diversas regiões do Brasil e que deveriam ser levados de avião até a Argélia <sup>247</sup>.

Nos dias 18 e 19 de abril, houve uma expressiva repercussão na imprensa em Porto Alegre sobre o manifesto que seria divulgado pela VPR com a seguinte manchete no *Folha da Manhã*: “Cônsul estava condenado à morte pelos sequestradores” <sup>248</sup>. Com a publicação, o jornal pretendia impactar a população alarmando que a vida do cônsul corria risco. Em nota oficial, as autoridades publicaram na íntegra o manifesto da organização clandestina além de um comunicado dos órgãos de segurança sobre o mesmo:

[...] A orientação externa e a falta de originalidade política desses grupos comprovados pela repetição aqui de calúnias semelhantes as usadas em outros países amigos, como por exemplo, Peru, Venezuela e Guatemala, para não falar no Vietnam.

<sup>245</sup> *Zero Hora*, 08 de abril de 1970.

<sup>246</sup> *Folha de S. Paulo* do dia 10 de abril de 1970.

<sup>247</sup> *Jornal do Brasil*, 18 de abril p. 11, *Zero Hora*, 16 de abril, página central.

<sup>248</sup> *Folha da Manhã*, 18 de abril de 1970.

[...] A divulgação do “Comunicado nº 1” da VPR, teve em vista alertar a todos, no Brasil e no Exterior, para essas ações antibrasileiras, anticristãs e lastimavelmente, orientadas do exterior, numa verdadeira intervenção, indevida e indesejável, praticadas por aqueles que dizem lutar contra um tipo de imperialismo e que na realidade se tornaram lacaios de outro <sup>249</sup>.

O governo utilizou-se de campanhas constantes na mídia para desacreditar as organizações. No comunicado, por exemplo, declarou que as ações eram “praticadas por aqueles que dizem lutar contra um tipo de imperialismo e que na realidade se tornaram lacaios de outro”, além de sugerir que esses militantes recebiam orientação de outros países e estariam a serviço do comunismo internacional. Também mencionava que as ações desenvolvidas pelas organizações de luta armada eram perigosas, “antibrasileiras” e “anticristãs” e não condiziam com os princípios e visão de mundo da sociedade brasileira. Tal discurso é uma clara tentativa de passar uma imagem negativa dos guerrilheiros.

Os jornais reiteravam a inviabilidade dos projetos revolucionários. No *Correio do Povo*, a manchete “Guerrilhas na América Latina Carecem de Qualquer Perspectiva”, foi capa no dia 19 de julho de 1970, afirmando que “A guerrilha na América Latina carece de perspectiva porque as massas não acreditam em seu triunfo” <sup>250</sup>. A frase foi proferida por Edvard Kardelj, membro do Partido Comunista e um dos ministros do então presidente da Iugoslávia, Josip Broz Tito. O artigo mencionava o isolamento dos grupos que não recebiam apoio popular e tinham seus projetos desacreditados pela sociedade.

O cenário final produzido pela cobertura jornalística sobre a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano e reconstruída no presente trabalho aparece como “Terrorismo brevemente terá fim no Rio Grande” <sup>251</sup>, “Sucesso da Polícia na guerra ao terror” <sup>252</sup>, “Terroristas sofreram um golpe implacável” <sup>253</sup>, “Assim termina a longa trilha dos terroristas” <sup>254</sup>; e por fim, no qual mereceu o título da última parte do capítulo e que foi capa do jornal *Zero Hora*: “A Derrota do Terror” <sup>255</sup>.

Neste momento, as reportagens sobre a tentativa de sequestro em Porto Alegre foram veiculadas nos diversos meios de comunicação do país. As mídias, em geral, elogiaram a reação do cônsul, retratando-o praticamente como um herói contra os “terroristas”, deixando entender que esses últimos seriam uma ameaça eminente para a população. Com isso,

<sup>249</sup> *Correio do Povo*, 19 de abril de 1970.

<sup>250</sup> *Correio do Povo*, 19 de julho de 1970, capa.

<sup>251</sup> *Correio do Povo*, 16 de abril de 1970.

<sup>252</sup> *Folha da Tarde*, 18 de abril de 1970.

<sup>253</sup> *Zero Hora*, 16 de abril de 1970, p. 26-27.

<sup>254</sup> *Zero Hora*, 13 de maio de 1970, p. 27.

<sup>255</sup> *Zero Hora*, 16 de abril de 1970, capa.

aplicava-se a “pedagogia do medo”, a qual espelhava a lógica do sistema de informação e repressão.

A função desempenhada pelo discurso das mídias teve diferentes efeitos produzidos socialmente. Os veículos de comunicação, em seus discursos, buscavam desqualificar as ações de resistência e apelava para uma resposta imediata da polícia política, mobilizando e legitimando as ações repressivas. Fica evidente que os próprios jornais travaram uma guerra por meio das palavras. A narrativa contribuiu para a construção de um consenso que ia ao encontro dos valores cristãos e morais daquela sociedade conservadora dos anos 70.

# silêncio da polícia sôbre a prisão de um homem chave

terremoto causou 3 mortes

**Figura 22:** *Folha da Manhã*, 09 de abril de 1970 em que se especulava a possível prisão de Edmur.

# UM DOS LÍDERES DO TERRORISMO NO ESTADO ESTÁ PRÊSO NO DOPS

**Figura 24:** *Zero Hora*, 09 de abril de 1970.

# SECRETÁRIO DA SEGURANÇA REVELA NOMES DOS TERRORISTAS PRESOS E MOSTRA SEUS PLANOS

**Figura 26:** *Correio do Povo*, 08 de abril de 1970.

# Polícia Gaúcha Lavra um Tênto: Prêso Edmur

**Figura 23:** *Correio do Povo*, 09 de abril de 1970.

Acima, à esquerda, a mulher apontada como amante de Edmur e o advogado Carlos Franklin. Logo abaixo, Edmur e Adrânio. São quatro terroristas caçados, segundo as revelações do coronel Jaime Miranda Mariath na entrevista coletiva que zenas de jornalistas concedeu ontem a de-

## prisão de terrorista atrasou tentativa de seqüestro

**Figura 25:** *Folha da Manhã*, 08 de abril de 1970. A notícia enfatiza que a prisão de Gustavo Buarque teria atrasado e adiado o plano de seqüestro.

# Terrorismo Brevemente Terá Fim no Rio Grande

Figura 27: *Correio do Povo*, 16 de abril de 1970.



Figura 30: *Folha da Manhã*, 14 de abril de 1970.



Figura 29: *Folha da Manhã*, 18 de abril de 1970.



Figura 28: *Correio do Povo*, 18 de abril de 1970.



Figura 31: Folha da Manhã, 08 de abril de 1970.



Figura 33: Zero Hora, 08 de abril de 1970.

Figura 32: Jornal do Brasil 18 de abril de 1970. A notícia com o título "Polícia mostra 3 dos 4 que tentaram sequestrar cônsul", apresenta uma declaração do Secretário de Segurança Pública que enfatiza que se acaso o sequestro se concretizasse o diplomata seria trocado por 50 presos políticos.

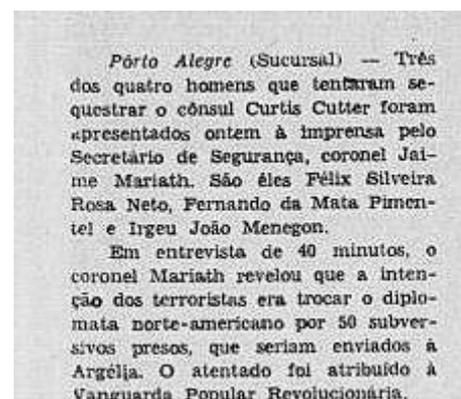




Figura 34: Zero Hora, 16 de abril de 1970.

# DOPS dá os nomes dos 30 terroristas presos

Figura 35: Folha da Tarde, 28 de abril de 1970.

# ESTÁ AGONIZANDO TERRORISMO QUE ERA LIDERADO POR EDMUR

Figura 36: Folha da Manhã, 18 de abril de 1970.



Figura 37: *Folha da Tarde*, 18 de abril de 1970.



Figura 39: *Revista Veja*, 15 de abril de 1970



Figura 38: *Zero Hora*, 16 de abril de 1970, chamada na capa do periódico.

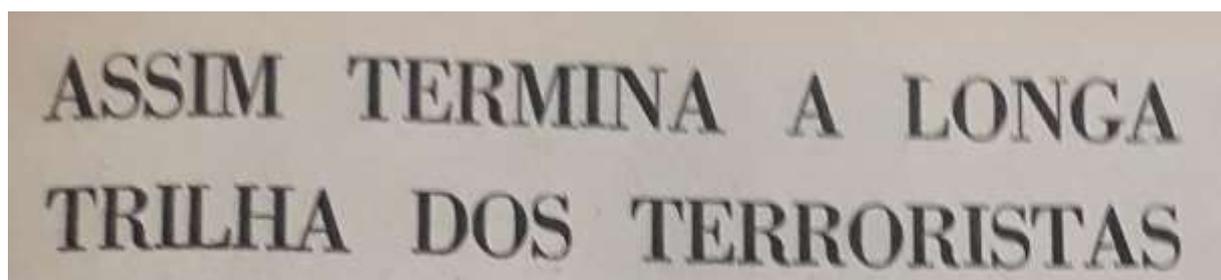


Figura 40: *Zero Hora*, 13 de maio de 1970.

### 3 CAPÍTULO: RESSURGÊNCIAS DO EVENTO

“Nossa geração teve pouco tempo  
 começou pelo fim  
 mas foi bela a nossa procura  
 ah! moça, como foi bela a nossa procura  
 mesmo com tanta ilusão perdida  
 quebrada,  
 mesmo com tanto caco de sonho  
 onde até hoje  
 a gente se corta”.  
 Alex Polari

O poema na epígrafe deste capítulo é do ex-guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária, Alex Polari. Os versos remetem a um passado vivido por uma geração em um clima de radicalização política. Um passado que ainda hoje não está encerrado. Um passado impertinente que chega por meio da memória e ainda hoje “corta”.

Essas feridas ainda abertas e que voltam a machucar podem ser entendidas com o desencadeamento da desistência de um projeto político revolucionário para a sociedade brasileira. Um trauma vivido por uma geração que acreditava e que lutava e tinha o anseio de uma transformação social. E acabaram tendo que lidar com a derrota, com a perda, com a ilusão perdida.

A memória é o objeto central do presente capítulo, cujo propósito é compreender como ocorreram as permanências e as (re)atualizações sobre as versões do sequestro. Por meio dos livros autobiográficos, relatos, depoimentos e entrevistas, busca-se entender como foi construída a retórica do acontecimento através das representações memoriais e, com seus múltiplos significados que ainda resistiram ao tempo. Nesse sentido, Pollak afirma que: “numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”<sup>256</sup>.

Por ter deixado suas marcas sociais e individuais e por ser (re)elaborado, o sequestro produziu as “prisões de longa duração” que, por meio das memórias instaurou as mentalidades e as permanências duráveis. Entende-se que, num primeiro momento, o acontecimento faz parte de um tempo de curta duração, embora, “em alguns anos, o

---

<sup>256</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 4.

acontecimento fugaz engendrou a mentalidade durável; e o tempo curto instaurou o tempo longo”<sup>257</sup>, sendo que este só é possível perceber por meio das memórias.

As reminiscências são construídas para dar sentido a vida passada e presente, tendo um processo contínuo de (re)construção e transformação na elaboração das memórias<sup>258</sup>. A própria dificuldade em narrar um evento traumático é ocasionado por ter uma temporalidade específica, em que há uma ausência de ruptura entre o passado e o presente. Assim, as memórias se atualizam em função de sua rememoração na atualidade. Este assunto será retomado no final do capítulo.

As (re)atualizações do episódio de sequestro fazem parte de um testemunho do tempo presente e as latências desse passado que ainda permanecem presentes. Por meio dos fragmentos de memórias, analisa-se como cada indivíduo percebe o sequestro como uma ruptura no tempo, uma cicatriz, um choque traumático, de acordo com a trajetória percorrida resultado do desfecho do sequestro. Essa cicatriz do sequestro grita, “ou é apenas memória de um grito, um grito calado no tempo?”<sup>259</sup>.

Neste primeiro momento, busca-se apontar as discussões e os espaços públicos no cenário nacional, criados para as memórias do período da ditadura civil-militar, para, em seguida, compreender o lugar da memória da guerrilha, focando nas lembranças e nos esquecimentos e nas (re)atualizações da tentativa de sequestro em Porto Alegre.

O presente capítulo, sustentado em depoimentos memorialísticos, tem como objetivo compreender as (re)atualizações da tentativa de sequestro. Como elas foram (re)elaboradas e cristalizadas ao longo dos anos em prol de outras memórias que acabaram sendo apagadas. E como ambas estão presentes – ou não – no conjunto de narrativas construídas e relacionadas com a luta armada e a repressão no Rio Grande do Sul.

É importante questionar como as políticas de memória, sobre as representações que são compartilhadas do passado, podem ter influenciado as lembranças e as experiências vividas individualmente. A memória não é simplesmente a narrativa do passado. Ela tem mais relação com o presente do que com o próprio passado. É essa memória que é reorganizada, construída e conservada no presente.

A memória, portanto, é o presente do passado. Apesar de serem os indivíduos que lembram, as memórias estão sempre suscetíveis às influências, às interações e às articulações

---

<sup>257</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. Acontecimento e longa duração na história social: o exemplo dos chouans. In: NOVAIS, Fernando A. SILVA, Rogerio Forastieri (Org.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 259.

<sup>258</sup> THOMSON, Alistair. Recompondo memórias: questões sobre as relações entre a História Oral e as memórias. In: *Projeto História*, São Paulo, Vol. 15, 1997 (Dossiê Ética e História Oral).

<sup>259</sup> FUKS, Julián. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015, p. 68.

entre as políticas de memória, aos usos do passado e às experiências individuais. Por isso, cabe aqui, uma contextualização das políticas de memória e de esquecimento acerca da ditadura civil-militar.

A aprovação da Lei de Anistia, em 1979, não pode ser vista como mera concessão que fazia parte de um projeto governamental no contexto de transição política. Mas sim, resultado de embates levados por movimentos sociais como Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que, por meio dos próprios canais institucionais, buscavam pressionar o governo para a aprovação da Lei de Anistia.

A memória do período da ditadura civil-militar é um campo de constantes disputas marcadas por forças antagônicas, principalmente com a promulgação da Lei de Anistia. A conquista da aprovação da Lei, que anistiou os perseguidos políticos e possibilitou o retorno dos exilados para o Brasil, também foi motivo de frustrações ao anistiar agentes do Estado responsáveis por crimes de lesa humanidade. A própria Lei de Anistia, segundo Caroline Bauer, possui duas temporalidades. A primeira remete ao passado quanto à suspensão dos crimes praticados contra a segurança nacional. A segunda destinada aos militares com uma desresponsabilização penal no futuro <sup>260</sup>.

A “ideologia da reconciliação” e a ideia de “dar as mãos e concórdia” imbricadas na Lei de Anistia são uma tentativa “de construir uma memória nacional oficial sobre este passado que busque manter a coesão dos grupos e instituições componentes da sociedade brasileira” <sup>261</sup>. Assim, de um lado estaria o Estado e os agentes repressores, e do outro não somente as vítimas diretas da ditadura, mas a sociedade brasileira como um todo, pois esta não conhece ou não reconhece o próprio passado. Na “ideologia da reconciliação”, a possibilidade de influenciar a memória surge de uma maneira que os conflitos do passado devem ser superados.

A Anistia deve ser entendida como uma conciliação forçada, uma desmemória, uma amnésia, como um esquecimento quase programático. O modo como a sociedade civil e o governo ditatorial lidou – e ainda lida – com as cicatrizes e as feridas deixadas pelo Terrorismo de Estado, mostram como a memória da ditadura civil-militar é tratada no tempo presente.

A urgência em trabalhar com a memória ocorre num contexto político e cultural específico na América Latina, em meio a um cenário de redemocratização, quando esses

---

<sup>260</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, São Paulo: Paco. 2017, p. 17.

<sup>261</sup> GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 187.

países emergiam de períodos de violências e de traumas deixados pelas ditaduras de segurança nacional. Essas memórias e interpretações são elementos essenciais para o processo de (re)construção de identidades individuais e coletivas, criando novos sentidos do passado. Sobre as políticas de memória acerca das ditaduras no Cone Sul, Elizabeth Jelin afirma:

Hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma. El espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha “contra el olvido”: recordar para no repetir <sup>262</sup>.

O espaço da memória, também como um lugar de luta política e de memórias conflitantes, ocorre não tanto no sentido de compreender o passado, mas muito mais numa luta travada contra o esquecimento. O dever da memória surge contra o esquecimento das atrocidades praticadas pelo Terrorismo de Estado. Foi assim que o “lembrar para não repetir” materializou-se no slogan: “Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Um fenômeno singular ocorreu na América Latina no final das ditaduras: a vitória simbólica dos vencidos. Ainda que os militares tenham ganhado no plano das armas, perderam a “guerra psicológica”. Uma hipótese adotada por Luciano Oliveira sobre os motivos que teria levado a esse fenômeno é o fato da guerra ter sido ganha por meio de métodos obscuros, como a prática de tortura, aplicados por aqueles que o empregavam <sup>263</sup>.

Contudo, não se deve ter a percepção equivocada que a tortura foi inventada no período militar. Ela foi empregada no período colonial pelos senhores de escravos e na ditadura de Getúlio Vargas. No entanto, a diferença é que a prática de tortura era utilizada como um meio para obter informações. Ela fazia parte do aparato repressivo da ditadura civil-militar, que começou a ser erguido em 1964 e foi consolidado e institucionalizado nos anos posteriores. Além disso, neste contexto, os graves crimes contra os direitos humanos passam a atingir membros de partidos políticos, estudantes, jornalistas, advogados, enfim, “segmentos que antes eram protegidos por imunidades sociais” <sup>264</sup>.

Na “guerra da memória” é possível apontar outra hipótese para a suposta vitória dos vencidos. O clima vivido pela distensão política no final dos anos 70 favoreceu o resgate e rescritas de memórias de guerrilheiros numa clara tentativa de darem “continuidade à luta política do período” <sup>265</sup>. Para além do esforço dos militantes em manter viva aquela memória

<sup>262</sup> JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 2002, p. 6.

<sup>263</sup> OLIVEIRA, Luciano. Ditadura militar, tortura e história: A “vitória simbólica” dos vencidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 26 n.75 São Paulo, 2011, p. 1.

<sup>264</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>265</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007, p. 133.

dos anos de chumbo, João Roberto Martins Filho no artigo “*A guerra da memória*” evidencia uma disputa entre ex-guerrilheiros e militares para estabelecer uma determinada versão sobre o passado. Assim, “os narradores de esquerda parecem na obrigação de contar e recontar os acontecimentos que cercaram a resistência derrotada”<sup>266</sup>.

Para Denise Rollemberg, essas narrativas não necessariamente remetiam ao passado, mas sim sobre os projetos de construção de futuro que os indivíduos buscavam criar. Em suas palavras:

“A tragédia da luta armada, a tragédia do seu isolamento não rimava com conciliação. Sob a égide da “resistência”, seria construída a memória daqueles anos. É exatamente onde não houve muita resistência é que não se deve remexer no passado. Todos resistiram, todos resistimos, assim parecia melhor. Era o momento da volta, mas da volta para construir o futuro e não para reencontrar o passado”<sup>267</sup>.

A conjuntura proporcionou o florescimento de um número significativo de livros de memória, biográficos e autobiográficos sobre a luta armada, sobre a experiência no exílio e as prisões e torturas sofridas pelos guerrilheiros, que passaram ocupar a cena pública. As narrativas criaram uma determinada versão que se cristalizou sobre a luta armada. A versão que prevaleceu é elucidada por Alessandra Gasparotto:

“Os militantes destes movimentos são descritos como jovens ingênuos e sonhadores, sem consciência da opção política que estavam assumindo. As ações desses indivíduos são descontextualizadas e não se leva em consideração a conjuntura social e política da época, as agitações e discussões presentes no seio da esquerda naquele momento e as alternativas que se apresentavam (e as que se fechavam) aos que ousavam resistir”<sup>268</sup>.

Os livros de memória utilizados como fonte de pesquisa deste capítulo são “*Guerra é guerra, dizia o torturador*” de Índio Vargas, “*O riso dos torturados*” de Jorge Fischer Nunes, “*Verás que um filho teu não foge à luta*” de João Carlos Bona Garcia e, por fim, a autobiografia de Cláudio Gutiérrez em “*A Guerrilha Brancaleone*”<sup>269</sup>. As obras citadas são de ex-guerrilheiros que atuavam no Rio Grande do Sul e estão inseridas no contexto de

<sup>266</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, UFMG, n. 28, dezembro 2002, p. 1.

<sup>267</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 76-77.

<sup>268</sup> GASPAROTTO, Alessandra op. cit., p. 195.

<sup>269</sup> VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982. BONA GARCIA, João Carlos & POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura. 1989. GUTIÉRREZ, Cláudio. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

produção nacional<sup>270</sup>. Os livros, como uma inscrição do passado, reverberam o drama político da esquerda colocando os militantes como resistência à ditadura civil-militar, reforçando a construção de identidades ao mesmo tempo em que resgata a memória individual e coletiva.

A socióloga Elizabeth Jelin, em seu livro “*Los trabajos de la memoria*”, busca compreender as presenças e os sentidos do passado. As memórias são um processo subjetivo e individual, mas que estão ancoradas em uma memória coletiva e que são conflituosas e objetos de disputa e de poder. A autora também analisa que: “Cuando el Estado no desarrolla canales institucionalizados oficiales y legítimos que reconocen abiertamente los acontecimientos de violencia de Estado y represión pasados, la lucha sobre la verdad y sobre las memorias apropiadas se desarrolla en la arena societal”<sup>271</sup>.

Isso pode ser percebido no caso brasileiro. O luto impedido e negado aos familiares de desaparecidos políticos, que não puderam passar pelo ritual de enterrar seu ente querido, ocasionando uma suspensão do luto e impossibilitando uma elaboração do trauma de perder um familiar, levaram muitas mães, esposas e filhas a procurar por respostas e ao mesmo tempo tentar localizar o familiar desaparecido, simultaneamente em que impulsionaram demandas por justiça.

Com a ausência de canais institucionais que reconhecessem a violência e a repressão na sociedade no contexto da ditadura, iniciativas de políticas de memória foram empreendidas por ex-presos, perseguidos políticos, familiares de desaparecidos e entidades civis, que fomentavam o debate sobre as memórias da ditadura e para que se tornassem questões públicas, ao mesmo tempo em que buscavam enfrentar esse passado traumático. Por meio dessas circunstâncias, surge a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 1995.

Com a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos ocorreu o reconhecimento dos indivíduos mortos de causas não naturais em dependências policiais oficiais ou clandestinas ou desaparecidos em razão de graves violações aos direitos humanos ocorridas após o golpe civil-militar. Apesar de ter sido uma das primeiras e principais conquistas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil em sua luta por medidas de justiça de transição, “essas iniciativas foram pontuais e não se inseriam em uma ‘agenda política’ aderente e

---

<sup>270</sup> Entre os livros de memória mais conhecidos na esfera nacional estão: TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1981. FREI BETTO. *Batismo de Sangue: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1984. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

<sup>271</sup> JELIN, Elizabeth, op. cit., p. 61.

compromissada com o tema da memória, verdade e justiça, ficando muito aquém do necessário”<sup>272</sup>.

Já no início dos anos 2000, a América Latina vivia uma conjuntura política na qual predominava governos progressistas, que somado à mobilização da sociedade, proporcionou o retorno à cena pública do debate sobre a memória da ditadura civil-militar. Esse debate buscava enfrentar e superar o passado através de novas reconfigurações, ao mesmo tempo em que lançava perspectivas democráticas para o presente e para o futuro.

Nesse contexto histórico, com o intenso debate sobre a abertura dos arquivos da repressão, foram criadas a Comissão da Anistia e o projeto Memórias Reveladas. Em 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos crimes cometidos em decorrência da violência política praticada na Guerrilha do Araguaia.

Junto com o cenário nacional o Rio Grande do Sul também viveu esta ebulição de fazer uma releitura do passado, fomentado por eventos públicos ofertados pelas universidades, a Comissão de Anistia que estava se fortalecendo, as pesquisas historiográficas sobre a temática entre outras. Esse cenário proporcionou aos ex-guerrilheiros um espaço de escuta. Nessas circunstâncias, os depoimentos memorialísticos de Antônio Losada, Carlos Alberto Tejera de Ré, Flávio Koutzzi e Ignez Maria Serpa Ramminger se materializam por meio da coletânea “*A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande Do Sul (1964-1985): História E Memória*”, lançada em 2009 e fonte de pesquisa da presente dissertação.

A coleção, além de conter publicações historiográficas sobre o período, reúne textos testemunhais escritos por alguns dos protagonistas da luta arma, os quais relatam sua experiência articulada com elementos marcantes por eles enfrentados. O projeto fomentou um espaço de escuta criado por meio do reconhecimento público das vítimas da repressão. Espaço que oportunizou o surgimento de outros relatos, resgatando-os do ostracismo. A construção das memórias desses sujeitos perpassa marcos narrativos como classe, gênero, raça e organizações no qual estavam inseridos. Esses enquadramentos são essenciais na elaboração de uma identidade individual, mas também estão estruturados e apoiados em uma memória coletiva.

Mas foi necessário que perpassasse 50 anos do Golpe civil-militar para que fosse lançado o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Criada em 2011, a CNV, considerada uma política pública de memória, foi marcada por alguns avanços no que tange o

---

<sup>272</sup> PERES, Thiago Vieira. *Fazendo Revolução a Vida Inteira: Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: UNISINOS, 2015, p. 21.

reconhecimento das graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado, e também foi marcada por alguns recuos, críticas e controversas <sup>273</sup>.

O reconhecimento público proporcionado pela Comissão da Verdade favoreceu a escuta e impulsionou um fenômeno de “catarse coletiva”, criando um espaço para que outros relatos surgissem tendo reconhecimento da vítima e a possibilidade de falar sobre o período da ditadura. Vale enfatizar que as condições de fala e os espaços de escuta são determinados pelo cenário e pelo contexto histórico. Thomson, em seu trabalho sobre as memórias de soldados australianos que lutaram na Grande Guerra, aborda que os relatos individuais começam a emergir quando houve um reconhecimento sobre essas memórias:

“‘Reconhecimento’ é um termo apropriado para descrever o processo de afirmação pública de identidade e reminiscência. O reconhecimento é essencial para a sobrevivência social e emocional [...] podemos buscar o reconhecimento em outras comunidades ou relacionamentos mais empáticos, mas nossas reminiscências precisam ser apoiadas pelo reconhecimento público, e, portanto, são compostas de modo a serem reconhecidas e confirmadas” <sup>274</sup>.

A CNV construiu um ambiente para que testemunhas do terrorismo de Estado tivessem um espaço de elaboração de suas memórias e de suas experiências individuais, visto que por meio do reconhecimento público é possível uma superação do passado. Esses indivíduos não falaram somente enquanto vítimas, mas também enquanto sobreviventes da ditadura, numa clara tentativa de falar por aqueles que não puderam testemunhar, mostrando todo o dever da memória para falar por aqueles que foram mortos e/ou desaparecidos e, suas memórias não foram registradas.

No âmbito estadual, pela primeira vez alguns militantes relataram sobre as vivências para a Comissão Estadual da Verdade, como o ex-integrante da Vanguarda Popular Revolucionária, Félix Silveira Rosa Neto. Os espaços abertos e dispostos para escutar propiciaram aos militantes que já haviam escritos livros de memória retomar as suas experiências, como João Carlos Bona Garcia. Também favoreceu a eclosão de uma multiplicidade de memórias, que antes não encontrava tanto espaço na sociedade. É o caso do ex-guerrilheiro Gregório Mendonça.

É essencial ter a dimensão dos períodos em que as memórias começaram a emergir no debate público. Compreender, portanto, que os canais sociais de escuta e de fala podem,

<sup>273</sup> Sobre o tema ver: GASPAROTTO, Alessandra; DELLA VECHIA, Renato; DA SILVEIRA, Marília Brandão Amaro. A criação da Comissão Nacional da Verdade e a luta por verdade, memória e justiça no Brasil. *Espaço Plural*, v. 13, n. 27, 2012. BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, São Paulo: Paco. 2017.

<sup>274</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituindo memórias: questões sobre as relações entre a História Oral e as memórias. In: *Projeto História*, São Paulo, Vol. 15, 1997 (Dossiê Ética e História Oral), p. 58.

em alguns momentos, estar mais abertos quando alicerçados socialmente e, em outros, mais obstruídos, determinados pelo contexto histórico vivido. Também deve-se levar em consideração, que mesmo que esses debates públicos sobre a ditadura e as medidas de transição – como a CNV - foram importantes, no entanto elas não podem ser vistas como totalmente satisfatórias, pensando que ainda enfrentamos uma disputa sobre as memórias da ditadura, vivemos em uma sociedade aonde os valores democráticos não estão bem consolidados e as violações de direitos humanos ainda estão muito presente principalmente nas classes menos privilegiadas do país.

### **“Um erro de cartografia”: memórias sobre a tentativa de sequestro**

Os fragmentos de memória que compõem este capítulo são oriundos de livros e relatos escritos por ex-guerrilheiros que atuaram no Rio Grande do Sul e que, de alguma forma, abordam a tentativa de sequestro. Como já apresentado anteriormente, as obras remetem ao contexto político vivido no país desde o fim dos anos 1970, com a necessidade que os indivíduos buscavam para ressignificar as ações naquele momento de transição política.

Os depoimentos deste capítulo não abordam somente o sequestro, mas constroem uma narrativa através das trajetórias pessoais de seus autores. Entre eles estão: “*Verás que um filho teu não foge a luta*”, de João Carlos Bona Garcia, “*Guerra é Guerra, dizia o torturador*”, de Índio Vargas, “*O riso dos torturados*”, de Jorge Fischer Nunes e a “*A Guerrilha Brancaléone*”, de Cláudio Gutiérrez<sup>275</sup>. As obras “têm sido importante fonte para o reconhecimento das ações planejadas ou empreendidas por alguns grupos de esquerda e também das ações da repressão”<sup>276</sup>. Além dos livros, outros relatos importantes para a pesquisa são dos militantes Antônio Losada em “*Losada, não olhe para trás*”. Carlos Alberto Tejera de Ré no texto “*Você sabe o que está fazendo, filho?*”, Iñez Maria Serpa Ramminger no depoimento “*Na guerra com batom*”. E, por fim, o relato de Flávio Koutzii em “*Trajetórias*”<sup>277</sup>.

<sup>275</sup> VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982. NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982. GARCIA, J. C. Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989. GUTIÉRREZ, Cláudio. *A guerrilha brancaléone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

<sup>276</sup> RODEGHERO, Carla. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. *Encontro Estadual de História–ANPUH-RS*, v. 3, 2008, p. 8.

<sup>277</sup> LOSADA, Antônio. “Losada, não olhe para trás” (p.95-120). RAMMINGER, Iñez Maria Serpa. “Na guerra com batom” (p.135-158). TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. “Você sabe bem o que está fazendo, filho?” (p.159-188). PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”, v. II).

Não foi possível localizar e analisar as informações nos relatos testemunhais de todos os militantes que tiveram participação na tentativa de sequestro ou de outros que tiveram expressiva atuação naquele momento dentro da esquerda armada no Rio Grande do Sul. Assim, faz-se necessário informar ao leitor, sobre as lacunas deixadas por esta pesquisa. Esta investigação não conseguiu demandar sobre os seguintes livros memorialísticos de Eloy Martins, José Wilson da Silveira, Flávia Schilling, Flávio Koutzzi, e Flávio Tavares<sup>278</sup>. Livros que de alguma maneira abordam o engajamento na luta política, perseguição, prisão e tortura. E que em alguns momentos perpassaram pelo cenário de Porto Alegre do início dos anos 70. Provavelmente o presente trabalho deixou de fora muitos outros relatos produzidos nos últimos anos, visto que não foi possível mapeá-los.

Apontam-se brechas também devido à ausência de relatos testemunhais. Na investigação, não foi possível localizar o depoimento dos militantes Reinholdo Amadeu Klement integrante da VPR e, segundo informações do SNI, após a prisão de Felix da Silveira Rosa Neto, Klement teria passado a ser o principal coordenador da organização no estado, sendo preso em 1971. Não foi possível ainda rastrear o depoimento de Irgeu João Menegon. O militante da VPR participou da tentativa de sequestro do cônsul e acabou sendo preso logo após a ação.

Foi possível localizar informações sobre esses militantes nos artigos de imprensa ou em livros de memórias quando eram mencionados por outros militantes. Tanto Klement quanto Menegon acabaram por protagonizar o processo de retratação pública, conhecido como “arrepêndidos”. A hipótese, de não haver depoimentos, é que ambos ficaram conhecidos pejorativamente por “desbundados” e foram vistos como traidores pela esquerda. Nesse sentido, suas memórias acabaram não encontrando espaço social para serem reelaboradas e foram silenciadas. Lembrando como são complexas as ideias que permeiam as memórias, como a compreensão de quem tem “autoridade” para poder falar e o quê se pode falar. Isso poderia explicar, em partes, a falta de relato testemunhal desses sujeitos, além de revelar como uma questão sensível pode exigir o silêncio<sup>279</sup>.

---

KOUTZII, Flávio. Trajetórias (p.97-124). PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Conexão Repressiva e Operação Condor, v. III).

<sup>278</sup> SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Editora da Coojornal, 1979. SCHILLING, Flávia. *Querida liberdade*. São Paulo: Global, s/d. MARTINS, Eloy. *Tempo de cárcere*. Porto Alegre: Movimento, 1981. KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984. SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987. TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

<sup>279</sup> Sobre os “arrepêndidos” da ditadura ver o trabalho de Alessandra Gasparotto em “O terror renegado”.

Por outro lado, um caso mais complexo é o de Edmur Péricles Camargo. As informações coletadas sobre o guerrilheiro foram obtidas por meio da imprensa e das narrativas de outros militantes. Edmur, desaparecido político, e até onde se averiguou, infelizmente não deixou nenhum registro de memória. Sendo assim, sua experiência de luta armada, de prisão e banimento não será possível acessar, mostrando a disparidade, lacunas e ausências na forma como as narrativas foram construídas nesta pesquisa.

A narrativa construída pelos militantes sobre o período da ditadura civil-militar está ancorada em uma memória individual e coletiva, que contribui para a construção da identidade desses sujeitos. Suas narrativas são elaboradas através de uma visão retrospectiva condicionadas à posição social ocupada por esses indivíduos no presente. Nesse sentido, há uma multiplicidade de memórias, como afirma Alessandro Portelli: “na verdade estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente medidas”<sup>280</sup>.

Os livros e relatos de memória aparecem como uma parte integrante da produção do sujeito. As narrativas são centradas na vida dos autores, mas tendo como pano de fundo os acontecimentos que marcaram o Brasil. Com uma escrita de caráter confessional, os militantes buscavam avaliar a luta armada e sua participação naqueles eventos. A narrativa entrelaça vivências individuais e coletivas e, ao mesmo tempo, com uma visão retrospectiva, realizam um balanço e uma autocrítica sobre as experiências do passado. Para auxiliar nesta definição, Henry Rousso define memória como sendo: “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”<sup>281</sup>.

Memória, nessa percepção, é coletiva, sendo um elemento fundamental na construção da identidade individual e do grupo. No entanto, quando a memória é situada em uma escala de coletividade em que compartilha uma construção de um passado semelhante, não quer dizer que todos os indivíduos têm a mesma percepção do passado. Rousso também alerta sobre essas especificidades da memória individual:

Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da ideia de que existe uma “memória coletiva”,

---

<sup>280</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. IN: AMADO, Janaína, e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 106.

<sup>281</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: AMADO, Janaína, e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 94.

isto é, uma presença e, portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade <sup>282</sup>.

Apesar desses ex-guerrilheiros se reafirmarem enquanto combatentes contra a ditadura civil-militar e compartilhem de uma percepção do passado muito semelhante, não quer dizer que essa representação do passado seja compartilhada nos mesmos termos e moldes por todos os indivíduos. Seria errôneo acreditar que as memórias sobre o sequestro equivaleriam a um núcleo sólido, coeso e inacessível. No decorrer do capítulo, busca-se confrontar essas memórias, que não estão imunes à história, através de uma análise crítica, levando em consideração a multiplicidade de memórias fragmentadas.

O processo de construção de uma determinada versão não deve ser entendido sem levar em consideração as “batalhas das memórias”, as negociações, as disputas e a pluralidade de memórias que foram sendo silenciadas ou esquecidas. Os lugares sociais ocupados pelas memórias, que acabaram por prevalecer, também são espaço de poder. Busca-se entender, portanto, como se delineou um determinado relato do sequestro.

Apresentando em uma ordem cronológica, a primeira literatura de testemunho analisada é o livro “*Guerra é Guerra dizia o torturador*”, de Índio Vargas publicado em 1981. Jornalista, advogado, funcionário da Caixa Econômica Federal e vereador de Porto Alegre, Vargas teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos na ditadura civil-militar.

Integrante ao Grupo Armado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no decorrer do livro de Vargas, percebe-se o intuito do militante em registrar suas memórias para futuramente serem publicadas quando ainda estava preso na Ilha do Presídio<sup>283</sup>. O militante não participou do sequestro, mas comenta em seu livro:

“Edmur estava na casa de Reschke, concebendo um esquema para romper as barreiras que cercavam Porto Alegre e Viamão, quando toda a esquerda armada no Rio Grande do Sul envolveu-se num acontecimento inusitado: à meia noite do dia 5 de abril de 1970 a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, comandada por Félix, seu dirigente principal no Estado, tentou sequestrar o cônsul norte-americano, em Porto Alegre, Curly Cutter. Durante a ação, cujas etapas se desarticularam devido a problemas que quase sempre surgem nessas ocasiões, o diplomata recebeu um tiro de pistola 45 no ombro e Fernando Pimentel foi ferido numa perna, ficando caído na calçada”<sup>284</sup>.

A construção do episódio descrito por Índio Vargas inicia com o problema que os militantes enfrentavam para sair do país, devido ao monitoramento da polícia, já que o Rio

---

<sup>282</sup> Ibid., p. 95.

<sup>283</sup> A Ilha do Presídio está localizada na zona sul de Porto Alegre no meio do Lago Guaíba. Foi por volta de 1960 passou a se transformar em um presídio e que serviu para presos políticos e só foi desativado em 1983.

<sup>284</sup> VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981, p. 52.

Grande do Sul funcionava como uma das principais rotas de exílio naquele momento. Na sequência, é apresentado como o sequestro foi inusitado e ao mesmo tempo inesperado, acabando por envolver toda a esquerda armada do estado.

“*O cerco e a queda*” é o capítulo na qual a tentativa de sequestro está inserida no livro do ex-guerrilheiro. As primeiras linhas do capítulo mencionam que “o mês de março de 1970, em Porto Alegre, foi de muita tensão, sobressaltos, assaltos, destemor, medo, angústia, alegria reprimida, apreensão da repressão com as ações que eram realizadas pelas organizações de esquerda”<sup>285</sup>.

Vargas oferece pistas, ainda no título, de qual finalidade constrói a narrativa de sequestro buscando apresentar os principais eventos que levaram a sua prisão e a dos companheiros. O guerrilheiro comenta sobre o sequestro, ou seja, o recupera porque ele se vincula diretamente com sua experiência de prisão. Quando mencionado sobre o fracasso de sequestro, Vargas apresenta argumentos compreensíveis de que a ação se desarticulou devido a problemas que acabam surgindo nestas circunstâncias. Nos depoimentos seguintes percebe-se uma mudança na narrativa, principalmente no que tange a críticas aos guerrilheiros que desenvolveram a ação.

O segundo livro é do autor Jorge Fischer Nunes que atuava na Polícia Civil dentro de uma divisão da Polícia de Choque, que segundo ele era “um grupo de espancadores especialmente treinados”<sup>286</sup>. Fischer comenta que foi através dos círculos da redação “*A Tribuna Gaúcha*”, conhecido por ser um jornal do PCB e ligado às classes operárias, que conheceu Edmur Péricles Camargo em que “sua onipresença era algo inquietante”<sup>287</sup> ao reencontrá-lo diversas vezes nos movimentos nacionalistas ligados ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e na Frente Ampla. Foi por meio desses vínculos que Jorge Fischer Nunes e “Gauchão” organizaram-se no grupo militarizado conhecido como Marighella, Marx, Mao-Tse-Tung (M3G).

O ex-guerrilheiro, não participou da ação do sequestro, em seu livro “*O riso dos torturados*” de 1982, comenta que só ficou sabendo sobre o fracasso da tentativa de sequestro quando estava detido na Ilha do Presídio.

Pelo pouco que pude saber, creio que os companheiros da VPR, encarregados da operação, subestimaram certos detalhes. O cônsul Curtiss Cutter era um veterano da Guerra do Vietnã, e isto deveria ter sido levado em consideração. Capitão do exército norte-americano, devia ter presença de espírito suficiente para enfrentar situações perigosas. Pilotava um possante

---

<sup>285</sup> Ibid., p. 49.

<sup>286</sup> NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982, p. 17.

<sup>287</sup> Ibid., p. 17.

Tiger importado dos Estados Unidos, e os companheiros tentaram interceptá-lo pilotando um Volks. Ao ver a frente do seu Tiger cortada, Curtiss acelerou o carro, empurrou o fusca para o lado, atropelou um dos militantes, a quem quase arrancou um braço, e fugiu ao cerco. O comandante da ação, ao vê-lo fugir, fez pontaria e disparou. Acertou o ombro do cônsul. Mas era tarde, a presa havia escapado<sup>288</sup>.

Jorge Fischer faz duras críticas em relação aos revolucionários da VPR que planejaram e realizaram a ação. O grupo teria subestimado, no primeiro momento, o detalhe do cônsul ser um veterano de guerra e estar preparado para agir em caso de uma possível ameaça a sua vida. E, segundo, que o carro utilizado para interceptar o diplomata não era potente o suficiente para poder imobilizar o automóvel importado dos Estados Unidos no qual Cutter dirigia.

Não é possível mapear como Fischer ficou sabendo sobre a trajetória militar do cônsul e sobre o carro utilizado na operação evidenciando as complexas temporalidades da memória, e como as lembranças atualizam-se a partir de um presente, podendo esse julgamento moral – a crítica à organização – não ter ocorrido quando os fatos sucederam-se. As lembranças feitas sobre o episódio muito provavelmente sofreram forte influência de um conjunto de outros relatos, de leituras e de informações na qual o ex-guerrilheiro teve contato e que estavam disponíveis no momento da escrita do livro. Na apresentação da obra Jorge Fischer comenta que já havia lido algumas publicações entre elas a de Índio Vargas e de Eloi Martins<sup>289</sup>.

Portanto, a memória como um elemento incontestavelmente do presente vai sendo sempre (re)atualizada. Não restam dúvidas que Jorge Fischer acaba por incorporar outras informações que contribuiu para alimentar a sua memória e permitiu uma reflexão e uma análise sobre o evento, modificando a sua maneira de lembrar as experiências vividas.

“*Um erro de cartografia*” é o capítulo que antecede o “*O sequestro do cônsul*” e em seguida na qual é apresentado “*Prisão inglória*”, assim a narrativa é construída de forma que o sequestro aparece vinculado aos acontecimentos que antecederam a sua prisão na onda de “*quedas*” de abril de 1970. Mas também, a narrativa da tentativa de sequestro é vinculada aos “*erros*” cometidos pelas organizações, o que significa que esse evento insere-se na própria derrota da esquerda revolucionária no contexto nacional.

---

<sup>288</sup> Ibid., p. 57.

<sup>289</sup> Ibid., p. 8.

“Eu tive o privilégio de continuar vivo. Passei por tantas experiências, que agora compartilho”<sup>290</sup>, essas são as primeiras palavras do livro “*Verás que um filho teu não foge à luta*” de João Carlos Bona Garcia. O privilégio, na visão dele, de estar vivo faz com que ele se sinta no compromisso de compartilhar as suas experiências, também em nome daqueles em que a vida foi interrompida.

Em sua trajetória política, Bona Garcia, participou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Operário Comunista (POC) e integrou os “quadros” da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A narrativa do sequestro está inserida no livro, publicado em 1989, através de uma sequência feita pelo ex-guerrilheiro que apresenta a “*Opção pela luta armada*” e a “*Primeira ação armada*” e em seguida é deixado um espaço para o capítulo “*O sequestro malogrado do cônsul americano*”, no qual inicia explicando:

“Há muitas incorreções nos diversos relatos sobre o malogrado sequestro do cônsul americano Curtis Carly Cutter em Porto Alegre. Nosso grupo estava fazendo todo o planejamento. Outro grupo, o MR 26, liderado pelo Paulo Mello e o Paulo Medeiros, fez contato conosco, propondo-se a ajudar. Ficou combinado que a VPR faria o sequestro e eles guardariam o cônsul. Na época Gregório Mendonça (hoje líder do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Rio Grande do Sul), que vinha também do MR 26, se juntou ao grupo preparatório”<sup>291</sup>.

A finalidade na qual Bona constrói a narrativa, com uma voz de autoridade, é apresentar uma possível veracidade e esclarecimento sobre os eventos que perpassam o episódio, que segundo ele, teria tantas “incoreções”. Quando menciona que “nosso grupo estava fazendo todo o planejamento”, ele refere-se à VPR e o Movimento Revolucionário 26 de Março<sup>292</sup> entraria com o apoio para acomodar o cônsul nos momentos de encarceramento, com exceção de Gregório Mendonça que teria participado da preparação e execução do sequestro.

Bona Garcia escreve que apesar de ter participado dos preparativos do sequestro e feito o levantamento sobre a vida do cônsul, seus horários, hábitos e trajetos, no dia que ia entrar em cena não participou. Primeiro por um incidente que deslocou o braço esquerdo, segundo pela entrada de Gregório Mendonça. No desenrolar da obra menciona:

<sup>290</sup> GARCIA, J. C. Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989, p. 5.

<sup>291</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>292</sup> O Movimento Revolucionário 26 de Março, era uma organização militarista com pensamento nacionalista e de esquerda. Foi um grupo vinculado ao coronel Jefferson Cardim Osório que liderou a guerrilha deflagrada em 1965 na região de Três Passos. O movimento acabou sendo sufocado pela repressão e os militantes remanescentes lançaram o MR-26 em homenagem ao coronel que permanecia preso e sofrendo torturas. De acordo com o livro Brasil Nunca Mais, a organização se extinguiu em 1969 em decorrência as diversas prisões que acabaram por atingir os seus integrantes. BRASIL Nunca Mais. *Um relato para a História*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p.110.

“O sequestro não deu certo, foi mal preparado. O cônsul veterano de guerra da Coréia, tinha experiência, não era assustado e dirigia uma perua Chevrolet americana, grandona. Para segurar um carro como aquele precisava uma caminhonete com cabine dupla ou outro carro pesado, nunca um fusca. Não podia dar certo”<sup>293</sup>.

Bona Garcia enfatiza que o sequestro não deu certo, pois não teria sido bem preparado pela organização. O principal argumento do autor é que, naquele momento, deveriam utilizar um carro maior e mais potente para impedir a passagem do cônsul e não um fusca.

Quando o pessoal foi expropriar um carro para fazer o sequestro, só conseguiu um fusca. Dentro, um casal namorava. O Irgeu, o Félix e o Fernando se aproximaram de surpresa e disseram: desculpem interromper, mas precisamos do carro. Realmente lamentaram tomar aquela atitude, e enquanto o casal se vestia, fugiram no carro expropriado. O dono do fusca teve dificuldade em explicar em casa como perdeu o carro naquele local<sup>294</sup>.

O ex-guerrilheiro tenta explicar as circunstâncias que levaram a organização a utilizar o fusca e não outro carro. Alguns significados devem ser destacados nesta narrativa. Primeiro a dose de humor e ironia ao descrever a cena. Segundo, a utilização do termo “expropriação”, na tentativa de justificar esse ato como necessário nesse contexto para alcançar objetivos maiores, e que busca também, se diferenciar de uma transgressão comum, praticada por criminosos que tem o intuito de benefícios próprios e não de uma causa revolucionária. Há uma grande chance que os militantes tenham mesmo lamentado por tomar a atitude de levar o carro do casal, pensando que o objetivo não era causar danos materiais aos indivíduos, mas nesta situação seria justificável, no olhar dos militantes, pois serviria a um propósito maior.

Em seguida o revolucionário comenta:

“Na tarde do sequestro o cônsul estava saindo de uma festa onde certamente bebeu muito. Vinha com a esposa e mais outro americano. Quando foi fechado, simplesmente jogou seu enorme Chevrolet Plymouth sobre o fusca, subiu na calçada, atropelou o Fernando e fugiu. Por causa deste atropelamento o Félix deu um tiro com sua arma automática, quase arrancou o braço dele. O cônsul foi corajoso, mas ao mesmo tempo irresponsável, colocou em risco as vidas dele, da esposa e de seu companheiro. Por isso deve ter bebido bastante durante a festa da qual saíra”<sup>295</sup>.

A base de sustentação, feita por Bona Garcia, de quais seriam as motivações que levaram o diplomata ter agido imprudentemente, colocando em risco sua vida e a dos que acompanhavam no veículo, está ancorada em argumentos que Cutter antes do episódio estava

<sup>293</sup> GARCIA, João Carlos Bona, op. cit., p. 41.

<sup>294</sup> Ibid., p. 41.

<sup>295</sup> Ibid., p. 41.

frequentando uma festa aonde teria consumido álcool o que levou a irresponsabilidade de ter agido de tal forma.

É importante ressaltar, que aquilo que se sabe do envolvimento do Bona no sequestro é a partir do que ele comenta no livro, de modo que algumas lacunas também devem ser analisadas. Portanto, como compreender as ausências e os não-ditos no relato do militante? E qual a influência desses silêncios na construção memorialística que Bona faz do episódio?

Alguns indícios contribuem na compreensão dessa narrativa e desses silêncios, a mais evidente é a ausência de informação e explicação dos objetivos que levaram a VPR a desencadear o sequestro, que comumente é remetido à libertação de presos políticos. Isso pode ser explicado, em parte, devido ao contexto de produção do livro memorialístico de Bona Garcia no momento de abertura política, contudo permite perceber e sugerir outras possibilidades.

Esses silêncios podem ser explicados devido à negação em admitir à prática da violência revolucionária presente no seio da esquerda naquele momento. O medo de ser mal compreendido e ser comparado com terroristas uma definição carregada de conotações negativas. E o medo de trazer a público seu vínculo com uma ação de transgressão ética e moral, por uma ideia de culpa do que seria um erro cometido no passado e, portanto, deveria ser superado.

A necessidade de ressignificar as ações armadas, levadas a cabo pelas organizações, ligadas a conjuntura de abertura política criou uma imagem desses jovens ingênuos, românticos e sonhadores que lutavam pelo o retorno da democracia no país. São essas as formas e os contornos que as memórias de Bona Garcia vão ganhando, e que exerce um papel fundamental na construção da sua identidade<sup>296</sup>.

No ano de 1999, Cláudio Gutiérrez publica o livro “*A Guerrilha de Brancaleone*”. “Guta”, como é carinhosamente conhecido, iniciou sua atuação política através do movimento estudantil junto ao Grêmio na Escola Júlio de Castilhos. Nos anos seguintes compôs o “quadro” da ALN junto com o seu companheiro Luiz Eurico Lisboa. No ano de 1969 com a repressão fechado cada vez mais o cerco e somada à possibilidade de ser preso por tentar reabrir o Grêmio Estudantil, Cláudio decide exilar-se no Uruguai.

No país vizinho acabou sendo preso pela *Operação Condor* com a possibilidade de ser entregue as autoridades brasileiras para ser julgado. Seu caso acabou repercutindo na

---

<sup>296</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

imprensa por ser filho de uruguaio, o que fazia de Guta ter dupla cidadania. Sendo solto pelas autoridades uruguaias, o militante seguiu em destino ao Chile:

“Chegava a Santiago um número crescente de brasileiros. A Nice trouxe-me notícias de Porto Alegre. A esquerda armada brasileira estava cada dia mais isolada. Da nossa guerrilha do Bom Fim, após o Congresso da VAR, em agosto de 1969, alguns permaneceram na VAR, como o Calino e o Fávero; outros estavam na ALN, como o Ico e a Suzana. A grande maioria dos Brancaleones entraram, porém, na reorganizada VPR, que contava, também com muitos quadros oriundos do POC”<sup>297</sup>.

O ex-guerrilheiro comenta sobre as reorganizações que estavam ocorrendo dentro dos grupos de luta armada que atuavam no Rio Grande do Sul, informações estas que chegavam para ele através de outros militantes, é na sequência que está localizada a narrativa do sequestro, em que comenta:

“VPR decidiu sequestrar o cônsul norte-americano de Porto Alegre, em abril de 1970. A ação tinha sido cuidadosamente estudada. Só não contavam com a imprudência do cônsul, um veterano da guerra da Coréia. O fuquinha dirigido pelo Schimit não foi páreo para a caminhonete Chevrolet do consulado. Félix, ao ver o malogro da ação, disparou com a pistola contra o vulto do cônsul, atingindo-o no ombro, o que não impediu a fuga”<sup>298</sup>.

Sobre o episódio levado a efeito pelos ex-guerrilheiros, verifica-se que a narrativa está inserida nas explicações sobre as cisões e articulações nas organizações em Porto Alegre e também no meio da lógica que a “esquerda armada brasileira estava cada dia mais isolada”, dentro da percepção em que Cláudio estava vivendo, naquele contexto aonde um socialista tinha sido eleito democraticamente como presidente.

Apesar do carro utilizado pelos militantes na ação não ter sido capaz de impedir a fuga de Cutter, para Gutiérrez o roteiro envolvendo a captura do diplomata foi cuidadosamente planejado pelos integrantes da VPR. A surpresa ocorreu devido à reação do cônsul, que para os olhos do autor, demonstraram toda a imprudência do agente do consulado.

Muito provavelmente as informações contidas na narrativa de Guta foram profundamente influenciadas por outras memórias, conversas, eventos, leituras presentes dentro da esquerda e dos círculos no qual frequentava e que acabaram sendo absorvidas por suas lembranças.

A capacidade da memória em conectar vivências grupais e articula-las com as experiências não experimentadas diretamente pelos indivíduos pode ser percebida na narrativa de Cláudio Gutiérrez, apesar de não ter um contato direto com a VPR e já estar no exílio nos meses anteriores do desenrolar do sequestro, o evento foi incorporado na maneira de como ele

<sup>297</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999, p. 98.

<sup>298</sup> *Ibid.*, p. 98.

vê e recria o passado. Nesse sentido, Janaína Amado contribui afirmando que: “são as vivências dos outros, das quais nos apropriamos, tornando-as nossas também [...] Nossas memórias são formadas de episódios e sensações que vivemos e que outros viveram”<sup>299</sup>.

Através do cruzamento testemunhal comparam-se e realçam-se algumas divergências, ambiguidades e continuidades presentes na construção da memória do sequestro. Índio Vargas, sendo um dos primeiros a publicar um livro sobre a experiência vivida na ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, afirma que o episódio teria causado surpresa em alguns militantes. Ao remeter aos fatores que levaram ao insucesso da ação Vargas expressa, que nessas condições arriscadas em que são realizadas ações de grandes proporções pelas organizações clandestinas, o sequestro acabou se desarticulando devido há problemas que sempre surgem nestas situações delicadas<sup>300</sup>.

Cabe compreender que neste primeiro momento, talvez, Vargas relutasse em criticar a ação desenvolvida pelos membros da VPR dada o contexto de abertura política, o ex-guerrilheiro acaba pintando uma imagem que estavam lutando e sendo resistência contra a ditadura civil-militar. E é neste momento que esses indivíduos que estavam retornando do exílio e tendo suas penas revistas acabaram ganhando certo prestígio social e político.

As representações sobre o sequestro realizadas por Jorge Fischer Nunes, em 1982, trazem outros elementos, que para ele, foram cruciais e que levaram ao fracasso da ação. O primeiro, e que não tinha aparecido como um fator decisivo, é que Curtis Cutter era um veterano de guerra do Vietnã. O segundo fator, que para Jorge Fischer, não foi levado em consideração pelos integrantes da VPR, é que o carro empregado era inferior ao utilizado pelo diplomata.

O militante da VPR, João Carlos Bona Garcia ao retratar o episódio e os motivos que teriam levado ao desastre da captura do cônsul, revelam algumas continuidades em que estão presentes nos argumentos que Jorge Fischer. A justificativa é que Cutter seria um veterano da guerra, neste caso da Coréia, e que o fusca utilizado pela organização também era um fator determinante. Bona Garcia acrescenta ainda outros dois argumentos. O primeiro é que ação teria sido mal planejada. O segundo é que o cônsul foi imprudente e colocou em risco a sua vida e a dos que o acompanhavam no veículo. A construção desta última argumentação baseia-se na ideia de que Cutter estava saindo de uma festa e estaria alcoolizado e por isso não dimensionou os reais riscos de sua atitude.

---

<sup>299</sup> AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*, v. 14, 1995, p. 132.

<sup>300</sup> VARGAS, Índio op. cit., p. 52.

Cláudio Gutiérrez, ao lançar luz sobre o incidente, traça algumas diferenças em seu livro, indicando algumas variações das demonstradas anteriormente. Para ele, a ação foi planejada cuidadosamente, contudo, nota-se o entrecruzamento de informações, pois reconhecer que o carro utilizado pelos militantes não foi páreo o suficientemente para interceptar o cônsul. No entanto, o motivo que teriam levado a ruína do evento, para Cláudio, foi à imprevista e irresponsável reação do diplomata, que poderia ser explicada por ele ser um veterano da guerra da Coreia.

Já sabendo do desfecho do acontecimento, parece evidente e prevalecer que os testemunhos iniciam o enredo pelo final, mas também revelam determinados presentes que esses autores escrevem. Assim, a primeira cena que aparece é que o sequestro falhou as formas e os contornos das narrativas vão construindo um enredo buscando explicar quais foram os motivos e os por quês do sequestro ter falhado. Em outras palavras, sabendo que sequestro acabou não dando certo, as narrativas são construídas com argumentos a partir da perspectiva do porque a ação não deu certo.

Naquele contexto a prática de sequestro era uma, entre outras, ferramentas da guerrilha urbana e utilizada por aqueles jovens que tinham expectativas de criar um projeto político revolucionário para país, e aparecia como um campo de possibilidade para os “quadros” da VPR. De antemão, já conhecendo o “destino” dos protagonistas, as histórias são contadas de uma maneira que acabam atribuindo uma importância excessiva no papel desempenhado pelos indivíduos, tanto para os militantes da VPR, quanto o cônsul Cutter, dando a ideia de que, se os sujeitos tivessem desempenhado seus papéis corretamente, a ação poderia ter alcançado um resultado diferente.

Nas fontes também aparecem divergências sobre as motivações que teriam levado Félix Silveira Rosa Neto a disparar um tiro contra o Curtis Cutter, que acabou acertando no ombro do diplomata. Para Jorge Fischer Nunes o tiro foi realizado numa clara tentativa de impedir a fuga do diplomata. Na opinião de João Carlos Bona Garcia as motivações que levaram ao disparo da arma de fogo, teria sido causada pelo atropelamento de Fernando Damatta Pimentel praticada pelo cônsul. Sob o olhar de Cláudio Gutiérrez, Félix teria disparado a rajada depois de perceber que a ação havia falhado, o que não evitou a fuga do agente norte-americano. Diferentemente das representações anteriores, uma vaga leitura sobre o infortúnio é a que Índio Vargas realiza afirmando que “o diplomata recebeu um tiro de pistola 45 no ombro”, sem aprofundar com outras informações.

Na formação dos discursos sobre o episódio apontam-se as continuidades através do entrecruzamento de informações, mas também as descontinuidades, os descolamentos, as

trocas de informações e de sentidos que cada sujeito utiliza-se na construção da narrativa sobre o sequestro.

É importante ressaltar, contudo, que diferentemente das narrativas apresentadas anteriormente que foram paulatinamente criadas e menos consolidadas sobre o incidente, há outra memória que foi sendo estruturada ao longo dos anos e se cristalizou sobre a versão dos acontecimentos, deixando alguns traços menos superficiais nos discursos. As narrativas, que fazem parte das representações subjetivas de uma época, compõem uma imagem aonde as lembranças são amplificadas e provavelmente deturpadas.

### **“O cerco e a queda”: as representações construídas sobre o sequestro**

Nos registros de memórias a tentativa de sequestro do cônsul Curtis Cutter aparece como um marco de periodização do passado. Um marcador temporal significativo que está conectado ao possível recrudescimento do aparato repressivo no estado. A fabricação, à *posteriori*, do evento construída pelos revolucionários, muitas vezes acabam dividindo a repressão e a violência do estado, que resultou por atingir as organizações armadas, em “antes” e “depois do sequestro”.

O episódio pode ser enquadrado, embasado nas memórias analisadas, como um ponto de referência no tempo, junto como alguns outros marcadores temporais significativos para os indivíduos, como o Golpe de 1964 e o Ato Institucional nº 5. O sequestro foi visto como um divisor de água, uma ruptura no tempo, nesse sentido Ludmila Catela auxiliar pensar a situação-limite que:

“À medida que os acontecimentos se sucedem, esta identidade também sofre reinterpretações. Nesse sentido as reações e práticas são modeladas nos movimentos do individual para o coletivo; de um saber acumulado para um saber aprendido com a vivência da situação-limite”.<sup>301</sup>

Índio Vargas ao comenta que “Tinham ‘tocado a onça com vara curta’ – para usar uma frase feita, mas muito bem feita – ou melhor, tinha tocado no ponto mais sensível do sistema implantado em 1964: a ‘segurança nacional’, avalizada pelos nossos ‘amigos do Norte’”<sup>302</sup>. O militante remete a toda representação por se tratar de um diplomata norte-americano, e que se tornaram um dos principais alvos da guerrilha urbana, por simbolizar, para a esquerda armada, o imperialismo da maior potência ocidental em plena Guerra Fria.

<sup>301</sup> CATELA, Ludmila da Silva. *Situação limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001, p. 133.

<sup>302</sup> VARGAS, Índio, op. cit. p. 52.

Comumente recai sob os Estados Unidos a responsabilidade sobre as ditaduras que assolaram a América Latina, é neste sentido que Vargas remete à implementação da Doutrina de Segurança Nacional no qual teve forte influência, como aparece na própria descrição irônica do militante em os “amigos do norte”. De modo geral, é de conhecimento que o governo norte-americano, não só apoiou o golpe em 1964, mas também os militares nos anos subsequentes. No entanto, não pode-se atribuir aos EUA toda a responsabilidade sobre os acontecimentos e eximir os protagonistas nativos envolvidos nos 21 anos da ditadura civil-militar<sup>303</sup>.

Vargas comenta que estava difícil permanecer em Porto Alegre devido os efeitos do sequestro que resultaram na chegada de agentes do centro do país: “imediatamente vieram do Rio e São Paulo especialistas das Forças Armadas em operações antiguerrilha urbana, incluindo torturadores. Porto Alegre e arredores estava sob o mais absoluto controle das forças repressivas”<sup>304</sup>. Índio acabou sendo preso no dia 8 de abril de 1970.

As elaborações dos possíveis desfechos do evento também aparecem no relato de Jorge Fischer:

“A partir daí, intensificaram-se as ações policiais. Afinal de contas, não era um cidadão comum que havia sido alvejado, e sim o cônsul da metrópole. A colônia precisava, a qualquer custo, apresentar os culpados. As buscas tornaram-se intensas, o DOPS recebeu elementos do DOI-CODI (ou OBAN) para dirigir as operações, o major Átila Roszester manava prender qualquer suspeito e torturar. De vinte elementos torturados, um deveria ter qualquer informação, por mínima que fosse, capaz de auxiliar nas investigações.”<sup>305</sup>

Utilizando figuras de linguagem como “o cônsul da metrópole” e a “colônia” de maneira irônica com efeito de potencializar seu discurso. A articulação da narrativa elaborada pelo ex-guerrilheiro Jorge Fischer apresenta que a intensificação da repressão, em decorrência do ato do dia 4 de abril, ocorreu principalmente devido à pressão do DOPS, para apresentar os responsáveis da ação, por se tratar de um atentado contra um agente diplomático estadunidense. Há uma correlação entre os discursos elaborados por este militante e a de Índio Vargas, que afirmam que neste contexto chegaram a Porto Alegre agentes das Forças Armadas do centro do país para auxiliar nas investigações. Essa configuração também aparece no livro de Bona Garcia que afirma:

Esta tentativa de sequestro foi a causa do extermínio das organizações de luta armada aqui no Rio Grande do Sul. Vieram do Rio dois oficiais do exército especialistas em tortura: Malhães e o Cabral. Os torturadores, em

<sup>303</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 24.

<sup>304</sup> VARGAS, Índio, op. cit., p. 53.

<sup>305</sup> NUNES, Jorge Fischer, op. cit., p. 57.

grande maioria eram débeis metais, doentes, com problemas psíquicos, mas esses dois tinham convicção do que estavam fazendo, matavam friamente<sup>306</sup>.

Apesar de Bona comentar, com contornos dramáticos, que a grande maioria dos torturadores tinham “problemas psíquicos”, ele afirma que tanto Malhães quanto Cabral tinham convicção do que estavam realizando. A partir da premissa, que frequentemente aparece em alguns discursos, que os torturadores seriam “doentes mentais”, acabam por muitas vezes, mesmo que inconscientemente, eximindo as ações praticadas por esses torturadores. Não restam dúvidas que esses indivíduos, que estavam a serviço do Estado autoritário, tinham plenas capacidades mentais e possivelmente sabiam das atrocidades que estavam cometendo.

Um aspecto que compõem a narrativa de Bona, é que o extermínio das organizações clandestinas no Rio Grande do Sul teria sido uma consequência da tentativa de sequestro. Essa interpretação também aparece no depoimento de Cláudio Gutiérrez:

“O DOI-CODI destacou dois de seus melhores quadros para o sul, Malhães e Cabral. Nos meses que se seguiram caíram quase todas as organizações clandestinas que operavam no Rio Grande do Sul. O DOPS gaúcho se transformou em filial da OBAN, com prática sistemática de torturas. As prisões não se detiveram na VPR e atingiram praticamente todas as organizações”<sup>307</sup>.

Enredados com alguns elementos recorrentes, a versão que predomina na literatura de testemunho, e que aparece com mais clareza nos depoimentos de Bona Garcia e Cláudio, é de que a repressão, não atingiu somente os integrantes da VPR, mas também outros indivíduos que combatiam a ditadura. Em outras palavras, a tentativa de sequestro seria, na visão desses sujeitos, uma das principais responsáveis pelo desmantelamento das organizações armadas no estado gaúcho.

Na reconstrução do episódio, todos os militantes convergem para a narrativa de que após a tentativa de sequestro, foram designados para a capital gaúcha agentes do Rio e São Paulo. Não foi possível localizar como essa notícia chegou até os ex-militantes, mas muito provavelmente essa informação não estava disponível para esses indivíduos logo após o sequestro. Evidenciando diversas formas e níveis de interferências, de referência e de cruzamento de informações que chegam para esses ex-guerrilheiros através de conversas, notícias de jornais, informações que podem ter sido concedidas pelos próprios agentes da repressão. Sendo assim, o episódio é reconstruído a partir das influências externas no qual contribuiu para alimentar a memória, modificando a forma de lembrar o episódio.

---

<sup>306</sup> BONA GARCIA, João Carlos, op. cit., p. 41.

<sup>307</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio, op. cit., p. 98.

De forma complementar aos discursos que foram produzidos pelas vivências nos meandros dos anos 80 e 90, é a construção memorialística feita por Carlos Alberto Tejera de Ré publicada em 2009. O estudante que compôs os “quadros” das organizações VAR-Palmares e VPR no estado acabou sendo preso em dezembro de 1969. Entre as idas e vindas ao DOPS e a Ilha do Presídio, Carlos Alberto comenta:

“naquele momento, vi que o DOPS que eu havia conhecido há tão pouco tempo era outro, com os corredores cheios de presos, encapuzados, machucados pela tortura. Já havia acontecido uma ação importante, que foi um marco na tortura de presos políticos no Rio Grande do Sul: a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, Curtis Cutter, pela VPR”<sup>308</sup>.

Tejera de Ré, por ter sido preso antes da tentativa de sequestro e por ter frequentado os porões da ditadura, enfatiza as transformações sofridas dentro do ambiente do DOPS, no qual não era mais o mesmo que havia conhecido pouco tempo antes. Neste momento, em que a repressão mostrava toda a sua crueldade com todo o terror e tortura praticada, o ponto decisivo que proporcionou tal mudança, para o ex-guerrilheiro, seria o ato desencadeado pela VPR em abril de 1970.

Nas impressões memoriais de Carlos Alberto surge outro elemento na leitura do acontecimento “com a tentativa de sequestro do cônsul, o DOPS criou o seu local de tortura, com instalações apropriadas chamadas pelos policiais de ‘fossa’”<sup>309</sup>. Outro possível resultado do sequestro seria assim, a criação desse espaço conhecido como “fossa”. Contudo, outros militantes mencionam sobre esta mesma sala, como é o caso de Bona Garcia<sup>310</sup> e Jorge Fischer<sup>311</sup>, mas em nenhum momento aparece que esse local teria sido criado em decorrência da tentativa frustrada de sequestro do diplomata. Essas percepções divergentes que aparecem nos discursos podem ser explicadas em parte, de como cada indivíduo constrói o episódio através de suas experiências vivenciadas no tempo e as representações mentais que são construídas por meio de uma visão *prospectiva*.

Flávio Koutzzi coloca que as ações armadas no estado eram raras, pois havia um entendimento que “era um ponto de passagem da fronteira para a saída do país, tinha que estar um pouco menos obstruído”<sup>312</sup>. Essa ideia de que o estado gaúcho servia como um ponto de

<sup>308</sup> TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. Você sabe bem o que está fazendo, filho?. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”, v. II), p. 170.

<sup>309</sup> *Ibid.*, p. 171.

<sup>310</sup> BONA GARCIA, João Carlos, op. cit., p. 48.

<sup>311</sup> NUNES, Jorge Fischer, op. cit., p. 62.

<sup>312</sup> KOUTZII, Flavio. Trajetórias. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Conexão Repressiva e Operação Condor, v. III), p. 111.

passagem, frequentemente aparece em outros relatos anteriores ao de Flávio, como no de João Aveline quando comenta, em sua obra “Macaco preso para interrogatório”, que no período da ditadura civil-militar o Rio Grande do Sul “funcionava como uma espécie de trampolim para os que saíam para o exílio e quarentena para os que chegavam”<sup>313</sup>. Mas quando mencionado o insucesso da ação de sequestro, Flávio afirma que no mês de abril “acelerou-se, qualitativamente, a repressão no Rio Grande do Sul”<sup>314</sup>.

A ex-guerrilheira, Ignez Maria Serpa Ramminger presa aos 21 anos em Porto Alegre rememora que foi “após a ação na agência do Banco do Brasil de Viamão pela VAR-Palmares e M3G e da tentativa de sequestro do cônsul americano pela VPR, fomos presos, em abril de 1970, no período mais duro da repressão – governo Médici”<sup>315</sup>.

Em descomemoração dos 50 anos do Golpe o jornal *Zero Hora* lançou uma reportagem especial sobre a “*Resistência Armada*” e o “*Apoio Civil*” durante a ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Nessa reportagem foi produzido um documentário em que contém o relato de Ignez Maria Serpa, mais conhecida pelo seu codinome de Martinha, que comenta: “Os companheiros da VPR vinham fazendo um levantamento do cônsul americano já pensando em fazer um sequestro. Eles resolveram acelerar em função da prisão do Gustavo com receio de que [...] na tortura ele acabasse dando algum contato que chegasse até eles”<sup>316</sup>.

As memórias de Martinha estão vinculadas as próprias lembranças de seu antigo companheiro Gustavo Buarque Schiller. Para ela, a tentativa de sequestro foi antecipada em função da prisão do “Bicho” como era comumente conhecido. De acordo com a reportagem na *Revista Veja*, do dia 15 de abril de 1970, Gustavo era considerado “uma peça importante na engrenagem do terror”. Atuante da VAR-Palmares no eixo Rio-São Paulo, teria sido encarregado da missão de “tentar unir as divididas esquerdas brasileiras, começando pelo sul do país”<sup>317</sup>. É nas semanas que antecedem a tentativa de sequestro que Gustavo acaba sendo preso em Porto Alegre.

A ação deles foi num sábado [...] e ai deu no que deu né. A ação foi fadada ao fracasso. E obviamente que nesta tentativa de sequestro do cônsul a repressão pensou “Opa! Esse cara que está conosco não é bem assim.” Eles sabiam que só se fazia uma coisa dessas por quê alguém que estava lá dentro

<sup>313</sup> AVELINE, João. *Macaco preso para interrogatório: retrato de uma época*. Porto Alegre: AGE. 1999, p. 57.

<sup>314</sup> KOUTZIL, Flavio, op. cit., p. 111.

<sup>315</sup> RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Conexão Repressiva e Operação Condor, v. III), p.143.

<sup>316</sup> Depoimento de Ignez Maria Serpa Ramminger no documentário “A Luta Armada”. Na reportagem especial produzido pela *Zero Hora*: “Golpe 50 anos”. Reportagem e textos de: Carlos Rollsing, José Luís Costa e Juliana Bublitz. 2014. Disponível em: <[http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh\\_golpe50anos/index.html](http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos/index.html)>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

<sup>317</sup> *Revista Veja*, 15 de abril de 1970, p. 30.

era importante. Ai sim pegaram ele pra vale. Ai é que ele foi dizer aonde é que ele morava. Chegaram lá e a casa estava vazia. Mas teve um pequeno erro. E no lixo tinha um final de um pedaço de uma nota de uma garagem com o final de uma placa. E essa garagem era perto do DOPS. Eles foram na garagem para procurar pra ver se tinha algum carro com aquele final de placa. Encontraram um corcel branco. E ai chegou o Paulo Teles Franklin. Foi pegar o carro. E o Paulo Teles Franklin tinha recebido ordens de dar sumiço no carro. Aquele carro tinha que sair de circulação. Só que em vez dele dar sumiço, ele ficou usando o carro. Então foram vários erros. E assim começam as quedas. E ai caiu Paulo Teles Franklin. E a partir daí caiu o resto. Pegou eu também. Essa ação do Banco do Brasil e a tentativa de sequestro foi que resultou na queda de toda a VAR-Palmares e caiu toda a VPR do Rio Grande do Sul <sup>318</sup>.

Na narrativa a ex-guerrilheira demonstra outros elementos significativos na reconstrução do episódio. O principal deles, e diferente das outras narrativas até então apresentadas, é que as “quedas” que atingiram as organizações, foram frutos dos próprios erros cometidos pelos revolucionários. Negligência na segurança por parte Paulo Teles Franklin que teria subestimado o potencial das forças repressivas, revelando que para Ignez o aniquilamento das organizações foi causado muito mais por erros cometidos no âmbito da segurança das organizações, do que pela própria tentativa frustrada de sequestro.

A ex-guerrilheira comenta que a “repressão acabou pegando ela também” foi presa depois desses dois episódios, expropriação do banco em Viamão e o sequestro, desencadeados pelas organizações que atuavam na capital. Para Ignez a sua prisão e dos companheiros no início dos anos 70, foram marcadas pelo contexto em que o Brasil estava passando naquele momento, momento esse mais intenso do terrorismo de Estado e que foi concretizado, na memória e na história, como os “anos de chumbo”.

Na mesma coletânea produzida nos anos de 2009 está o depoimento de Antônio Losada. Operário, sindicalista e militante da VAR-Palmares, Losada não comenta sobre a tentativa de sequestro, contudo fala sobre os agentes que foram designados para Porto Alegre:

“Na prisão, há pouca solidariedade, muita dispersão, muita dificuldade, muita tortura, muita covardia. Fiquei quatro meses apanhando no DOPS. Vieram delegados do Rio de Janeiro e de São Paulo, em vez de eu ir pra lá. Eles chegavam bêbados das boates às 4h da manhã para me interrogar. Eu não esqueço. Botavam a fotografia do Guevara na minha frente para que eu dissesse qual era o programa da VAR-Palmares” <sup>319</sup>.

Dando ênfase nas palavras “eu não esqueço”, evidenciam o sofrimento causado pela a prisão e pela tortura física e psicológica produzida pelos agentes da repressão que

<sup>318</sup> Depoimento de Ignez Maria Serpa Ramminger no documentário “A Luta Armada”.

<sup>319</sup> LOSADA, Antônio op. cit., p. 111.

permanecem hoje na memória de Antônio Losada como uma ferida, uma ferida que ainda não foi totalmente apagada nem esquecida. Esse assunto será retomado nas próximas páginas.

As autocríticas e avaliações que compõem a narrativa dos ex-militantes, foram fruto de uma construção gradativa produzida ao longo dos anos. Narrativa esta que certamente sofreu influência por meio das redes de sociabilidade e de leituras que chegavam até esses sujeitos, e que provavelmente, de alguma forma, foram contagiados. Compreende-se também que os guerrilheiros buscavam uma narrativa que apresentasse uma trajetória coerente e contínua, contribuiu para a construção da própria identidade desses ex-militantes que, estão ancoradas nos interesses e visão de mundo do tempo presente.

De esta manera, la “memoria” no designa ya más únicamente la capacidad de un individuo a fijar, a conservar, a recordar el pasado: evoca, en desorden, todas las formas de presencia de un pasado que no tienen que ver stricto sensu la historia como operación intelectual que se esfuerza por establecer los hechos del pasado y de hacer que sean inteligibles. Conmemoración y monumentos, manuales de enseñanza y didáctica de la historia, usos políticos del pasado y representaciones estéticas, movilizaciones públicas por el reconocimiento o las reparaciones jurídicas de los daños y prejuicios de que se ha sido objeto: todo es memoria desde el momento en que la relación con el pasado compromete a la identidad de los grupos sociales, – Estados, Naciones, Iglesias, partidos, asociaciones–, más que el conocimiento del pasado como tal <sup>320</sup>.

Marie-Claire Lavabre no artigo “*La Memoria Fragmentada. ¿Se Puede Influnciar la Memoria?*” contribuiu para entender que essa memória não é simplesmente a capacidade do indivíduo lembrar o passado, mas tem mais relação de como esse passado aparece no tempo presente, como a sociedade e os sujeitos utilizam-se dos usos do passado para compor sua identidade e a do grupo em que vivem. Portanto, a memória é muito mais do que a simples reconstrução do passado tal qual como foi.

Na recuperação desse passado pela memória, o sequestro, que apesar de ter envolvido um número consideravelmente pequeno na ação, foi vivenciado por “tabela” e acabou por influenciar e redirecionar projetos individuais e coletivos dentro das possibilidades e dos limites no contexto em que cada militante vivia. Quando analisamos os registros de memória, produzidos sobre a experiência da luta armada apontou-se dissonâncias e contornos específicos de como cada sujeito reconstrói a narrativa do episódio frustrado a partir de sua experiência e através de uma visão retrospectiva de quando o livro ou o relato foram produzidos.

---

<sup>320</sup> LAVABRE, Marie-Claire. *La Memoria Fragmentada. ¿ Se puede influenciar la memoria?.* *Antropología Social*, v. 11, 2009, p.17-18.

A partir do mosaico de depoimentos podemos perceber os diferentes olhares na construção e reconstrução do acontecimento. Na recuperação da memória, podemos notar algumas narrativas destoantes mostrando toda dimensão subjetiva da memória. Como no entendimento feito pelos militantes, de quais foram os motivos que teria levado ao fracasso do sequestro. Em contraponto, uma memória que se cristalizou e se tornou um marcador temporal significativo, é que o episódio foi essencial e decisivo na trajetória da repressão na capital. Seus efeitos colaterais teriam levado a uma reorganização do funcionamento do DOPS que buscava aniquilar a subversão na região. A ideia, que também aparece como consolidada nos testemunhos, é que a tentativa de sequestro teria sido um marco na tortura de presos políticos no Rio Grande do Sul.

As memórias os militantes não promoverem um simples resgate sobre o sequestro, muito mais que isso, os indivíduos construíram em torno do evento uma narrativa original recriando o passado, de modo que o episódio aparece como um marcador temporal significativo, que introduz a descontinuidade entre um “antes” e um “depois”, abrindo-se para algo novo, algo diferente que foi a repressão. A memória desses sujeitos criou uma versão do evento do sequestro não mais pela ação da guerrilha, pelos objetivos estratégicos que os militantes haviam se proposto a realizar pela troca dos presos políticos. Entretanto criou uma perspectiva absolutamente distinta, em que esse acontecimento resultou no aniquilamento da guerrilha no Rio Grande do Sul, conferindo ao sequestro um novo sentido.

### ***“Ex-guerrilheiro rompe silêncio”*: as memórias de Félix Silveira Rosa Neto**

A compreensão que a memória coletiva dos ex-guerrilheiros, desse determinado grupo, que compartilham de um passado comum são essenciais para reforçar o sentimento de pertencimento desses sujeitos que resistiram à ditadura civil-militar e a construção dessa memória coletiva só torna-se possível por vários pontos em comuns que são compartilhados entre eles. No entanto, muitas outras memórias entram em conflito, divergem e acabam sendo silenciadas. Para que esta memória até então apresentada se consolidasse ela não pode ser vista como um processo espontâneo e sim, como um espaço de negociações, embates e de poder. Para que se delineasse e prevalecesse uma determinada imagem sobre o sequestro, outras memórias acabaram não sendo enquadradas, sendo elas esquecidas ou silenciadas.

Neste sentido, é bastante significativo o próprio silêncio de Félix Silveira da Rosa Neto. O ex-guerrilheiro era o coordenador do comando regional da VPR no Rio Grande do Sul, e foi ele um dos que comandou o sequestro. A versão construída e prevalecida, sinalizada

anteriormente, é que a tentativa de sequestro teria sido uma das principais responsáveis pelas “quedas em cascatas” das organizações. Responsabilidade essa que pode ter muitas vezes recaído sob os ombros de Félix. É prematuro ou até mesmo inapropriado estabelecer uma relação de causa e efeito entre a tentativa de sequestro e o desmantelamento das organizações, mas o episódio, sem dúvida, serviu como uma justificativa para acentuar a repressão.

Félix Silveira acabou “caindo” no dia 12 de abril de 1970. De acordo com Índio Vargas, o nome do militante estava incluso na lista dos presos políticos que seriam trocados pelo embaixador da Suíça em 1971 e que seriam banidos do país. No entanto, numa clara demonstração de força do governo Médici, o nome de Félix – e de outros guerrilheiros – foi vetado, permanecendo preso até novembro de 1977.

Índio Vargas afirma que “fazia muitos dias que Félix e eu estávamos na cadeia do DOPS”<sup>321</sup>. No limitado espaço que compartilhavam, Vargas faz algumas observações sobre o militante: “Félix é um homem de pouca conversa e frases curtas, motivo pelo qual o assunto não flui e nem dura muito. O que predominava na cela eram longos silêncios”<sup>322</sup>. Transmitindo a ideia de que, mesmo nessas ocasiões difíceis de prisão e tortura em que são estabelecidas relações de solidariedade, Félix era um homem muito reservado.

Jorge Fischer também comenta:

“Foi nessa época que estourou nos jornais a notícia da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre. Só vim saber dos motivos do fracasso muito tempo depois, já preso na “ilha do terror”, e mesmo assim de modo perfuntório, pois as pessoas que haviam participado do fracasso não estavam dispostas a entrar em detalhes”<sup>323</sup>.

Fischer destaca que soube dos motivos do fracasso tempo depois que já estava detido na Ilha do Presídio. Apesar de não mencionar diretamente o nome de Félix ou de quais seriam os participantes que evitavam falar sobre o episódio, comenta que havia uma barreira, um abafamento, quase que um silêncio necessário para lidar com a ferida que o sequestro havia deixado.

Momentos depois da entrevista publicada na *Revista Época* do cônsul Curtis Cutter, no dia 04 de junho de 2011, o jornal *Zero Hora* resgata esse caso e publica “Ex-guerrilheiro rompe silêncio e revela como tentou sequestrar o cônsul dos EUA em Porto Alegre”. Desta vez, Félix Silveira da Rosa Neto, vem a público falar sobre o episódio.

Existem momentos em que há mais ou menos disponibilidade para testemunhos falarem sobre suas experiências, podendo variar de acordo com o tempo e com os lugares. As

<sup>321</sup> VARGAS, Índio, op. cit., p. 96.

<sup>322</sup> Ibid., p. 97.

<sup>323</sup> NUNES, Jorge Fischer, op. cit., p. 56.

condições sociais, os novos espaços criados para memória, as possibilidades de reconhecimento público das vítimas do terrorismo de estado, criaram espaço de escuta e possibilitam que memórias subterrâneas pudessem emergir. Acredita-se que neste contexto e somado com a entrevista de Curtis Cutter ao falar sobre o sequestro, favoreceu que Félix Silveira rememorasse o episódio. É nesse cenário que ocorre a “irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e do sofrimento que jamais puderam ser exprimir publicamente”<sup>324</sup>.

Zero Hora: Por que decidiu romper o silêncio 41 anos depois?

Felix Silveira Rosa Neto: Tudo é como uma mola, que encolhe e depois... São os engasgos da vida. Citaram o meu nome em um livro, sem autorização, isso trouxe aborrecimentos. E há indignações que me levaram ao silêncio.

ZH: Que tipo de indignação?

Felix: O tratamento debochado em torno da operação de sequestro. Disseram que usamos um Fusca contra uma poderosa caminhoneta. O Fusca versus a Plymouth. Esta história se repete, e volta e volta, e sempre de maneira desrespeitosa. Também falaram em rajada de metralhadora, mas foi dado apenas um tiro, um só<sup>325</sup>.

O silêncio, talvez, foi no primeiro momento uma necessidade e uma forma encontrada pelo militante para conviver e (sobre)viver com as marcas e os traumatismos deixamos pela repressão. No segundo momento, o silêncio parece ter sido imposto, na medida em que as memórias construídas da repressão no Rio Grande do Sul colocavam que a tentativa de sequestro teria sido uma das principais responsáveis pelas prisões dos militantes e pelo desmantelamento da luta armada no estado. Ou seja, houve um processo de enquadramento da memória, e o relato do Félix provavelmente iria destoar desse relato cristalizado, então ele preferiu calar-se.

No relato de Félix percebe-se o ressentimento sobre o “tratamento debochado em torno da operação de sequestro” e o que poderia explicar seu silêncio. No entanto, a ironia e os contornos debochados estão presentes nos livros de memória, isso pode ser visto na obra de Cláudio “A Guerrilha Brancalone”, que é um deboche, porque faz parte de um filme de comédia que se chamava “O incrível exército de Brancalone”.

A metáfora utilizada por Félix da mola, demonstra que em alguns momentos o episódio de sequestro, que estava amortecido em suas lembranças, reaparece e presentifica o passado. São esses “engasgos da vida” que ressurgem e aparecem através de livros e de

<sup>324</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 5.

<sup>325</sup> Depoimento de Félix Silveira Rosa Neto concedido em 2011. *Zero Hora*: “Ex-guerrilheiro rompe silêncio e revela como tentou sequestrar cônsul dos EUA em Porto Alegre”. 04 de junho de 2011. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/amp/ex-guerrilheiro-rompe-silencio-e-revela-como-tentou-sequestrar-consul-dos-eua-em-porto-alegre-3337601.html> >. Acesso em maio de 2019.

notícias no qual seu nome é vinculado. “Esta história se repete, e volta e volta” a reaparece em suas memórias.

Na narrativa surge outro elemento comum entre as outras memórias. A opção de utilizar um fusca como estratégia. Félix apresenta argumentos viáveis de acordo com um entendimento que era comum entre as organizações, de não chamar a atenção: “A estratégia era o mimetismo, uma característica da guerrilha. Na época, predominava o fusca no ambiente urbano, era o carro popular. E o fusca já tinha dado certo em outros sequestros pelo país”<sup>326</sup>.

A utilização do fusca aparece no campo de possibilidade no qual o objetivo era não destacar-se. O automóvel era discreto, por ser popular e ter uma circulação entre os moradores da cidade, portanto poderia passar despercebido. O segundo argumento, é que outros sequestros de diplomatas já haviam se utilizado desse modelo de carro, e a ação tinha dado certo. O próprio sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969, que se concretizou como sendo a mais espetacular e ousada ação das organizações armadas, a organização utilizou de um fusca azul na operação. Outro caso, envolvendo o mesmo modelo de carro, foi o sequestro do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher em dezembro de 1970, nesta ocasião os integrantes da VPR utilizaram-se de um fusca vermelho.

Neste sentido, as lembranças de Félix podem ser entendidas como “clandestinas”, na qual mostra uma clara separação entre, uma versão predominante e hegemônica compartilhada pelos antigos companheiros e outra memória “subterrânea”<sup>327</sup>. Mostrando que a utilização do fusca não foi meramente ao acaso, como apresentada em algumas narrativas anteriores ou que deveriam ter escolhido um carro maior, de acordo com algumas visões. Mas que, o automóvel foi intencionalmente escolhido para realizar o sequestro. Ao romper o silêncio, Félix, reivindica um espaço público que a sua memória também seja escutada.

ZH: Por que escolheram o cônsul norte-americano?

Felix: Porque precisávamos de um trunfo pesado. Por que ele? Foi por acaso. Estava numa sorveteria de Porto Alegre com o Fernando Pimentel. Vi o cônsul tomar um sorvete, despreocupado, e pegar o seu carro. Ele estava

<sup>326</sup> Depoimento de Félix Silveira Rosa Neto concedido em 2011 para o jornal *Zero Hora*.

<sup>327</sup> Michael Polla afirma que “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional”. No entanto, a análise não corresponde a uma oposição entre “memória oficial”, assim o autor afirma que “Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante”. Neste sentido, a memória de Félix Silveira Rosa Neto seria “subterrânea” por não se enquadrar na memória construída e compartilhada entre a esquerda armada sobre o episódio. POLLAK, Michel, op. cit.

vulnerável na questão de segurança. Como tínhamos 12 companheiros sendo barbaramente torturados na Oban (Operação Bandeirante, em São Paulo), pretendíamos trocar o cônsul por eles e mais alguns prisioneiros políticos. Não era o momento, não havia condições logísticas favoráveis, mas decidimos levar o plano adiante. Consultamos a direção nacional da VPR, e disseram: “Façam vocês, porque temos prioridades por aqui”.

ZH: Como foram os preparativos para o sequestro?

Felix: Primeiro, o levantamento da vida dele. Ficamos um mês acompanhando o cônsul, sabíamos tudo da rotina dele. Saía de casa entre 8h55min e 9h5min, sempre com essa precisão, não mais de 10 minutos de intervalo. Numa ocasião, eu e o Fernando Pimentel sentamos praticamente ao lado do cônsul e da mulher dele, numa sessão do Cine Coral. Não lembro o filme, mas ele ganhava a nossa simpatia, pois formava um casal muito terno, de mãos entrelaçadas com a esposa. Até disse para o Fernando: “Não vamos nos envolver com o cara, dever é dever”<sup>328</sup>.

O militante afirma que escolheram o cônsul norte-americano, pois precisavam de um “trunfo pesado”, na medida em que buscavam trocar por alguns presos políticos que estavam sendo torturados na Oban em São Paulo. Comenta que a direção nacional da VPR não ofereceria o apoio e, mesmo com as condições desfavoráveis, eles decidiram levar o plano adiante.

Ao narrar através de um olhar de quem teve uma aproximação com o Cutter, Félix apresenta uma visão mais afetuosa do cônsul, que ganhava a simpatia deles criada pela própria convivência indireta que eles mantinham. Mostrando ao mesmo tempo, o risco em se envolver, risco esse que pode ser interpretado como uma ameaça à própria captura.

ZH: O que mais fizeram nos preparativos?

Felix: Tínhamos de achar um aparelho (na grávia da guerrilha, um esconderijo) para o cativo. Foi alugada uma casa na Avenida Alegrete, no bairro Petrópolis, dentro do perímetro de circulação do cônsul. Um imóvel perfeito. A primeira hipótese seria sequestrá-lo na saída da casa, mas seria necessário eliminar dois seguranças. Descartamos. Fomos para a hipótese dois, a mais usual, a de interceptar a caminhoneta em deslocamento.

ZH: E o que aconteceu?

Felix: Houve uma primeira tentativa, no mesmo dia do sequestro, que foi abortada por mim. O cônsul estava na Vila Assunção (zona sul da Capital). Quando a caminhoneta ia ser abordada, o Pimentel alertou que havia crianças dentro, porque viu aquelas cadeirinhas fixadas no banco traseiro. O cônsul tinha um bando de filhos. Então, adiei a operação. Mas não havia crianças, o Pimentel se enganara. Era um adulto, um banqueiro amigo do cônsul. Isso foi no meio da tarde<sup>329</sup>.

A impressão transmitida é que guerrilheiros buscavam formas de desenvolver o sequestro que não colocasse em risco outras vidas, mudando o plano para interceptar o diplomata em deslocamento. Essa ideia pode ser explicada, primeiro pelo fato de evitarem a

<sup>328</sup> Depoimento de Félix Silveira Rosa Neto.

<sup>329</sup> Depoimento de Félix Silveira Rosa Neto.

eliminação dos seguranças, o que também poderia não dar certo. Segundo, por ser mais viável capturá-lo em movimento. Em outro momento, mostra que a ação foi adiada por acharem que os filhos do casal acompanhava-os no veículo.

ZH: Continuaram seguindo o cônsul?

Felix: Sim, no mesmo dia. À noite, perto da meia-noite, na virada de sábado para domingo, o motorista do nosso Fusca, o Irgeu Menegon, atravessou na frente da Plymouth, na Rua Dona Laura. O cônsul até achou que fosse um acidente de trânsito. Depois, percebeu que era uma tentativa de sequestro, ele mesmo conta isso.

ZH: O que aconteceu?

Felix: O cônsul acelerou a Plymouth contra o Fusca, que ficou inutilizado, e acertou o Pimentel também. Uma roda da caminhoneta passou por cima da perna do Pimentel, mas não quebrou. Então, atirei com uma pistola Colt 45 contra o cônsul.

ZH: Como foi o disparo?

Felix: Não sabia que havia acertado. Havia o vidro da Plymouth. O carro saiu em zigue-zague, não sabia se para despistar ou se o cônsul estava ferido. De qualquer maneira, não poderíamos ir atrás dele. O Pimentel estava ferido, a prioridade era ele. Então, pegamos um ônibus para sair dali. Levei ele para um esconderijo, numa rua aos fundos do Palácio Piratini. Não podia levá-lo ao pronto-socorro.

ZH: Como foram as horas seguintes?

Felix: Voltei ao local, para ver o Fusca, mas a polícia chegara antes. Então, fui no Zé do Passaporte, comi um cachorro-quente e pedi uma Coca-Cola. Levei um lanche para o Pimentel também.

ZH: Como agiram para escapar da polícia?

Felix: Voltei ao meu trabalho no Banco do Brasil, levando a Colt 45 e munição na pasta. Passei a usar terno e gravata. Estava relativamente tranquilo, dentro do que era possível numa situação daquelas. Fui na Faculdade de Arquitetura, com a minha pastinha e a Colt. A semana foi indo assim <sup>330</sup>.

Félix narra os episódios que sucederam a colisão entre os carros, o cônsul fugindo, o atropelamento de Pimentel e o disparo feito por ele. Nesse momento ele também fala que não sabia se havia atingido o diplomata. E a impossibilidade de seguir Cutter ocorreu pelo próprio atropelamento de Fernando que estava machucado e deveria ser socorrido, pois naquelas circunstâncias a prioridade era o companheiro.

Conta que tentou voltar para ver o Fusca. Não sabemos os reais motivos que o levaram ao local. Talvez na tentativa de tirar o automóvel, talvez para ver se haviam deixado alguma evidencia e apagar para que não contribuísse para na investigação. O fato é que, a polícia já havia chegado.

A posição de Félix pode mostrar uma situação ambígua e passível de gerar dissensos nas memórias. Não são os agentes da repressão que ocupam o primeiro lugar como

---

<sup>330</sup> Depoimento de Félix Silveira Rosa Neto.

responsáveis pela derrota da luta armada no estado, como apresentadas anteriormente. É quase como se eximisse a ação do aparato repressivo. Neste sentido, ocorre uma inversão de perspectiva, a frustrada tentativa de sequestro é a que ocupa o primeiro lugar como responsável do desmantelamento das organizações nas memórias dos militantes. Inconscientemente é sob os ombros de Félix, vítima por excelência do terrorismo de estado, que recai essa responsabilidade. Na ausência de se criar um espaço para compreensão e por medo de ser mal interpretado por parte dos seus antigos companheiros, o silêncio foi uma forma, por muito tempo, necessária e encontrada por Félix para lidar com o passado.

Suas lembranças foram confinadas por muitos anos, mas não foram esquecidas, muito pelo contrário, foram preservadas e lembradas ao longo dos anos e agora ressurgem. Ironicamente, pode-se afirmar que, foi a entrevista de Cutter que possibilitou um espaço de escuta proporcionando que dias depois Félix da Rosa Neto viesse a público e reconstruísse, através das suas memórias, a tentativa de sequestro.

#### **“A memória do outro participante”: o cônsul**

Curtis Carly Cutter nasceu em Sacramento, Califórnia, em 1928. Formado em psicologia e relações internacionais, iniciou sua carreira diplomática em 1957, tendo como principal atuação em Camboja, Peru, Brasil e Espanha. E foi no ano de 1969 que foi designado para o consultado em Porto Alegre.

Nos anos que antecederam o trabalho na capital gaúcha, Cutter estudou em Stanford, e segundo sua entrevista de História Oral, em fevereiro de 1992, para o projeto “*Associação de Estudos Diplomáticos e Treinamento*” foi lá que desenvolveu o interesse na temática da história econômica brasileira. Em seu relato, exprime a sua visão sobre o Rio Grande do Sul, estado conhecido por ser o berço dos presidentes e faz a seguinte comparação: “É como se a Virgínia fosse para os Estados Unidos”:

“Então cheguei em Porto Alegre durante um período em que, como você sabe, havia uma Junta Militar no poder no Brasil. Os EUA foi visto nos círculos intelectuais e de “esquerda” como o autor daquele golpe, o que eu acho que é totalmente injustificado. No entanto, nos é dado crédito por muitas coisas pelas quais não devemos ter crédito”<sup>331</sup>.

<sup>331</sup> ASSOCIAÇÃO PARA ESTUDOS DIPLOMÁTICOS E TREINAMENTO. Projeto de História Oral dos Negócios Estrangeiros. Entrevista de: *Curtis C. Cutter*. Entrevistado por: Charles Stuart Kennedy. 3 de fevereiro de 1992, p. 27. Tradução nossa. No original: “So I arrived in Porto Alegre during a period when, as you know, there was a military junta in power in Brazil. The U. S. was seen in intellectual and “left” circles as the author of that coup, which I think is totally unwarranted. Nevertheless, we’re given credit for a lot of things that we shouldn’t be given credit for.”

O diplomata comenta o contexto político encontrado ao chegar no Brasil, com os militares que estavam no poder e uma forte crítica, por uma parcela da sociedade, que via os Estados Unidos como articuladores do golpe e aliados aos militares. Admite que estava desenvolvendo boas relações com o governo. E as coisas estavam indo bem, até o início de 1970.

“Tudo parou no início de abril [1970]. Estávamos voltando para casa depois de um jantar. Christiane estava sentada no banco da frente. Eu estava dirigindo e tínhamos um amigo banqueiro de San Francisco, Hovey Clark, no banco de trás. Nós estávamos dirigindo para uma área bastante obscura em Porto Alegre, quando de repente um carro cortou a nossa frente, bateu no para-choque dianteiro. [...] Eu pensei: “Oh, caramba, agora vamos ter uma discussão sobre quem é o culpado”. Eu estava prestes a sair do carro quando esses homens começaram a pular para fora do outro carro. Eles tinham meias puxadas sobre seus rostos e estavam carregando metralhadoras. Então. Dadas algumas das coisas que tinha acontecido no Brasil até aquele momento, eu sabia o que estava acontecendo. Nosso embaixador havia sido sequestrado. [...] Então eu estava bem ciente de o que estava acontecendo”<sup>332</sup>

Na narrativa construída pelo cônsul percebe-se que estava ciente que um sequestro de natureza política estava dentro da ordem do dia, e poderia ocorrer com ele a qualquer momento. O sequestro estava assim no campo de possibilidade dentro daquela conjuntura em que era uma estratégia utilizada pela esquerda armada brasileira. Portanto, logo ele conseguiu identificar que se tratava de uma captura, em consequência também do ano de 1969 quando “nosso embaixador havia sido sequestrado” referindo-se ao caso de Elbrick.

“Para divagar por um minuto, eu tinha um motorista brasileiro que era um ex-paraquedista. Nós tínhamos discutido o que faríamos em uma situação como essa, tivesse isto ocorrido. Nós dois estávamos de acordo que não queríamos ser, apenas rolou nas nossas costas. Se parecesse que era possível fugir, nós definitivamente iríamos fazer um movimento naquela direção. Havia muita gente simplesmente levantando as mãos e dizendo: “Aqui estou. Leve-me”. Eu acho que havia um pouco dessa preparação mental acontecendo lá”<sup>333</sup>.

<sup>332</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 27. Tradução nossa. No original: “It all came to a halt in early April [1970]. We were coming home from a dinner party. Christiane was sitting in the front seat. I was driving and we had a banker friend from San Francisco, Hovey Clark, in the back seat. We were driving through a rather obscure area in Porto Alegre, when all of a sudden a car cut us off, bumped my front fender. I had an American station wagon at that time, a big Plymouth Fury. This was a smaller, European car, a Brazilian built car. I thought, “Oh, heck, now we will have a discussion over who is to blame.” I was just about to get out of the car when these men started jumping out of the other car. They had stockings pulled over their faces and were carrying machine guns. So, given some of the things that had happened in Brazil up to that point, I knew what was up. Our ambassador had been kidnapped...”

<sup>333</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 28. Tradução nossa. No original: To digress for a minute, I had a driver who was an ex Brazilian paratrooper. We had discussed what we would do in a situation like this, had it occurred. We were both in agreement that we didn't want to be, just rolled over on our backs. If it looked like it was possible to get away, we were definitely going to make a move in that direction. There had been too much of

O relato que Cutter indica que já havia até mesmo pensado na possibilidade que se acontecesse um sequestro ele tentaria reagir, mostrando assim que sua atitude poderia ter sido premeditada mesmo antes de qualquer evidência de uma possível captura. Também faz uma crítica sobre a não reação dos diplomatas que foram sequestrados, e que segundo ele, isso demonstrava que havia uma “preparação mental”. Essa “preparação mental” era feita pelas organizações de luta armada? Pela cobertura jornalística que repercutiam os casos? Pelos generais que estavam no poder? Ou por ordem dos países de origem dos diplomatas? Não é possível responder essas perguntas, mas uma coisa é certa, ele não se referia somente ao caso brasileiro, mas a América Latina como um todo.

“No minuto em que vi esses caras pulando com suas armas, eu só coloquei meu pé no acelerador. [...] Eles tinham visto o que estava acontecendo e jogaram-se no chão. Eu consegui acertar o último a sair do carro, derrubando ele no capô. Ele estava deitado lá, com sua metralhadora por alguns segundos e então eu bati na frente do carro deles, colocando eles fora do caminho e parti. O líder deste grupo - ele era o único carregando uma pistola - parou outro terrorista de metralhadora no carro. Ele mirou com cuidado na parte de trás do carro e disparou. Um dos tiros me atingiu no ombro e me fez bater contra o volante. [...] Clark no banco de trás, que era um ex-oficial de Serviços Estrangeiros, a propósito, disse: ‘Cutter, se você pode continuar, não pare! Eles estão bem atrás de nós!’”<sup>334</sup>.

O sequestro aqui é narrado através de outra ótica, é construído com o olhar de quem estava do outro “lado da história”, dentro do outro carro. É sobre as percepções e representações reelaboradas pelo cônsul. É uma visão prospectiva sobre o evento totalmente diferente das que foram apresentadas até então, mas que também faz parte do mesmo acontecimento.

A primeira atitude de Cutter ao perceber a ação, foi acelerar o automóvel para tentar fugir dos guerrilheiros. Não somente ele compreendeu a situação, mas a própria esposa Christiane, que estava sentada no banco da frente, e Hovey Clark banqueiro de San Francisco e amigo do casal que os acompanhava no banco de trás, quando ambos buscaram se proteger

---

people just throwing up their hands and saying, "Here I am. Take me." I guess there was some of that mental preparation going on there.

<sup>334</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 28. Tradução nossa. No original: The minute I saw those guys jumping out with their weapons, I just put my foot on the throttle. My wife says that I just said: "Here we go." And both she and Hovey Clark very wisely threw themselves on the floor of the car. They had seen what was happening and threw themselves on the floor. I managed to hit the last one getting out of the car, knock him up onto the hood. He was lying there, with his machine gun for a couple of seconds and then I hit the front of their car, knocking it out of the way, and took off. The leader of this group- -he was the only one carrying a pistol-- stopped another terrorist from machine gunning the car. He took careful aim at the back of the car and fired. One of the shots hit me in the shoulder and knocked me against the steering wheel. My wife asked me what was wrong when she saw me go forward like that. She says that all I said was "Damn it, I've been shot." Clark in the back seat, who was a former Foreign Service Officer, by the way, said, "Curt, if you can keep going, don't stop! They're right behind us!".

deitando no chão do carro. Em seguida comenta a sucessão de fatos, a sua fuga que levaram ao atropelamento do Fernando Pimentel e a colisão entre o carro que dirigia e o fusca utilizado pelos militantes da VPR.

Vislumbrou-se que o diplomata já havia pensado na possibilidade, em acaso de uma tentativa de captura, em que na situação ele conseguisse identificar uma forma de fugir, ele iria resistir. Na ocasião do acontecimento, essa situação foi incitada pelo amigo que se expressa afirmando: “Cutter, se você pode continuar, não pare!”.

Muito provavelmente Cutter não teria como saber quem era o “líder do grupo” ou qual integrante teria acertado o projétil naquele momento, em vista disso esse acontecimento foi reconstruído a partir de outras informações que foram disponíveis para ele nos momentos posteriores ao episódio. Provavelmente pelas notícias vinculadas à imprensa e que de alguma maneira ele teve acesso contribuindo para alimentar suas memórias na (re)construção do episódio.

“Nós estávamos recebendo, após o incidente, constantes ameaças de grupos radicais, porque eles não estavam muito felizes com a nossa fuga que resultou no eventual captura dos três terroristas envolvidos no meu sequestro. Então houve ameaça de bomba e todos os tipos de ameaças contra mim e minha família”<sup>335</sup>.

Cutter fala da vontade de retornar para os Estados Unidos e o quanto estava insustentável assegurar a proteção da esposa e os seis filhos em Porto Alegre, devido as constantes ameaças contra ele e sua família depois do incidente. Christiane, sua esposa, se mudou para a Europa para ficar com a família dela. Cutter permaneceu na capital, mas era evidente que ficaria por um curto período de tempo. É nesse momento, que segundo o diplomata, começa um processo de desengajamento e que acabou surgindo também descontentamentos:

“Um dos grandes problemas que estavam enfrentando os EUA e política brasileira neste momento foi toda a questão das violações dos direitos humanos pela Junta Militar. Houve um grande debate sobre se esses as violações dos direitos humanos eram reais ou se elas não eram reais. Se estes eram apenas alegações esquerdistas. Ou se eram, de fato, verdadeiras violações dos direitos humanos. [...] Havia muito pouca evidência, exceto por boatos sobre o que estava sendo feito pelos militares para reprimir a esquerda”<sup>336</sup>.

<sup>335</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 30. Tradução nossa. No original: “We were getting, after the incident, constant threats from radical groups, because they weren't very happy with our escape which resulted in the eventual capture of the three terrorists who were involved in my kidnapping. So there were bomb threats and all kinds of threats against me and my family”.

<sup>336</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 30. Tradução nossa. No original: “One of the big problems that was facing U. S. and Brazilian policy at this time was the whole question of human rights violations by the junta. There was a big debate about whether or not these human rights violations were real, or whether they weren't real. Whether these were just leftist allegations. Or whether they were, in fact, true human rights violations. Of

Circulava na sociedade as informações sobre as possíveis violações de direitos humanos cometidos pelos militares. No entanto, Cutter alega que não era possível saber se essas violações eram reais ou só boatos “esquerdistas”, já que havia pouco indício que comprovasse as transgressões. Porém, de acordo com o diplomata, isso acabou mudando após a tentativa de sequestro: “Uma das coisas que surgiram dessa experiência foi que os militares e a polícia em Porto Alegre começaram a me ver como alguém com quem eles podiam conversar francamente [...] na verdade, eu até ganhei um passeio pela sede da polícia e mostraram as instalações de tortura”<sup>337</sup>:

“Então não havia muito dúvida de que violações dos direitos humanos estavam ocorrendo e de uma natureza bastante séria. [...] Claro, você entra em todo o domínio de argumento se esses tipos de coisas são necessárias. Eles argumentaram que elas eram. [...] Mas os fatos eram claros. E eles estavam fazendo coisas horríveis. E eles estavam fazendo de uma forma bastante organizada e sistemática. Isso foi algo que colocamos no relatório, muito claramente, para a Embaixada. Eu devo dizer, hoje, que eu não tenho certeza do que aconteceu com nossos relatórios que enviamos para a embaixada”<sup>338</sup>.

As alegações e o que eram apenas boatos para Cutter, acabaram se confirmando. Após o incidente, a polícia política em Porto Alegre sentiu que poderia compartilhar informações com o diplomata, afinal de contas, eles deveriam se sentir na obrigação e no dever de mostrar para o agente norte-americano que os culpados estavam sendo procurados, presos e torturados. Na narrativa de Cutter, ele teria questionado se esses métodos não convencionais de tirar informações dos guerrilheiros realmente eram necessários. As respostas

---

course, this was a very muted kind of thing. A lot of our programs in Brazil depended on our not finding them in violation of human rights provisions. So the Embassy was very careful about what they would report to Washington about human rights violations. Even after the Elbrick affair and even after my affair. There was very little hard evidence, except for hearsay evidence, about what was being done by the military to repress the Left”.

<sup>337</sup> Tradução nossa. No original: “One of the things that grew out of this experience was that the military and the police in Porto Alegre began to see me as somebody they could talk to very frankly and to see my family in the same light. One of the first episodes that occurred was that the lieutenant in charge of our security bragged at considerable length about the measures they were going to take to solve this case to my wife. And he described in some detail the kinds of methods they were going to use if they ever caught these people, to see to it that they got them all. After I went back [to Porto Alegre], actually, I was even given a tour of police headquarters and shown the torture facilities”.

<sup>338</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 31. Tradução nossa. No original: “So there wasn't too much doubt that human rights violations were taking place and of a fairly serious nature. Now, of course, you enter the whole domain of the argument of whether these kinds of things are necessary. They argued that they were. Otherwise, you'd have further kinds of incidents like mine. But the facts were plain. They were doing horrible things. And they were doing them in a fairly organized and systematic way. This was something that we put on the record, very plainly, to the Embassy. I must say, today, that I'm not sure whatever happened to our reports which we sent to the Embassy, because later, when I was back in Washington, I looked in vain for some sign that these reports were in fact part of the record. They may very well be although I couldn't find them. All I can say is that, on the human rights issue, the facts were plain”.

eram sempre afirmativas, para assim conseguir evitar que outros incidentes, como o dele, não voltasse a ocorrer.

Para além dos graves crimes contra os direitos humanos cometidos nas repartições da polícia política, algo que chamou a atenção era que a violência e a tortura física e psicológica que estavam sendo praticada de maneira “organizada e sistemática”. A partir do conhecimento destas informações Cutter teria realizado um relatório encaminhado para a Embaixada dos Estados Unidos. No entanto, comenta que nunca soube ao certo o que teria ocorrido com as mensagens. Ainda assim fica o questionamento “e por que ele não divulgou isso para os meios de comunicação?” uma possível hipótese é que as acusações sobre tortura eram desacreditadas pela imprensa. Na pesquisa nos jornais deparou-se em um artigo publicado no jornal *Folha da Manhã* em que destacava “notícias sobre tortura é campanha organizada contra país no exterior”:

Noticias frequentes, inspirados pelos agentes internacionais da subversão e apreciados por uma parte mórbida e sensacionalista da imprensa estrangeira vêm, com insistência, acusando o Brasil de práticas criminosas como genocídio de índios e torturas a presos políticos. [...] Não há e nem houve genocídio contra o índio brasileiro. Não há tortura em nossas prisões. Também não há presos políticos. No Brasil ninguém perde a liberdade por divergir da orientação democrática defendida pelo governo. Há porém, terroristas detidos enquanto respondem a processos regulares pelos crimes que praticaram, matando pessoas indefesas, assaltando bancos e particulares, sequestrando diplomatas para negociar sua troca pro prisioneiros.<sup>339</sup>

Apesar de ser uma nota oficial divulgada pelo governo, vale observar o que as menções sobre a existência de tortura e a prática de genocídio contra povos indígenas é descrita como advindas de conspiração internacional que buscavam difamar o país no exterior. Atualmente é de conhecimento que a prática de tortura foi institucionalizada e codificada em nome da Doutrina de Segurança Nacional.

No decorrer da entrevista o diplomata fala sobre um desconforto ocasionado entre ele e o Departamento de Estado norte-americano:

““Eu nunca ouvi uma palavra do Departamento de Estado. Nenhuma comunicação eu recebi do Departamento de Estado. Nenhuma. Zero. Durante todo esse período. É meio incompreensível. Eu quase senti que o que eu tinha feito estava errado, que o que eu deveria ter feito era ter me entregado e feito um esforço para não envergonhar o Departamento ao ser tomado como refém. Na verdade, havia alguns oficiais mais tarde, que me disseram que eu tinha feito a coisa errada, fugindo dessa situação e que eu tinha colocado em perigo vidas. [...] Eu tinha me tornado, não como eu era para algumas pessoas, eu acho, uma espécie de herói, mas um problema”<sup>340</sup>.

<sup>339</sup> *Folha da Manhã*, 9 de maio de 1970, p. 8.

<sup>340</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 30. Tradução nossa. No original: “I never heard word one from the Department of State. Not one communication did I receive from the Department of State. None. Zero. During

O Departamento de Estado responsável pelas relações internacionais e a política externa e coordenado pelo Secretário de Estado, que na época era William Pierce Rogers, no qual este cargo é nomeado pelo então presidente norte-americano, que neste contexto era Richard Nixon. O desconforto teria sido ocasionado pela atitude de Cutter em reagir ao sequestro, que na visão dele teria feito um esforço para não “envergonhar o Departamento”. Fica evidente um ressentimento do diplomata que em nenhum momento teria recebido uma mensagem do Departamento e que foi visto por alguns setores do governo dos Estados Unidos como uma “espécie de problema”.

Essa animosidade não foi exclusiva com Cutter, de acordo com ele, também teria havido por parte do Departamento de Estado hostilidade com o embaixador norte-americano que atuava no Brasil: “Eu sei quando Burke Elbrick, quando ele saiu de ter sido capturado. Ele foi tratado muito mal também. Foi constrangedor. Para o período [...] Isso foi ...Foi um período muito peculiar”<sup>341</sup>.

No entanto, o próprio governo brasileiro mantinha um descontentamento em relação ao embaixador, que foi alavancado após a tentativa de sequestro do cônsul Cutter, que Elbrick fez uma declaração pública apresentando preocupações com a segurança do corpo diplomático americano que atuava no Brasil. Esse episódio foi bem explicado na tese de Pamela Resende:

Nos bastidores do Departamento de Estado, aumentavam as desconfianças em relação ao poder de negociação do embaixador Elbrick com o governo brasileiro. Argumentava-se que foram sucessivas as “crises diplomáticas” envolvendo o embaixador. Em fevereiro de 1970, em reunião com o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, Elbrick teria questionado as notícias sobre tortura de presos políticos no Brasil causando um claro desconforto. Ainda em 1970, o conselheiro político de Nelson Rockefeller, Berent Friele, escreveria uma análise afirmando que a comunicação entre o presidente Nixon e o recém-empossado, general Médici, estava sendo dificultada devido à posição de Elbrick<sup>342</sup>.

---

this entire period. It's sort of mind boggling. I almost felt that what I'd done was wrong, that what I should have done was turn myself over and made an effort not to embarrass the Department by being taken hostage. Actually, there were some officers later who said to me that I'd done the wrong thing by escaping from this situation and that I'd imperiled lives. So there were two schools of thought. When it came time to reassign me, I had become, not as I was to some people, I guess, a sort of hero, but a problem”.

<sup>341</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 31. Tradução nossa. No original: “Well, I think there was this time...I know when Burke Elbrick, when he came out of having been captured. He had been my ambassador in Yugoslavia. I've always held him as the top of the professional staff. He was treated very badly, too. It was embarrassing. For a period...I think later, particularly after Diego Asencio was kidnapped, all of a sudden they decided, "We're not going to do this any more. We're going to treat these people as special cases to do something for, rather than to try to forget about." This was...It was a very peculiar period”.

<sup>342</sup> RESENDE, Pâmela de Almeida. *Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969*. Tese. 2019.

Na situação de Elbrick ocorreram uma sucessão de fatos que levaram a um mal-estar com o governo brasileiro. Acarretando no próprio questionamento do Departamento de Estado de que ele estaria dificultando a relação entre o então general Médici e o presidente Nixon. As indagações sobre as possíveis violações de direitos humanos com os presos políticos também mostram que não houve nenhum esforço por parte da agência norte-americana em tocar na ferida brasileira.

Sendo insustentável permanecer no Brasil e sendo visto como um problema pelo corpo consular, ainda no ano de 1970, Cutter acabou sendo designado para a embaixada dos EUA na Espanha. Segundo ele não por parte governo, que permaneceu em silêncio e não buscava esforços para designa-lo em outra função, mas pelo próprio Robert C. Hill que se propôs a encontrar um lugar na embaixada em Madri, nas palavras de Cutter “eu vou te dizer, eu levei muito tempo para me sentir confortável como um Serviço Estrangeiro Oficial novamente depois disso”<sup>343</sup>.

Em maio de 2011 a *Revista Época* publicou o seguinte artigo: “*Curtis Carly Cutter: ‘Nunca fui anticomunista’*”. O ex-cônsul norte americano concedeu uma entrevista que tinha como principal assunto a sua tentativa de sequestro e como conseguiu escapar daquela situação, mesmo sendo atingido por um tiro no ombro.

Quando é perguntado se o diplomata tinha o conhecimento de que os revolucionários apelidaram-no de Mr. CCC, numa clara referência ao Comando de Caça aos Comunistas, Cutter responde:

“Eu não tinha ideia. Era um apelido muito inapropriado, porque eu vinha de uma cultura acadêmica muito liberal, e minha postura era tentar fazer contato com todos os elementos da política em Porto Alegre. Ser anticomunista era ser como o senador Joseph McCarthy e, naquela época, eu poderia ser descrito como um socialdemocrata. Mas posso dizer que o comunismo era identificado com o stalinismo. E o stalinismo não era um regime nada liberal”<sup>344</sup>.

Cutter afirma que não se considerava um “anticomunista”, pois vinha de uma trajetória acadêmica e mantinha uma postura mais liberal. Mas que também, não se identificava com o comunismo ou com o stalinismo, já que ambos os sistemas de governo não poderiam ser caracterizados com o ideário do liberalismo.

Quando questionado de como Cutter via a tentativa de sequestro, ele afirma:

---

<sup>343</sup> Entrevista de: Curtis C. Cutter, 1992, p. 31.

<sup>344</sup> Curtis Carly Cutter “Nunca fui anticomunista”. *Revista Época*. 20 de maio de 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI234863-15223,00-CURTIS+CARLY+CUTTER+NUNCA+FUI+ANTICOMUNISTA.html>>. Acesso em: 10 abril de 2019.

Eu não queria ser sequestrado, mas entendo por que eles queriam me sequestrar. Se eu estivesse no lugar deles, provavelmente faria o mesmo. Talvez não aos 40 anos, com seis filhos, mas aos 20, em condições similares, tenderia a ser militante como eles. Quando os vi na prisão, fiquei triste. Porque eu entendia que eles queriam trazer mudança a uma sociedade que precisava mudar <sup>345</sup>.

O ex-agente diplomático, revela que não culpava os ex-guerrilheiros que desencadearam a ação, que talvez fizesse o mesmo se estive na situação e circunstâncias dos militantes que almejavam por mudanças sociais. Mas não concorda com o sequestro de agentes diplomáticos, e que essa força deveria ser utilizada contra agentes do governo que teriam um papel para poder influenciar a política, e não contra inocentes.

“As pessoas que se opunham à ditadura no Brasil e usavam a força também eram heróis. O problema é que eles não usavam a força contra o governo, mas contra pessoas inocentes, que não tinham nenhum papel nas políticas do governo. Se eles quisessem sequestrar um general, eu diria: “Ok, isso é legítimo. Ele é um brasileiro, está prejudicando a população do país e, se quiser usá-lo para levar o país ao rumo certo, à democracia, vá em frente.”  
ÉPOCA - Talvez fosse difícil sequestrar um general usando um Fusca...  
Cutter – Bom, eles teriam de repensar a estratégia. Mas certamente seria mais corajoso e heroico” <sup>346</sup>.

Algo recorrente nas outras narrativas e que foi constantemente questionado pelos militantes, e reaparece aqui, foi o plano de se utilizar um fusca. Com uma dose de humor e ironia o jornalista afirma que seria difícil sequestrar um general de fusca. Cutter concorda e afirma que os militantes deveriam repensar a estratégia utilizada, no entanto, provavelmente seria corajoso e heroico. Fazendo uma clara alusão de que os militantes que tentaram sequestrar também foram corajosos.

Com o olhar suavizado pela distância temporal do episódio, Cutter evita fazer críticas aos revolucionários que tentaram sequestrá-lo. Busca uma visão mais compreensiva dada às possibilidades de luta e resistência que eram oferecidas e fechadas para os sujeitos naquele contexto. Isso pode ser entendido pelo próprio cenário político no qual a entrevista foi produzida, no momento em que as Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul tinham desmoronado, e a esquerda e os governos progressistas estavam chegando ao poder na América Latina.

Ao invés de promover um resgate sobre o episódio, Cutter construiu em torno dele uma narrativa original, mesclando acontecimentos vivenciados por ele após a ocasião. Tudo indica que violência sofrida, desencadeada pela ação e pelo tiro que acertou Cutter, não foi

<sup>345</sup> Curtis Carly Cutter em entrevista concedida para a Revista *Época*.

<sup>346</sup> Curtis Carly Cutter em entrevista concedida para a Revista *Época*.

vivenciada de forma traumática pelo cônsul. A intenção não é de diminuir o impacto da tentativa de sequestro na vida do diplomata, mas mostrar o significado e a finalidade no qual ocorre a construção do evento. Foi uma forma encontrada, por Cutter, para dividir o tempo, entre, uma carreira que até então estava consolidada dentro da diplomacia norte-americana e o bom relacionamento com os militares e o sequestro, que teria sido um marcador de um rompimento temporal, com o início do desconforto com o governo brasileiro, a animosidade com o Departamento de Estados dos EUA, seu reposicionamento politicamente e a provável explicação para o fim da sua carreira diplomática.

A tentativa de sequestro pareceu ter impactado a trajetória de Curtis Cutter e garantiu um lugar na memória por ele construída. No entanto, percebe-se uma inversão de valores nos discursos construídos e conservados por Cutter, que era vítima do incidente, acabou sendo descrito no primeiro momento, principalmente pela imprensa, como herói, mas foi visto por alguns setores da diplomacia como um problema. Foi essa última versão que se conservou em sua memória.

Talvez o único ressentimento que guarda dos ex-guerrilheiros é que após o episódio a sua carreira diplomática teria acabado. Mas ele também parece ser ressentido com o Departamento de Estado norte-americano. A presença do passado pode permanecer através das feridas abertas do sequestro, sendo essas deixadas na memória ou nas marcas deixadas na própria pele: “Hoje tenho boas cicatrizes para me lembrar do meu tempo no Brasil”.

### ***“Eram guerrilheiros. Não eram pessoas normais”*: a memória através da ótica da repressão**

“Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. [...] Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.”

Ernesto Geisel, 1974 <sup>347</sup>

Apresentou-se um conjunto de memórias dos ex-guerrilheiros que fazem uma avaliação histórica sobre a tentativa frustrada de sequestro, que teria servido para alertar os órgãos de repressão com a chegada dos agentes do centro do país que foram designados para a capital gaúcha. Os militares seriam Cabral e Malhões do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

---

<sup>347</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. Editora Intrínseca, 2014, p. 317.

Cabral – cujo nome completo era Clodoaldo Paes Cabral -, em 1969, era 2º sargento do Exército, servindo no PIC DO 1º Batalhão da Polícia do Exército no Rio de Janeiro. Malhães – na verdade, Paulo Magalhães -, era capitão do Exército, trabalhava no Centro de Informações do Exército (CIE) na Polícia do Exército no Rio de Janeiro. Malhães, em 1959, de 8 de setembro a 09 de dezembro, cursou a Escola das Américas, no Panamá, concluindo o curso “Military Police Officer” e entre 1970 e 1972, trabalhou no CIE-RS atuando na repressão de diversos estados. Ambos os militares foram designados para atuar em Porto Alegre após a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano<sup>348</sup>.

Nesta parte do capítulo busca-se apresentar e analisar as memórias do Coronel do Exército Paulo Magalhães. Os critérios para que utilizássemos essas memórias, e não de outros agentes da repressão que atuaram no Rio Grande do Sul, é que a tentativa de sequestro pareceu ter redirecionado a atuação de Malhães que após o episódio fez com que fosse designado para Porto Alegre. É essa informação que acaba sendo reafirmada e preservada nas memórias dos ex-guerrilheiros<sup>349</sup>.

Não foi possível localizar maiores informações sobre Clodoaldo Paes Cabral. No entanto, ele foi identificado como tendo participação pela morte e desaparecimento do Rubens Beirodt Paiva, preso em janeiro de 1971 e levado para o DOI-Codi no Rio de Janeiro. No ano de 2014 o Ministério Público moveu uma ação contra quatro militares responsáveis pela morte do deputado, no entanto em setembro do mesmo ano o Supremo Tribunal Federal suspendeu a ação penal promovida contra os agentes do Exército<sup>350</sup>.

É nesse cenário, da morte de Rubens Paiva, que Paulo Magalhães comenta sobre a sua atuação em Porto Alegre, na entrevista “Torturador da ditadura é morto no Rio de Janeiro”, divulgada no ano de 2014 em decorrência de sua morte:

“porque eu não participei de muita coisa do Rubens Paiva. Quando cheguei ao Rio de Janeiro vindo do governo do Rio Grande do Sul na operação. Tinha passado três meses no Rio Grande do Sul e tinha acontecido o problema com o Rubens Paiva. [...] Não sabia, não sabia nem que ele era deputado [...] Eu coordenei uma operação de transbordo de corpo, certo?”

<sup>348</sup> BAUER, Caroline Silveira, op. cit., p. 129.

<sup>349</sup> Dos 377 agentes aprontados por violação de direitos humanos pela Comissão Nacional da Verdade, pelo menos 22 deles estão ligados a repressão no Rio Grande do Sul. Para citar somente os nomes que correntemente aparecem nos relatos e depoimentos dos ex-presos políticos estão: Átila Rohrsetzer: Coronel do Exército, chefiou serviços de informações do Exército e foi um dos mentores do chamado “Dopinha”, local clandestino de tortura instalado no Centro de Porto Alegre. Firmino Peres Rodrigues: Delegado de polícia no Rio Grande do Sul, chefiou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na década de 1970. Nilo Havelha: Inspetor de polícia do DOPS no Rio Grande do Sul de 1970 e 1972. Pedro Carlos Seelig: Delegado de polícia serviu no DOPS no Rio Grande do Sul.

<sup>350</sup> Os acusados no envolvimento na morte de Rubens Paiva eram: José Antônio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos, Jurandyr Ochsendorf e Jacy Ochsendorf. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/09/STF-suspende-acoes-contra-militares-acusados-pela-morte-de-Rubens-Paiva-4609334.html>

Mas sei que o final foi aquele que eu falei, certo? Mas não participei daquele final”<sup>351</sup>.

O depoimento coletado contribui para mostrar para além da trajetória militar do coronel Paulo Malhões, percepções e visões de mundo que apresentam a construção dos episódios que são narrados. Esse acontecimento, portanto, vai ser expresso nesse momento de um ângulo oposto, que possibilita uma análise diferente e de uma fonte que ainda é pouco explorada: a narrativa de um torturador.

“Dr. Paulo” como era conhecido, foi um dos poucos a romper o pacto de silêncio das Forças Armadas. No início de 2014 concedeu seu depoimento para a Comissão Nacional da Verdade e para a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Entretanto, apenas as declarações de Malhões para a CNV é que estão disponíveis para a consulta pública. Esse critério, de não divulgação integral das entrevistas, foi feito pelos próprios membros da comissão que consideraram que poderia “ferir” a honra de alguns indivíduos citados nos depoimentos.

Os documentos sensíveis que foram classificados pela CNV só serão disponíveis para o público cinco anos após o encerramento das atividades da comissão. Em outras palavras, os áudios só serão disponibilizados no final do ano de 2020. Assim, cabe ao papel dos historiadores instigar alguns questionamentos para que o leitor possa fazer uma reflexão. De quem a CNV ou Malhões têm medo de “machucar” a honra? Esses indivíduos que provavelmente são nomeados no depoimento ainda estão vivos? Se sim, estão presente entre os altos escalões do Exército? Ou ainda atuam dentro das repartições de segurança pública?

Dadas às circunstâncias, esta análise será limitada e baseada nos depoimentos disponibilizados pela CNV cotejadas com o documentário feito por Eder Content, no qual este teve acesso à íntegra das entrevistas de Paulo Malhões, e que selecionou e divulgou alguns trechos que resultou no documentário “No rastro de um torturador”:

“O centro foi aqui. Aqui e São Paulo. [...] Nas outras cidades eram, praticamente, aparelhos de temporada”. “As casas conveniência ou casa de temporadas” como definida pelo coronel, eram lugares utilizados com o intuito de ganhar o preso político, para que ele se tornasse um infiltrado na própria organização. Para Malhões foi esse método “que ganhou a guerra”. Quando questionado pela CNV sobre a forma em que eram realizados os interrogatórios, ele afirma:

CNV: Sem nenhum interrogatório duro?

---

<sup>351</sup> Reportagem: “Torturador da ditadura é morto no Rio de Janeiro” *Estadão*. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=IdvIZRS6F5k> >. Acesso em 20 de maio de 2019.

Malhães: Os interrogatórios eram uma conversa normal

CNV: Nunca houve pau de arara?

Malhães: Não.

CNV: Nunca houve tortura?

Malhães: Não. Tortura psicológica houve. [...] É aquela que o senhor não agride ninguém. O senhor forma uma situação que o indivíduo de sinta acuado ou amedrontado.

CNV: O senhor não nega a existência de tortura?

Malhães: Não. Eu mesmo quando comecei a minha vida. Eu mesmo cheguei a fazer tortura. Não quero mentir pro senhor.

CNV: E depois o senhor parou?

Malhães: Sim, quando eu depois evolui. Eu digo que eu sofri uma evolução. [...] Eu só posso dizer. Que nós. Não fui só eu. Mas nós. Desbaratamos todas as organizações subversivas brasileiras.

CNV: Vocês faziam uma avaliação: “esse merece morrer porque era da luta armada ou esse por que é terrorista?”

Malhães: É lógico. É isso. [...] Por que essas pessoas que o doutor está perguntando. Eram guerrilheiros. Não eram pessoas normais. Eram pessoas ligadas à luta armada. Eles não foram presos por que jogavam bola de gude ou soltavam pipa. Eles foram presos porque portavam armas e se propunham a lutar. [...]

CNV: Nada o senhor se arrepende?

Malhães: Não.

CNV: Nenhuma morte?

Malhães: Não, pq...

CNV: Quantos o senhor matou?

Malhães: Há! Não sei. Eu não tinha outra solução.<sup>352</sup>

Evidenciam-se algumas tergiversações e contradições presentes na própria narrativa construída por de Malhães. No primeiro momento, ele afirma que não havia tortura, somente a tortura psicológica. Mas logo em seguida, ele não nega a existência dessa prática e ainda afirma que “eu mesmo cheguei a fazer tortura” vinculada à própria explicação de que era um meio encontrado para o “desbaratamento das organizações subversivas”. Assim a tortura seria justificada como um meio necessário que foi utilizado para evitar um mal maior, que era a subversão. O próprio Malhães parece não ver problemas em admitir o que já é de conhecimento da sociedade, que era a prática de tortura utilizada nos interrogatórios.

É de conhecimento que a tortura e o desaparecimento de militantes foi uma prática amplamente utilizada pelo Estado, como bem esclarece Carlos Fico, não se pode falar em “excessos”, pois: “foram feitas por pessoas que tinham plena capacidade de entendimento do que estavam fazendo, até porque foram cuidadosamente escolhidas, orientadas por rigorosos planejamentos, submetidas a treinamentos etc.”<sup>353</sup>.

<sup>352</sup> Documentário: No rastro de um torturador. *Eder Content*. Disponível em: < <https://www.uol/noticias/especiais/tortura---no-rastro-de-um-torturador.htm#tematico-9> >. Acesso em 12 de junho de 2019.

<sup>353</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 140.

Esse é outro fator que chama a atenção no depoimento. A categorização de como a repressão era organizada e sistemática, sendo que eles mesmos faziam uma “avaliação” de qual revolucionário deveria ser executado, dependendo da organização que pertencia e de quanto perigoso seria esse sujeito para a sociedade. Isso pode ser explicado, em parte, pelo aparato repressivo que foi estudado, organizado e sistematizado ruindo a teoria de que a morte de presos políticos teria sido ocasionada por alguns “excessos”.

Outra explicação possível para essa “avaliação”, é que os guerrilheiros “não eram pessoas normais”, essa era a imagem que prevalecia dentro dos órgãos de repressão e que é retomado por Malhães. Isso mostra traços significativos sobre os mecanismos utilizados para a criação do “inimigo”. Esses inimigos, que foram construídos por uma ideologia predominante, passam por um processo de coisificação. Esses inimigos passam a ser vistos como não-humanos, na clara tentativa de destruição física e moral dos sujeitos. Essa construção é de fundamental importância dentro dos órgãos de repressão, pois assim os agentes “perdem a capacidade” de crítica e de princípios e passam a seguir as ordens sem questionamentos. Ao desumanizar esses indivíduos e animaliza-los, utilizam-se técnicas de embrutecimento, de violência e barbárie que busca a destruição total desses corpos.

Sobre sua atuação no sul do país Paulo Malhães fala para a CNV que: “Eu derrotei todas as organizações. Ai fui eu. As que existiram no Rio Grande do Sul. Inclusive a área de Três Passos que era do Lamarca. Eu fiz uma limpa no Rio Grande do Sul. Nunca matei uma pessoa”<sup>354</sup>. Fica evidente valorização do papel desempenhado por ele nas cidades gaúchas, e na importância na sua atuação na desarticulação e destruição da subversão no estado. No depoimento de Malhães aparece a utilização de “casas de conveniência”:

Malhães: O centro foi aqui. Aqui e São Paulo. [...] Nas outras cidades eram, praticamente, aparelhos de temporada.

CEV-RJ: E as cidades que tinha isso, coronel, o senhor lembra?

Paulo Malhães: Porto Alegre, Três Passos, as cidades quase todas que tinham unidades no Rio Grande do Sul, unidades militares. (...)

CEV: No Alegrete também?

Malhães: Regimento de cavalaria. Tem.

CEV: Mas tinha também estes aparelhos?

Malhães: Também.

CEV: São Borja?

Malhães: São Borja....

Malhães:[...] Sítiozinho de temporada. [...] Não era nada fixo.”<sup>355</sup>

<sup>354</sup> Depoimento de Paulo Malhães para a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e2SnsSYG7O0>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

<sup>355</sup> Documentário: No rastro de um torturador.

Malhães confessa a utilização de cárceres clandestinos, no qual chamou de “sítio de temporada”, que eram utilizados para interrogar presos políticos. Porto Alegre, Três Passos, Alegrete, São Borja, eram cidades de provável atuação do agente da CIE. Aonde tinha unidade militar, e que foram instalados esses centros clandestinos, no qual não pertencia a estrutura oficial do Estado. Eram estruturas sem lugar fixo, com curto período de utilização. As informações divulgadas por Malhães afirmam que no município de Três Passos a “casa de conveniência”, jargão comum entre a repressão, teria sido criado ainda em abril de 1970, antes mesmo da própria “inauguração” da Casa da Morte, constatação essa feita pelos membros da CNV.

Advogada e integrante da CNV/RJ, Nadine Borges foi quem interrogou Malhães, mas constatou em sua pesquisa, através dos documentos oficiais do CIE, que não há nenhum registro de deslocamento do agente para o sul do país nos anos de 1970 e 1971. De acordo com a própria Nadine, isso poderia ser explicado até certa medida, por fazer parte de uma operação sigilosa e para não colocar em risco a missão. E uma segunda leitura, seria a própria tentativa de apagamento da presença dele no Rio Grande do Sul, evitando qualquer evidência pra prosperidade.

A atuação de Paulo Malhães no Rio Grande do Sul permite fazer alguns questionamentos. No que tange os “aparelhos de passagem”. Como foram estruturados e articulados dentro do aparelho repressivo do Estado? Quantos existiram nas cidades citadas por Malhães? Qual foi o tempo de utilização dessas casas pelos agentes da ditadura? E que influência essa experiência no Rio Grande do Sul contribuiu para ajudar na arquitetura que estava sendo montada na Casa da Morte de Petrópolis?

Essas interrogações permanecem e, infelizmente não vão ser respondidas no presente trabalho. Primeiro, pela falta de produção e de registro que possa contribuir para comprovar a existência desses aparelhos clandestinos. Segundo, pela própria impossibilidade de ter acesso ao depoimento integral de Paulo Malhães que poderia, ou não, contribuir para preencher algumas lacunas.

“Eu não tenho que pedir desculpa, eu tenho que dizer que eu cumpri o meu dever. O meu dever militar eu cumpri o meu dever de lutar contra a anarquia contra a subversão, contra o terrorismo. E eu cumpri o meu dever. A minha missão na época foi cumprida. Nós destruimos as organizações revolucionárias [...] Fui só eu, não? Não sou herói por causa disso. Até posso ser chamado de criminoso por causa disso. Mas cumpri essa missão. Essa missão foi cumprida. Derrotamos aqueles que queriam o mal do Brasil. e se eu fosse chamado para fazer outra vez, para combater o mesmo mal, eu estaria lá. Não me arrependo não. [...] O Brasil é hoje, apesar dos pesares,

um país tranquilo, porque graças ao que nós fizemos naquela época. Pq se não fosse isso, se nós não parássemos com aquele movimento de subversão terrorista, o Brasil hoje seria um inferno<sup>356</sup>.

A narrativa de Malhães contribuiu para as visões e sentimentos que foram elaborados *a posteriori*. Essa versão apresenta que o agente da CIE, na tentativa de defender sua versão naquele momento e esclarecer o que levou tais feitos, explica que não teria feito nada além de cumprir seu dever. Cumprir a missão no qual teria sido designado, que era a aniquilação da subversão. O reflexo da ideologia que predominava no contexto da Guerra Fria permaneceu no discurso atual. Mesmo que hoje ele possa ser “incompreendido” por alguns setores da sociedade e ser visto como criminoso, para ele, suas atitudes estão enraizadas na função que era defender sua pátria. Evidencia-se que Malhães enaltece o seu legado político e dos militares, que para ele, tiveram um papel importante na condução do destino do Brasil contra o comunismo.

Como já mencionado no capítulo dois, alguns militantes, no momento em que eram presos, tinham seus nomes divulgados nos jornais, no entanto com a atuação da censura, as prisões não eram mais publicadas nos noticiários. Isso faz parte de uma prática, na qual a polícia política não registrava e não divulgava a prisão do militante que “facilitava posterior ‘desaparecimento’ da pessoa e permitia que o Estado não tivesse responsabilidade judicial perante a vítima, por executar clandestinamente a ação”<sup>357</sup>.

Malhães: Nós não entramos com a ideia de matar ninguém.

CNV: quantas pessoas o senhor matou?

Malhães: [silêncio e sorriso]

CNV: homens e mulheres ?

Malhães: Não lhe respondo.

CNV: só se o senhor responder por uma parábola.

Malhães: É vou usar uma parábola. [...] todos quantos foram necessários.

CNV: O senhor não se arrepende de nenhuma morte?

Malhães: Não<sup>358</sup>.

Surge assim a ideia de que a repressão iniciou sua atuação não com o intuito de executar os guerrilheiros, pelo menos não no primeiro momento. Mas começa a aparecer que esse foi um “mal necessário”. Ao não responder, literalmente, quantas pessoas haviam assassinado, responde utilizando figuras de linguagem. A parábola é uma forma que ele encontrou para transmitir uma mensagem indireta de quantos teriam sido mortos “todos quantos foram necessários”. O não arrependimento de Malhães contribuiu para a dificuldade em reconhecer e admitir que os “excessos” poderiam ter sido evitados.

<sup>356</sup> Reportagem: “Torturador da ditadura é morto no Rio de Janeiro”.

<sup>357</sup> RUSCHEL, Davi, op. cit., p. 65.

<sup>358</sup> Depoimento de Paulo Malhães para a Comissão Nacional da Verdade.

Até o momento, apresentou-se um conjunto de memórias que contribuiu para a ideia de que a tentativa de sequestro serviu para o desmantelamento das organizações de luta armada no estado. A partir da vinda de Paulo Malhões e Clodoaldo Paes Cabral ao Rio Grande do Sul, Davi Ruschel comenta que houve uma “profissionalização da repressão”, com prisões arbitrárias e torturas sistemáticas e tendo como consequência a prisão de vários militantes <sup>359</sup>.

No entanto, apontamos para outra evidência que contribuiu para essa construção. Taiara Souto Alves em sua pesquisa “*Dos quartéis aos tribunais*” constatou que a Auditoria de Porto Alegre apresentou um aumento significativo de denunciados no ano de 1970, em comparação ao município de Santa Maria, “o mês de março de 1970 foi o momento em que a repressão gaúcha passou atuar mais incisivamente” <sup>360</sup>. Edmur já teria sido identificado como um dos principais articuladores da guerrilha urbana no estado. E algumas “quedas”, como a do militante Gustavo Buarque, antecederam a tentativa de sequestro. Mas é após o episódio que “Porto Alegre entraria em turbulência nos dias seguintes. Já no dia 6 de abril, 27 pessoas haviam sido detidas em batidas policiais” <sup>361</sup>. Contribuindo com a ideia de que a tentativa de sequestro teria intensificado a repressão.

O episódio do sequestro pareceu ter contribuído para que Malhões reconstruísse o passado a partir de uma visão de que a sua atuação no Rio Grande do Sul teria sido um dos pontos altos da sua carreira militar e que trouxe muita satisfação: “O Rio Grande do Sul foi meu grande maná. Eu derrubei tudo quanto é organização. Acabei com as organizações do Rio Grande do Sul, acabou” <sup>362</sup>.

O tenente-coronel reformado Paulo Malhões, aos 76 anos, foi encontrado morto no dia 25 de abril de 2014 em sua residência na Baixada Fluminense. Na suspeita de “queima de arquivo” a autoridade policial caracterizou o crime como latrocínio, roubo seguido de morte. Na Comissão Nacional da Verdade do Rio de Janeiro consta que o “Coronel Brillhante Ustra, divulgou o assassinato de Malhões em seu site, 31 minutos antes de sua divulgação pela

---

<sup>359</sup> RUSCHEL, Davi, op. cit., p. 59.

<sup>360</sup> ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978). 2009, p. 140.

<sup>361</sup> Ibid., p. 141.

<sup>362</sup> Documentário: No rastro de um torturador.

mídia”<sup>363</sup>. Em 2017 a Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense prendeu três suspeitos no envolvimento, sendo um o caseiro de Malhães. Encerrando assim o caso<sup>364</sup>.

### **A (im)possibilidade de narrar o trauma**

“No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”.

Walter Benjamin, 1936<sup>365</sup>

A frase proferida acima, por Walter Benjamin, remete aos soldados sobreviventes da Primeira Guerra Mundial que retornaram aos seus lares. A experiência desumana que esses sujeitos passaram levou muitos a ficarem emudecidos pela própria incapacidade de representar aquelas vivências. Isso também pode ser percebido nos militantes que cruzaram pelos “porões da ditadura” e que passaram por um acúmulo de violência e que impossibilitou própria inscrição do passado. Alguns ex-guerrilheiros encontraram no silêncio uma maneira de (sobre)vivência com aquele passado. Outros, através de um distanciamento temporal e espacial, buscaram inscrever, de forma limitada, esse passado traumático. E é isso que se busca analisar neste capítulo no intuito de escrever à história a contrapelo.

Entende-se, que o sequestro marcou e se concretizou dentro de uma memória traumática sobre as várias consequências que atingiu os indivíduos que participaram da luta armada no Rio Grande do Sul. O episódio deixou marcas cravadas no tempo e que algumas “não habitam a superfície da memória e que, no entanto, não se deixam esquecer, não se deixam recalcar”<sup>366</sup>. O acontecimento seria ao mesmo tempo que um começo, um novo ou um outro começo para a repressão, com prisões arbitrárias, tortura e prática de desaparecimento, as consequências do sequestro seriam a conclusão desse começo obscuro, conclusão com as prisões e as “quedas” das organizações armadas no estado.

<sup>363</sup> Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Rio de Janeiro: CEV-RIO, 2015, p. 387. Disponível em: <<http://www.cev-rio.org.br/>>. Acesso em: 12 de fev. de 2018

<sup>364</sup> Revista *VEJA*, “Coronel Malhães”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/coronel-malhaes-acabou-a-bobajada-morreu-depois-de-um-assalto-nao-assassinado-pela-8230-extrema-direita-como-queriam-os-bocos/>>. Acesso em: 20 de jul de 2019.

<sup>365</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008, p. 189.

<sup>366</sup> FUKS, Julián. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 75.

O acontecimento é então uma construção temporal, que “não se limita à sua própria fatalidade, mas se integra em uma narrativa consistente de sentido”<sup>367</sup>. Para os indivíduos, herdeiros do acontecimento, a experiência continua viva no presente, podendo “voltar como espectro para assombrar a cena do presente e hipotecar o futuro”<sup>368</sup>.

Assim a proposta da última parte do capítulo é analisar como aparecem as representações de experiências traumáticas nos registros de memória. O trauma pode ser visto por diferentes ângulos: exílio forçado, perseguição política, prisão, tortura, perda de companheiros. Todos esses acontecimentos por natureza, não precisam ser traumáticos. Mas o trauma é vivenciado pelos sujeitos quando passam por determinadas experiências e não conseguem elaborá-la. Trauma é entendido como uma ferida psicológica que, o indivíduo não conseguiu recompor aquela situação-limite vivenciada. O próprio acúmulo de violência, com cenas de brutalidade e muitas insuportáveis, levam a (im)possibilidade de representação das vivências nas dependências dos órgãos de repressão.

Portanto essa análise coloca em um paradoxo. Primeiro pela necessidade de falar sobre um evento-limite, como o sequestro e as suas consequências foram representadas e materializadas nas narrativas dos ex-guerrilheiros. E, por outro lado, compreende-se que essa tarefa não pode ser totalmente cumprida, devida a própria impossibilidade de descrever e conceituar essa situação-limite, esse choque, esse trauma. Que vai além da capacidade de imaginar e que não pode simplesmente ser reduzido pela linguagem, assim entende-se que “o testemunho só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade”<sup>369</sup>.

O testemunho, nesse sentido, é a essência para compressão das cicatrizes ainda presentes nas memórias coletivas. Devido aos acontecimentos que perpassaram o século XX, característico da “era das catástrofes”, também correspondeu a “era dos testemunhos”<sup>370</sup>. Testemunhos aqui entendidos que presenciaram situações-limites, com um evento fora do comum, que levaram a um trauma desencadeado em situações guerras, genocídios, perseguições, holocausto ou como no caso brasileiro, torturas e desaparecimentos. Compreende-se que o trauma é vivido individualmente, mas como seres sociais, podemos viver traumas históricos, como é o caso do Terrorismo de Estado que foi praticado no Brasil.

As (re)atualizações do episódio de sequestro fazem parte de um testemunho do tempo presente e as latências desse passado que ainda permanecem vivas. É através dos

---

<sup>367</sup> DOSSE, François, op. cit., p. 223.

<sup>368</sup> Ibid., p. 226.

<sup>369</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 2008, p. 65.

<sup>370</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, p. 71-98, jun. 2005.

fragmentos de memórias, em que se analisar como cada indivíduo percebe, talvez inconsciente, o sequestro como uma ruptura no tempo, uma cicatriz, um choque traumático, de acordo com a trajetória percorrida que foi proporcionada pelo resultado do desfecho do sequestro. Essa cicatriz do sequestro grita, “ou é apenas memória de um grito, um grito calado no tempo?”<sup>371</sup>.

Alguns militantes que foram presos entendem o sequestro como um fim, que marca ao mesmo tempo o início de um longo processo de tortura e reclusão dentro do Presídio da Ilha, como é o caso do Índio Vargas. Outros revolucionários também presos após o episódio podem entender esse evento traumático como o início, o início de um processo de banimento e percalços enfrentados no exílio, como o do militante Bona Garcia. Mas o sequestro pode ser entendido como um recomeço, como na situação de Flávio Koutzii, que com a repressão desencadeada se viu obrigado a sair de Porto Alegre buscando outros lugares para atuação, e neste momento também, para sobrevivência.

O sequestro marcou um fim, um fim mais imediato para Ângelo Cardoso da Silva, preso logo após o sequestro assassinado dentro das dependências do Presídio Central de Porto Alegre<sup>372</sup>. O sequestro também marcou, o início de um fim para Edmur Péricles Camargo, que após ser preso em Porto Alegre, foi levado para São Paulo, foi banido e hoje consta na lista de desaparecidos políticos da ditadura<sup>373</sup>. Esse trauma da perda e da dor da ausência, a literatura, com Julián Fuks ajuda a elucidar sobre o “regime que mata também a morte dos assassinados”:

“o luto discreto que havia décadas minha mãe vivenciava, o sentido rarefeito que aquela morte incompleta instaura em sua realidade. Nas páginas desse discurso conheci algo mais: a atrocidade de um regime que mata e que, além de matar, aniquila os que cercam suas vítimas imediatas, em círculos infinitos de outras vítimas ignoradas, lutos obstruídos, histórias não contadas – a atrocidade de um regime que mata também a morte dos assassinados”<sup>374</sup>.

Essas feridas abertas na alma e as cicatrizes deixadas pelo terrorismo de Estado, no qual depara-se com a dificuldade que os indivíduos enfrentam em testemunhar e de elaborar aquelas vivências, “experiências pessoais, muitas ainda inauditas”<sup>375</sup>. Neste momento analisarão alguns relatos na qual os revolucionários buscam recompor os anos de prisão, de tortura e de sofrimento.

<sup>371</sup> FUKS, Julián, op. cit., p. 68.

<sup>372</sup> MIRANDA, Nilmário. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Abramo, 2008, p. 567.

<sup>373</sup> Ibid., p. 568.

<sup>374</sup> FUKS, Julián, p. 78.

<sup>375</sup> Idem, p. 91.

Estou vivo

Que mais banal aos 42 anos? Mas para mim, estar vivo é uma façanha.

Repasso em minha vida os perigos, as aventuras em vários continentes, as peripécias em que estive envolvido, as tantas ocasiões que me vi face a face com a morte.

Sobrevivi às torturas, aos terremotos, aos desertos, ao mar, às geleiras das montanhas, aos tiroteios, aos cercos, às fugas, às delações, aos acidentes de automóveis e de avião.

Lembro os meus amigos que não tiveram a mesma sorte. Na maioria mortos, executados ou compelidos ao suicídio.

E eu tive o privilégio de continuar vivo <sup>376</sup>.

João Carlos Bona Garcia inicia seu livro com essas palavras, “Estou vivo”, mostrando que sua narrativa corresponde a dois momentos cruciais. O primeiro é que a releitura ocorre sempre no tempo presente, pelo menos no momento em que o livro foi escrito. Como afirma Selligman-Silva na “situação testemunhal o tempo passado é tempo presente” <sup>377</sup>. O trecho indica que Bona têm uma necessidade de dar seu testemunho também para criar sentido naquelas experiências. Do mesmo modo, a principal tarefa que lhe cabe é narrar por aqueles que não tiveram a mesma sorte e o privilégio de continuarem vivos.

João Carlos Bona Garcia:

Tínhamos lido coisas sobre como era a prisão, de como se comportar em relação à tortura. Mas, uma coisa é ler e outra é viver. Sabíamos que isto ocorria. Entretanto, tem algumas coisas que é difícil suportar, como ficar encapuzado, algo que sufoca; ficar sem visão, completamente fragilizado, ser levado para lugares que não sabe onde, recebendo rasteiras e outras agressões... <sup>378</sup>

Ignez Maria Serpa:

No 3º andar, fiquei em uma sala grande com mesas de escritório. Lá conheci o delegado Pedro Seelig. Ele começou a fazer uma série de perguntas sobre o carro utilizado na expropriação do banco, que estava em meu nome. Inicialmente, foi educado e formal, mas logo depois começou a gritar. Eles me mostraram o Bicho e perguntaram se o conhecia. Fiquei chocada quando o vi. Estava todo machucado, cheio de hematomas no rosto e no corpo. No entanto, seu olhar era firme, altivo e não demonstrava medo e nem que me conhecia. A fonte de minha força e coragem foi este olhar de Gustavo. (p. 144) [...] Durante a tarde, apenas falaram comigo, mas foi só cair à noite para aquele lugar transformar-se em uma verdadeira casa dos horrores! Ouvia os gritos de dor de meus companheiros. Eram gritos horríveis, desesperados, que me deixavam indignada e furiosa com tanta barbaridade e desumanidade. Na prisão, conheci o outro lado da criatura humana: a Besta,

<sup>376</sup> BONA GARCIA, João Carlos, op. cit., p. 5.

<sup>377</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio op. cit., p. 69.

<sup>378</sup> BONA GARCIA, João Carlos. O início da militância política. BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004, p. 134.

o Sádico. É difícil relatar o que vi e vivi nas dependências do DOPS de Porto Alegre.<sup>379</sup>

Antônio Losada:

A tortura é muito cruel. É preciso fazer uma opção de vida ou de morte. Quem faz a opção de morte mesmo é o torturador. Tu não diz, não fala e, se ele acha que tu tens que falar, ele te mata. Se você faz a opção de morrer, diz: "agora eu vou morrer". O torturador tenta te arrancar tudo. E com sadismo, crueldade, covardia... É preciso ter uma capacidade de resistência muito grande para aguentar o sofrimento dentro de uma sala de tortura. Era uma crueldade. E isso era cotidiano no DOPS do Rio Grande do Sul.<sup>380</sup>

Flávio Koutzzi, preso na Argentina, também comenta sobre as atrocidades que enfrentou: “De maio de 1975 a junho de 1979, estive na prisão. Foram quatro anos. Era uma prisão extremamente planejada, dentro de um sistema que objetivava destruir psiquicamente os presos.”<sup>381</sup>

Nesses relatos apresentados, evidencia-se alguns pontos em comuns nas narrativas construídas pelos militantes. Os apontamentos feitos entre, ter o conhecimento que as torturas eram praticadas, é bem diferente de quem teve que passar por elas, como mostra Bona Garcia. As palavras, “tem algumas coisas que é difícil suportar” é recorrente entre as narrativas em que aparecem “tanta barbaridade e desumanidade” e “conheci o outro lado da criatura humana” ou as prisões “objetivava destruir psiquicamente os presos” os militantes buscam expressam formas e tentativas de explicar a desumanidade que era praticada contra eles, sem se aprofundar muito no que eles haviam passado durante as prisões.

O nível de violência impossibilitou que o próprio testemunho pudesse ocorrer naquele momento, de acordo Selligman-Silva, em “Narrar o Trauma”, a partir dos escritos de Dori Laub, ele analisa que “a principal tarefa que coube aos sobreviventes foi de construir *a posteriori* este testemunho”<sup>382</sup>. Isso também é perceptível nas narrativas aqui apresentadas através das expressões, “conheci” e “foram quatro anos” com um afastamento temporal daquele evento, os militantes buscam maneiras de construir seu testemunho. O “torturador tenta te arrancar tudo” afirmação feita por Antônio Losada, mostra uma dificuldade em narrar

<sup>379</sup> RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Conexão Repressiva e Operação Condor, v. III), p.144.

<sup>380</sup> LOSADA, Antônio. “Losada, não olhe para trás”. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”, v. II), p. 110.

<sup>381</sup> KOUTZII, Flávio. Trajetórias. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Conexão Repressiva e Operação Condor, v. III) p, 115.

<sup>382</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio, op. cit., p. 68.

aquelas cenas sem descrever de quais eram os “métodos” utilizados para “arrancar tudo” dos presos políticos. Mostra assim a dificuldade de elaborar simbolicamente o evento.

É significativa a frase proferida por Ignez “é difícil relatar o que vi e vivi nas dependências do DOPS de Porto Alegre”. Nesta perspectiva, como conseguir dar forma à uma experiência que excede a capacidade do indivíduo imaginar? Como descrever uma vivência que transborda nossos instrumentos conceituais? Como representar o irrepresentável? “Esta “irrealidade” da cena encriptada destrói o próprio teor de realidade do restante do mundo”<sup>383</sup>. Todas essas memórias levam a inacessibilidade de narrar o evento traumático. Em outro momento Martinha descreve:

Gustavo na minha frente para me fazer falar e vice-versa. Confesso que não sei o que é pior: ser torturada ou ver o companheiro ser torturado. Só sei que sofria junto com ele e temia que o matassem. Eles deram tantos socos no rosto do Gustavo que quebraram seu nariz. [...] Em uma ocasião, eles simularam que iriam me degolar e disseram ao Gustavo que aquela seria a última vez que me veria viva. Colocaram-me encapuzada dentro de uma Kombi e saíram a rodar, rodar. Pararam e ficaram discutindo. Não conseguia ouvir o que diziam. Ao final, deixaram-me no presídio. Não tenho palavras para descrever o pavor que senti naquele espaço de tempo. Essas torturas eram acompanhadas de palavrões, xingamentos e coisas do gênero, para humilhar e desmoralizar. A mim, por ser mulher, diziam que éramos putas e coisas parecidas; faziam coisas indizíveis. Alguns destes torturadores eram extremamente sádicos, doentes. Um deles, oficial do Exército, conhecido pelo nome de Malhões, chegou a ejacular e rir durante as sessões de tortura. Ele também era especialista em apertar certos pontos do corpo que produziam uma dor intensa e gabava-se disso. Ele dava aulas de tortura e nós éramos as cobaias. Recebi tanto choque elétrico na vagina que quase perdi meu útero.<sup>384</sup>

Ainda que, a ex-guerrilheira narre a situação de tortura psicológica enfrentada por ela e pelo seu companheiro Gustavo, e das humilhações, das sevícias feitas contra seu corpo ela retoma: “Não tenho palavras para descrever o pavor que senti naquele espaço de tempo”, “faziam coisas indizíveis”, revelando que nem tudo foi dito, nem tudo foi possível encontrar palavras para descrever esses atos. Martinha parece estar ciente de que sua narrativa é fragmentária e lacunar, mesmo assim, essa seria a única forma de dar seu testemunho.

Há também uma incapacidade de representação do trauma por não ser possível “conciliar as regras de verossimilhança do universo concentracionário com as do ‘nosso mundo’”<sup>385</sup>. Compreende-se que o “o evento catastrófico é um evento singular porque, mais do que qualquer, qualquer fato, do ponto de vista das vítimas e das pessoas nele envolvidas,

<sup>383</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio, op. cit., p. 69.

<sup>384</sup> RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom, op. cit., p. 145-146.

<sup>385</sup> Idem, 2008, p. 70.

ele não se deixa reduzir em termos do discurso”<sup>386</sup>, e o que poderia em algumas situações se traduzirem pelos códigos das linguagens tornam-se indizível.

Bona Garcia

Minha primeira impressão do DOPS me violentou profundamente. A gente sempre conversa sobre a possibilidade de prisão e torturas, mas até que o fato ocorra não se tem a menor ideia. Entrei encapuzado, e quando me tiraram o capuz vi sangue nas paredes, sangue no piso, pessoas ensanguentadas jogadas no chão e se arrasando, rostos inchados, corpos cheios de marcas e feridas, ensanguentados, olhos em fogo, bocas contraídas mostrando coágulos no lugar dos dentes, gemidos e soluços, uivos e dor. Lembrei imediatamente o matadouro. Tive a sensação de estar num matadouro de gente<sup>387</sup>.

Jorge:

Ali estava eu outra vez pendurado, como um quarto de boi abatido. Milton amarrou os fios em minhas orelhas, Jorge Andrade sentou-se diante de uma mesa sobre a qual estava o dínamo de corrente alternada, girou o instrumento e senti uma explosão na cabeça, como se milhões de formigas incandescentes roessem meus ossos por dentro do crânio.

[...] quando o sofrimento real atingi determinado grau, torna-se tão intenso que passa a eclipsar tudo, nada mais existe senão a dor. [...] persiste sempre a dor, a sensação de que os ossos estão sendo roídos por um animal insidioso que crava seus dentes por dentro de nós.<sup>388</sup>

Ali no saguão: os homens ficavam aguardando a sua vez de partir para a tortura, como bois no matadouro, ouvindo os gemidos dos companheiros que iam sendo massacrados.<sup>389</sup>

Os contornos e as formas que as imagens são descritas são comuns entre Bona Garcia e Jorge Fischer, que em nestas ocasiões utilizando-se de figuras de linguagem fazendo uma clara comparação entre o DOPS e um matadouro de animais. A grande diferença é que o DOPS era um matadouro de humanos, como expressa nos trechos: “Tive a sensação de estar num matadouro de gente”, “Ali estava eu outra vez pendurado, como um quarto de boi abatido” ou “Ali no saguão: os homens ficavam aguardando a sua vez de partir para a tortura, como bois no matadouro”. A dificuldade em reduzir esse evento ao discurso leva alguns militantes utilizar-se de quadros interpretativo que estão disponíveis na tentativa de conseguir exprimir uma imagem “real” do DOPS.

Ainda que se empenha em indicar pontos em comum nas narrativas, precisa-se ter o entendimento que cada testemunho tem sua própria singularidade, como afirma Seligmann-

<sup>386</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Trauma, testemunho e literatura. In. O local da diferença. São Paulo Editora 34, 2005, p. 83.

<sup>387</sup> BONA GARCIA, João Carlos, op. cit., p. 48.

<sup>388</sup> NUNES, Jorge Fischer op. cit., p. 29-30.

<sup>389</sup> Ibid., p. 62.

Silva “todo o testemunho é único e insubstituível. Essa singularidade absoluta condiz com a singularidade da mensagem. Ele anuncia algo excepcional”<sup>390</sup>.

Jorge Fischer Nunes:

Não uma praça de guerra, não um cemitério. Um inferno povoado por semimortos, cheio de trismos, uivos, estertores, ruídos de punhos ensandecidos a bater, a martelar, a aluir a fragilidade de endógenas fronteiras, rostos ensanguentados, sangue no chão, sangue nas paredes. Cheiro de coisas podres no ar. O DOPS estava transformado num inferno compartimentado, burocratizado pelos infernais funcionários da dor: aquela sala era a “fossa”, onde os prisioneiros eram submetidos aos choques, ao pau-de-arara, aos espancamentos.<sup>391</sup>

Ignez Maria Serpa:

Durante a tarde, apenas falei comigo, mas foi só cair à noite para aquele lugar transformar-se em uma verdadeira casa dos horrores! Ouvia os gritos de dor de meus companheiros. Eram gritos horríveis, desesperados, que me deixavam indignada e furiosa com tanta barbaridade e desumanidade. Na prisão, conheci o outro lado da criatura humana: a Besta, o Sádico.<sup>392</sup>

Bona Garcia:

O quadro era tétrico. Batiam muito. Um companheiro nosso tentou o suicídio. Tinha sangue nas paredes. Um quadro aterrorizador. Nos queimavam com cigarro, etc. tudo isso assustava-nos muito porque não conseguíamos dimensionar o que viria adiante. Fica-se completamente entregue, à mercê de tudo o que pudesse ocorrer.

Ficamos um tempo no DOPS e veio a transferência. Primeiro, para o presídio. Lá também tinha uma ala para os presos políticos. Local de degradação para seres humanos. [...] Passamos um tempo ali, depois nos enviaram para o Presídio da Ilha, localizado no Rio Guaíba. Lá era um depósito de pessoas.<sup>393</sup>

O DOPS foi sinônimo de miséria humana. Foi criando nas pessoas aquele sentimento de revolta, de revide. Era um mundo cão, onde tratavam os presos com voracidade, com requintada perversidade, gosto de torturar.<sup>394</sup>

“O DOPS estava transformado num inferno compartimentado, burocratizado pelos infernais funcionários da dor”, neste outro momento os militantes utilizam-se da comparação dos órgãos de repressão com o inferno, como vislumbrado em outras frases: “Um inferno povoado por semimortos” ou “na prisão, conheci o outro lado da criatura humana: a Besta, o Sádico”. Bona também descreve o DOPS como “degradação para seres humanos” ou que era sinônimo de “miséria humana”. A imagem do inferno, que socialmente é visto como algo ruim, como algo caótico e bárbaro, foi uma forma encontrada pelos sobreviventes na tentativa de conciliar e transmitir os fatos vividos para a sociedade.

<sup>390</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio op. cit., p. 72.

<sup>391</sup> NUNES, Jorge Fischer, op. cit., p. 62.

<sup>392</sup> RAMMINGER, Ignez Maria Serpa, op. cit., p. 144.

<sup>393</sup> BONA GARCIA, João Carlos. O início da militância política. BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro*: para não esquecer. Porto Alegre: Literalis, 2004, p. 134-135.

<sup>394</sup> BONA GARCIA, João Carlos, p. 55.

As metáforas utilizadas do DOPS ao ser comparado ao inferno ou com um matadouro humano ajudam os militantes a “dar forma” o que é carregado por uma ausência de fisionomia o que “não têm forma”<sup>395</sup>. Nessas narrativas o figural e o literal confundem-se, a ficção e o real entrelaçam-se na tentativa de recompor as cenas. O acúmulo de violência real e simbólica rouba a possibilidade desses sujeitos de reconstruir essas vivências.

Neste sentido, Selligmann afirma que a “linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados”<sup>396</sup>. Portanto cada indivíduo encontra sua maneira para criar e dar sentido naquela experiência. A imaginação neste sentido é um artifício encontrado para lidar com o real e uma forma achada para conseguir criar e conceder sua narrativa.

Portanto, compreende-se os limites de narrar um trauma corresponde ao próprio limite da prática historiográfica, que como coloca Benito Schmidt na “(in)capacidade de representar o horror, sobretudo no sentido de reconhecer os limites da narrativa histórica para figurar situações-limite”<sup>397</sup>, pois nossos “instrumentos conceituais e metodológicos são insuficientes para explicar a monstruosidade de certos fatos”<sup>398</sup>.

Um dos episódios que frequentemente aparece nos livros de memória, é a tentativa de suicídio de alguns companheiros presos. O medo da tortura e a angústia presente na possibilidade de serem novamente torturados levaram muitos a interromper a própria vida, pois era preferível isso a continuarem naquela situação. Um dos casos é o do militante Félix Silveira Rosa Neto. Na entrevista concedida para *Zero Hora*, quando questionado sobre as torturas ele responde:

Felix: Quando fui levado a um hotel de Porto Alegre, para atrair companheiros que estavam em liberdade (o chamariz), usei uma barbatana do colarinho da camisa para tentar cortar as veias do braço (mostra as cicatrizes, ainda visíveis). Correu muito sangue. Parodiando Nietzsche (filósofo alemão Friedrich Nietzsche), o que não nos mata, nos favorece. Cessaram as torturas.<sup>399</sup>

<sup>395</sup> Essa análise foi inspirada no artigo de Márcio Selligma-Silva, que se utiliza dessa descrição “dar forma ao sem forma”, ao explorar os poemas de Paul Celan e afirma “A sua poesia justamente procura a todo momento delinear o limite do i-limitado, dar forma ao sem forma. Como Celan mesmo a definiu, a sua poética visa construir “Einfriedunngen um das grenzenlos Wortlose (“Cercamentos em torno do sem-palavras, sem-limites).” Mas adiante Mário afirma “Essa é a origem da literalidade extrema dessa poesia a sua resposta ao evento da catástrofe: evento, que como vimos, é marcado pela mesma ausência de forma e de medida” SELIGMANN-SILVA, Márcio. A História como trauma. In: *Catástrofes e Representações*. São Paulo: Escuta, 2000 p. 96-97.

<sup>396</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio op. cit., p. 69.

<sup>397</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzii*: biografia de um militante revolucionário. Porto Alegre: Libertos, 2017, p. 26.

<sup>398</sup> Idem, 2017, p. 312.

<sup>399</sup> Depoimento de Félix Silveira Rosa Neto concedido em 2011. *Zero Hora*: “Ex-guerrilheiro rompe silêncio e revela como tentou sequestrar cônsul dos EUA em Porto Alegre”. 04 de junho de 2011. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/amp/ex-guerrilheiro-rompe-silencio-e-revela-como-tentou-sequestrar-consul-dos-eua-em-porto-alegre-3337601.html> >. Acesso em maio de 2019.

Félix reconstrói aquele episódio de tentativa de suicídio, que naquele momento provavelmente apareceu para ele como uma forma viável de interromper sua vida e o sofrimento das torturas. O militante se utilizando de uma referência de Nietzsche, com tom dramático e humorado, ele tenta tirar o melhor daquela situação, que depois de cortar as veias do braço, as torturas foram interrompidas.<sup>400</sup>

A própria dificuldade em se trabalhar com a memória do trauma, é que o próprio trauma tem uma temporalidade própria. Esse passado que se constitui como traumático adentra sem permissão o presente para assombrando e causando angústias nos indivíduos: “para seus herdeiros, o acontecimento faz diferença entre o passado e o futuro”<sup>401</sup>. Dosse contribui, falando sobre os possíveis efeitos que podem ocasionar um acontecimento na memória: “o impossível acesso à verdade acontecimental do evento esquecido desloca a escuta para as vicissitudes dos efeitos do acontecimento na memória individual”.<sup>402</sup> É a partir dessa premissa de que o trauma tem uma temporalidade complexa observa-se como o tempo aparece nas narrativas.

Ignez:

Diziam que queriam destruir nossas mentes, porque esta seria a única forma de acabar com gente como nós. De alguma maneira, eles atingiram o objetivo. Anos depois, o Paco morreu em consequência do alcoolismo e o Gustavo cometeu suicídio, em 1985, após retornar do exílio. Quando tive meus filhos, a dor do parto me fazia recordar as torturas.<sup>403</sup>

Flávio:

Cada ser humano tem uma digital, uma personalidade, uma singularidade. Mesmo levando em conta que cada pessoa reage de um jeito mesmo nas situações extremas, dá para dizer que há marcas eternas, como se fosse uma tatuagem, algo que não sai mais, na alma. E a grande maioria dos prisioneiros da Argentina sobreviveu a esse sistema com uma certa integridade. Foi uma grande vitória humana. É um clássico. Embora a tese seja exatamente sobre o que vi e ouvi dos meus companheiros e com textos que alguns haviam produzido depois, li bastante sobre os mundos concentracionários, os campos de concentração, e esse é um pouco o modelo moderno de tentativa de extermínio. Não é uma câmara de gás, mas uma câmara de silêncio.

Obviamente, isso, o conjunto da experiência argentina, marca fortemente minha vida. Foram sete anos lá. Nos anos 60, de 1963 a 1970, há a luta contra a ditadura no Brasil e um certo tipo de derrota; de 1972 a 1979, a luta

<sup>400</sup> Irgeu João Menegon também tentou se suicidar. A versão oficial da polícia é que Avelmar Moreira de Barros, chacareiro do Tenente Dario, que foi preso em março de 1970, teria cometido suicídio no dia 25 do mesmo mês. Angêlo Cardoso da Silva na versão “oficial” também tirado a própria vida no dia 23 de abril de 1970. Mesmo nesses últimos dois casos que é colocado em dúvida, podemos perceber que o suicídio estava sim entre o campo de possibilidade daqueles militantes.

<sup>401</sup> DOSSE, François, op. cit., p. 154.

<sup>402</sup> Ibid., p. 107.

<sup>403</sup> RAMMINGER, Ignez Maria Serpa, op. cit., p. 146.

na Argentina contra a ditadura, incluindo a prisão. Ali, muito mais do que em qualquer lugar, a metade dos meus companheiros morreu, o que é uma coisa que também nunca mais se separa da pessoa. Isso no sentido de que você tem responsabilidades. E a menos que cultive a amnésia ou a indiferença não tem como esquecer. É algo que se leva junto. Com certa serenidade depois se elabora, mas é um terreno complicado. É onde estão a culpa, a responsabilidade, as escolhas, a força e a fraqueza a cada decisão. Essa segunda década tem essa marca e uma derrota mais pesada.<sup>404</sup>

Jorge

Quanto tempo fiquei no pau-de-arara? Não sei. Quando se é colocado lá, perde-se a noção de tempo. Pensa-se ter ficado uma eternidade – lá é tão terrível que um minuto parece uma eternidade – e, vai-se ver, não passo de uma hora. Mas quem passou pelo pau-de-arara, certamente poderá dizer: “Foi a hora mais longa de toda a minha vida”.

O pau-de-arara deixa marcas. Para toda a vida. O homem jamais recupera a consciência, em toda a integridade, depois de uma hora de tortura assim. [...] Carrego até hoje as marcas do pau-de-arara: uma perna deformada, toda a circulação sanguínea comprometida, impossibilitando de correr, de trabalhar normalmente e, quando a crise agrava-se com complicações tromboflebíticas, impossibilitando até mesmo de usar sapatos<sup>405</sup>.

O DOPS possui uma extensa galeria de tipos sinistros. Ou possuía, á que, formalmente, o Departamento de Ordem Pública e Social foi extinto. Há um tipo, especialmente repulsivo, que jamais esquecerei. Infelizmente, jamais fiquei sabendo seu nome<sup>406</sup>.

Félix Silveira:

Zero Hora: Por que decidiu romper o silêncio 41 anos depois?

Felix Silveira Rosa Neto: Tudo é como uma mola, que encolhe e depois... São os engasgos da vida. Citaram o meu nome em um livro, sem autorização, isso trouxe aborrecimentos. E há indignações que me levaram ao silêncio.<sup>407</sup>

São diferentes maneiras que os militantes expressam sua relação com o tempo passado e de como o passado ainda permanece vivo e reaparece no tempo presente. Ignez fala que as dores do parto fizeram remeter as lembranças, que estavam adormecidas, das torturas que enfrentou. Tanto Flávio quanto Fischer falam dessas marcas, “marcas eternas”, marcas que se cravam no sujeito como se fossem “tatuagens” e que não sai mais da “alma”, mostrando a coexistência de diferentes temporalidades na narrativa

Jorge Fischer faz um inventário das cicatrizes ocasionado pelo pau-de-arara. Cicatrizes físicas que comprometeram sua saúde e debilitaram sua qualidade de vida. Mas, essas cicatrizes não foram somente físicas, não atingiram somente o ser corpóreo, mas feriram a estrutura psíquica, perceptível quando em sua narrativa afirma que o “O pau-de-arara deixa

<sup>404</sup> KOUTZII, Flavio, op. cit., 117-118.

<sup>405</sup> NUNES, Jorge Fischer op. cit., p. 66.

<sup>406</sup> Ibid., p. 71.

<sup>407</sup> Depoimento de Félix Silveira Rosa Neto concedido em 2011 para o jornal *Zero Hora*.

marcas. Para toda a vida”. A frase pode ser interpretada com duplo sentido. No primeiro sentido as marcas são literais, são marcas deixas em seu corpo, são tangíveis, o segundo não.

Essa ferida que não cicatriza e que estava mais obstruída, em alguns momentos volta a se abrir. Esses espasmos remetem a própria dimensão temporal, como bem explica Seligmann que “mais especificamente, o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne a estrutura temporal”.<sup>408</sup>

Marcio Seligmann-Silva acrescenta que as recordações do trauma correspondem a um “estancamento temporal”<sup>409</sup> em que o indivíduo traumatizado “manifesta uma sensação de diminuição no fluxo do tempo: como se o seu relógio tivesse ficado parado no momento do traumatismo”<sup>410</sup>. Assim “na situação testemunhal o tempo passado é tempo presente”<sup>411</sup>, o que caracteriza também um passado que não passa, um passado traumático que adentra no presente.

Como o indivíduo convive com o passado, que se torna real no presente, ou como o passado continua a assombrar o presente é o que o historiador Marek Tamm, chama de *nachleben*<sup>412</sup>, termo que o autor define como sobrevivência ou reviver. Sobrevivência ou reviver com um evento traumático. Ou como afirma Seligmann “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”<sup>413</sup>.

Esse passado do acontecimento, que tem como principal fio condutor o indivíduo, pode adentrar no presente de diferentes formas. Uma delas é através da memória, em que a experiência de um acontecimento traumático continua viva nos sujeitos. Experiência de um passado que é prolongado no presente e que vem como um tormento. Esse trauma pode ser traduzido numa pequena frase do livro de Frei Betto que comenta sobre o amigo que perdeu para o terrorismo de Estado: “parecia insuportável a Frei Tito seguir sofrendo, no espírito, essa ‘tortura prolongada’”<sup>414</sup>. Esse passado traumático é como um espectro que se recusa a desaparecer, que se recusa a morrer. E em tempos em tempos esse passado fantasmagórico volta a reaparecer.

<sup>408</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio, op. cit., p. 69.

<sup>409</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Trauma, testemunho e literatura. In. *O local da diferença*. São Paulo Editora 34, 2005, p. 69.

<sup>410</sup> Ibid., p. 70.

<sup>411</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio, op. cit., 2008, p. 69.

<sup>412</sup> TAMM, Marek. “Introduction – Afterlife of events: perspectives on mnemohistory”. In: TAMM, Marek (edited by). *Afterlife of events*. Perspectives on mnemohistory. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 9.

<sup>413</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio op. cit., 2008, p. 66.

<sup>414</sup> BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 225.

Recapitulando, o terceiro capítulo teve como objetivo apresentar as diferentes narrativas construídas em torno do sequestro por meio das memórias. A abordagem no primeiro momento apresentou-se as memórias dos ex-guerrilheiros e como algumas versões conseguiram se cristalizar no tempo em prol de outras que foram sendo silenciadas. De uma forma diferente e complementar apresentou-se as narrativas construídas pelo cônsul Curtis Carle Cutter ao retomar o episódio e as memórias do Coronel Paulo Malhães. Todas essas narrativas contribuíram para complexificar o acontecimento de sequestro. Na parte final, pensou-se em identificar as representações de experiências traumáticas nos registros de memória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acontecimento de sequestro foi reinserido no presente trabalho e ao longo da investigação realçou traços ainda mais fecundos do que se esperava, apresentando algo revelador: o sequestro não era mais o mesmo. O trabalho interessou-se em saber menos o que foi o sequestro, mais sobre como ele constituiu-se socialmente por meio dos diferentes discursos: o olhar das organizações, a ótica dos jornais e o viés das memórias. Todas essas narrativas fazem parte de um mesmo acontecimento, mas nenhuma delas pode ser vista como uma versão totalmente segura da História.

Ao longo da dissertação, procurou-se analisar as (re)construções e (re)atualizações em torno da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano Curtis Cutter em Porto Alegre no ano de 1970. O trabalho foi resultado de uma intensa pesquisa em documentos produzidos pela esquerda, nas consultas ao acervo do Museu de Comunicação dada todas as suas limitações, e os diversos esforços para localizar um número significativo de fragmento de memória. E também foi auxiliado por produções acadêmicas que já abordavam a tentativa de sequestro, o que abriu caminhos e possibilitou que essa pesquisa conseguisse se aprofundar.

Contudo, esse resultado também é fruto do que não foi possível investigar, de documentos não localizados e outros tantos que não puderam ser abordados. Recortes necessários, embora lamentáveis. Assim, vale retomar algumas lacunas mencionadas no decorrer do trabalho. No projeto inicial, tinha-se o propósito de trabalhar com os documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), disponibilizados pelo projeto Brasil Nunca Mais. Algumas dessas fontes já tinham sido abordadas no trabalho de conclusão de curso, como é o caso dos interrogatórios de militantes presos, no entanto, a ideia seria aprofundar as análises. No decorrer da investigação, identificou-se a produção “Orvil”, um profícuo livro para pesquisa contendo informações sobre o sequestro do cônsul em Porto Alegre e sobre as mais diversas organizações que atuavam no estado. Dado o curto espaço de tempo entre a pesquisa e a escrita da dissertação, esses recortes acabaram sendo obrigatórios.

No âmbito das memórias não foi possível localizar o relato de alguns militantes que tiveram participação na tentativa de sequestro. Em outro momento, a pesquisa apresentou uma ausência de registro de memória de alguns guerrilheiros, que foram mortos ou desaparecidos e que tinham um papel significativo na luta armada no Rio Grande do Sul. Por outro lado, conjuntos documentais foram pesquisados durante o mestrado no Acervo de Indenização e nos depoimentos da Comissão Estadual da Verdade. Ambos, infelizmente, não integram o

resultado final, mas auxiliaram os passos para que outros documentos fossem localizados e pesquisados.

O principal motivo do recorte foi que os livros e fragmentos de memórias selecionados, em um primeiro olhar, pareciam carecer de informações e serem insuficientes para abordar o episódio. No entanto, mostraram-se cada vez mais relevantes na medida em que se avançava na análise e quanto mais se direcionava o olhar para outras questões que permeavam as obras, o sequestro e as memórias.

Além das lacunas das fontes, algumas questões pertinentes não foram possíveis responder, mas podem servir para futuras pesquisas historiográficas. Por exemplo: Qual foi a colaboração de Paulo Malhões no Rio Grande do Sul em 1970? No que tange os “aparelhos de passagem”, como foram estruturados e articulados dentro do aparelho repressivo do Estado? Quantos existiram nas cidades citadas por Malhões? Qual foi o tempo de utilização dessas casas pelos agentes da ditadura? E que influência essa experiência no Rio Grande do Sul contribuiu para ajudar na arquitetura que estava sendo montada na Casa da Morte de Petrópolis?

No trabalho, buscou-se apresentar mudanças de escala em torno da narrativa do sequestro. Primeiro com os manifestos e documentos produzidos no seio da esquerda armada, os quais revelavam uma forma de pensar e de agir característica das ideias que permeavam as organizações clandestinas. Tais documentos promoveram reflexões para compreender que o sequestro e as diversas ações desenvolvidas pela guerrilha urbana não eram mera atividades de resistências, mas estratégias de ação pela propaganda, que se utilizavam da violência como uma prática política e era vista como uma forma legítima de luta vinculada a um projeto político revolucionário.

Em segundo com os recortes de jornais como pano de fundo, os quais retratavam uma Porto Alegre que se modernizava, sendo palco de mudanças de padrões sociais e de intensos debates sobre política e movimento estudantil. Os enredos construídos pelos periódicos buscavam enquadrar os guerrilheiros como “terroristas” e o cônsul como “corajoso”. Os enredos vão ganhando um determinado contorno ao pintarem uma imagem dos protagonistas do episódio. A própria concepção de que os jornais aceitavam e difundiam a ideia de que a sociedade estava vivendo em uma guerra, ocasionava medo e temor na população.

Entende-se que essa “batalha de discursos” sobre o episódio estudado não pode ser entendida isoladamente. Em alguns momentos, as narrativas podem se distanciar e se opor, já em outros, entrecruzam-se e complementam-se. Um é utilizado para legitimar o outro, um

possibilita a existência do outro. A imprensa utilizou um conjunto de táticas para enquadrar a ação como “terrorista”, ao mesmo tempo em que estampava em seus editoriais os rostos dos militantes, buscando, com isso, uma resposta imediata da polícia política. Por outro lado, os próprios órgãos de repressão utilizaram a repercussão midiática para legitimar e intensificar as ações repressivas com prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos. A memória dos integrantes da luta armada parece se distanciar do discurso produzido pelos jornais nos anos 70. No entanto, as fontes produzidas em outro contexto, como na reportagem sobre Félix Silveira Rosa Neto em 2011 aproximam as memórias dos antigos combatentes contra a ditadura, em que o *Zero Hora*, que por tantas vezes havia utilizado do termo “terrorista”, agora dentro desse outro cenário utiliza-se “ex-guerrilheiros”.

No terceiro bloco narrativo, os registros de memória revelam suas singularidade e formas de ver e narrar o acontecimento a partir de uma visão *prospectiva*. Mas como o sequestro conseguiu solidificar no tempo? O indicativo para que isso ocorresse se deu a partir da materialização das memórias criadas e preservadas e sua constante reprodução, que ao remetê-lo vinculavam-no à repressão, cujas raízes se estenderam por uma ampla memória da luta armada no estado, irremovível até os dias atuais.

As narrativas resultantes foram sendo moldadas, elaboradas e cristalizadas no decorrer dos anos. Essas narrativas aparecem “divididas” entre uma memória “oficial” que se cristalizou e prevaleceu dentro dos quadros dos antigos militantes e outra memória “subterrânea”, como o caso de Félix da Rosa Neto, que não encontrou respaldo para a sua memória, ou seja, houve um processo de enquadramento da memória do sequestro e o relato de Félix provavelmente iria destoar desse relato concretizado, então preferiu silenciar-se.

Na recuperação desse passado pela memória, o sequestro, que apesar de ter envolvido um número consideravelmente pequeno na ação, foi vivenciado por “tabela” e acabou por influenciar e redirecionar projetos individuais e coletivos dentro das possibilidades e dos limites no contexto em que cada guerrilheiro vivia. Quando se analisam os registros de memória produzidos sobre a experiência da luta armada, encontram-se dissonâncias e contornos específicos de como cada sujeito reconstrói o episódio frustrado a partir de sua experiência e através de uma visão retrospectiva de quando o livro ou o relato foram produzidos.

Já a narrativa do ponto de vista do cônsul Curtis Cutter, é formada por outra ótica: com o olhar de quem estava do outro “lado da história”, dentro do outro veículo. As percepções e representações reelaboradas pelo cônsul numa visão prospectiva sobre o evento

foi totalmente diferente das apresentadas, mas que também faz parte do mesmo acontecimento.

Ao mesmo tempo, o depoimento de Paulo Malhões contribuiu para mostrar percepções e visões de mundo na construção dos episódios narrados. Esse acontecimento, portanto, foi expresso de um ângulo diferente possibilitando uma análise diferente e de uma fonte ainda pouco explorada: a narrativa de um torturador.

As memórias dos militantes não promoveram um simples resgate sobre o sequestro. Muito mais que isso, os indivíduos construíram em torno do evento uma narrativa original recriando o passado, de modo que o episódio aparece como um marcador temporal significativo, que introduz a descontinuidade entre um “antes” e um “depois”, abrindo-se para algo novo, algo diferente que foi a repressão. A memória desses sujeitos criou uma versão do evento do sequestro não mais pela ação da guerrilha, pelos objetivos estratégicos que os militantes haviam se proposto a realizar pela troca dos presos políticos, entretanto, criou uma perspectiva absolutamente distinta, em que esse acontecimento resultou no aniquilamento da guerrilha no Rio Grande do Sul, conferindo ao sequestro um novo sentido.

A tentativa de sequestro aparece como um acontecimento-fundador marcante para os integrantes da luta armada no estado gaúcho. Dele surgiram as mentalidades e as permanências duráveis, que foram defasadas no tempo, criando um elo entre o acontecimento e a longa duração.

No estudo do acontecimento torna-se possível estabelecer um papel desempenhado por ele no nascimento de um marco social da memória e acredita-se que essa é a principal contribuição da leitura realizada em torno do sequestro, constituído dentro de um evento-limite. Nos registros de memórias, a tentativa de sequestro do cônsul Cutter Curtis aparece como um marco de periodização do passado. Um marcador temporal significativo que está conectado ao possível recrudescimento do aparato repressivo no estado. O episódio pode ser enquadrado como um ponto de referência no tempo, junto com alguns outros marcadores temporais significativos para os indivíduos, como a vivência da situação-limite.

Nas narrativas, foi possível identificar um deslocamento temporal. É como se a repressão tivesse iniciado quase que exclusivamente após o sequestro. A memória que aponta os membros da VPR como irresponsáveis por causarem uma intensificação na repressão de maneira alguma podem diminuir ou justificar a responsabilidade dos atos desenfiados pela repressão. Pode parecer inapropriado ou prematuro estabelecer uma relação de causa e efeito entre a tentativa de sequestro e o desmantelamento das organizações, mas o episódio, sem dúvida, serviu de justificativa para acentuar o sistema repressivo. É importante ressaltar que o

acontecimento no Rio Grande do Sul foi decisivo para estabelecer e implementar novas abordagens de repressão, mas não menos importante, é reconhecer que já havia uma repressão sistemática aos grupos guerrilheiros antes de abril de 1970.

Cronologicamente, o evento não tem um marcador final, já que os crimes cometidos de *lesa humanidade* são inacabados e sobrevivem através das cicatrizes deixadas e pelas memórias que ainda permanecem no tempo presente.

## REFERÊNCIAS

### AUDIOVISUAIS

Depoimento de Ignez Maria Serpa Ramminger no documentário “A Luta Armada”. Na reportagem especial produzido pela *Zero Hora*: “Golpe 50 anos”. Reportagem e textos de: Carlos Rollsing, José Luís Costa e Juliana Bublitz. 2014. Disponível em: <[http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh\\_golpe50anos/index.html](http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos/index.html)>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

Depoimento de Félix Silveira Rosa Neto concedido em 2011. *Zero Hora*: “Ex-guerrilheiro rompe silêncio e revela como tentou sequestrar cônsul dos EUA em Porto Alegre”. 04 de junho de 2011. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/amp/ex-guerrilheiro-rompe-silencio-e-revela-como-tentou-sequestrar-consul-dos-eua-em-porto-alegre-3337601.html>>. Acesso em maio de 2019.

Entrevista com Curtis Carly Cutter “Nunca fui anticomunista”. Revista *Época*. 20 de maio de 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI234863-15223,00-CURTIS+CARLY+CUTTER+NUNCA+FUI+ANTICOMUNISTA.html>>. Acesso em: 10 abril de 2019.

Depoimento de Curtis Carly Cutter. ASSOCIAÇÃO PARA ESTUDOS DIPLOMÁTICOS E TREINAMENTO. *Projeto de História Oral dos Negócios Estrangeiros*. Entrevista de: Curtis C. Cutter. Entrevistado por: Charles Stuart Kennedy. 3 de fevereiro de 1992

Documentário: No rastro de um torturador. *Eder Content*. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/tortura---no-rastro-de-um-torturador.htm#tematico-9>>. Acesso em 12 de junho de 2019.

Depoimento do coronel Paulo Malhões para a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e2SnsSYG7O0>>. Acessado em 10 de março de 2019.

### LIVROS E RELATOS DE MEMÓRIA:

BONA GARCIA, João Carlos & POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura. 1989.

BONA GARCIA, João Carlos. O início da militância política. BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004.

GUTIÉRREZ, Cláudio. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

KOUTZII, Flavio. Trajetória. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Conexão Repressiva e Operação Condor, v. III).

LOSADA, Antônio. Losada, não olhe para trás. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”, v. II).

NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. “Na guerra com batom”. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”, v. II).

TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. Você sabe bem o que está fazendo, filho?. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”, v. II).

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. GOMES, Ângela (Org). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ABREU, João Batista de. *As Manobras da Informação*. Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Manuad. 2000.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes. 2005.

ALVES, Taiara Souto. Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

AMADO, Janaina. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História, v. 14, 1995.

ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar. 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC. 1999.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. “Memórias comparadas das esquerdas no Brasil e na Argentina: o debate da luta armada”. *Comunicação*.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

AVELINE, João. *Macaco preso para interrogatório: retrato de uma época*. Porto Alegre: AGE. 1999.

BABO-LANÇA, Isabel. Acontecimento e memória. VEIGA FRANÇA, Vera Regina; OLIVEIRA, Luciana de. *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

BARRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Jugen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS. 2006.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, São Paulo: Paco. 2017.

BERQUÓ, Alberto. *O sequestro dia a dia*. A verdadeira história do sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick. Rio de Janeiro: Editora Fronteira. 1997.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960-1970*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Rio de Janeiro: UFF. 2007.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A perseguição ao militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) João Carlos Bona Garcia no Brasil e no Chile: o Terror sem Fronteiras*. *Espaço Plural*. Ano XIII nº 27. 2012.

DIAS, Luiz Antonio. *Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964*. *IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association for Public Opinion Research*. 2011.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp. 2013.

DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Tradução Maria Cristina Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

ELMIR, Cláudio Pereira. *Uma aventura com o Última Hora: O jornal e a pesquisa histórica*. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

FARIA, Daniel. *Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972*. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n 17, 2015.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. FERREIRA, Jorge. *O tempo de experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 24, n 47. 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola. 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão ... um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal. 1977.
- FUKS, Julián. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática. 1998.
- HARTOG, François. Introdução: Ordens do Tempo. In: \_\_\_\_\_. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.
- HARTOG, François. Prefácio - Presentismo pleno ou padrão. In: \_\_\_\_\_. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.
- HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história. *Revista de História*, n. 148, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *Viva la revolución: a era das utopias na América* São Paulo: Companhia das Letras. 2017.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 2002.
- KONRAD, Diorge Alceno. LAMEIRA, Rafael Fantinel. LIMA, Mateus da Fonseca. *O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul*. Scielo, 2013.
- LAVABRE, Marie-Claire. La Memoria Fragmentada.¿ Se puede influenciar la memoria?. *Antropología Social*, v. 11, 2009.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. Acontecimento e longa duração na história social: o exemplo dos chouans. In: NOVAIS, Fernando A. SILVA, Rogerio Forastieri (Org.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify. 2011.
- LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os Jornais Como Fonte e Objeto De Pesquisa Histórica. *Escritas* vol. 7 n. 1. 2015.

LIMA, Érico Oliveira de Araújo. Ideologia e ditadura militar: a imagem do regime construída na imprensa brasileira durante o regime militar no país (1964-1985). *7º Encontro Nacional de História e Mídia. Fortaleza*, agosto de 2009.

LIMA, Matheus da Fonseca Capssa. KONRAD, Diorge Alceno. As Resistências Armadas no Rio Grande do Sul e as Dinâmicas da Clandestinidade (1964-1972). *Espaço Plural*. Ano XIII, Nº 27. 2012.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do Guerrilheiro Urbano*. São Paulo: Editora Sabotagem, 1969.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, UFMG, n. 28, dezembro 2002.

MIRANDA, Nilmário. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Abramo. 2008.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social*. São Paulo. 1989.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto. 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. Tradução: Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1984.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

OLIVEIRA, Luciano. Ditadura militar, tortura e história: A “vitória simbólica” dos vencidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 26 n.75 São Paulo, 2011.

PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964 v. I).

PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”, v. II).

PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. (Conexão Repressiva e Operação Condor, v. III).

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PERES, Thiago Vieira. *Fazendo Revolução a Vida Inteira: Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: UNISINOS, 2015.

PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, ditadura e democracia: a construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 305-313, dez. 2007.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. IN: AMADO, Janaína, e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RAMOS LUIZ, Juliana. *Do diplomapping: definição, prática e consequências dos sequestros de diplomatas ocorridos na década 1970 frente a atuação da chancelaria brasileira*. III *Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas"* (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil. 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA de SÁ, Jair. *Imagens da Revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

RESENDE, Pâmela de Almeida. *Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969*. Tese. 2019

RICOEUR, Paul. *O eclipse do acontecimento na historiografia francesa*. In: \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo da história e destino do acontecimento*. In: \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. Vestígios do passado a história e suas fontes. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., Associação Nacional de História. 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime Militar e Oposição. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). *República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Almeida Neves (Org.). *O Tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano – Vol. 4).

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: AMADO, Janaína, e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada*. Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007

SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzii: biografia de um militante revolucionário*. Porto Alegre: Libertos, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A História como trauma. In: *Catástrofes e Representações*. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 2008,

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, p. 67, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, p. 71-98, jun. 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Trauma, testemunho e literatura. In. *O local da diferença*. São Paulo Editora 34, 2005.

SETH, Sanjay. “Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva?”. In: *História da Historiografia*, n. 11, 2013.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e Ditadura no Brasil: Veja e Consenso. PADRÓS, Enrique Serra (Org.) *Cone Sul em tempos de Ditadura: reflexões e debate sobre História Recente*. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “*Por ti, América*”: luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói. 2016.

STAROBINSKI, Jean. *Ação e reação: vida e aventuras de um casal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TAMM, Marek. “Introduction – Afterlife of events: perspectives on mnemohistory”. In: TAMM, Marek (edited by). *Afterlife of events. Perspectives on mnemohistory*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982.

VILLALOBOS, Marco Antônio. *Tiranos, Temei! Ditadura e Resistência popular no Uruguai (168-1985)*. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2006.

VOVELLE, Michel. “Um Tempo mais Longo”: resistências e longa duração nas mentalidades coletivas. In: *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense. 1991.

WASSERMAN, Cláudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil, p. 65. PADRÓS, Enrique S., et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010, p. 65. (Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964 v. I).

**APÊNDICE**

**Tabela 2: RELAÇÃO DOS ARTIGOS DE JORNAIS**

06/04 - segunda-feira	<b>FOLHA DA MANHÃ</b> Atentado a bala contra cônsul americano (capa); Fogo cerrado não assustou cônsul americano;	<b>FOLHA DA TARDE</b> Assaltantes estão presos (última folha); Embaixador americano veio felicitar cônsul (última folha); “Tinha um boné do grêmio dentro do carro dos sequestradores” (charge); Raciocínio rápido impediu sequestro; Um boné do Grêmio no roubo do Volks azul; É bom o estado de saúde do cônsul Curtis Curtis Cutter deixou hospital para receber embaixador; Centenas de policias e militares na caça aos terroristas;	<b>ZERO HORA</b> Mesmo metralhado dos EUA evita sequestro (capa). Consulesa dos EUA fala do atentado terrorista Rastro do terror seguido pela lei Cônsul enfrentou os terroristas na rua dona Laura.	<b>FOLHA de S. PAULO</b> Diplomata escapa de sequestro no Sul (capa).
07/04 - terça-feira	<b>CORREIO DO POVO</b> Governador deplora atentado e Diz que Autoridades Estão Vigilantes; Autoridades na pista dos terroristas que tentaram	<b>FOLHA DA TARDE</b> Seis terroristas já foram presos (capa acompanhada com a foto do cônsul Curtis e do embaixador Elbrik. E uma segunda foto com os filhos de	<b>ZERO HORA</b> Terroristas ainda estão soltos (capa); A palavra do Cônsul (capa acompanhada com imagens do cônsul com a família);	<b>JORNAL DO BRASIL</b> A reação ao terror. Polícia gaúcha caça suspeito do atentado (capa); “Gaúcho” é 1º suspeito no atentado ao cônsul dos

	<p>sequestrar o cônsul americano; Diplomata agiu com sangue frio: é veterano da Coréia; Para Cutter os sequestros mostram que não estamos num mundo muito civilizado; Elbrick veio trazer sua solidariedade;</p>	<p>cônsul); O terror e a polícia Confirmadas as seis prisões dos terroristas; Desbaratado “aparelho” em Caxias; Cônsul ama o Rio Grande e prefere ficar;</p>	<p>Depois da batalha;  Um dos suspeitos do atentado é terrorista muito conhecido; Deputados condenam ação dos terroristas; Cônsul confia nas autoridades; Governo esteve sempre atento;</p>	<p>EUA; Refém, o preço de uma vida [Morto na Guatemala o embaixador da Alemanha. É mencionado os sequestros na América Latina].</p>
	<b>FOLHA DE S. PAULO</b>			
	O Cônsul conta como escapou;			
08/04 – quarta-feira	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>FOLHA DA MANHÃ</b>	<b>ZERO HORA</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
	<p>Secretário da segurança revela nomes dos terroristas presos e mostra seus planos; Edmur Péricles Camargo na mira das autoridades; Acertadas medidas para um maior entrosamento entre Exército e Estado; Estado une-se na repulsa ao terror e na solidariedade às suas vítimas;</p>	<p>Terror queria pedir 14 em troca do cônsul (capa); Prisão de terrorista atrasou tentativa de sequestro;</p>	<p>Atentado ao cônsul. O preço do Resgate (capa, acompanhada de fotos de militantes); Mariath alerta: ameaça de novos sequestros (capa) Peracchi e general Borges Fortes discutem atentados terroristas; Cônsul seria trocado por doze presos políticos de São Paulo;</p>	<p>OEA examina este mês ação total contra sequestros (capa); Polícia afirma que cônsul seria trocado por 12;</p>
	<b>FOLHA DE S. PAULO</b>			
	Polícia gaúcha reúne dados sobre suspeitos do ataque ao cônsul norte-americano no Sul;			

09/04- quinta-feira	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>FOLHA DA MANHÃ</b>	<b>FOLHA DA TARDE</b>	<b>ZERO HORA</b>
	Secretário do Itamarati estava nesta capital; Polícia gaúcha lavra um tento: preso Edmur;	Silêncio da polícia sobre a prisão de um homem chave [Sobre a prisão de Edmur];	Motorista de taxi pagou diária do hotel para Edmur (capa); Índio Vargas, entre os últimos suspeitos presos; Queriam libertar estes detidos; Cutter está bem e recebe visitantes; Segurança na palavra de Mariath; Estão alegres, mas interditam o seu palácio à noite; Muitas barreiras ainda controlam as nossas estradas;	Mais 16 prisões Acompanhado Edmur o líder; Ex-vereador entre os detidos ontem (capa com a foto do Edmur); Cônsul não dispensou agentes da segurança; Um dos líderes do terrorismo no Estado está preso no DOPS;
	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>FOLHA DE S. PAULO</b>		
	Polícia gaúcha prende “Gauchão” em hotel;	Governo gaúcho e III Exército tomam providencias;		
10/04 – sexta-feira	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>FOLHA DA MANHÃ</b>	<b>ZERO HORA</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
	Novas prisões ontem: Ação policial contra teoristas não para;	Lista do sequestro incluía dois estudantes mineiros;	Polícia não da tréguas. Caça ao terror na lomba do pinheiro (capa) Diversas mulheres estão implicados com o terror.	Washington lamenta a nota do Brasil contra Elbrick;
	<b>FOLHA DE S. PAULO</b>			
	Juiz-auditor pede que “Gauchão” seja transferido com urgência para S.			

	Paulo;			
11/04 – sábado	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>FOLHA DA MANHÃ</b>	<b>ZERO HORA</b>	<b>FOLHA DE S. PAULO</b>
	Segurança confirma prisões de Edmur e Índio Brum Vargas;	Auditoria de São Paulo quer Edmur que tem preventiva lá;	Terroristas queriam as armas do colecionador (capa) Por onde andará este subversivo? [sobre Valdir Izidoro Siveira] Terroristas tentaram roubar a maior coleção de armas do Brasil	Rio Grande executa “Operação Minuano”; Decalogo de segurança contra o terror e subversão;
13/04 – segunda	<b>FOLHA DA TARDE</b>			
	Terror chega as delegacias.			
14/04 – terça-feira	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>FOLHA DA MANHÃ</b>	<b>FOLHA DA TARDE</b>	<b>FOLHA DE S. PAULO</b>
	Secretaria de segurança divulga nova relação de presos no DOPS;	Polícia diz quem ajudou Edmur a liderar grupos terroristas; Polícia Federal tem novo Delegado em nosso Estado;	DOPS ativo para caçar mais dois terroristas;	Tentativa de sequestro: diligencias prosseguem;
15/04 - quarta-feira	<b>FOLHA DA TARDE</b>	<b>REVISTA VEJA</b>		
	DOPS está concluindo inquéritos contra terroristas;	“Estamos em Guerra” [Entrevista com o cônsul Curtis Cutter] “Um tiro contra o terror” [Prisão de Gustavo Schuller e Edmur Péricles de Camargo].		
16/04 – quinta-feira	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>ZERO HORA</b>		
	Terrorismo brevemente	A derrota do terror (capa);		

	terá fim no Rio Grande;	Terroristas sofreram um golpe implacável;		
18/04 – sábado	<b>CORREIO DO POVO</b> Cônsul americano seria executado; Cônsul americano agradece; Relatório das atividades subversivas descobertas pela segurança pública;	<b>FOLHA DA MANHÃ</b> Ia ser dinamitada a estrada para Caxias (capa); Cutter agradece preocupação do gaúcho festejando a apolo; Está agonizado terrorismo que era liderado por Edmur; Cônsul estava condenado à morte pelos sequestradores;	<b>FOLHA DA TARDE</b> Sucesso da Polícia na guerra ao terror (última folha); Mariath aponta 7 grupos de terror; Os subversivos e suas armas;	<b>JORNAL DO BRASIL</b> Polícia gaúcha mostra quem atacou o cônsul (capa); Polícia mostra 3 dos 4 que tentaram sequestrar cônsul; Cutter irá aos EUA de férias;
19/04 – domingo	<b>CORREIO DO POVO</b> Autoridades divulgam manifesto que sequestradores iriam lançar;	<b>JORNAL DO BRASIL</b> Exército divulga manifesto feito pelos sequestradores do cônsul em Porto Alegre;		
21/04 – terça-feira	<b>FOLHA DA MANHÃ</b> Enforcou-se com um lençol um militante terrorista [sobre Ângelo Cardoso da Silva];			
22/04 – quarta-feira	<b>JORNAL DO BRASIL</b> Polícia gaúcha ainda busca um dos terroristas que tentaram sequestrar cônsul;			
23/04 – quinta-feira	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>FOLHA DA TARDE</b>		

	Subversivo matou-se enforcado numa cela do presídio central [Sobre Ângelo Cardoso da Silva]	Ângelo, o 2º terrorista a praticar suicídio;		
24/04 – sexta-feira	<b>CORREIO DO POVO</b> Subversivos deixam o DOPS e são recolhidos ao presídio; Mais seis acusados de subversão foram presos pelo DOPS em Caxias;	<b>FOLHA DA MANHÃ</b> 4 delegados chegam ao final do caso do terrorismo.		
25/04 – sábado	<b>CORREIO DO POVO</b> Mais seis acusados de subversão foram presos pelo DOPS em Caxias;	<b>FOLHA DA MANHÃ</b> Sigilo das autoridades sobre novas prisões de subversivos.		
28/04 – terça-feira	<b>FOLHA DA MANHÃ</b> DRT diz que líder bancário se confessou um subversivo; [Sobre Elvaristo do Amaral].	<b>FOLHA DA TARDE</b> DOPS já prendeu trinta subversivos (última página); DOPS dá os nomes dos 30 terroristas presos;	<b>JORNAL DO BRASIL</b> D. Vicente lembra processo contra 19 bispos e diz que não há culpados sem provas Lista de Presos [O delegado do DOPS gaúcho entregou a lista dos 30 presos que se encontram naquela delegacia];	
03/05/1970 – domingo	<b>ZERO HORA</b> Mais comunistas presos aqui (capa); Novas prisões de subversivos;			

04/05 – segunda-feira	<b>JORNAL DO BRASIL</b> Polícia gaúcha anuncia prisão de subversivos que agiam em mais 4 estados.			
13/05 – domingo	<b>CORREIO DO POVO</b> Pedida a prisão de 19 terroristas implicados em assaltos a bancos;	<b>FOLHA DA TARDE</b> DOPS conclui inquérito e quer 19 na cadeia;	<b>ZERO HORA</b> Terror Inquérito terminou, são 19 implicados (capa); Assim termina a longa trilha dos terroristas;	
23/05 – sábado	<b>FOLHA DA TARDE</b> Concluído inquérito, DOPS quer terroristas na cadeia;	<b>ZERO HORA</b> Prisão preventiva para mais quatro (capa); Inquérito está na Justiça;	<b>JORNAL DO BRASIL</b> Sequestro no Sul vai para Justiça.	
25/05 – segunda-feira	<b>ZERO HORA</b> Cônsul Cutter visitou a faculdade de agronomia;			
27/05 – quarta-feira	<b>ZERO HORA</b> Lamarca está em P. Alegre? (capa) Lamarca é procurado aqui;			
30/05 – sábado	<b>CORREIO DO POVO</b> A partir de segunda-feira Polícia vai vistoriar segurança bancária Edmur Viajou [Edmur foi transferido para o DOPS de São Paulo];	<b>ZERO HORA</b> Edmur foi levado para a capital bandeirante;		
06/06/1970 - sábado	<b>JORNAL DO BRASIL</b> Cônsul dos EUA deixa P.			

	Alegre.			
13/06 – sábado	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>		
	DOPS paulista divulga depoimento de Gauchão	Violência Estéril.		

01/07 - quarta	08/07 – quarta	22/07/1970 quarta-feira	23/07 – quinta-feira	24/07 sexta-feira
<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>CORREIO DO POVO</b>
Governador condena terroristas e apela para o voto consciente;	Generais veem restauração do III Exército e Segurança no Sul.	J. Militar gaúcha ouve mais seis subversivos;	Auditoria prossegue hoje interrogatório do Grupo Subversivo.	Tentou suicídio com vergonha de ter sido acusado de terrorismo [Sobre Osvaldo dos Santos]; Ouvidos ontem na Justiça Militar mais oito integrantes do “M3G”;
31/07 sexta-feira	22/08/1970	17/10/1970	21/10/1970	08/12/1970
<b>CORREIO DO POVO</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
Dops “Estourou” outro aparelho Terroristas tinham 200.000 cruzeiros roubados do cofre de Ademar e 10 autos.	Ex-bancário confessa chefiar o VPR gaúcho [Sobre o Félix Silveira Rosa Neto].	CODI paulista prende 24 da VAR-Palmares [Prisão de Carlos Franklin Paixão de Araújo].	DOPS gaúcho conclui o seu maior processo	Os 15 meses de sequestro Descrição dos sequestros no Brasil.
11/01/1971	14/01/1971	22/01/1971	26/02/1971	13/04/1971
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>FOLHA DA TARDE</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
Subversivos banidos sairão de cinco estados Rio Grande do sul.; Paulo Roberto Teles Franck, João Carlos Bona Garcia,	Subversivos explicam por que não quiserem sair [Entre eles Irgeu João Menegon].	Um casal de amantes na chefia do terror [sobre Reinholdo Amadeo lement e Vilma de Oliveira Franceschi].	Prisão de estudante é relaxada [Sobre a libertação de Irgeu João Menegon];	Sequestro [A Auditoria Militar de Porto Alegre da início ao julgamento de quatro terroristas que tentaram

João Batista Rita, Gustavo Buarque Schiller, Edmur Péricles de Camargo, Bruno Piola.				sequestrar o cônsul, Félix Silveira Rosa Neto, Fernando Damata Pimentel, Gregório Mendonça, Irgeu João Menegon].
14/04/1971	23/04/1971	23/04/1971	24/08/1971	21/12/1971
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>ZERO HORA</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
Gaúchos punem quatro terroristas	Reinholdo pede na TV que a juventude não aceite terror.	Terrorista arrepende-se de suas ações [Sobre Reinholdo Amadeu Klement].	Julgamento de 20 acusados de subversão se inicia na 1ª Auditoria do Exército [Entre eles o do Carlos Franklin Paixão Araújo].	Auditoria condena da VAR-Palmares em S. Paulo [Sobre Carlos Franklin Paixão de Araújo].
29/12/1971	28/02/1972	07/06/1972	09/06/1972	13/06/1972
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
Condenados [Sentença de 34 terroristas incluindo o de Carlos Franklin Paixão de Araújo].	Guerrilha Urbana A falência de uma estratégia [À comentários com entrevista à Irgeu João Menegon que se recusou a ser banido e renegou à luta armada].	Gaúchos dão pena mínima de 12 anos a subversivos [Antônio Carlos Araújo Chagar, estudante de 21 anos teve pena de 12 anos. E Luís Carlos Dameto foi condenado a 15 anos de prisão].	Promotor pede em S. Paulo pena de morte para 11 acusados por terrorismo [Menção à Gregório Mendonça].	Juiz recebe denuncia que acusa 18 pessoas de subversão na Ação Popular [Menção à Gregório Mendonça].
13/11/1972	10/05/1973	16/05/1973	28/07/1973	14/02/1978
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
Procuradoria pede ao STM que mantenha a condenação de 3 subversivos perigosos [Entre eles, Carlos Araújo Chagas e Luís Carlos	Rio Grande do Sul [Na próxima segunda ocorrerá o julgamento de 26 pessoas acusadas por atividades subversivas no estado].	Julgamento condena e absolve em Porto Alegre.	Auditoria no Sul ouvirá defesa de 44 indiciados [Entre eles, Edmur Péricles Camargo, Félix Silveira Rosa Neto e Gustavo Buarque	Presos políticos analisam repressão [Menção à Gregório Mendonça]

Dametto].			Schiller].	
01/05/1978	02/05/1978	14/06/1979	24/06/1979	28/06/1979
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
Famílias vão entrar em greve de fome [Gregório Mendonça também participou da greve de fome].	Presos políticos paulistas aderem à greve de fome de Recife, Rio e Salvador [Menção a Gregório Mendonça].	Nova LSN liberta dois últimos prisioneiros políticos gaúchos Presos políticos ainda somam 51 [Entre eles Gregório Mendonça].	LSN mantém 56 em prisões políticas [Entre eles Gregório Mendonça].	Governo mantém 44 na prisão e soltará 13 [Gregório Mendonça continua preso, condenado a 29 anos de prisão].
20/07/1979	02/08/1979	19/11/1982	03/09/1985	21/07/1988
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
Paulistas não aceitam greve de fome [Entre eles Gregório Mendonça].	STM torna condenações sem efeito [Absolvido Gregório Mendonça].	Paixão, o ex-guerrilheiro eleito.	Torturados do Sul vão pedir afastamento dos delegados responsáveis.	Ex-guerrilheiro pode ser o nome de Brizola no Sul [Sobre Carlos Franklin Paixão de Araújo].
21/05/1989	23/07/1989	04/11/1992	23/04/1995	25/04/1995
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>ZERO HORA</b>	<b>ZERO HORA</b>
Livro desmitifica a imagem de herói guerrilheiro [Livro de João Carlos Bona Garcia].	Ex-guerrilheiro diz que Fleury ficou com dólares de Adhemar	Ex-guerrilheiro quer ouvir traidora [João Cralos Bona Garcia quer ouvir Maria Madalena Lacerda de Azevedo].	Os arrependidos (capa) Os 19 órfãos dos anos de chumbo. [Entrevista com Reinhold Amadeu Klement].	Guerrilheiro elogiou governo de Medice. [Reportagem sobre Irgeu João Menegon].
17/01/1997	10/12/1998	05/07/1999	09/07/1999	27/01//2000
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>
Da guerrilha ao comando dos bancos do Rio Grande do Sul [Sobre Bona Garcia].	Ex-guerrilheiro vira juiz militar [Sobre Bona Garcia].	Ex-presos terá que provar tortura [Notícia sobre Porto Alegre].	Ex-militante é contra indenização [Entre eles Bona Garcia].	Luta contra a ditadura militar Banqueiro foi torturado nos anos de chumbo [Menção ao Bona Garcia]

				e ao seu livro Verás que um filho teu não foge à luta].
18/01/2001	19/01/2001	09/02/2002	19/05/2011	04/06/2011
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>REVISTA ÉPOCA</b>	<b>ZERO HORA</b>
Internet lista autoridades que aturaram na luta armada [Site “Ternuma” lista ex-militantes que hoje ocupam cargos públicos, entre eles, Bona Garcia].	Guerrilheiros contestam site [Entre eles Gregório Mendonça, e Bona Garcia].	Ex-guerrilheiro preside corte militar no Sul (capa) [Sobre João Carlos Bona Garcia].	Curtis Carly Cutter “Nunca fui anticomunista” O ex-cônsul dos EUA que levou um tiro ao escapar de um sequestro em 1970 diz que não culpa os militantes.	Ex-guerrilheiro rompe silêncio e revela como tentou sequestrar cônsul dos EUA em Porto Alegre [Entrevista com Félix Silveira Rosa Neto].
28/03/2014				
<b>ZERO HORA</b>				
Coronel que admitiu matar e esconder cadáveres durante regime militar ensinou tortura no Rio Grande do Sul [Entrevista com Paulo Malhães].				

